

<b>FICHA DE META DADOS – CEDIM 2019/2</b>	
<b>Nome da Pasta</b>	América Central – Informativos (1982-1986)
<b>Autor/Instituição</b>	Cúria Diocesana de Nova Iguaçu
<b>Número de Documentos</b>	74
<b>Quantidade e tipo de documentação</b>	Informativos, livretos e/ou revistas
<b>Dia/ Mês/Ano</b>	Novembro/dezembro de 1986 até setembro de 1987
<b>Formato</b>	A3 e A4
<b>Resumo</b>	A documentação é oriunda do Serviço Informativo Sobre América Central (SISAC) e, nas suas edições, trata sobre o processo da Revolução Salvadorenha, da luta da FMLN, organizações terroristas, o papel da Igreja em El Salvador, bem como acordos de paz, processo de negociação pela paz (1982-87), análise da conjuntura. A documentação encontra-se em bom estado de conservação e é composta por dossiês, relação de paróquias e informativos
<b>Palavras-Chave</b>	Terrorismo; FMLN; Terra; Movimento Agrário; Revolução
<b>Notas explicativas</b>	A data impressa nesses papéis de organização da Cúria encontra-se diferente da exposta nos dossiês.

A M É R I C A    C E N T R A L

- INFORMATIVOS

ANO: 1982/1986

FONTES

- 1 "Guia do Terceiro Mundo", 1986, Brasil
- 2 "Revista Encontro", nº 20, 1984, Nicarágua, Autor: Carlos R. Cabarrús
- 3 "Situación Revolucionária y Escalada Intervencionista en la Guerra Salvadoreña", 1984, El Salvador, Autoria: Comando Geral de FMLN.  
"Curso Victorioso del FMLN en Cinco Años de Guerra", na Revista Treinta y Dos, nº 14, 1985, Autor: Víctor Martínez, Nicarágua.
- 4 "Porque Lucha el FMLN?", Comandante Joaquim Villalobos (FMLN), 1983, Morazán, El Salvador
- 5 "Revista Treinta y Dos" (seção Documentos), nº 14, 1985, Nicarágua.
- 6 Documento Oficial do governo de El Salvador.
- 7 "Venceremos" (órgão de imprensa oficial da FMLN), nº 36, 1985, México.
- 8 Sem fonte indicada
- 9 "Revista Pensamiento Próprio", nº 32, 1986, Nicarágua  
"Sistema Rádio Venceremos" (oficial da FMLN), 1985/1986, El Salvador  
"Venceremos" (FMLN), nºs 34, 35 e 36, 1986, México  
"El Salvador", nº 1, 1986, México
- 10 Centro de Estudios Euméricos Latinoamericanos (CEDELA), 1986, México  
"Estudios Centroamericanos", Universidad Centroamericana José Simeón Cañas, nºs 447-448 1986, El Salvador
- 11 "La Vocación de los Cristianos en El Salvador", 1984, Comunidades Cristianas de Morazán, El Salvador.
- 12 "La Iglesia en Guatemala, El Salvador y Nicarágua", CEDELA, 1986, México
- 13 "Martírio. Memória Perigosa na América Latina Hoje", Ed. Paulinas, 1984, São Paulo, Brasil
- 14 Idem
- 15 Sem indicação da fonte
- 16 Cartas das Comunidades de Base de El Salvador, recebidas pelo SISAC em outubro e novembro
- 17 "Carta a las Iglesias" nº 125, El Salvador

**"DIFÍCIL NÃO É O TERREMOTO, MAS O DEPOIS..."**

Esta é a dolorosa realidade sentida pela maioria pobre do povo salvadorenho vítima do terremoto. Muita gente esquece que uma ajuda solidária enviada por uma ou duas semanas, não é suficiente para um povo faminto, sedento, sem abrigo, sem trabalho, doente e carente de seus familiares que faleceram no sismo.

O difícil é depois e como clamaram as comunidades de base, "é muito para um só povo".

**CIENTES QUE SOMOS QUE A TRAGÉDIA DO TERREMOTO NÃO TERMINOU EM OUTUBRO, MAS COMEÇA AGORA E QUE A TRAGÉDIA DA GUERRA CONTINUA, RENOVAMOS NOSSO APELO À SOLIDARIEDADE COM AS VÍTIMAS DO TERREMOTO.**

Qualquer doação deverá ser depositada na conta nº 28133-3

Ag. cia 0251 do Banco Itaú- SP.

# SISAC

SERVIÇO INFORMATIVO SOBRE AMÉRICA CENTRAL - Novembro/Dezembro - 1986 - nº 71

EXPEDIENTE: Rua Martiniano de Carvalho, 114 - São Paulo- SP - CEP 01321 BRASIL

## DOSSIÊ

SUBSÍDIO FORNECIDO  
PELO INESC

# "S.O.S. EL SALVADOR"



## ÍNDICE

\*\*\*\*\*

Apresentação	3
(1) A História do "Pequeno Polegar"	6
(2) Da Rebelião Agrária à Revolução (extratos)	9
(3) O Processo da Revolução Salvadorenha: da organização popular à FMLN-FDR (avaliação dos seis anos de guerra)	12
(4) Por que Luta a FMLN?	19
(5) A FMLN é favorável ao Diálogo e à solução Política da Guerra	22
(6) "Unidos Para Reconstruir": a nova estratégia norte-americana que pretende derrotar a FMLN	26
(7) Primeira Avaliação da FMLN sobre a Campanha UPR	29
(8) As Organizações Terroristas que atuam na América Central	31
(9) Terrorismo Tecnológico X Sabedoria Popular	32
(10) Como manter a Guerra com a Crise Econômica?	36
(11) A Igreja dos Pobres em El Salvador La Vocación de los Cristianos en El Salvador	39
(12) Como es la Iglesia que Acompaña a su Pueblo	48
(13) Mártires de El Salvador	60
(14) A Palavra Profética Diante da Morte	66
(15) Análise da Conjuntura Salvadorenha após o Terremoto	68
(16) As Comunidades e o Terremoto	76
(17) Reflexão-meditação ante o Terremoto	78
Solidariedade com El Salvador	79
Fontes	80

**Observação:** Os títulos de cada texto têm ao seu lado esquerdo ou direito um número. Para você saber qual é a fonte do documento, basta verificar na página 80, qual é o número-referência do texto consultado.

## Apresentação

A decisão de elaborar o presente Dossiê "SOS EL SALVADOR" foi determinada por três desafios fundamentais: um antigo projeto do SISAC que visa publicar documentos os mais completos possíveis sobre a realidade de cada um dos países centro-americanos; a falta de informação sobre o processo político-militar salvadorenho referente aos anos anteriores a 1983 (quando surgiu o SISAC) e a necessidade de produzir um bom subsídio que seja informativo e promova a solidariedade brasileira com El Salvador.

Fechamos o ano de 1986 na esperança de termos vencido boa parte desses três desafios. O trabalho foi muito grande, porque optamos por uma nova maneira de fazer um Dossiê: utilizamos somente documentos originários da América Central, deixando assim que o próprio sujeito da libertação de El Salvador dissesse a você qual é a situação de seu país, porque e para que luta, qual é a situação dos direitos humanos, a situação econômica, mas principalmente, transmitisse a você a verdade histórica sobre a luta pela construção de uma nova sociedade naquele "pequeno polegar" como é carinhosamente chamado.

Para fazer chegar até você este Dossiê, foi feita uma grande pesquisa em nossa documentação de forma a resgatar os documentos mais importantes que revelassem o andamento do processo revolucionário. Estudamos essa documentação que provém de várias fontes, comparamos e atualizamos alguns dados, traduzimos, etc. Infelizmente dada a extensão de alguns textos foi impossível traduzi-los; por isso vão em espanhol, pelo que, pedimos desculpas se houver alguma dificuldade na leitura.

Ao enfrentarmos os três desafios de informação, vimos que este Dossiê cumpriria melhor o seu papel se fosse de caráter geral, isto é, abordasse os mais diferentes problemas salvadorenhos, constituindo-se em um "guia de consulta" que permita o conhecimento imediato dos aspectos mais importantes de El Salvador. Por essa razão, o Dossiê inicia com a história do país desde os tempos da conquista espanhola e encerra na análise de conjuntura pós-terremoto. Uma série de temas sucedem à "História do Pequeno Polegar", distribuindo-se de forma a dar uma visão organizada sobre o processo político-militar de libertação levado pela FMLN e os esquemas repressivos do governo, das Forças Armadas e a intervenção da administração Reagan, o que propicia o melhor entendimento da análise conjuntural pós-terremoto.

O SISAC dispensou uma atenção muito especial ao atendimento do terceiro desafio "informar e promover a solidariedade do Brasil com El Salvador". Quando iniciamos a preparação do Dossiê, El Salvador ainda não havia sido assolado pelo terremoto. Nossa preocupação fundamental era instigar a solidariedade em nosso país com o povo salvadorenho a partir do seguinte fator fundamental: a guerra popular revolucionária. No decorrer nos últimos anos, registramos por várias vezes que a FMLN-FDR oferecia a possibilidade e o desejo sincero de resolver o conflito através da solução política e pacífica. Ofereceu-se para dialogar com o governo, preparou vários documentos que traziam as suas propostas de paz, declarou tréguas na guerra para propiciar um melhor clima para o diálogo. As organizações populares exigiram que o governo aceitasse o diálogo e a Igreja ofereceu-se como mediadora. A resposta do regime democrata-cristão do Sr. Napoleón Duarte foi o recrudescimento do genocídio: torturas, prisões, assassinatos, massacres e bombardeios contra a população civil, expulsão de camponeses das suas terras, recrutamento à força para o exército e campanhas de difamação e desinformação contra a FMLN-FDR. Fechou as portas ao diálogo, atacou a FMLN quando esta havia decretado uma trégua, afundou o país numa crise econômica sem retorno se persistir o atual regime e chamou à "unidade nacional" os setores da classe dominante para derrotar o movimento revolucionário. Tudo isto foi feito e continua sob a direção e financiamento daquela que, de fato, sustenta e impulsiona a prolongação da guerra: a administração Reagan, que sob uma nuvem de escândalos começa a mostrar ao mundo todo o seu poder e ação terrorista.

Todos estes fatos, apresentados sempre no boletim SISAC, por si sós nos chamavam à solidariedade de forma mais concreta. Uma etapa dessa solidariedade é cumprida pelo SISAC e pelos Comitês de Solidariedade, ao garantirem que as informações corretas da luta e martírio do povo salvadorenho cheguem até você. Mas outras etapas terão que ser vencidas no trabalho solidário e para tanto é fundamental a sua colaboração. Um grande passo a ser dado nesse sentido, é fazer com que o governo brasileiro reconheça oficialmente a FMLN-FDR como legítima representante da vontade do povo salvadorenho, da mesma forma como fizeram os governos do México, da França, as Nações Unidas e o Congresso dos países não-alinhados.

Outra forma de solidariedade é estarmos sempre atentos para protestar contra as medidas violentas do governo salvadorenho, bem como sua posição de não aceitar o diálogo com a FMLN-FDR e condenarmos a intervenção dos Estados Unidos no conflito interno de El Salvador.

Quando colocávamos no Dossiê estas motivações de solidariedade chegou a notícia que nos deixou atordoado: El Salvador havia sido abalado por um poderoso terremoto; a capital estava em ruínas; os alimentos e água haviam acabado; os feridos estavam expostos nas ruas porque os hospitais davam prioridade ao atendimento dos soldados feridos na guerra e as doações internacionais de medicamentos era levadas para o hospital militar que pouco fazia pelas vítimas da tragédia.

Em meio à esse desastre, à dor e ao sofrimento, uma notícia causava revolta. O governo que enterrava todos os dias cerca de 1 milhão e meio de dólares na lama tingida de vermelho pelo sangue de milhares de inocentes, não tinha recursos para salvar as vítimas do terremoto. Preocupava-se, no entanto, com os pobres, os famintos, os sedentos, os feridos, os desnudos, os orfãos, os esquecidos e os desesperados que estavam se organizando por conta própria, com a ajuda das Igrejas e dos sindicatos, na esperança de salvarem uns aos outros. As autoridades ilegítimas salvadorenhas, necessariamente assessoradas por seu tutor o Sr. George Shultz, Secretário de Estado dos Estados Unidos, ao invés de acudir as vítimas, faziam planos para destruir a organização dos despossuídos.

A grande imprensa norte-americana e brasileira, cinicamente "informavam" que o estoque de alimentos havia terminado em El Salvador por causa da tragédia, mas não informavam que na verdade não havia alimentos porque os camponeses eram massacrados no campo, porque as plantações eram destruídas por desfolhantes jogados por aviões norte-americanos tripulados por salvadorenhos, porque houve seca e o governo não tomou medidas para garantir parte da produção, desviando recursos para a guerra. Também não informavam que os milhares de refugiados na capital salvadorenha não sabiam há muitos anos o que era uma alimentação digna, havendo um número absurdo de mortalidade infantil por desnutrição e baixa esperança de vida.

A grande imprensa informava que o governo dos Estados Unidos havia concedido generosamente um total de 50 milhões de dólares para serem usados na reconstrução imediata da capital salvadorenha. Mas a mesma imprensa omitia que a administração Reagan enviará outros 600 milhões de dólares que serão gastos somente na guerra e mais 70 milhões apenas para reconstruir a Embaixada dos Estados Unidos em San Salvador.

A grande imprensa omitiu que a FMLN, num gesto realista e humanitário havia se declarado em trégua, favorecendo inclusive que o exército do governo se dirigisse à capital para socorrer as vítimas do terremoto. As Forças Armadas e o governo preferiram atacar a FMLN a traição e a justiça foi feita, pois a guerrilha venceu o confronto.

A grande imprensa destacou a ajuda que os países ricos forneceram a El Salvador, mas intencionalmente omitiu a solidariedade dos pobres que dividiram o seu pouco com quem tinha ficado sem nada. Omitiu a intervenção decisiva das Igrejas e dos organismos humanitários internacionais no impedimento da pirataria das Forças Armadas e do governo contra os aviões que traziam as doações do exterior.

Querendo agarrar-se a qualquer pretexto para manter-se no poder, o governo de Duarte tratou de explorar politicamente a tragédia. Conclamou todos à "unidade nacional" (menos as organizações populares e a FMLN-FDR). Fruto dessa exploração política, surgiu um plano de reconstrução imediata de San Salvador, que tem tudo para tornar-se apenas o cenário de uma feroz luta pelo poder entre o atual governo, a empresa privada e os militares, acrescentando-se à esse mesmo cenário, uma manobra para "esquecer a guerra" e principalmente as causas que deram origem a ela e permanecem intactas reproduzindo mais injustiça social e violência governamental.

Nós, que formamos a opinião pública internacional e somos chamados continuamente à solidariedade pelo povo salvadorenho, precisamos ficar atentos para não cair no engodo de Napoleón Duarte, dos militares e de Reagan. O grande tema salvadorenho é a guerra e a procura de uma solução política para o conflito, que venha acompanhada de justiça, liberdade e paz com dignidade, isto é, elimine as causas que provocaram a insurreição popular.

O terremoto tornou-se fato político pela exploração demagógica que lhe imprimiu o governo democrata-cristão, mas ao conhecermos toda a realidade salvadorenha, veremos que a tragédia

do terremoto, que é da natureza, iguala-se em seus efeitos, às outras tragédias produzidas por Reagan e seus marionetes em El Salvador, como são os bombardeios contra a população civil, a repressão desenfreada, os altíssimos níveis de desemprego, mortalidade infantil e analfabetismo, a desnutrição, as centenas de milhares de refugiados de guerra, o terrorismo tecnológico importado dos Estados Unidos, a expulsão dos camponeses de suas terras, as torturas vis, os desaparecimentos, etc. A tragédia do terremoto soma-se à estas tragédias que lhe são anteriores e para elas deverá surgir uma solução política, como vem insistindo a FMLN-FDR.

Nesta perspectiva está direcionada nossa particular solidariedade, para a qual convidamos você a participar.

Contudo, não descuidamos da solidariedade imediata às vítimas do terremoto e para isso renovamos nosso apelo de ajuda. Solicitamos que sua doação em dinheiro, seja depositada na:

CONTA nº 28133-3

Agência 0251 BANCO ITAÚ São Paulo

(Se você é de outro Estado ou outra Cidade, basta dirigir-se a uma Agência do Banco Itaú e fazer um depósito dirigido à nossa conta e à nossa agência (251)).

Desejamos que este nosso esforço em produzir o Dossiê "SOS El Salvador", corresponda às suas eventuais expectativas ou necessidades de informação, mas sobretudo, seja a semente da qual germinará a flor imortal e imbatível da solidariedade companheira e fraterna.

Que neste Natal nasça a Solidariedade com o povo de El Salvador e seja o anúncio de sua Libertação.

E que este Natal seja o renascer das esperanças para a conquista de uma nova sociedade no Brasil e em nossa Pátria Grande, América Latina.

São os votos da

EQUIPE SISAC



# A História do "Pequeno Polegar"

**A TERRA:** 21.041 km<sup>2</sup>. É o menor país da América Central e o de mais alta densidade populacional. Uma cadeia de montanhas vulcânicas atravessa o país de leste a oeste, com clima moderado pela altitude. O café é o principal produto comercial nas terras altas, onde existem também culturas de subsistência (milho, feijão, arroz). Nas áreas do Pacífico, mais quentes, cultivava-se cana-de-açúcar.

**CAPITAL:** San Salvador, 408.811 hab. em 1978. **OUTRAS CIDADES:** Santa Ana, 174.546 hab.; San Miguel 131.977 hab. em 1977.

**O POVO:** 5.230.000 hab. em 1983. Os salvadorenos surgem da mestiçagem dos colonizadores espanhóis com a população indígena local. **RELIGIÃO:** majoritariamente católica. **IDIOMAS:** o espanhol é língua oficial e predominante. Grupos indígenas minoritários falam o nahuatl.

**O GOVERNO:** José Napoleón Duarte é o presidente pelo Partido Democrata-Cristão desde março de 1984.

**PARTIDOS POLÍTICOS:** O Partido Democrata-Cristão (PDC), dirigido por José Napoleón Duarte obteve maioria absoluta na Assembléia Nacional, nas eleições realizadas em 31 de março de 1985. Dois partidos de direita perderam força junto ao eleitorado: a Arena (Aliança Republicana Nacional) do major Roberto D'Aubuisson, apoiado pelos grupos para-militares e esquadrões da morte, e o Partido de Conciliação Nacional, que governava antes de 1979.

As organizações partidárias de caráter popular e revolucionário que estão em luta contra o regime são compostas por duas frentes: A Frente Democrática-Revolucionária (FDR), presidida por Guillermo Ungo. A FDR é originária de duas grandes tendências: 1) a Frente Democrática, composta pelo Movimento Popular Social-Cristão, dissidência do PDC; pelo Movimento Nacional Revolucionário (MNR), social-democrata e por várias organizações sindicais e setores da classe média. 2) a Coordenação Revolucionária de Massas, composta por sua vez, por quatro grandes frentes agrupando organizações sindicais, estudantis, juvenis, femininas e associações de bairro: as Ligas Populares 28 de fevereiro (LP-28), a Frente de Ação Popular Unificada (FAPU), a União Democrática Nacionalista (UDN) e o Bloco Popular Revolucionário (BPR). A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), fundada em outubro de 1980 reúne cinco organizações político-militares que desenvolvem a luta armada e orientam as frentes de massa: Forças Populares de Libertação "Farabundo Martí" (FPL), Partido Comunista de El Salvador (PCS), Forças Armadas da Resistência Nacional (FARN), Exército Revolucionário do Povo (ERP) e Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-americanos (PRTC). A luta conjunta levada pelas duas frentes, deu origem à sigla FMLN-FDR.

O território de El Salvador fez parte, desde a conquista espanhola, do Vice-Reino da Nova Espanha (atuais México e América Central) e se tornou independente junto com estes, em 1821. Na época, a economia do pequeno país se baseava no anil (corante proveniente do jiquilite), mas o surgimento dos corantes artificiais obrigou a substituição dessa atividade por outra cultura de exportação: o café.

Os cafezais requeriam mais e melhores terras, motivo pelo qual os grupos dominantes, realizando a chamada revolução liberal (1880), expulsaram os camponeses de suas terras ancestrais, introduziram formas capitalistas de trabalho e consolidaram a oligarquia cafeeira como classe dominante.

Como resultado da crise econômica mundial de 1929, o café ficou sem mercado, não foi feita a colheita e milhões de diaristas e camponeses passaram fome. Criaram-se assim as condições para uma insurreição popular, que foi dirigida pelo Partido Comunista, sob a liderança de Farabundo Martí, que fora secretário de Augusto César Sandino durante sua luta contra a intervenção norte-americana na Nicarágua. A rebelião popular de 22 de janeiro de 1932 foi afogada em sangue pelas tropas do general Maximiliano Hernández Martínez, que tomara o poder em 1931 dando início à série de regimes militares que até hoje estão no governo. Durante a insurreição popular, somente na localidade de Izalco, foram massacrados 30.000 camponeses.

O autor do massacre, Maximiliano Hernández, governa El Salvador de 1931 a 1944 quando é derrubado do poder por setores da burguesia modernizante apoiados por amplos grupos populares. Mas logo em 1948 há um novo golpe militar.

A partir de 1960, começou um processo de industrialização, no âmbito do Mercado Comum Centro-americano, respaldado pela Aliança Para o Progresso. Obtiveram-se altas taxas de crescimento econômico, mas estas não foram suficientes para diminuir o desemprego, que nas décadas anteriores havia provocado a emigração de 300 mil camponeses sem terra para o país vizinho, Honduras. Essa pressão demográfica, junto à competição entre as duas burguesias industriais, levou El Salvador à guerra com Honduras, em junho de 1969. O conflito, que durou 100 horas, foi pejorativamente batizado pela imprensa internacional como a "guerra do futebol" por ter eclodido após um confronto entre as duas seleções nacionais. Como consequência do conflito, enfraqueceu-se a estrutura do Mercado Comum Centro-americano e a indústria salvadorenha entrou em crise.

Nos primeiros anos de 1970, o movimento operário e popular deu um forte impulso às lutas reivindicativas;

nasceram organizações guerrilheiras e a oposição legal (PDC, UDN e MNR) se reuniu na União Nacional Opositora (UNO), levantando a candidatura de José Napoleón Duarte contra a do coronel Arturo Molina, do Partido de Conciliação Nacional, que estava no governo. Nas eleições de fevereiro de 1972, a fraude consagrou a vitória do oficialismo, que se manteve no governo até 1977. Nesse período a UNO e os sindicatos são vítimas de uma crescente repressão por parte das forças armadas e dos grupos para-militares, ocorrendo desaparecimentos e uso da tortura.

As eleições de 1977 novamente são consagradas pela fraude, permitindo que o general Carlos Humberto Romero chegasse à presidência representando o setor mais duro das forças armadas. Mas dessa vez o povo foi às ruas para protestar contra as fraudes; a repressão foi violenta e sete mil pessoas foram assassinadas nas ruas das cidades. O estado de sítio foi declarado pelo novo governo militar. O fechamento das alternativas políticas conduziu a um avanço dos movimentos guerrilheiros, que começaram a coordenar suas ações entre si e com as forças de oposição de mocráticas.

Tem início uma sólida amizade de Washington com os ditadores da região. Fruto desta interferência norte-americana, é oficializada em El Salvador, a cooperação entre as forças do governo com os grupos para-militares, como a ORDEN e outras que vão surgindo: União Guerreira Branca, Falango e Frente de Libertação Anti-comunista.

As forças repressivas do governo e as para-militares acabam fornecendo um impulso suplementar na luta das organizações guerrilheiras (ERP, FPL, FAPU e FARN) que multiplicam suas atividades.

É também durante esse período, que tem início a confrontação com a Igreja Católica, devido à atitude militante das Comunidades de Base e pela postura a favor dos Direitos Humanos adotada pelo arcebispo de San Salvador Monsenhor Chavez. Quando o arcebispo Chavez se demite do cargo, é eleito como seu sucessor um bispo conhecido por suas posições conservadoras: Monsenhor Oscar Arnulfo Romero. Porém, após dezoito dias no cumprimento de suas funções como arcebispo de San Salvador, Monsenhor Romero toma conhecimento do assassinato do padre Rutílio Grande e a reação de D. Oscar é enérgica na condenação desse crime. A partir desse momento, a trajetória de Monsenhor Romero será inequivocamente voltada para a defesa dos direitos humanos e do povo salvadorenho.

Uma nova onda de repressão emociona o país. Devido ao estado de absoluta miséria em que vive a maioria do povo salvadorenho, centenas de camponeses expulsos de suas terras retornam a elas, organizados na União de Trabalhadores do Campo (UTC) e na Federação Cristã de Camponeses Salvadorenos (FECCAS). O exército e os para-militares do grupo ORDEN, reprimem com selvageria aos camponeses sem terra, provocando um massacre de dezenas de mortos.

Diante da crescente revolta e organização popular, o Departamento de Estado norte-americano incentiva a oficialidade reformista do exército a dar um golpe. O presidente dos Estados Unidos na época, era o defensor da política dos "direitos humanos" (?) Jimmy Carter. Com um novo golpe, seria impossível às organizações populares tomarem o poder.

Em 15 de outubro de 1979 assumiu o poder uma junta civil-militar, que incluía representantes da social-democracia (Guillermo Ungo, hoje líder da FDR) e dos meios empresariais. Para atrair as forças reformistas e as democráticas, foi anunciado um amplo programa de reformas que incluía a promulgação da anistia, a restauração das liberdades e a reforma agrária. Mas as promessas dos militares não se cumprem e quando a junta de governo percebeu que sequer tinha poder para controlar os órgãos de repressão (que continuavam a carnificina dos militantes revolucionários), os civis renunciaram em janeiro de 1980 e foram substituídos por representantes do setor mais conservador da democracia-cristã, liderado novamente por Napoleón Duarte.

A resistência a esse projeto de "reformas com repressão" (cada vez mais repressivo e menos reformador) se intensificou. As organizações de vanguarda se unificaram e estabeleceram uma aliança com os demais partidos e organizações sociais opositoristas, em torno de um programa de "democracia popular revolucionária". Em setembro de 1980, El Salvador já vivia um clima de virtual guerra civil, com dezenas de mortos a cada dia e acelerada construção de um exército popular que, junto das guerrilhas e das milícias de autodefesa dos sindicatos e outras organizações, se preparava para a insurreição final.

Em outubro de 1980, foi criada a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), agrupando as cinco organizações político-militares que lutavam contra o regime. A FMLN lançou, em 10 de janeiro de 1981, sua "ofensiva geral", estendendo suas ações à maior parte do território nacional. Nos meses seguintes, o exército organizou numerosas operações de contra-insurreição, com o objetivo de exterminar os guerrilheiros.

Em agosto de 1981, os governos do México e da França subscrevem uma declaração conjunta em que reconheciam a aliança FMLN-FDR como força representativa do povo salvadorenho. Em 25 de outubro, enquanto a junta militar democrata-cristã comemorava seu segundo aniversário, os rebeldes destruíam a Ponte de Ouro, a mais importante do país, situada na Rodovia do Litoral.

A partir de janeiro de 1982, a FMLN intensificou suas ações através da ocupação de postos secundários do exército governista, principalmente nos Departamentos de Chalatenango e Morazán. Em 26 de janeiro, numa ação sem precedentes, comandos rebeldes penetraram no aeroporto militar de Ilopango e destruíram 70% dos aviões da Força Aérea Salvadorenha (FAS) estacionados ali.

Em 28 de março, por sugestão de Washington, o regime realizou eleições para formar uma assembléia constituinte. Ao mesmo tempo, as forças rebeldes lançaram uma ofensiva que teve seu auge na região da cidade de Usulután, durante uma semana.

Depois de um mês de lutas internas na cúpula do governo, a administração de Ronald Reagan e as forças armadas, conseguiram impor Alvaro Magaña como presidente provisório de El Salvador. O major Roberto D'Aubuisson, dirigente da organização de extrema-direita ARENA e principal acusado pelo assassinato de Monsenhor Romero em 24 de março de 1980, foi nomeado presidente da assembléia constituinte.

A FMLN lança uma nova campanha militar nos meses de junho e julho, nos departamentos de Chalatenango e Morazán, causando graves perdas aos batalhões especializados em operações contra-insurgenciais treinados pelos "boinas-verdes" norte-americanos.

Na primeira semana de janeiro de 1983, o tenente-coronel Sigfrido Ochoa, chefe da guarnição do departamento de Cabañas, se insubordinou contra o ministro da Defesa, general José Guillermo García. Esse foi o início de uma profunda crise no seio das forças armadas que culminou com a renúncia de García, sendo substituído pelo general Eugenio Vides Casanova.

Num clima de intensificação dos combates, no dia 25 de março de 1984 foram realizadas eleições gerais, boicotadas pela FMLN-FDR. As eleições não puderam ser realizadas em 89 municípios controlados pelos revolucionários (em El Salvador há 261 municípios). Cerca de 51% da população não compareceu às eleições, fora os habitantes dos municípios controlados pela FMLN-FDR. Isto tornou as eleições absolutamente ilegítimas.

Com ostensivo apoio norte-americano e um programa que enfatizava a necessidade de uma reforma agrária e o estabelecimento de um diálogo com os guerrilheiros para conseguir a paz, o PDC de Napoleón Duarte obteve 43% dos votos válidos contra 30% da ultradireitista ARENA do major D'AUBUISSON e 19% do também direitista Partido de Conciliação Nacional.

Uma nova tentativa eleitoral realizada em 31 de março de 1985, com uma elevada (e ainda não divulgada) porcentagem de abstenções, deu ao governo de Duarte a maioria absoluta das 60 cadeiras da assembléia nacional e uma representação direta nos conselhos municipais que são controlados pelo exército, com o que se considerou que podia assumir com mais independência a política de diálogo com os rebeldes. De fato, houveram desde então, duas rodadas de diálogo entre o governo e a guerrilha, mas o primeiro fechou as portas a qualquer negociação, embora a guerrilha continue disposta a dialogar e apresente propostas concretas para isso.

Os planos do governo eleito são de recuperar as posições políticas e territoriais perdidas para os revolucionários, acionando para tanto, a ajuda econômica e militar prestada pela administração Reagan. A injeção econômica dos Estados Unidos a El Salvador, somente no ano de 1985 foi de 668 milhões de dólares, sem contar os financiamentos encobertos aprovados pelo presidente Reagan, mas não pelo Congresso e Senado. Os Estados Unidos enviam a ajuda econômica destinada a aniquilar a guerrilha, através de agências de "assistência" ou financiamento como a Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID).

Igualmente com o patrocínio de Washington, o regime salvadorenho procura resolver velhas divergências fronteiriças com Honduras que, ao deixar sem controle os bolsões em sua fronteira, permite que a guerrilha os transforme em "santuários". sob seu controle e onde refugiam-se milhares de camponeses expulsos de suas terras pelo exército e grandes fazendeiros.

A abertura de um espaço político para a luta sindical estava dentro das propostas do governo. Essa circunstância foi aproveitada pelos sindicatos de esquerda e pelos reformistas - estes mais próximos a Duarte - para reivindicar suas próprias plataformas e pressionar a concretização do adiado diálogo entre as partes em conflito. Sua importância é contudo relativa, porque eles só atingem 10% da população ativa. As altas taxas de desemprego (passou de 8% em 1979 para 38% em 1983, piorando drasticamente agora com o terremoto de outubro deste ano) e de subemprego (uns 80% da população, segundo as estatísticas oficiais) enfraquecem a potencialidade da classe operária: pelo simples fato de ter trabalho, se adquire um status social diferente do predominantemente miserável. De qualquer forma, apesar dos problemas do desemprego e consequentemente do baixo número de trabalhadores sindicalizados, destaca-se na luta operária a União Nacional dos Trabalhadores Salvadorenhos (UNTS) que faz oposição ao regime.

A promessa do governo aos trabalhadores de permitir maior liberdade à luta sindical também não foi cumprida. A guerra, inevitavelmente, tornou-se um argumento para reprimir a renovada agitação operária: no caso da greve dos correios, Duarte acusou seus participantes de serem colaboradores da guerrilha e que sua intenção era "aprofundar a crise fiscal do Estado para colocar o governo numa posição sem saída que a FMLN aproveitaria na ofensiva militar que está preparando". A repressão dirigida contra os trabalhadores é transparente nos números da estatística sobre a violência em 1985: 60% dos assassinados pelo exército governamental eram camponeses ou operários, da mesma forma que 50% dos presos políticos.

No terreno militar, o crescimento, desenvolvimento e enraizamento das forças revolucionárias incluem um rico e complexo processo de acumulação de experiências. O exército revolucionário desenvolveu a guerra em quase todas as suas acepções: de posições (na defesa de suas bases e retaguardas estratégicas), de movimentos, de guerrilhas e de formações maiores, bem como de ações de grandes dimensões, como a ocupação de bases fortificadas ou o emprego de armas complementares (artilharia, sapadores, etc.). Também não descuidam da ofensiva do plano informativo, operando emissoras, publicando jornais, nem do trabalho de propaganda, através de unidades móveis especiais.

Devido à organização das forças revolucionárias e o apoio popular a elas dirigido, o exército e o governo de El Salvador orientado por Washington, vem frequentemente mudando sua estratégia para tentar derrotá-las. Porém cada etapa da guerra tem sido vencida pela FMLN-FDR, causando sérios problemas internos à cúpula do governo, obrigando Duarte a lançar mão de todas as estratégias possíveis: neste ano, Duarte visitou vários países da América do Sul, entre os quais o Brasil, em busca de apoio e para tentar impedir que os governos reconheçam a FMLN-FDR como legítima representante da vontade popular, como fizeram França e México; solicitou mais ajuda econômica e militar ao governo dos Estados Unidos; decretou um pacote econômico de consequências desastrosas para a economia do país, agora definitivamente agravadas pelo terremoto; abriu as esperanças para um diálogo com a guerrilha que deveria realizar-se em setembro deste ano, mas foi frustrado pelo próprio Duarte e tenta agora, com o plano "Unidos para Reconstruir", disputar o apoio popular com a guerrilha, mas não conseguiu ainda, lograr esse objetivo.

## Da Rebelião Agrária à Revolução

2

(extratos)

Em El Salvador, como em qualquer país onde o campesinato é maioria social, a revolução que inicia necessita ter vinculações com este setor. Mas El Salvador vai além: a revolução nasceu propriamente do movimento camponês. É uma realidade histórica que questiona a desconfiança nos círculos acadêmicos ao avaliarem a participação camponesa na luta revolucionária. Os argumentos que sustentam o vacilo de numerosos grupos de esquerda frente ao campesinato e seu potencial revolucionário nascem de uma leitura dogmática de Marx, que deixa em contradição o papel político-revolucionário do campesinato no livro **18 Brumário**, no capítulo da carta a Vera Zazulich.

A história salvadorenha demonstra com clareza que o campesinato - qualquer que seja a sua condição - torna-se potencialmente revolucionário quando as condições econômicas impedem que o modo camponês de produção possa articular-se no sistema capitalista imperante. Quando o camponês não pode continuar como camponês, torna-se revolucionário. Isto ocorreu em El Salvador.

Contudo, a razão última do movimento revolucionário salvadorenho não está baseado somente na maturação das condições objetivas de injustiça estrutural. Certamente houve uma deterioração fundamental entre o modo camponês de produção e o capitalismo dependente de El Salvador. Mas isto não bastou. Foi necessário o surgimento de grupos e organizações que conscientizaram e politizaram o povo para que a articulação débil dos camponeses pudessem ser canalizada para a sua própria organização e que o fizesse revolucionariamente. Se não houvesse uma condução acertada, todo este descontentamento camponês e a impossibilidade de ver saídas para sobreviver, poderia desaguar em outros tipos de movimentos, mais anárquicos, suicidas ou "messiânicos".

A organização camponesa foi tão madura que não só permitiu-lhe lutar enquanto camponeses, mas também estabelecer alianças com outros grupos, na defesa dos oprimidos de todo o país. Toda análise da revolução salvadorenha deve ser feita a partir do surgimento da organização camponesa, passando depois ao estudo das alianças de classe que o Bloco Popular Revolucionário (BPR) estabelece com outros setores, até chegar à sua vinculação com os grupos armados. De movimento camponês, chegou a revolução popular. E de revolução popular, converteu-se, segundo a versão norte-americana, num sério obstáculo aos interesses imperialistas e geo-políticos dos Estados Unidos em relação à América Central.

Aquele que diariamente lê com profundidade as notícias sobre El Salvador, percebe que a luta é de todo o povo - encabeçada pelos camponeses e operários - contra um aparato e um sistema de minorias intransigente. É uma luta de vida ou morte. Não há outra saída. Está em jogo a vida ou a morte de um povo que nunca como hoje, havia unido suas forças para conquistar o direito à vida.

A guerra salvadorenha é a guerra do semi-proletariado agrícola - possuidor de uma migalha de terra, mas obrigado a vender sua força de trabalho - que em aliança com o operário, armou-se e conquista heroicamente regiões desse pequeno país; regiões que já não lhe arrebatam, apesar do poderoso exército governamental agressor.

Este camponês é o protagonista desta revolução. É o camponês que sempre passou fome, que sempre foi explorado pelo patrão e pelo exército. É quem um dia despertou de sua consciência mágica e submissa para organizar-se, reivindicar, morrer metralhado e por fim, armar-se. É quem hoje leva um fuzil nas mãos e vê fugir seus pais ou seus filhos mais pequenos para os refúgios em Nicarágua ou Honduras. É o camponês acostumado à morte violenta, à repressão e aos massacres, que sabe que sua família luta entre o fogo de dois exércitos repressivos: o hondurenho e o de seu país cada vez mais armado pelos norte-americanos (...)

### A CRISE ECONÔMICO-SOCIAL: RAIZ DA REVOLUÇÃO

A revolução salvadorenha não nasceu de ideologias importadas, nem tampouco de ideologias próprias dos salvadorenhos; não nasceu de idéias, mas de realidades tão duras que parecem inacreditáveis.

A realidade do controle privado da terra fala por si mesma. É a dura situação de muita gente sem terra e muita terra sem gente. Em El Salvador, 1.5% dos proprietários possuem a metade das terras cultiváveis do país. Por sua vez, 48.9% das propriedades agrícolas, dos pequenos camponeses, ocupam uma área de 4.8% do território salvadorenho. Assim, poucas famílias são proprietárias da metade do país e milhares de outras famílias são proprietárias ou arrendatárias de uma parte insignificante do território.

A maioria da população camponesa, pos-

sui propriedades tão pequenas, que não oferecem condições de sobrevivência. Por outro lado, El Salvador sofre, progressivamente, uma crise fatal de seu capitalismo dependente, o que resulta numa crise em todos os setores da economia do país. Devido à essa crise, o camponês pauperizado, não encontra trabalho em outro ramo de atividade: a indústria. El Salvador vive então, uma situação peculiar: ao invés do campesinato constituir-se no exército proletário de reserva, para alimentar a eventual escassez de mão-de-obra nas cidades, tornou-se um exército de libertação voltado não só para a luta dos camponeses, como também a dos operários urbanos. (...)

### CONSCIENTIZAÇÃO E POLITIZAÇÃO

Não foram apenas as péssimas condições de vida do campesinato que o levaram à insurreição. Durante o processo de crise econômica, foi feito um trabalho de transformação da consciência coletiva.

Houveram duas etapas nesse trabalho: a primeira foi a "conversão religiosa" (uma nova forma de compreender a religião como uma fé na história e para o compromisso), resultou e preparou a "conversão política". (...)

Foi muito importante para o processo revolucionário, o fenômeno do desbloqueio da religiosidade tradicional, a superação da consciência mágica e a transformação do sentimento religioso em uma consciência coletiva para o compromisso cristão na história.

Passar da conversão religiosa à conversão política, não foi, em todos os casos, um salto obrigatório. Contudo, este esquema tinha tanto êxito, que os membros das organizações camponesas revolucionárias sempre iniciam seu trabalho político com suas próprias "missões" de caráter religioso, principalmente aqueles que eram dirigidas pelos leigos.

Todo este trabalho de fazer crescer o religioso e o político davam consciência à comunidade e encontrou uma força enorme na colaboração de Mons. Romero. Ele próprio, a partir de seu processo de radicalização, era como o espelho onde refletiu durante três anos o processo de conscientização coletiva do campesinato e de todo o povo salvadorenho.

Este fenômeno de transformação religiosa apoiou-se na estrutura paroquial da Igreja Católica. O fenômeno de conversão política nasceu das forças que, se não estavam totalmente separadas da pastoral eclesial, também não botaram de seu meio. É preciso destacar o papel de muitos universitários (cristãos, alguns deles), que se involucram nessas forças e nas zonas rurais para oferecer

sua contribuição a um movimento que os supera e os deixava admirados. Os universitários sempre fornecem testemunhos sobre o crescimento da consciência camponesa e a exigência do povo para que os estudantes se empenhassem ao máximo no acompanhamento da comunidade. A relação de força e sabedoria dos dois grupos, permitiu que o movimento camponês desse um significativo salto de qualidade.

Na organização revolucionária camponesa salvadorenha está presente de forma destacável, a presença evidente do religioso-revolucionário. Esta particularidade distingue o atual movimento insurrecional de outros anteriores. A exigência cristã e a exigência política reconheceram-se como algo muito relacionado e potencializador para a construção da nova sociedade. (...)

### A ORGANIZAÇÃO CAMPONESA

A organização camponesa salvadorenha foi configurando-se em uma verdadeira força popular, iniciando em 1975 o fortalecimento de uma ampla frente popular, o BPR. Convém, antes de nos aprofundarmos no BPR, conhecer as diversas etapas pelas quais passou essa organização revolucionária.

A organização camponesa é fruto da ruptura estrutural da organização do sistema capitalista com o modelo de produção camponês. É este fato histórico-econômico que torna o camponês um revolucionário em potencial.

Mas a organização mesma do campesinato surge a partir do desbloqueio ideológico - possível graças às motivações religiosas - da consciência coletiva dos camponeses. É resgatada uma religiosidade "subversiva". E esta ideologia religiosa revolucionária acompanhou todo o processo e ajudou à uma abertura teórica que permite compreender o papel cristão nos processos revolucionários.

A organização introduziu-se em uma rede organizativa de caráter religioso prévia a ela. Isto permitiu-lhe uma entrada facilitada na comunidade e a captação de quadros já formados e com liderança. Dadas estas condições, o crescimento da organização camponesa foi incrivelmente rápido. Por ordem cronológica, é possível afirmar que a organização camponesa nasce em 1974, funda o BPR em 1975 e três anos depois já uma organização armada.

A organização foi formada por um tipo específico de camponês: o semiproletário (aquele que tem um minúsculo pedaço de terra, mas precisa empregar-se para ter como garantir o sustento). Foi esse setor dos camponeses o mais afetado pela crise da eco-

nomia capitalista salvadorenha e a deterioração das condições de vida do campesinato; foi o semiproletário que primeiro sentiu na própria carne a contradição profunda de possuir um pedaço de terra, mas não poder trabalhá-la por ser de péssima qualidade, muito pequena para comercializar a produção, assim como ver a impossibilidade de fertilizá-la, devido aos preços exorbitantes cobrados pelas multinacionais. O camponês semiproletário, formou os quadros essenciais da organização camponesa e depois forneceu os quadros para o BPR.

O êxito da organização consistiu em mostrar na prática que era possível lutar para mudar a situação, uma vez que nas marchas, na ocupação de terras e nas mobilizações foi iniciada a conquista das metas traçadas pelos camponeses. (...)

A organização popular nasceu do campesinato. Seus membros, quadros e dirigentes foram camponeses. Os colaboradores (professores e estudantes) deram a contribuição teórica à experiência que ia sendo acumulada pelos camponeses. A teoria é marxista-leninista, mas foi estudada pelos colaboradores, fora dos partidos da esquerda tradicional. O papel destes colaboradores intelectuais, foi de serviço à revolução; nunca de direção. Por sua vez os camponeses sempre se mostraram desconfiados em relação aos intelectuais. Só davam crédito a eles, quando arriscavam sua condição social, seus estudos e sua própria vida. (...)

Os vários quadros da organização - todos de origem camponesa - se prepararam com muita rapidez, simultaneamente à agudização da luta. A práxis da luta política converteu-se em uma verdadeira escola de formação. Os quadros se dividiram e dirigiram-se para regiões longínquas do país, onde não havia tanta experiência de organização revolucionária. Neste trânsito pelo país, os camponeses passaram aos altos cargos de comando da luta, integrando-se a outros grupos que também militavam no BPR.

Desde o princípio, a organização camponesa deixou de lado os partidos de esquerda. Estes, por sua vez, não viam com bons olhos a existência de uma organização essencialmente camponesa e independente das diretrizes traçadas pelos partidos. Este fato favoreceu o surgimento de frentes populares mais amplas que tinham maior flexibilidade e poder de captação.

Os camponeses aliaram-se a outros setores sociais, ao discutirem os objetivos de luta e a forma para alcançá-los. Neste reconhecimento das diversas lutas que vários grupos levavam, uniram-se no campesinato, a FECCAS (Federação dos Camponeses Cristãos Salvadorenhos) e a UTC (União dos Trabalhadores do Campo).

A repressão tornou-se implacável. O governo e o exército, a serviço do imperialismo norte-americano, mostraram a força que possuíam. Os camponeses organizados perceberam então as dificuldades de sua luta. Como tal inimigo, somente as alianças com outros grupos sociais, sobretudo com os operários, seria a alternativa para conquistar o triunfo. A repressão praticada pelos militares, colocava em inferioridade as organizações populares. A resposta a ela, teria que ser no mesmo nível. A partir daí, a vinculação dos camponeses aos grupos armados tornou-se necessária. (...)

### A INTERNACIONALIZAÇÃO DA REVOLUÇÃO

(...) O sistema capitalista tenta subjugar com todas as suas técnicas, manipulações e argúcias a um movimento que apesar de haver nascido e crescido em um país tão insignificante, chegou a colocar em perigo a "segurança do hemisfério". Por esse prisma, as possibilidades do triunfo revolucionário residem agora não apenas nas forças internas ou na quantidade de armas que possui ou na capacidade de alianças internas. Adquire agora, enorme importância a solidariedade internacional que se possa obter. (...)

(...) Hoje o problema da revolução salvadorenha não é entendida e não será solucionada se não for situada dentro das tensões globais a nível mundial, que têm como pano de fundo, a crise do capitalismo.

Ao debaterem-se em suas próprias contradições, os países capitalistas lutam entre si para conquistar novos espaços políticos e econômicos de ação. O processo salvadorenho tem uma clara tendência socialista. Mas isto não impede que países capitalistas europeus deem apoio à revolução salvadorenha. Essa postura dos países europeus, é explicada pela necessidade que eles têm de competir com sua indústria, no mercado dominado hoje pelos Estados Unidos. Os países europeus necessitam conquistar novos mercados desligados do capital norte-americano para poder exercer sua influência econômica. É nesta razão econômica que deveremos procurar a razão sociológica de sua solidariedade com os países centro-americanos.

Evidente que a solidariedade dos países capitalistas europeus é muito tímida, frente à solidariedade que poderia ser oferecida pelos países socialistas. Mas El Salvador, em armas, não pode ter vínculos com os países socialistas para não dar aos Estados Unidos, o pretexto que tanto necessitam para uma intervenção militar. Mas é certo, que sem a solidariedade dos países capitalistas europeus os Estados Unidos já teriam invadido o país.

## O PROCESSO DA REVOLUÇÃO SALVADORENHA:

### da organização popular à FMLN-FDR (avaliação dos seis anos da guerra)

No atual nível de desenvolvimento da guerra revolucionária de nosso povo, incidem de maneira dialética, diferentes etapas históricas que combinam todas as formas de luta, até chegar à luta armada como o eixo fundamental do processo e da atual situação revolucionária.

Em 1930, El Salvador viveu uma situação revolucionária, que culminou na primeira grande experiência de luta armada com a insurreição de 1932, liderada pelo Partido Comunista de El Salvador, que tinha por seu dirigente máximo Agustín Farabundo Martí. Desde essa época até nossos dias o movimento revolucionário passou por um longo processo de acumulação de forças que resulta na atual situação revolucionária e que podemos dividir historicamente em quatro grandes fases:

#### PRIMEIRA FASE:

##### período das lutas patrióticas e eleitorais

É o período das grandes mobilizações populares, greves e lutas eleitorais, que antecedem às eleições de 1972 e o próprio processo de mobilização popular em torno das eleições. Inclui as grandes greves dos professores e operários nos finais da década de 60. Neste período são produzidas as primeiras tentativas de iniciar a luta armada, com a influência que exerce a revolução cubana, nos anos 1970-72 quando surgem as primeiras organizações clandestinas armadas, atuando como guerrilha urbana. No entanto, a luta armada não aparece ainda na cena política. O esforço principal nesse momento, era a preparação e consolidação dos quadros que a impulsionariam e que provinham em sua maioria da crescente radicalização da atividade das massas durante essa fase.

#### SEGUNDA FASE:

##### a luta armada urbana - de 1972 a 1975

O elemento mais importante deste período é o surgimento de uma luta armada com ações urbanas cada vez maiores. Em março de 1972, na própria conjuntura eleitoral, ocorre a primeira ação armada; a acumulação de forças por parte das massas através da luta eleitoral continua.

É estabelecido nesses anos um processo dialético de contradição nas formas de luta. O desenvolvimento desta contradição, podemos considerar assim, foi uma etapa necessária para a acumulação de forças revolucionárias e a construção de sua vanguarda.

É possível que a fase mais dura dessa contradição tenha se dado durante o ano de 1974. Nesse ano, surge a Frente de Ação Popular Unificada (FAPU), que foi o primeiro esforço do movimento revolucionário por uma nova alternativa para as massas, que se articulará e crescerá com a luta armada. A FAPU é também a primeira expressão no novo tipo de unidade e concretização de alianças políticas com outros setores sociais.

Todas as correntes do movimento revolucionário unem-se à procura de novas alternativas para as massas, cada qual a partir de suas próprias experiências.

#### TERCEIRA FASE:

##### novas formas de lutas populares na cidade e no campo - de 1975 a 1981

O elemento mais importante deste período é o surgimento de novas formas na luta popular. Surgem a autodefesa e a milícia popular acompanhando as greves, os protestos nas ruas, se fortalece a guerrilha urbana e começam a operar as primeiras unidades militares no campo.

A grande novidade desse período é o surgimento do Bloco Popular Revolucionário, em agosto de 75. A partir do BPR conjugam-se de forma crescente as lutas reivindicativas populares, a conscientização de classe e o fortalecimento da luta armada como a principal forma de luta. Resultando desses elementos, em 1980 ocorre a primeira agudização da situação revolucionária. Mas a unidade incompleta e a precária organização do movimento revolucionário na época, impediram que o povo tomasse o poder. Apesar desse aspecto negativo, os acontecimentos de então, resultaram num rico acúmulo de experiências históricas e políticas, que deram uma significação decisiva para o curso ascendente da revolução.

Diante da conjuntura salvadorenha e das promessas não cumpridas por parte do governo e a crescente intervenção norte-americana, ficou evidente para as forças revolucionárias, que a luta eleitoral e outras formas tradicionais de lutas estavam esgotadas como caminho para a tomada do poder pelo povo. Por conseguinte, houve o processo de unificação de todas as forças revolucionárias em torno da luta armada, dando origem à Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), que é a configuração final da vanguarda da revolução, e por isso mesmo, o elemento estratégico fundamental da mesma.

Por outro lado, foi constituída uma aliança das forças revolucionárias com as amplas forças democráticas, originando a Frente Democrática Revolucionária (FDR), que é o órgão aglutinador e canalizador da ação política a nível nacional e internacional, particularizando-se a luta diplomática na promoção do reconhecimento por parte dos governos de outros países, da FMLN-FDR como a legítima representante do povo salvadorenho.

#### QUARTA FASE:

##### A GUERRA - da ofensiva geral até hoje

Para compreender o atual estado de desenvolvimento da Guerra Popular Revolucionária, suas perspectivas e a campanha vitoriosa que vem conseguindo graças à acertada direção da FMLN (Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional), é necessário percorrer as várias etapas pelas quais passou, particularmente no terreno militar, durante os cinco últimos anos. Assim, de maneira esquemática vamos percorrer os passos da revolução salvadorenha para depois chegarmos ao estado atual da Revolução.

#### A OFENSIVA DE 10 DE JANEIRO

A ofensiva geral de 10 de janeiro de 1981, significou a deflagração da guerra propriamente dita, uma vez que desde então, a FMLN passou a enfrentar permanentemente as forças armadas da ditadura. Apesar da ofensiva não ter se destinado a um triunfo imediato, evidenciou-se que a FMLN constituía uma força militar real em desenvolvimento. A generalização das ações armadas e não armadas protagonizadas pelas forças revolucionárias, obrigaram ao Comando do exército salvadorenho a reconsiderar seu esquema triunfalista, segundo o qual a FMLN não representava qualquer perigo militar.

#### PRIMEIRA ETAPA DA GUERRA

Após a primeira ofensiva, seguiu-se a movimentação da FMLN para as áreas de atividade guerrilheira, operando com batalhões de retaguarda e de comando nas zonas de combate, uma vez que eram nesses territórios que o exército salvadorenho concentrava os ataques. Diante da realidade do estabelecimen-

to da FMLN nas zonas guerrilheiras, a ditadura concluiu que se fazia urgente uma operação estratégica para aniquilar rapidamente as forças revolucionárias que haviam participado do ataque de 10 de janeiro de 1981 posto que, segundo o exército, a FMLN estava profundamente desgastada, debilitada e sem experiência combativa para enfrentar militarmente as forças armadas bem treinadas e equipadas de El Salvador.

Teve início então, a primeira etapa da guerra que se caracterizou pela estratégia adotada pelo exército salvadorenho de proceder a pequenas, médias e grandes operações de cerco e destruição conforme as regras de uma guerra regular. O emprego de numerosos efetivos e sofisticados equipamentos militares por parte do exército salvadorenho, foi acompanhado de uma intensa propaganda a nível mundial que visava produzir o isolamento político-diplomático da FMLN-FDR.

Para impedir e derrotar esse objetivo da ditadura, a FMLN adotou a linha de "resistir, crescer e avançar". No terreno da luta armada propriamente dita, as ofensivas do exército salvadorenho foram derrotadas uma a uma, na base do combate defensivo ativo, inerente à orientação de resistir aproveitando o domínio que a FMLN tinha do terreno e o amplo apoio popular. De fato, todas as bases guerrilheiras resistiram exitosamente às operações de cerco e combate do exército salvadorenho, causando no mesmo um profundo desgaste material e humano. Dessa forma, a FMLN pôde preservar e aumentar as forças, passando da defesa das forças político-militares à consolidação do controle dos territórios nas zonas guerrilheiras. A estratégia de "resistir, crescer e avançar" havia dado certo.

#### SEGUNDA ETAPA DA GUERRA

Enquanto o exército salvadorenho padecia um grande desgaste moral, a FMLN se fortalecia e crescia. Nesta circunstância, pareceu lógico à FMLN, que se deveria proceder à tomada de iniciativa na guerra e avançar mais a luta, abandonando por um instante a tática da posição defensiva. Foi nessa perspectiva que entre julho e agosto de 1981, a FMLN desenvolveu a primeira campanha nacional político-militar com caráter ofensivo que logrou frear as atividades em curso do exército salvadorenho que agora não podia mais se deslocar facilmente nos territórios ocupados pela FMLN precisando permanecer em posições fixas. A FMLN passou a golpear com resultados positivos algumas pequenas bases do exército posicionadas em locais distantes da zona eminentemente guerrilheira (Perquín, Morazán, por exemplo); sabotou a energia elétrica e controlou estradas importantes - essas ações guerrilheiras mostraram para aqueles que ainda estavam céticos, que em El Salvador se travava uma guerra e que a FMLN já se constituía numa forte força militar. Com essas operações, a FMLN aumentou as áreas sob seu controle.

Acompanhando as conquistas militares, vieram os êxitos diplomáticos e políticos, pois a França e o México reconheceram a FMLN-FDR como forças representativas.

Num curto espaço de tempo, a FMLN havia conseguido colocar o exército salvadorenho na defensiva, conquistado o reconhecimento político internacional e frustrado a primeira tentativa norte-americana de intervir no país.

Diante do novo quadro militar salvadorenho que revelava amplas vantagens para a FMLN, o governo norte-americano intensificou drasticamente o envio de assessores militares e ajuda econômica. Os Estados Unidos apostavam que a implementação de uma guerra sofisticada em El Salvador, teria condições de derrotar a guerrilha das forças revolucionárias.

Os Estados Unidos e o exército salvadorenho, passaram a atacar a guerrilha com estratégias de uma guerra convencional, mas sofisticada com a "Guerra bacteriológica" (bombardeio de napalm nas plantações dos camponeses) e o emprego de helicópteros de bombardeio, drogas para torturas, etc.

Com a assistência norte-americana ao exército salvadorenho, a guerra passa para outra etapa, ainda que permaneça a estratégia original de encerrar e isolar a guerrilha em pequenos territórios no norte do país, fronteiriços com Honduras, para depois destruí-la. No campo político com vistas a isolar a FMLN das relações internacionais e justificar o aumento da intervenção, a administração norte-americana impôs à ditadura salvadorenha o chamado processo "democrático".

Seguindo sua própria estratégia montada para o caso de El Salvador os norte-americanos passaram a organizar os Batalhões de Infantaria de Reação Imediata que objetivava o rápido adestramento da tropa salvadorenha em táticas de contra-insurgência, melhoria de armamentos, aumento do número de assessores militares e criação de condições político-militares na América Central (transformação de Honduras numa base de lançamento para intervenção em outros países) para complementar seu esquema estratégico a fim de derrotar a guerrilha da FMLN.

Simultânea à ação armada, a administração norte-americana reservava no plano da política interna para El Salvador uma fantasiosa operação: as eleições presidenciais de 28 de março de 1982 que marcariam o início do processo democrático, se transformariam no elemento de destaque interno, superando o interesse ganho pela guerrilha. Se convocaria uma Assembléia Nacional Constituinte e assim o governo, aparentemente legitimado, receberia apoio internacional e a FMLN ficaria muito debilitada política e militarmente facilitando assim sua derrota.

Porém os planos norte-americanos e do governo salvadorenho fracassaram. Todo o trabalho realizado pela FMLN principalmente no campo militar antes, durante e depois das eleições, mostrou que a guerrilha estava cada vez mais forte. Posições do exército dentro da capital do país foram objeto de ataques e cidades importantes como Usulután abrigaram os revolucionários por vários dias sem que a ditadura pudesse impedir. As eleições acentuaram as contradições entre as forças de direita e, não previsto por Washington, os direitistas passaram a controlar os órgãos estatais responsáveis pela reforma política. O regime político entrou em nova crise (ameaças de golpe de Estado), e o esquema de condução da vida político-militar também deteriorou-se agravado pela crise provocada pela Guerra das Malvinas que forçou o governo e Reagan a reajustar os esquemas. As crises profundas dentro da própria direita só foram atenuadas quando o Pentágono firmou e impôs uma série de compromissos com os grupos de direita e os militares.

#### TERCEIRA ETAPA DA GUERRA

A partir do instante da crise interna no governo, abriu-se para a FMLN uma nova etapa na guerra de libertação. Desde meados de 1982 até o fim de 1983 ao colocar em prática a tática da concentração de forças (um grande contingente guerrilheiro em ataque), a FMLN causou milhares de baixas nastro pas do governo e ocupou, no final de 1983, o quartel da Quarta Brigada de Infantaria de El Paraíso, no Departamento de Chalatenango. Na região norte do país, a FMLN obrigou o alto comando das forças armadas a abandonar várias posições conquistadas em lutas anteriores que funcionavam como uma barreira para conter o avanço da guerrilha. Com a derrota do exército salvadorenho nessa região do país, a FMLN teve condições de aumentar as áreas sob seu controle e consolidar suas bases no norte do país.

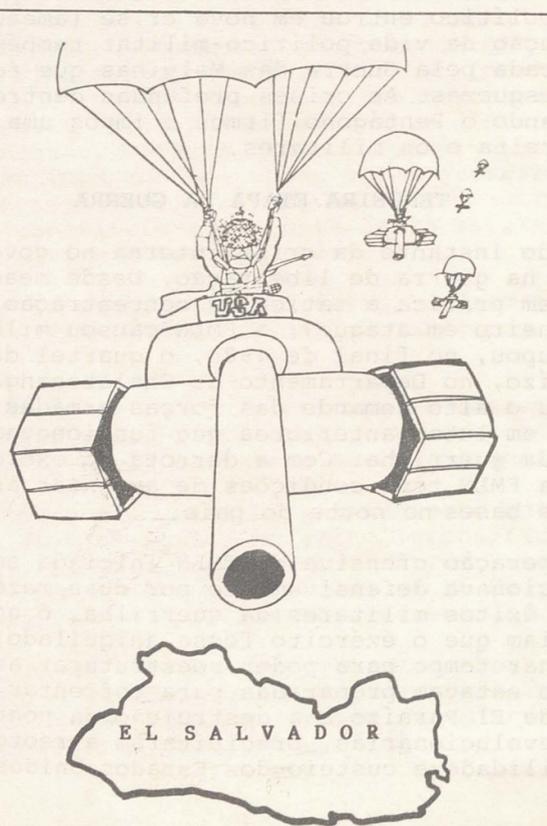
Desde a operação ofensiva da FMLN iniciada em 1981, o exército governamental se posicionava defensivamente por duas razões: primeiro porque face aos sucessivos êxitos militares da guerrilha, o governo e a assessoria norte-americana temiam que o exército fosse aniquilado; segundo porque a ditadura esperava ganhar tempo para poder reestruturar as forças armadas e as estratégias que não estavam preparadas para enfrentar o poderio militar guerrilheiro. A tomada de El Paraíso e a destruição da ponte mais importante do país pelas forças revolucionárias, precipitaram a reorganização do exército sob total responsabilidade e custeio dos Estados Unidos.

A estratégia empregada pelo exército salvadorenho era a secularmente estabelecida para defender os interesses da oligarquia rural no interior do país. Não tinha e não tem qualquer condição de enfrentar a nova realidade militar protagonizada pela FMLN. Os norte-americanos sabem disso, pois passaram por experiências muito danosas: Nicarágua, Vietnã, etc. Os militares optaram por um esquema que desse mobilidade para a tropa, na tentativa de combater em pé de igualdade com a guerrilha e assim passar de um estado defensivo para o ofensivo. Contudo o plano cai novamente ao nível da defesa, porque a tropa procura resguardar seus efetivos e deixa desprotegidas as instâncias político-administrativas do país. Os militares passaram a defender a sobrevivência de sua própria classe e de seu aparato belicista, colocando o país à beira de um golpe de estado. Ademais faltam às tropas governamentais uma série de quesitos fundamentais para empreender uma ação contra-insurgente: a falta de experiência em combate, desconhecimento do território, falta de comunicação com o povo, etc.

Os norte-americanos tiveram muita dificuldade para convencer os oficiais salvadorenhos a abandonar a estratégia da guerra regular e passar à adoção de novos métodos. Mas quando os Estados Unidos impediu a implosão do exército e ofertou generosas ajudas milionárias, os oficiais aceitaram o fato de que urgentes mudanças deveriam ser processadas e teve início a total reestruturação das forças armadas salvadorenhas para adaptá-las ao esquema de luta contra-insurgente.

As transformações militares de pronto se fizeram perceber: de três passaram a seis as Brigadas de Infantaria, cujos grupamentos de tropas foram espalhados por todo o país em funções de contra-insurgência e não mais de defesa dos interesses da classe dominante. Foram organizadas outras categorias de tropas: as helitransportadas, as Patrulhas de Reconhecimento de Longo Alcance (PRAL), os Batalhões Antiterroristas, a Defesa Civil, os Batalhões Piranha da Marinha Nacional e os Batalhões de Reação Imediata. Os norte-americanos tomaram o controle da condução estratégica, tática e operacional do exército de El Salvador.

HUMOR: MARIANO



#### QUARTA ETAPA DA GUERRA

No plano norte-americano de destruição da FMLN que foi posto em prática mediante a tomada do exército governamental, os objetivos eram: desgastar profundamente a FMLN interrompendo sua iniciativa ofensiva; desarticular seus planos operacionais, disputar a colaboração e apoio popular com a FMLN, mediante intensas campanhas político-militares de pacificação; promover a desestabilização nas zonas controladas pelas forças revolucionárias; formar redes de colaboradores; desestruturar os quadros da FMLN mediante infiltração de provocadores e utilização da guerra psicológica. Todas essas operações visavam fazer com que a FMLN retrocedesse sua postura ofensiva e passasse à defensiva, condenando-se assim à derrota.

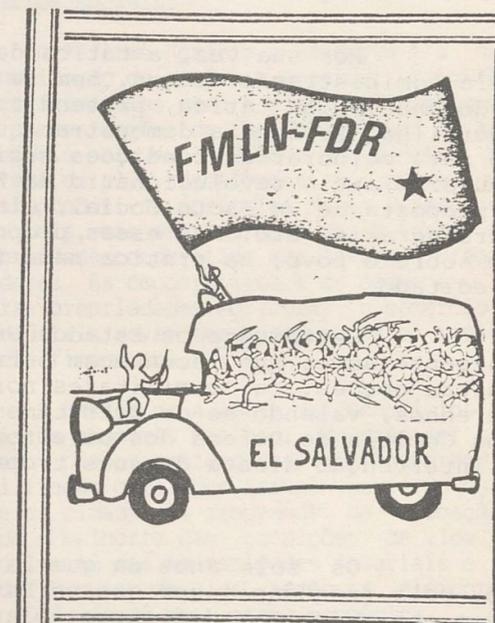
O novo plano contra-insurgente idealizado pelos norte-americanos, sem dúvida era mais complexo, sofisticado e alternativo. Poderia ser aplicado com êxito se a FMLN continuasse com a mesma tática empregada em 1983, isto é, atacar com unidades compactas e grande contingente de guerrilheiros. Por isso, quando o plano contra-insurgente foi posto em prática, o exército salvadorenho atacava a retaguarda da FMLN apoiado pela aviação, tropas helitransportadas e artilharia pesada.

Perante tal situação, a FMLN decidiu fazer um reajuste na sua tática para derrotar o plano norte-americano. A estratégia utilizada passou à desconcentração de forças, isto é, divisão dos batalhões para operar enquanto guerrilha, distribuindo-se pelo território, selvas, atacando de surpresa e aos poucos mas em muitas regiões causando pesadas perdas ao inimigo. O exército salvadorenho viu-se desarticulado, desgastado, sem condições de localizar as forças revolucionárias e a moral da tropa baixou sensivelmente. A nova tática da FMLN desconcentrou as tropas salvadorenhas, anulando por completo a estratégia de guerra traçada por Washington.

Na guerra de desgaste impulsionada pela FMLN, destacam-se as operações de sabotagem à energia elétrica, transporte terrestre, produtos agrícolas, etc. O exército salvadorenho não tinha nenhuma capacidade de impedir tais ações visto que não se detinha a vigiar estradas, armazéns, locais estratégicos e sim permanecia compacto dedicando-se à aniquilação da guerrilha. Deixando desguarnecidos os objetivos econômicos, a miséria e o desemprego atingiu de forma brutal a vida do país - em que pese a milionária ajuda econômica de Reagan ao governo de Napoleón Duarte.

A mesma tática da FMLN está causando um grande desgaste político à ditadura, pois vem conquistando sistematicamente, o poder local nas regiões em que atua, destituindo os mandatários nomeados por Duarte e por isso mesmo desarticulando o poder político do governo no interior do país. É evidente que em El Salvador, hoje, existem duas forças, dois poderes que se chocam tanto a nível militar quanto político-diplomático.

No aspecto militar, entre janeiro e agosto de 1985, a FMLN causou 4.300 baixas ao exército salvadorenho, entre mortos e feridos. Esse número expressivo, obrigou o Alto Comando das Forças Armadas, a evitarem os ataques nos terrenos onde a guerrilha se movimenta com facilidade e inclusive nas zonas periféricas das regiões liberadas (locais sob total controle da Revolução).



No momento, o que se constata é que a estratégia empregada pelos militares norte-americanos em El Salvador foi facilmente decifrada e derrotada pela guerrilha, apesar dos armamentos sofisticados, emprego da aviação e das armas bacteriológicas (o napalm, como no Vietnã é empregado indiscriminadamente).

#### O PLANO MILITAR DOS ESTADOS UNIDOS ESTÁ FRACASSANDO

A evidência do fracasso militar norte-americano em El Salvador, já produziu a desconfiança dos altos oficiais salvadorenhos em relação ao presente plano de contra-insurgência. De nada adiantaram as enormes campanhas propagandísticas de cunho triunfalista do exército, nem a mentirosa versão do "empate militar", veiculada pelo Pentágono, pois as forças revolucionárias, ao invés de recuar para manter as posições já conquistadas, continuam na ofensiva, alargando o território libertado e sua influência política.

Por sua vez, a tática da política interna idealizada por Duarte e pela administração Reagan, tem se revelado um grande engano para o povo salvadorenho. Dita tática, pretendia disputar o apoio e simpatia do povo com a guerrilha. Pretendia demonstrar que o governo estava disposto a fazer de tudo para melhorar as condições sócio-políticas e econômicas do país e assim anular o apelo revolucionário da FMLN. Formavam parte desse "apelo ao povo" a proposta de um Pacto Social, eleições presidenciais, reavaliação da estrutura agrária, etc. Mas essas propostas se restringiram ao impacto psicológico sobre o povo; na prática nada foi feito e o governo está totalmente desacreditado.

Certamente os Estados Unidos recorrerão a um novo plano contra-insurgente antes que reconheçam o fracasso do plano em vigência. E não restam muitas opções: ou os militares norte-americanos aumentam os efetivos salvadorenhos, valendo-se do recrutamento forçado - denunciado inúmeras vezes pelos Comitês de Defesa dos Direitos Humanos de El Salvador - ou partem para a intervenção direta de suas tropas no país.

#### CONCLUSÃO

Os seis anos da guerra em El Salvador se caracterizam, por um lado, pela frequência com que os Estados Unidos e os oficiais salvadorenhos se vêem obrigados a modificar os planos da guerra para impedir a derrota do exército, mantendo-se na defensiva. E por outro lado, pelas sucessivas derrotas que a FMLN vem infligindo às forças armadas, mantendo-se no esquema ofensivo da Guerra Popular Revolucionária.

#### A ATUALIDADE DESTA ANÁLISE SE CONFIRMA

O artigo "O Processo da Revolução Salvadorenha", foi publicado no SISAC da 2ª quinzena de janeiro de 1986, no número 57. Foi necessário anexá-lo a este Dossiê sobre El Salvador, não só pelo registro histórico que nos brinda, mas pela atualidade da análise que constata o fracasso das estratégias norte-americanas que tentam eliminar as forças revolucionárias. A visão madura da realidade por parte da FMLN, está evidente no referido artigo, quando alerta que os Estados Unidos recorrerão a um outro plano contra-insurgente e para realizá-lo, forçarão o governo salvadorenho a recrutar mais soldados à força.

De fato, seis meses após a previsão da FMLN, o governo salvadorenho e a administração norte-americana, lançam em julho deste ano, o novo plano contra-insurgente batizado de "Unidos Para Reconstruir". O plano, como veremos neste Dossiê, pressupõe a eliminação militar das forças revolucionárias e a "reconstrução" do país, a partir da utilização daqueles que forem cooptados pela ditadura salvadorenha. Os instrumentos para o sucesso desse novo Plano, serão as forças armadas, a guerra psicológica (ressurreição do populismo e fortalecimento da contra-informação), a espionagem e o controle absoluto de toda a população salvadorenha.

Se você acompanha o SISAC, perceberá que este novo plano contra-insurgente, possui muitas semelhanças com outros planos que foram aplicados no Vietnã e o são agora na Guatemala; como sempre, pelos estrategistas norte-americanos.

## POR QUE LUTA A FMLN?

Frente a uma situação tão grave quanto a que vive atualmente América Central, convém perguntar qual das partes em conflito que se mostra inflexível e impede a possibilidade de uma solução não militar do conflito.

Para tanto, é importante analisar quais são os objetivos da luta da FMLN, para podermos determinar se o problema reside na defesa intransigente do atual poder por parte do governo salvadorenho e da Administração Reagan ou se é a FMLN que não tem qualquer entendimento com as demais forças sociais.

Durante estes anos de conflito, a administração norte-americana e seus aliados internos em El Salvador, tentaram evitar que a FMLN pudesse ter contato ou intercambiar idéias com outros setores da sociedade. Apesar das pressões, a FMLN tem persistido em comunicar-se com outras forças como uma forma de contribuir para a busca da paz.

Uma das formas do governo coibir que setores sociais se aproximem da FMLN é promover prisões e assassinatos de todos aqueles que desafiarem a proibição.

Formando parte da estratégia para derrotar a insurreição, o governo salvadorenho e os Estados Unidos define que os objetivos da FMLN são: destruir a economia do país e erradicar a propriedade privada; impor um governo exclusivo da FMLN-FDR; destruir o exército nacional e definir El Salvador como um país satélite da União Soviética.

Esta pregação do governo é totalmente falsa e objetiva impedir que outros setores sociais escutem as propostas da FMLN, resultando dessa aproximação, o surgimento de um consenso nacional que vise uma legítima solução democrática para o conflito do país.

#### AS QUATRO GRANDES LUTAS DA F.M.L.N.

1 uma nova ordem econômica e social que assegure uma melhor distribuição da riqueza nacional, contribuindo com isso, para a solução dos problemas de saúde, alimentação e educação da classe trabalhadora. O governo sustenta que a FMLN é contrária a toda forma de propriedade privada e planeja expropriar e destruir todos os cafezais, algodãois, indústrias e comércio do país.

Tudo isto é absolutamente falso, pois a FMLN edifica seus planos sobre bases obje-

tivas e realistas. Não é lógico, por razões contrárias à própria estabilidade e desenvolvimento econômico do país, expropriar a todos os setores privados, porque isso afetaria seriamente a capacidade de condução da economia nacional. Um plano de desenvolvimento econômico deve aproveitar o potencial do setor privado para obter maiores benefícios sociais.

A Reforma Agrária e Bancária e a nacionalização do comércio exterior deverão estar orientadas para a eliminação das grandes concentrações de capital que são as responsáveis pela exploração e manutenção da pobreza do povo trabalhador. As grandes unidades produtivas agrícolas devem permanecer como tais, mas estruturadas sob a forma de propriedade cooperativa nas mãos dos trabalhadores. As cooperativas e as pequenas e médias propriedades agrícolas, o comércio e a indústria devem ter asseguradas a assistência financeira.

A partir do aumento dos benefícios sociais da economia nacional, deverão ser realizados planos contundentes que integrem a mobilização geral dos trabalhadores do campo e da cidade aos programas de educação, saúde e melhoria das condições de vida. O atendimento das necessidades salariais e a queda do custo de vida, serão os elementos prioritários na nova ordem econômica.

2 em segundo lugar a FMLN luta por um governo de ampla participação de todas as forças políticas democráticas, inclusive a FMLN-FDR.

O atual governo sustenta que a FMLN quer um regime seu, exclusivo. Esta é outra falsidade de um governo que não dá qualquer espaço às organizações populares e revolucionárias e que mantém os demais setores sociais a mercê das decisões do exército.

A FMLN defende que o governo de ampla participação popular deve garantir a liberdade de expressão e organização, o respeito aos direitos humanos e a realização de eleições verdadeiramente livres com a participação de todas as forças sociais.

A FMLN propõe que a composição do organismo que dirigirá o poder executivo e os principais cargos públicos, deve ser o resultado do consenso de todas as forças participantes. A base desse novo governo deve ser o verdadeiro funcionamento dos três poderes do Estado com capacidade para levar

adiante os planos e acordos resultantes da decisão majoritária das forças participantes no poder e não através da imposição da vontade do exército ou dos grupos econômicos mais poderosos.

**3** em terceiro lugar a FMLN luta por um novo exército nacional, tendo como base constitutiva o atual exército e as forças militares da FMLN.

Nas Forças Armadas do governo descansa o poder das classes dominantes e a mais forte influência dos Estados Unidos. É por essa razão que estes negam-se a ceder o poder no terreno militar, pois o exército é o instrumento com que as classes dominantes e os EUA contam para impedir que sejam processadas reformas e mudanças no país.

Recompor o poder militar a partir da consideração que existem dois exércitos, é uma necessidade fundamental, sem a qual é impossível alcançar a paz. Enquanto o poder militar mantiver-se como está hoje, será impossível democratizar ou transformar o país.

A FMLN não propõe a destruição do exército do governo, mas a organização de um novo poder militar, baseado no atual exército e na FMLN.

Dentro das Forças Armadas há chefes, oficiais e tropas com pensamento democrático que podem constituir-se como base para a formação de um novo exército junto à FMLN.

**4** o quarto objetivo de luta da FMLN é o estabelecimento de uma política exterior de plena independência nacional e não alinhamento.

O novo governo deverá estabelecer relações com qualquer país do mundo, desde que convenham aos nossos interesses econômicos e sociais, sem discriminar o sistema político de governo que possuam.

A FMLN considera estratégicas e fundamentais as relações de nosso país com os Estados Unidos, desde que hajam condições de benefícios mútuos e respeito político à nossa soberania.

A FMLN considera que por razões históricas e por nossa situação geográfica, são vitais as relações econômicas e a convivência pacífica com Guatemala, Honduras e todos os países da América Central e Latina.

## NOSSO PEQUENO PAÍS AMEAÇA A SEGURANÇA NACIONAL DOS E.U.A. ?

A administração do presidente Reagan afirma que uma mudança na situação salvadorena em favor da FMLN, afetaria a segurança nacional dos Estados Unidos, pois considera que toda transformação econômico-social na região é uma ameaça soviética.

Na realidade a atual administração norte-americana tem a certeza absoluta que não existe uma ameaça à sua segurança nacional ao serem produzidas mudanças na região; o que de fato estão ameaçadas são as relações de dependência econômica e política da América Latina com os E.U.A..

Não é correto que uma revolução a mais ou uma transformação na situação da América Central, ameaçariam a estabilidade do México e as demais nações do continente. Muito ao contrário: o surgimento de mais nações com independência política e econômica em relação aos E.U.A., com governos estáveis, fortes e promotores de transformações internas que acelerem seu desenvolvimento econômico, ajudaria a luta por melhores condições de intercâmbio entre a América Latina e os Estados Unidos e a defesa de melhores condições para a exploração das enormes riquezas naturais do México, Venezuela, Argentina, Brasil, etc. E isto não significa revoluções em mais países, mas o desenvolvimento de suas atuais economias capitalistas.

Estados Unidos resistem em compreender que mais cedo do que tarde deverá modificar os termos de suas relações com a América e que sua política de violar a soberania e a economia das nações latino-americanas já entrou em choque com as próprias perspectivas de desenvolvimento das nações com maiores recursos do continente.

Não é o conflito União Soviética X EUA, que constitui o centro da problemática centro-americana, mas as relações dos EUA com a América Latina.

Estados Unidos consideram as riquezas naturais da América Latina como suas principais reservas estratégicas e da mesma forma considera o conjunto das nações latino-americanas como uma força fundamental que os apóie politicamente no terreno internacional.

A segurança nacional dos Estados Unidos não está ameaçada porque a FMLN aspira a um governo soberano, independente e não alinhado; o que estão ameaçados são os ter-

mos injustos com que os Estados Unidos vêm manejando suas relações econômicas com a América Latina e portanto, nestas condições, o conflito América Latina X EUA nada tem a ver com o conflito Leste-Oeste (EUA X URSS).

Na manutenção de sua política para a América Latina, os Estados Unidos têm utilizado a chantagem, a ameaça militar, o assassinato político, os golpes de estado e dezenas de agressões diretas.

O assassinato de Jaime Roldós, presidente do Equador; o assassinato do general Omar Torrijos, chefe da Guarda Nacional do Panamá e a queda do poder do partido de Michael Manley na Jamaica, poderiam ser deduzidos do conteúdo do documento elaborado pelo Grupo de Santa Fé, que determina as bases da política exterior do governo de Ronald Reagan para a América Latina. Nenhum desses governos ou chefes de Estado que sofreram agressões deliberadas pelos EUA, eram comunistas. Todos eles lutavam apenas por uma política de independência e não alinhamento.

As determinações do documento de Santa Fé, prevêem para a América Central, a intervenção e a destruição militar de nossas forças e das forças revolucionárias da América Central e do Caribe.

Ao persistir nessa política, os Estados Unidos definem-se contrários à paz e à solução política do conflito; o que a FMLN propõe como seu objetivo de luta no que se refere à política exterior é uma reivindicação justa que tem uma inspiração nacional e patriótica.

Nenhum dos quatro objetos de luta da FMLN inspira-se no estabelecimento de um poder absoluto para suas forças. Do conteúdo dos mesmos, conclui-se que existe flexibilidade, realismo, aspirações patrióticas e revolucionárias e vontade de paz.

A FMLN mantém e persiste em sua política de diálogo pela paz em El Salvador. Temos contatos com todas as forças interessadas na paz; a FMLN aspira a uma solução justa que garanta plenamente os interesses dos trabalhadores e da maioria do povo salvadoreno; com essa determinação, propõe os quatro objetivos de luta.

Todos os setores sociais, políticos e econômicos de El Salvador devem meditar sobre as propostas da FMLN; esta atitude é muito melhor que correr o risco de uma guerra que acabará com os recursos econômicos de milhares de pequenos e médios proprietários e deixará sem nenhuma capacidade de decisão

política as atuais forças no poder que passarão de forma mais evidente a desempenhar o desonroso papel histórico de marionetes dos Estados Unidos. (...)

Temos fé absoluta na vitória e não nos assusta a intervenção; recordamos sempre as razões fundamentais de nossa luta e por isso não esquecemos as crianças que morrem diariamente por desnutrição; não esquecemos a aflição de milhares de famílias que não têm onde buscar seu sustento; não esquecemos as famílias operárias que vivem nas periferias de San Salvador e de outras cidades; não esquecemos a tristeza de nosso povo analfabeto e descalço; não esquecemos o dramático quadro de pobreza de nossos camponeses em todos os cantos do país que alimentam-se apenas com tortillas e sal; não esquecemos as nossas crianças abandonadas, passando fome e enchendo as ruas das cidades fazendo qualquer coisa para poder sobreviver; não esquecemos os contrastes entre o luxo insultante das mansões dos oligarcas com a falta de escolas, hospitais e casas para o nosso povo; não esquecemos a violação da dignidade de nossas mulheres nas fábricas como operárias, nos mercados como pequenas e humildes vendedoras e aquelas que servem nas casas dos ricos; não esquecemos os massacrados nas ruas e praças de San Salvador; não esquecemos os torturados, os desaparecidos, os aprisionados, os cristãos perseguidos, os que padecem e sofrem o exílio; não esquecemos os decapitados e assassinados das formas mais incríveis e atrozes e não esquecemos que por detrás de cada um de nossos combatentes há um irmão, um pai, uma mãe ou um filho assassinado por uma das ditaduras mais cruéis e sangüinárias da América Latina.

Por tudo isto estamos alçados em armas e nada disto terminou ou terminará, sem que o povo se organize para garantir a paz.

Lutamos em nome da Pátria que sonharam nossos heróis, da pátria de paz e bem-estar para os pobres com que sonhou nosso maior mártir, Monsenhor Romero.

Em nome da pátria liberada de exploração e miséria e convertida em um centro de felicidade das crianças e dos trabalhadores com que sonharam Rafael Arce Zablah, Francisco Martínez, (Gonzalo), Mélida Anaya Montes (Ana Maria), Felipe Peña, Lil Milagro Ramírez, Rafael Aguiñada Carranza e todos os heróis nacionais que com profunda fé no povo iniciaram a construção das forças que hoje nos permite aspirar à vitória.

Em nome desta pátria sangrada, mas insurreta e digna não nos renderemos nem acei-

taremos a chantagem imperialista; nossas armas são a garantia para um futuro de paz, liberdade, democracia e felicidade para nosso povo e não serão depostas jamais.

Nós, filhos de Farabundo Martí, sabemos responder e vencer se a agressão imperialista nos impor a defesa da soberania nacional.

**MORTE AO IMPERIALISMO!!**

**VIVA O EXÉRCITO  
REVOLUCIONÁRIO DO POVO!!**

## REVOLUÇÃO OU MORTE!



**Morazán, livre e heróico  
setembro de 1983**

**5**

## A FMLN É FAVORÁVEL AO DIÁLOGO E À SOLUÇÃO POLÍTICA DA GUERRA

Nosso país vive há cinco anos uma guerra que poderá prolongar-se muito mais, conforme o nível cada vez maior de intervenção política, militar e econômica do governo dos Estados Unidos que é também o grande obstáculo para o desenvolvimento do diálogo e permanentemente conspira para destruir as possibilidades de um entendimento nacional.

A Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) e a Frente Democrática Revolucionária (FDR), vêm oferecendo desde o primeiro mês da guerra, uma após outra, numerosas iniciativas de diálogo.

Há um ano, no encontro de Ayagualo, apresentamos uma proposta de Solução Política Global.

Mas nossas iniciativas vêm sendo bloqueadas sistematicamente. A administração norte-americana, o governo e o exército salvadorenho e a oligarquia, centralizaram suas esperanças em nos derrotar militarmente, apoiados pelo poderio dos Estados Unidos.

A realidade da guerra, mostra que apesar da crescente e profunda intervenção norte-americana, vimos nos estendendo pelo território nacional e crescem em quantidade e qualidade as nossas forças. Em 1981 combatíamos apenas em cinco departamentos do país; em 1985 o fazemos em doze dos quatorze departamentos.

Não obstante, Reagan segue apostando na solução militar, enquanto Duarte e os militares, cegos pela ambição do poder político e econômico obedecem docilmente as ordens do imperialismo e vendem a soberania nacional. A classe dominante ao mesmo tempo que fala em favor da soberania, lucra com a guerra, retira o dinheiro do país e também espera nossa derrota militar para continuar a garantir seus privilégios.

Nos cinco anos de guerra, a FMLN demonstrou capacidade para derrotar uma após uma as distintas fases da intervenção norte-americana. Atualmente, a escalada intervencionista é uma das mais elevadas na história da contra-insurgência do imperialismo norte-americano.

Nossa constante busca pela solução negociada, não se baseia na hipótese de termos vencidos militarmente, nem na chantagem de haver no futuro uma intervenção de tropas estrangeiras. Não desejamos a invasão, mas estaremos preparados para vencê-la, se ocorrer; nossa convicção é objetiva e nossa vontade é firme.

Também não creiam que nossas forças revolucionárias e o povo salvadorenho possam ser facilmente enganados, permitindo que seu desejo pela paz seja manipulado para instrumentalizar o diálogo em benefício da estratégia militar de contra-insurgência, como pretende Napoleón Duarte.

O sangue não tem sido derramado em vão; o povo deve satisfazer suas aspirações e conquistar aquilo pelo qual vem lutando a tantas décadas. As coisas não podem ficar como estavam antes da guerra, nem como estão agora. É neste momento histórico, que a FMLN objetiva através do diálogo, chegar à uma solução global do conflito, recuperando e garantindo a independência nacional, o direito popular à auto-determinação, à justiça social, ao respeito dos direitos humanos e a recomposição da estrutura de poder que garanta realmente os interesses majoritários do povo trabalhador.

Com a intenção de deixar completamente clara nossa posição perante os grupos e forças políticas internas e internacionais, apresentamos os princípios, elementos de análise, posições políticas e objetivos fundamentais da FMLN no processo de diálogo.

Convém esclarecer que nenhuma destas colocações consideradas de forma isolada, pode ser tratada por uma proposta específica de negociação. Um tema está ligado ao outro de maneira inseparável, não podendo ser destacado fora de seu conjunto para uma apreciação.

Na atual conjuntura salvadorenha, existem apenas duas perspectivas para o futuro imediato:

1. Que a guerra se prolongue mais, abrindo a possibilidade de uma intervenção de tropas estrangeiras, incluindo as dos Estados Unidos.
2. Uma solução política para o conflito, que ataque as causas econômicas, políticas e sociais que deram origem ao mesmo e que conduza o país à paz com independência, justiça e liberdade.

Apenas Reagan, a quem não importa a destruição do país e a submissão aos seus ditames geopolíticos e os irresponsáveis que colocam seus interesses pessoais acima dos da nação, podem optar pelo prolongamento da guerra.

Uma guerra de longa duração, cujo custo recairá sobre os trabalhadores, significa:

- a) Entrega maior da soberania nacional nas mãos do governo dos E.U.A.
- b) Grande perda de vidas humanas, refugiados de guerra, prisões, torturas, desemprego, fome e miséria.
- c) Aumento da destruição dos recursos naturais já escassos do país.
- d) Quebra de pequenas, médias e algumas grandes empresas.
- e) A eventualidade de que tropas norte-americanas sejam nosso solo.

A FMLN-FDR, tem a convicção que deve fazer todos os esforços para impedir o crescimento da agressão imperialista e reconquistar a independência nacional, antes que custe um maior número de vidas e destruição do país. Por isso continuará a promover a solução política através do diálogo e da negociação.

### PONTOS FUNDAMENTAIS DE NOSSA POSIÇÃO

I. As causas que deram origem à nossa guerra popular revolucionária, não só persistem até agora, como têm se agravado e tornado mais evidentes. O processo de diálogo não pode ignorar essa realidade e deixá-la fora da temática de discussão.

II. Existe uma objetiva e inegável situação de dualidade de poderes que têm expressão política, populacional, militar e territorial, quer dizer, em El Salvador existem duas estruturas de poder - a do governo e a da FMLN - sendo que tanto uma quanto a outra possuem sistemas políticos, econômicos e sociais diferentes e implantados nas regiões

sob sua influência.

III. Somos uma força política e militar em avanço e crescimento; temos segurança de alcançar a vitória e buscamos o diálogo e a solução negociada porque queremos anular os pretextos para a intervenção militar norte-americana e o grande custo social que a guerra causa ao nosso povo.

IV. Não existe democracia sem independência. Para haver paz, é necessário que a intervenção norte-americana em nosso país cesse imediatamente. Por isso, reforçamos a urgência do processo de diálogo e negociação que deve resolver os dois aspectos essenciais: a paz e a democracia.

V. Mantemos o diálogo com o governo, porque é o lado que está em guerra contra a FMLN e não porque seja um governo legítimo. Os processos eleitorais realizados são parte do plano contra-insurgente; carecem de validade e credibilidade, pois foram atrelados à vontade norte-americana e controlados pelas Forças Armadas genocidas e repressoras. Portanto não aceitamos a legitimidade de um governo imposto pelo exército e pelo governo dos Estados Unidos, à força de um pleito fraudulento.

VI. Nas condições atuais, nenhuma das partes em conflito pode exigir que o diálogo seja condicionado pela rendição ou deposição das armas para apenas um lado; mas essa é a posição irrealista do governo que exige a deposição das armas da FMLN para retomar o diálogo.

VII. Não reconhecemos a constituição do país, porque seu processo de elaboração e fundamentação histórica está viciado pretendendo perpetuar a injusta ordem econômica, social e política já existente e encobrir o plano contra-insurgente norte-americano que estamos derrotando. Da libertação que o povo salvadorenho há de conquistar, nascerá uma nova constituição que institucionalizará as bases de uma sociedade justa e livre.

VIII. Uma paz negociada através do diálogo, deve abranger a formação de um governo transitório de participação ampla que inclua a FMLN-FDR e a manutenção do poder armado das forças revolucionárias o mesmo ocorrendo com o atual governo e suas Forças Armadas. Esse governo transitório, trataria de resolver os problemas pendentes, inclusive a existência de dois exércitos e criaria as condições que permitam ao povo salvadorenho decidir democraticamente e livremente o futuro do país por meio de eleições verdadeiramente livres e limpas.

IX. A verdadeira humanização do conflito, apregoada pelo governo, só existirá quando houver a solução política global da guerra. É falsa a idéia de que as armas serão caladas de forma gradual conforme sejam estabelecidos acordos de humanização. Acrescenta-se que a humanização do conflito abarca uma temática ampla cuja solução deverá ser procurada através do processo de negociação. Nestas condições, estão os aspectos relacionados com o tratamento e troca de prisioneiros, fim dos bombardeios e uso de armas contra a população civil, pessoal médico, clínicas, escolas, etc., fim das torturas e desaparecimentos, a assistência aos feridos e refugiados de guerra, a suspensão do recrutamento forçado. Mas é preciso ter claro que estas questões ao serem negociadas, pressupõe que a guerra ainda dure e por isso mesmo, a humanização não pode ser integral num estado de guerra. A humanização plena só existirá quando houver a total solução política do conflito e não pode ser de outro modo.

X. Seguiremos lutando para que o diálogo chegue à uma solução política do conflito; em consequência nos opomos a que o diálogo seja utilizado pelo governo Duarte como uma manobra que sirva à política de Reagan contra o povo salvadorenho e sua agressão e chantagem contra Nicarágua.

XI. A sabotagem à economia de guerra é uma arma estratégica do povo e da FMLN. Negociaremos a questão, quando o governo e suas Forças Armadas renunciarem às armas igualmente estratégicas.

XII. O governo de Duarte joga sobre as costas do povo trabalhador, grande parte dos custos da guerra, apesar de receber ajudas milionárias do governo dos Estados Unidos. Ainda que a guerra revolucionária seja sustentada basicamente pela FMLN, reivindicamos o direito de expropriar os grandes fazendeiros e capitalistas que colaboram com a repressão

e são responsáveis pela injustiça social. Discutiremos esse ponto e estamos dispostos a negociar desde que o governo e o exército estejam dispostos a renunciar ao financiamento que recebem de Reagan.

XIII. Apesar de haver poucos casos e não ser comparável ao abastecimento logístico e bélico que recebem as Forças Armadas do Governo, a FMLN está disposta a negociar o controle e eliminação da ajuda militar externa que lhe é oferecida, se o governo renunciar à ajuda que recebe dos Estados Unidos.

XIV. Defendemos e sustentamos a proposta de paz que foi apresentada em Ayacucho para obter a solução política global do conflito.

XV. O diálogo deve ser sério, público e abrir-se a todos os setores da nação.

XVI. O diálogo para a negociação de uma solução política, necessita de intermediação; esta, para contribuir efetivamente, deverá guardar uma conduta imparcial e respeito à igualdade de direitos das partes em negociação. Requer também, um pequeno grupo de observadores, aceitos por ambas as partes.



El Salvador, novembro de 1985

COMANDO GERAL DA FMLN

Comandante Joaquín Villalobos  
Comandante Leonel González  
Comandante Shafick Jorge Handal  
Comandante Roberto Roca  
Comandante Fermán Cienfuegos



# “Unidos para Reconstruir”: a nova estratégia norte-americana que pretende derrotar a FMLN

Este é o documento do governo salvadoreño que anuncia o início da Campanha Unidos para Reconstruir.

## 1. ANTECEDENTES

A subversão mudou sua estratégia e táticas, declarando a guerra popular de longa duração, ao dispersar-se em pequenos grupos, realizando operações de fustigamento e emboscadas destruindo a economia nacional com a finalidade de controlar e manipular as massas urbanas e rurais, interferindo no exercício do Governo local em alguns estados e promovendo o terrorismo geral e sistemático, assim como uma intensa campanha de desinformação.

Enquanto as nossas Unidades fazem operações nas zonas de guerra, os terroristas páram de combater e passam a efetuar ações de sabotagem e destruição econômica.

O Governo da República chegou à uma situação militar favorável no decorrer do período 84-85-86, resultado das operações militares que obtiveram pleno êxito, efetuadas que foram pelas Forças Armadas a nível nacional.

Aproveitando esta situação militar favorável, consideramos ser necessário integrar o esforço nacional em todos os campos de ação para alcançar progressivamente a paz em nosso país. Por isso, o Governo da República estimou necessário desenvolver a campanha "UNIDOS PARA RECONSTRUIR", que pretende implantar um progresso balanceado nos campos de ação da vida nacional.

O objetivo principal e fundamental da Campanha, será a população civil e buscará satisfazer as aspirações mais desejadas por ela.

Para desenvolver a Campanha, é necessário que os fundos da ajuda exterior, canalizada através dos vários ministérios, sejam empregados prioritariamente no apoio à mesma.

Esta campanha iniciará em meados do ano fiscal de 1986, estabelecendo-se nas áreas prioritárias de cada estado da República; em julho de 1986 será feito o planejamento para 1987, utilizando para tanto, todos os recursos governamentais e a ajuda externa.

Os diversos Ministérios seguirão no cumprimento dos programas em que hoje estão empenhados: mas os projetos que se encontrarem em fase de planejamento e/ou implantação, se orientarão para satisfazer as necessidades das aldeias, povoados e municípios que serão atingidos pela Campanha.

## 2. CONCEPÇÃO DA CAMPANHA

Considerando que a guerra subversiva pela tomada do poder, tem 90% de caráter político, econômico, social e ideológico e somente 10% é militar; e dada a atual situação, estima-se que é o momento oportuno de estruturar mudanças na estratégia geral de nosso país, para lograr a paz verdadeira e permanente, a partir de uma autêntica democracia com liberdade e justiça.

Precisamos implantar uma estratégia de adequação que signifique uma alternativa para o povo e forneça à nossa sociedade uma nova forma de pensar, um novo modo de sentir e uma nova maneira de trabalhar sobre a base de uma verdadeira unidade nacional das diferentes forças vivas do país.

Portanto, um dos caminhos para encontrar uma solução global para a nossa crise e chegar à paz, é a Campanha "UNIDOS PARA RECONSTRUIR". A referida Campanha tem

uma concepção democrática, opondo-se à concepção marxista-leninista.

## 3. DESENVOLVIMENTO DA CAMPANHA

A Campanha iniciará em uma área prioritária selecionada de cada estado do país; portanto, são 14 áreas a nível nacional. Para a sua execução, serão integrados os esforços das Forças Militares locais, os organismos governamentais, a empresa privada, organizações civis e da população civil em geral, com a finalidade de atingir os objetivos estabelecidos nesta Campanha.

As fases da Campanha são as seguintes:

- \* operações de limpeza
- \* consolidação.

Têm especial importância nesta Campanha, as operações psicológicas, a organização e treinamento das Forças de Autodefesa, a Ação Cívica Militar e a participação ativa da população da área.

### ATIVIDADES DOS PARTICIPANTES

#### A- Empresa Privada a nível nacional e estadual

- Geração de fontes de trabalho
- Construção de obras para benefício comunitário
- Doação de víveres, medicamentos, roupa e materiais de construção
- Divulgação da Campanha
- Implementar o desenvolvimento da pequena e média empresa

#### B- Igreja

- A participação da Igreja estará dirigida a levar a orientação espiritual aos habitantes das áreas de consolidação e aos campos de refugiados

#### C- Organizações gremiais e sindicais

- Comunicar aos seus associados os êxitos e benefícios desta Campanha, para que participem ativamente em apoio à mesma

#### D- População Civil

- Organizar-se em busca do benefício comunal e autodefender sua comunidade
- Mobilizar-se em apoio da Campanha, para conquistar os objetivos estabelecidos pela mesma

#### E- Forças Armadas

- Proporcionar a segurança requerida nas áreas de consolidação da Campanha, através das operações militares
- Participar ativamente no planejamento, coordenação e execução das diferentes fases da Campanha
- Realizar as operações psicológicas
- Organizar, treinar e equipar as Forças de Autodefesa
- Isolar física e psicologicamente a população civil da subversão
- Seguir nas operações ofensivas contra a subversão a nível nacional
- Realizar Ação Cívica Militar e Combinada

#### F- Ministério do Trabalho

- Implantar cursos de capacitação para operários
- Atividades de recreação
- Comprovar o pagamento do salário mínimo em todos os setores produtivos

#### G- Ministério da Cultura e Comunicações

- Divulgação da Campanha
- Conscientização de população civil
- Atividades de recreação
- Reativação das Casas da Cultura

#### H- Ministério da Saúde Pública e Assistência Social

- Restaurar as Unidades de Saúde
- Campanha de vacinação
- Campanha antipalúdica
- Campanha de assistência médica para adultos e crianças
- Distribuição de medicamentos
- Saneamento ambiental
- Construção de Serviços Sanitários

#### I- Ministério da Educação

- Reconstrução das escolas infantis e para adultos
- Continuar o Plano de Alfabetização Salvadorenho (PAS)
- Produzir material didático
- Produzir material esportivo
- Produzir material de leitura docente
- Redistribuir os professores
- Proporcionar merenda escolar

#### J- Ministério do Interior

- Ação Cívica Combinada
- Reconstrução das sedes dos governos locais
- Reconstrução dos escritórios da central de telefonia rural
- Restauração do serviço de correio
- Atenção aos refugiados
- Restauração do serviço de eletricidade
- Reposição das autoridades locais
- Distribuição de gêneros de primeira necessidade
- Desenvolvimento comunitário
- Assentamento de refugiados
- Recenseamento da população
- Construção de conjuntos habitacionais

#### K- Ministério das Obras Públicas

- Construção de estradas vicinais ou reconstrução
- Construção de drenagens
- Construção e reparação de pontes
- Reparação das vias de comunicação
- Tratamento de água e purificação dos poços

#### L- Ministério da Agricultura e Pecuária

- Financiamento e assessoramento técnico para as cooperativas agrícolas, pecuárias e avícolas
- Financiamento a pequenos agricultores
- Coordenação do assentamento dos refugiados no setor reformado
- Campanhas de vacinação do gado

#### M- Ministério do Planejamento

- Coordenação dos Planos de Desenvolvimento do Governo com a Campanha
- Concessão de recursos aos vários Ministérios

## 7 Primeira avaliação da FMLN sobre a Campanha "UPR"

### O QUE É O PLANO "UNIDOS PARA RECONSTRUIR"

O general Adolfo Onecífero Blandón, chefe do Estado Maior das Forças Armadas de El Salvador, apresentou publicamente o novo plano contra-insurgente batizado ironicamente como "Unidos para Reconstruir". O novo plano, posto em prática no final de julho, foi idealizado e estruturado pelos assessores norte-americanos em El Salvador, pelo exército e pelo governo democrata-cristão.

Este plano, segundo palavras do general Blandón, é resultado da situação militar favorável conquistada pelo governo nos dois últimos anos (?) levando-o a bucar o progresso balanceado em todos os campos de ação da vida nacional.

O projeto político-militar que o governo e os Estados Unidos tentarão aplicar nos 14 estados do país, obedece a três etapas. A **primeira** consiste em "operações de limpeza" (isto é, extermínio das forças da FMLN e expulsão forçada da população que vive nas áreas de conflito); a **segunda** será a etapa de consolidação e preparação das condições para os futuros habitantes das zonas a serem invadidas pelo exército e, a **terceira**, será a etapa de reconstrução, que nada mais é que um programa de repovoamento com os civis adeptos ao regime.

As operações psicológicas (guerra psicológica), a organização e treinamento das forças de autodefesa e as ações cívico-militares, assim como a participação ativa da população na reativação econômica da área "reconstruída", são aspectos de especial importância neste plano.

Segundo definição do próprio general Blandón, o alvo desta Campanha será a população civil e para atingir o êxito, será necessária a colaboração de todos os setores sociais. Consideramos - disse Blandón - "que esta guerra já não é uma guerra clássica, à antiga, quando dois exércitos se confrontavam para conquistar territórios ou impor suas vontades. Esta é uma guerra na qual temos que conquistar as mentes e os corações da população. Já não é uma guerra puramente militar; é também econômica, social, política, ideológica e internacional".

Contudo, na Campanha serão utilizadas também as operações militares massivas e de longa duração, como as operações "Fênix", que começou em janeiro passado na zona de Guazapa, a "Tenente Chávez Carreño", em Chalatenango, a "Herson Calito" em Usulután e a "Heroes de Joateca", em Morazán.

Estas operações do exército foram desarticuladas, em grande medida, graças à capacidade militar da FMLN de desconcentrar e concentrar suas forças por todo o território. Por sua vez, o exército governamental atacou violentamente a população civil causando muitas vítimas e destruição de seus bens materiais.

A nova estratégia do governo para derrotar a FMLN, pretende inserir forçosamente a população civil na guerra, fazendo com que esta se una a ele, ao exército e às empresas privadas; pretende, além disso, organizar a população no que o governo denomina "Forças Patrióticas", que não é outra coisa senão uma modalidade de Defesa Civil e estruturar a rede de espionagem a favor do regime.

## AS FORÇAS ARMADAS DIRIGIRÃO O PLANO

Atendendo à esta nova concepção contra-insurgente, o exército passou a estabelecer suas próprias relações e fez acordos e compromissos políticos com os setores empresariais e políticos, inclusive com o próprio governo. (...)

O próprio general Blandón, assim como altos oficiais das Forças Armadas, vêm promovendo conferências e seminários em empresas, sindicatos, organizações, a alguns representantes da Igreja e sobretudo nos destacamentos militares.

A empresa privada vacila até agora, na decisão de apoiar a Campanha, pois para ela o investimento que necessariamente terá de fazer, não terá o retorno assegurado em lucros que tanto deseja.

Já para os setores majoritários da população, é difícil confiar em um plano que foi elaborado e será aplicado por aqueles que historicamente têm reprimido o povo.

Por sua vez, o arcebispo de San Salvador, Monsenhor Rivera y Damas, disse que a posição da Igreja em relação ao Plano, continua sendo a Defesa dos Direitos Humanos e afirmou haver recebido de alguns bispos do interior do país, sérias objeções quanto à formação da chamada "Defesa Civil".

## VERBAS E TREINAMENTOS

O plano "Unidos para Reconstruir", de orientação contra-revolucionária, será financiado por vários organismos norte-americanos, principalmente a Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID), que neste ano concedeu uma ajuda de 16 milhões de dólares. Todos os organismos norte-americanos que financiarão a Campanha em El Salvador, são os responsáveis pela sustentação da política intervencionista de Ronald Reagan na América Central.

O governo de José Napoleón Duarte e o exército recebem também assessoria do governo de Israel, no aprendizado de métodos contra-revolucionários, no tratamento aos refugiados de guerra e às comunidades camponesas. Recentemente, mais de 30 funcionários do Ministério do Interior, pertencentes à Comissão de Atenção aos Refugiados (CONADES) e da Direção do Desenvolvimento Comunal (DIDECO) fizeram um curso ministrado por especialistas israelenses do Centro de Capacitação Golda Meir.

O Plano "Unidos Para Reconstruir" (UPR), é um projeto político-militar extremamente ambicioso, pois requer o emprego de imensos recursos financeiros e a colaboração de todos os setores da sociedade salvadorenha. No entanto, comete o pecado fatal ao não levar em conta a continuidade da guerra, ao mesmo tempo que explora de maneira simplista, as origens da guerra revolucionária. É um plano que tem como objetivo alimentar a profunda contradição de um governo que tenta conquistar a simpatia popular, mas simultaneamente, pelas necessidades que o plano UPR contra-insurgente impõe, torna o povo sua principal vítima.

Até este momento, o plano não foi divulgado em sua totalidade; a fase evidente de implantação, que já iniciou, cabe ao exército na tarefa de convencer os setores sociais a apoiar a Campanha. Por isso, não é possível afirmar, desde logo, se o plano será eficaz ou não, se terá sucesso ou não.

Mas considerando a inegável conjuntura onde se increve o plano contra-insurgente, já é possível assinalar alguns pontos importantes:

1. O exército salvadorenho e os assessores norte-americanos reconhecem que os planos anteriores de contra-insurgência não funcionaram. Estes, (tais como o "Plano Mil", Plano "CONARA"), foram destinados ao presidente Duarte e ao Partido Democrata Cristão (PDC), que no entanto, não conseguiram captar apoios para o êxito dos planos. Prova desse fracasso, foi o rompimento do Pacto Social estabelecido com Duarte em 1984, mediante o qual ele colocou-se na presidência e traiu as outras forças políticas e empresariais.
2. A participação do exército enquanto agente principal no plano político-militar na Campanha põe em relevo a contradição nas promessas eleitorais de Duarte, que preconizava a apoliticidade das forças armadas e sua volta aos quartéis ao mesmo tempo que os políticos retornariam à política. Agora, segundo as determinações do novo plano contra-insurgente, haverá um governo dentro do governo (o das Forças Armadas), avalistas que serão da correta aplicação do "UPR". Esta situação evidencia a existência de um vazio de poder no partido oficial (PDC).

3. A participação do exército nas gestões políticas, permitirá o seu desgaste mais acelerado e o colocará em conflito político com as demais forças que lutam entre si dentro do bloco de poder.
4. O Plano UPR pretende responder à FMLN, dado que a guerrilha soube integrar à guerra popular, uma combinação de todas as formas de luta. Assim, o caráter do plano é, dentre outras coisas, fazer uma concorrência estratégica com a FMLN quanto ao apoio popular.
5. Como nos planos anteriores, a grande vítima do UPR será a população civil, pois o governo a forçará a envolver-se na continuidade e sustentação da guerra.

## 8

## AS ORGANIZAÇÕES TERRORISTAS QUE ATUAM NA AMÉRICA CENTRAL

Neste esquema, mostraremos a você quais são as organizações do governo dos Estados Unidos e as organizações privadas de extrema-direita que atuam nos planos de repressão contra os movimentos insurgentes centro-americanos. Essa atuação dá-se por financiamento, fornecimento de mercenários, preparação de estratégias, instrução para torturadores, implantação de redes de espionagem, apoio logístico aos exércitos de El Salvador, Honduras e Guatemala. Neste esquema, não dividimos o campo de atuação dessas organizações a nível de países onde elas se concentram, uma vez que estão presentes em toda a América Central e ora atuando em El Salvador ou em outro país, são responsáveis pela sustentação dos conflitos e da repressão.

ORGANIZAÇÃO (do governo dos EUA)	NÍVEL REGIONAL	OBSERVAÇÕES
Agência Central de Inteligência (CIA)	Chefe de operações para a América Latina	Duane (Dewey) Claridge, chefe até pouco tempo, ocupa agora o mesmo cargo na Europa
Departamento de Defesa do governo dos Estados Unidos (DOD)	Subsecretário para política	Fred Iklé, principal responsável por América Central.
	Subsecretário Assistente para operações	Nestor Sanchez, antes chefe de operações da CIA para Am. Lat.
	Subsecretário adjunto para política	General Richard Stilwell, principal assessor para as operações de contra-insurgência.
	Agência Conjunta de Operações Especiais	Responsável por todas as Forças especiais das Forças Armadas dos Estados Unidos
Departamento de Estado do governo dos Estados Unidos	Secretário assistente para a América Latina	Atualmente o responsável é Elliot Abrams.
Estado Maior Conjunto das Forças Armadas dos Estados Unidos	Comando Sul (Panamá)	Chefe anterior Paul Gorman Chefe atual, general John Galvin, que era da OTAN (Europa)
Conselho Nacional de Segurança do governo dos Estados Unidos (NSC)	Grupo de Planejamento do NSC Grupo Interinstitucional de Alto nível sobre América Central	É o Comitê Executivo do NSC Participantes: CIA, DOD, Estado Maior Conjunto, Departamento de Estado e NSC
	Diretor para América Central	Constantin Mungen, antes era responsável pela Am. Central na CIA.

### REDE PRIVADA

Liga Anticomunista Mundial e Conselho Internacional para a Liberdade Mundial

Estas duas instituições são dirigidas pelo general John Singlaub, principal assessor externo do DOD atuando contra El Salvador e Nicarágua.

Soldado da Fortuna, Air Commandos, Socorro Internacional a Refugiados, Instituto para Estudos Regionais e Internacionais (IRIS)

Todas estas instituições têm projetos conjuntos na América Central.

Amigos das Américas  
Fundação Internacional de Socorro e Amizade

Financia os "contras" em Honduras  
É financiada pelo Rev. Moon (Seita Moon) e ajuda os "contras" e promove contra-informação

Cavaleiros de Malta e Fundação Americares

Além de financiar os "contras", trabalham assessorando o exército de El Salvador.

Argentina, Israel, Formosa, África do Sul, El Salvador Honduras

Quando os EUA não podem atuar diretamente, se valem de mercenários desses países como canal.

## Terrorismo Tecnológico X Sabedoria Popular

No dia 19 de julho de 1986, tropas salvadorenhas transportadas por helicópteros (helitransportadas), chegaram ao estado de Chalatenango tradicional e histórica retaguarda da FMLN. O acontecimento foi festejado com grande alegria pelos militares salvadorenhas por dois motivos: era o aniversário do triunfo da Revolução Sandinista e portanto dariam um recado agressivo à Nicarágua e aos grupos revolucionários da América Central e esperavam encontrar a FMLN desmobilizada por estar comemorando a alegria de seus amigos "nicas". Mas a FMLN e o povo salvadorenho aprendeu que é um perigo de vida estar desatento em um país onde o exército massacra durante os enterros e as missas.

A operação de 19 de julho do exército salvadorenho foi preparada pelos assessores militares norte-americanos e inscreve-se em mais um plano destinado a derrotar a FMLN. A nova tática de atacar com tropas helitransportadas pretende desarticular e criar o terror psicológico nas fileiras revolucionárias. Não há pé de igualdade: o exército ataca pelo ar porque perdeu a guerra durante seis anos na terra, mas a FMLN não tem força aérea. Outro recurso das tropas do governo, é a utilização de desfolhantes e armas químicas (como o napalm e o agente laranja), para destruir as bases guerrilheiras na selva e deixá-las a descoberto.

Atualmente, os norte-americanos mudaram a cúpula militar no sentido de garantir que os seus novos planos contra-insurgentes sejam aplicados com sucesso. Aumentaram o número de assessores militares no país, dando-lhes inclusive o comando de algumas tropas salvadorenhas. O desembarque de tropas helitransportadas (que foi a última modalidade tática utilizada pelos Estados Unidos na guerra do Vietnã), é uma tática militar generalizada em todas as operações ofensivas contra a FMLN.

### AS MONTANHAS... DA GUERRILHA

Para que tenhamos condições de analisar o significado tático do desembarque das tropas helitransportadas, como elemento fundamental de um novo plano para derrotar a FMLN a nível militar, é preciso recorrer, novamente, à recente história de El Salvador:

**Nos anos 80-81:** o exército salvadorenho divide-se em pequenos grupos, saindo dos quartéis ou postos da Guarda Nacional. Embrenham-se pela selva, massacram os camponeses, levam os sobreviventes aos supostos "dirigentes" revolucionários e matam os combatentes da FMLN que encontram. A guerrilha reúne-se nas montanhas, abatida que está pelo feroz ataque que sofreu na primeira ofensiva de 1981; reorganiza suas forças, faz operações de hostilização, emboscadas e arma-se melhor com os equipamentos militares retirados do inimigo que era vencido. Começa então a criar suas retaguardas, ao mesmo tempo que o governo promovia uma violenta repressão nas cidades, contra os dirigentes políticos e sindicais e o povo em geral, o que provoca a diminuição da mobilização popular nas cidades, mas duplica o efetivo das forças da FMLN nas montanhas. O próprio governo utilizando a repressão desenfreada, fez com que milhares de trabalhadores reprimidos nas cidades e no campo, fossem juntar-se às forças armadas da FMLN.

**Nos anos 82-83:** os batalhões móveis do governo chamados "caçadores" entram nos territórios controlados pela guerrilha. De cinco a dez mil soldados procuram cercar e aplicar a tática de "Yunque y Martillo" para aniquilar os rebeldes. A um alto custo de vidas humanas, a guerrilha consegue romper o cerco e inicia uma grande campanha militar para retirar o maior número possível de quartéis do exército salvadorenho nas várias zonas do país. Mais de 30 posições fixas do exército governamental são desalojadas nas zonas de Chalatenango e Morazán. Com essa operação, a FMLN assegura suas zonas de controle ou "zonas liberadas". A população civil e as forças guerrilheiras passam a viver nessas zonas sob um regime revolucionário de poder econômico, social e político. São criados os Poderes Populares Locais como instâncias de poder político paralelo ao poder que não mais era exercido nessas zonas pelo governo derrotado. A guerrilha continua sua tática de guerra irregular, mas leva adiante a determinação de formar um exército e para tanto cria as Unidades de Vanguarda. Neste período o governo perdeu 50% de seu exército.

**Nos anos 84-85:** os batalhões móveis são integrados a outra estratégia militar e entram em cena novamente. Batalhões "elite" e "caçadores", de forma conjunta fazem ofensi-

vas contínuas com apoio da aviação e um sem número de armas de apoio. Os aviões bombardeiros A-7 e A-37 atacam sistematicamente as zonas de controle guerrilheiro. A FMLN forma e consolida por fim seu exército. As brigadas guerrilheiras "Rafael Arce Zabla" e "Felipe Peña Mendonza", fazem operações espetaculares como a demolição do Quartel del Paraíso, a explosão da Ponte Cuscatlán, a ocupação de Cerrón Grande e o desmantelamento de vários pavilhões do Centro de Treinamento Militar das Forças Armadas, causando aí 247 baixas nas tropas do governo. São executadas ações militares nas cidades e o justicamento (punição com a morte) de assessores norte-americanos. Devido a esta operação da FMLN as prostitutas de San Salvador que acompanhavam os norte-americanos, recusaram-se a fazê-lo com medo de serem atingidas durante o justicamento. Isto obrigou aos Estados Unidos trazerem prostitutas norte-americanas e hondurenhas para atender aos "abandonados" assessores em El Salvador.

Os batalhões do governo são totalmente desmoralizados. Sofrem enormes baixas sem chegar a combater diretamente com o exército guerrilheiro. As tropas do governo são atacadas por pequenos grupos guerrilheiros, quando entram nas zonas controladas pela FMLN e são eliminadas por não saberem combater como a guerrilha. Ou então caem em campos minados, ou não resistem às doenças da selva, ou desesperam-se quando saem à procura dos guerrilheiros mas não os encontra.

O exército governamental termina este período disperso, desgastado, com alto índice de deserções e baixas, desmoralizado e exposto às brigas dentro da cúpula de comando.

Os Estados Unidos perceberam então que haviam perdido esta etapa da guerra. Criaram a figura do "empate militar" e do "Pacto Social", a fim de ganhar tempo e recompor as forças do governo. Neste hiato de tempo, os Estados Unidos prepararam um novo plano contra-insurgente e resolveram que era hora de recorrer aos "helitransportados".

### E CHEGAM OS PÁSSAROS DE AÇO

A qualquer hora do dia e em questão de segundos o povoado começa a escutar o ruído dos helicópteros. A população civil, alvo dos helicópteros, criou sistemas de alarmes com sinos e buzinas para alertar a comunidade quando o perigo se aproxima.

Somente a extrema rapidez poderá salvar o povo da artilharia que parte do ar. Cada metralhadora do helicóptero (eles têm 4), atira 10 mil balas de grosso calibre por minuto. O efeito é devastador, como o de uma bomba ou um terremoto, mas é mais certo, porque funciona como uma onda de balas que a tudo atinge.

O objetivo militar dos helitransportados é tão geral e indiscriminado quanto a varre dura das balas: pode ser um posto estratégico ou um comando militar revolucionário, um hospital ou um povoado. Por via das dúvidas, destroem tudo. Atacam lugares previamente explorados e cuja localização foi apurada horas antes pelas Patrulhas de Reconhecimento de Longo Alcance (PRAL).

As PRAL são as peças chaves para o êxito de um desembarque helitransportado. Sua missão é exclusivamente de exploração. São especialistas em camuflagem, disfarçam-se de guerrilheiros, de prostitutas, de camponeses cuidando da plantação, de humildes vendedores de pão doce, etc. Andam sempre em grupos de duas a cinco pessoas. Toda pessoa estranha à área controlada pela FMLN tem permissão de ficar do território por 72 horas e por isso, as PRAL munem-se de água e comida para trabalhar à noite, espionando e reconhecendo a região. Utilizam para o trabalho visores noturnos infra-vermelhos, evitando assim a necessidade de utilizar focos de luz e serem descobertos pela FMLN. Ficam em permanente comunicação com sua base aérea para, no caso de serem localizados, um avião venha resgatá-los.

A FMLN já capturou cerca de 100 exploradores da PRAL e ao conhecer a estratégia da espionagem redobrou as medidas de segurança nas zonas liberadas. Estas precauções, somadas à descoberta dos espiões, desmantelou as PRAL e obrigou os próprios aviões do governo a fazerem o reconhecimento da área a ser atacada. Mas esses aviões precisam voar muito baixo no cumprimento de tal missão e assim são derrubados pela artilharia rebelde, ou quando se chocam com as copas das árvores carregadas de minas ou o alto das cercas.

Estas formas de defesa não são resultado de um planejamento arquitetado em quartéis ou nos escritórios da "inteligência" guerrilheira. São medidas de defesa nascidas na sabedoria popular e em sua história de resistência que dura 50 anos. Nada como a lógica da sabedoria popular: se um avião voa baixo, é provável que ele se choque contra alguns galhos das árvores; então colocam-se minas nesses galhos e o avião é derrubado.

## TECNOLOGIA SOFISTICADA E TERROR PSICOLÓGICO

Um desembarque helitransportado pressupõe o uso de uma tecnologia sofisticada. Esta parte fica por conta dos Estados Unidos; El Salvador fornece os pilotos e os engenheiros. Com os Estados Unidos ficam também a estratégia de ataque, as munições, as armas e o comando da operação.

A guerra sai cara. Os meios, a tecnologia, o combustível e o aumento de 100% do poder de fogo, são caros. Durante um ataque helitransportado são atiradas de 35 a 40 toneladas de explosivos. A sustentação da guerra nessas condições, só é possível porque os Estados Unidos gastam 1 milhão e meio de dólares por dia. A nível interno, na garantia da infra-estrutura (quartéis, estradas, aeroportos, efetivos), o governo financia a guerra com a decretação do "paquetazo" econômico e a elevação dos impostos.

Na operação normal de desembarque de tropas, participam 10 helicópteros de transporte, dois aviões bombardeiros, três ou quatro aviões de observação (modelo RAN, O-2 e helicópteros UH-1m), dois aviões C-47 que também são equipados com metralhadoras de 10 mil tiros por minuto e dezenas de bombas. Toda essa parafernália chega de surpresa e ataca um povoado durante quatro ou cinco horas.

O povoado e as instalações militares da zona atacada viram cinzas em questão de segundos e a população refugia-se em túneis, valas ou trilhas protegidas, saindo em uma corrida organizada mas muito veloz. Estão treinadas a correr da morte, protegendo uns aos outros. Todas as bases civis (coordenadas pelos Poderes Populares Locais) e os acampamentos militares da guerrilha, possuem um plano de retirada e combate. A operatividade da guerrilha é posta a prova. Povo, milicianos e combatentes unem-se para despistar o exército: deixam bonecos nas estradas, ateam fogo em casas desabitadas para que sobre elas seja concentrado o ataque dos aviões. São astúcias criativas, simples, da sabedoria popular e baratas que diminuem drasticamente o número de baixas nos ataques e vencem a sofisticação tecnológica e genocida dos Estados Unidos.

A tática do exército governamental deixa porém, uma seqüela que é sentida após o ataque. Trata-se do terror psicológico que arrebatou o coração do povo. Como sair para o campo e semear? Vender o milho? Pescar no rio? Como proteger as crianças? Como aumentar a produção? Sempre com medo da chuva de balas? Como trabalhar se é necessário estar perto dos abrigos para fugir com rapidez? E como viver, se tudo o que é produzido vira cinzas em poucos segundos? ... Nos primeiros dois meses de 1986, foram feitos 10 desembarques helitransportados: um a cada seis dias. Foram jogadas 400 toneladas de explosivos e disparados bilhões de tiros das metralhadoras.

### O RETORNO À TÁTICA GUERRILHEIRA

A FMLN atualmente define sua ação militar como uma concentração e desconcentração permanente de tropas. Por um lado, mantém as brigadas (o exército regular), com grande número de combatentes agrupados e fixos em regiões para realizar operações de média e grande envergadura. Por outro lado, mantém os grupos de guerrilha, que possuem grande mobilidade, atuando nas áreas do país onde tem retaguarda.

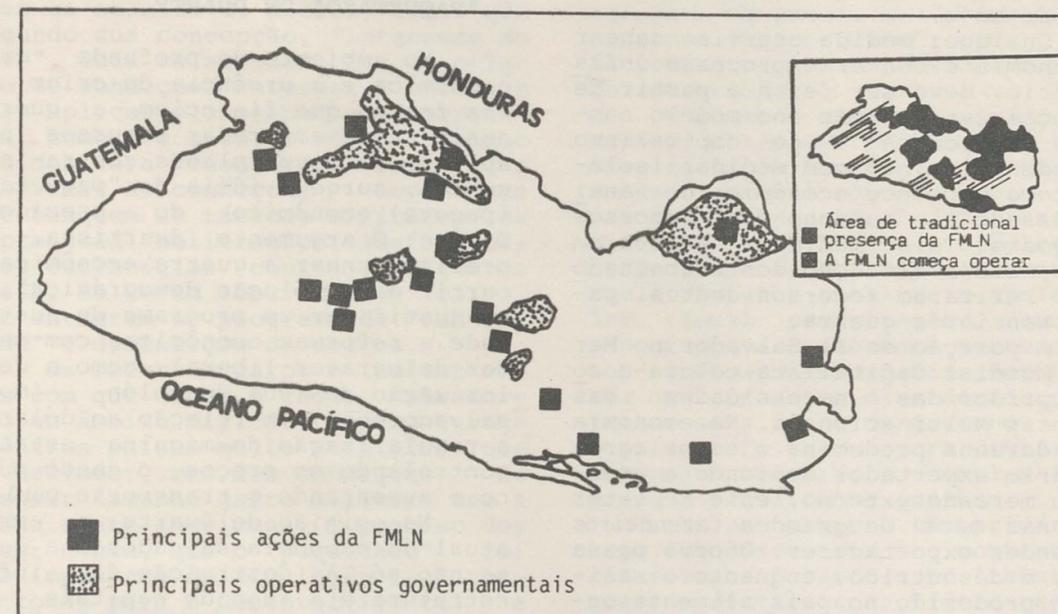
A tática guerrilheira requer maior especialização que as tropas da guerra convencional. Diz a FMLN, "vencer o muito com o pouco, a quantidade com a qualidade, o forte com o menos forte". As vantagens são muitas: usa meios caseiros, os custos são baratos, as baixas são poucas e não servem como alvo fácil, pois não ficam fixas; estão em permanente trânsito dificultando sua localização pelas tropas do governo.

A base de apoio da tática guerrilheira é algo que o governo e os Estados Unidos não conseguiram destruir e consiste na histórica sagacidade na luta, a firme operatividade militar e a alta moral revolucionária.

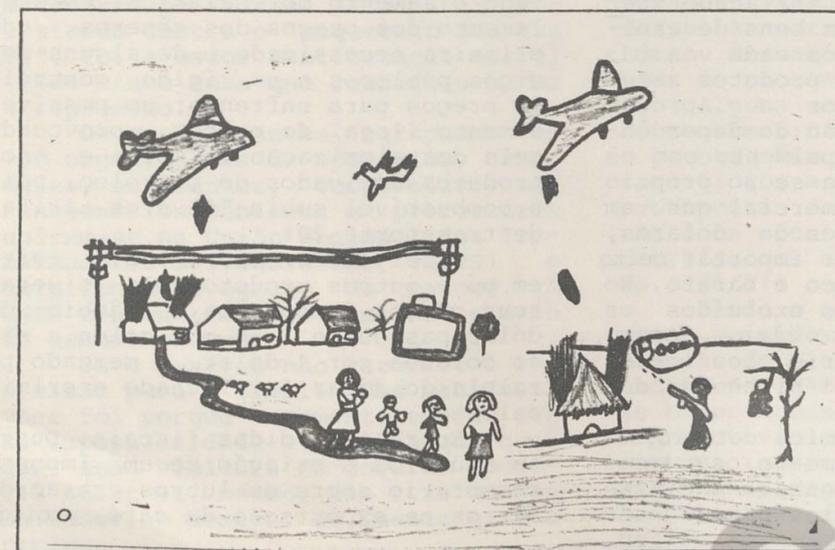
Ao longo dos seis últimos meses, a guerrilha tem causado cerca de 15 baixas diárias às tropas do governo; 35% delas foram causadas pelos campos minados; outras em emboscadas e ataques de surpresa. A formação dos combatentes guerrilheiros é bem cuidada: preparam-se

franco-atiradores, especialistas em explosivos, formam-se comandantes e construtores de refúgios para o povo. Afirma a FMLN que "combatemos como e quando nós queremos, planejamos as operações e as levamos até o fim só quando a situação está a nosso favor; o fator surpresa e a noite aumentam mil vezes nosso poder real e, sobretudo, com esta tática, não nos encontramos para atacar".

Tudo isto é uma resposta não só a nova tática usada pelo exército governamental, mas também uma estratégia militar, numa guerra que não exclui, como ponto decisivo da mesma, uma intervenção norte-americana. E há que preparar-se para isso.



## O terror dos "pássaros de aço" na visão da criança salvadorenha



Desenho de  
Maria Elena Cruz,  
salvadorenha de 11 anos  
Intituiu o desenho:  
"MINHA FAMÍLIA  
EM EL SALVADOR"

## 10 COMO MANTER A GUERRA COM A CRISE ECONÔMICA?

As condições de vida da população salvadorenha começaram a tornar-se insustentáveis a partir de 1973, dando início a um processo de pauperização crescente que chega aos níveis de hoje.

Qualquer medida que vise sanear a economia e conter o processo inflacionário, deve ser feita a partir de mudanças estruturais (no modelo camponês de produção e no capitalismo dependente) e não com medidas isoladas como o pacote econômico de janeiro passado e o aumento dos impostos em agosto. Tais medidas agravaram ainda mais a situação dos trabalhadores e retiraram recursos destes, para financiar a guerra.

A posição de El Salvador no Mercado Mundial Capitalista coloca-o como supridor das necessidades das Empresas Multinacionais. Na economia salvadorenha predomina o setor agropecuário exportador dedicado a atender o mercado externo; este setor está nas mãos de grandes fazendeiros e grandes exportadores. O povo passa fome, é desnutrido, enquanto o alimento produzido no país alimenta outros povos bem nutridos ou transforma-se em ração animal.

O setor industrial é limitado e depende das Empresas multinacionais para atender às suas necessidades de bens de capital e de serviço. Dependendo portanto, dos humores do mercado internacional, a economia salvadorenha fica a mercê da inflação externa. As "multis" vendem bens de capital e serviços a preços cada vez mais elevados, enquanto os produtos salvadoreños são comprados a preços muito baixos. A relação de dependência econômica, principalmente com os Estados Unidos, revela-se no próprio déficit da balança comercial que em 1985 foi de 134 milhões de dólares, resultado da operação: importar muito e caro e exportar pouco e barato. No déficit de 1985, estão excluídos os gastos militares; se eles fossem somados o país teria seu caixa arrombado em mais de 1 bilhão de dólares.

A situação econômica deteriorada não atinge equitativamente os setores da sociedade salvadorenha. A classe dominante tem seus meios para não

ser atingida pela crise: diminui os salários e demite em massa. O rico sempre ganhou e o pobre sempre perdeu em El Salvador.

### O "PAQUETAZO" DE DUARTE

No ambiente de profunda crise econômica e a urgência de criar novas fontes que financiem a guerra, assim como arrecadar recursos para aplicar os novos planos contra-insurgentes, surge a idéia do "paquetazo" (pacote) econômico do presidente Duarte. O argumento duartista, "é preciso ganhar a guerra econômica a partir da revolução democrática", tenta justificar um programa de austeridade e reformas econômicas com medidas de caráter liberal, como a desvalorização de 100% do colón (moeda salvadorenha) em relação ao dólar e a regularização da máquina estatal, controlando os preços, o gasto público e aumentando o transporte público.

Na opinião de Duarte, a crise atual da economia salvadorenha deve-se não só à destruição da infraestrutura e à fuga de capitais - consequência da guerra -, mas também à diminuição dos preços internacionais dos produtos de exportação (o café), à rigidez das estruturas econômicas e o aumento do preço das importações causado pela inflação mundial.

No pacote econômico, além da desvalorização do colón, está decretado o aumento dos salários, o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e de alguns serviços públicos e um rígido controle de preços para enfrentar um possível aumento ilegal de preços provocado pela desvalorização da moeda e nos produtos derivados do petróleo, pois o combustível subiu 50% e as tarifas de transporte 20%.

O feijão, arroz, milho, leite em pó e outros produtos não tiveram seus preços aumentados. O câmbio do dólar passou de 2.50 por colón a cinco colones por 1 dólar. O mercado paralelo do dólar foi fechado e criminalizado.

Entre as medidas fiscais, Duarte anunciou a criação de um imposto temporário sobre os lucros extraordinários na exportação de café, proibiu

momentaneamente as importações supérfluas e criou um imposto para coibir o consumo de bens não essenciais importados.

Segundo Duarte, o pacote econômico irá corrigir os problemas da produção, da política fiscal, política monetária, o crédito, o câmbio e a receita financeira, estando todas as medidas destinadas "aos interesses do povo". O que o governo não explicava na ocasião do pacote, era que segundo sua concepção, "interesse do povo", está relacionado com a criação de condições internas e externas para aplicar planos contra-insurgentes, como é o caso do recente plano "Unidos Para Reconstruir" (UPR) e propiciar as condições econômicas que banquem as táticas militares de repressão "helitransportada". Estas duas estratégias contra-insurgentes apesar de serem absurdamente caras, não entraram no programa de "austeridade" e diminuição de custos.

Os recursos caros e sofisticados com que conta o regime salvadorenho no âmbito militar, fazem inveja a outros países muito mais ricos que El Salvador, mas sem condições de assumir tamanho gasto militar sem a ajuda norte-americana. É preciso desatar ainda, que o "paquetazo" foi uma imposição da AID (Agência Internacional para o Desenvolvimento) e do FMI (Fundo Monetário Internacional) ao governo salvadorenho, pois estava preocupados em arranjar novas alternativas que financiassem a guerra a curto prazo.

O pacote "em favor do povo" foi pessimamente recebido pelo povo "beneficiado". Cerca de 60.000 pessoas marcharam pelas ruas da capital protestando contra o "paquetazo duartista". Foi a maior manifestação dos últimos cinco anos que conseguiu burlar a repressão.

Os manifestantes, agrupados em 150 organizações de operários, camponeses, estudantes, cooperativistas, funcionários públicos e professores uniram-se na União Nacional dos Trabalhadores Salvadoreños (UNTS) e exigiram a revogação do pacote. A UNTS representa hoje 1 milhão e meio de trabalhadores.

Se o governo não recorreu à repressão pura e simples das manifestações foi porque o momento era de tanta impopularidade e revolta que qualquer ação violenta do governo poderia selar ali mesmo, nas ruas de San Salvador, o destino de Duarte e seu regime.

O presidente salvadorenho preferiu recorrer ao velho adjetivo (utilizado ao longo das cinco décadas de ditaduras militares) que qualifica os 60 mil manifestantes de "comunistas" e "desestabilizadores da democracia", ao mesmo tempo que fazia uma multimilionária campanha publicitária para justificar as medidas econômicas e clamar pelo apoio popular a elas. Atitude no mínimo contraditória para um pacote que pretende instituir a "austeridade"; pelo menos na propaganda esse pressuposto não foi observado.

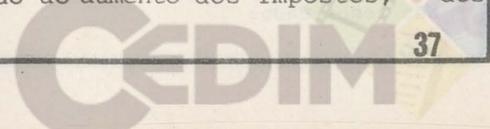
O governo não mediu esforços em suas manobras: para desmentir a todos os sindicatos e organização que afirmavam o governo não ter apoio popular no "paquetazo", Duarte escolheu o caminho mais óbvio e simplesmente criou organizações fantasmas que foram à imprensa declarar o apoio popular. Essas organizações fantasmas são grupos supostamente pertencentes aos sindicatos e organizações populares que tornam-se dissidentes e manifestam-se a favor do governo. São agentes infiltrados para dividir o movimento operário ou simples fantasmas que sequer nome possuem.

Foi uma manobra tão primária que logo foi descoberta e o governo ridicularizado. Perante este fracasso, o governo destituiu as lideranças sindicais, colocando interventores federais em seus lugares.

Como se diz "o tiro saiu pela culatra". As manobras do governo surtiram o efeito contrário: os trabalhadores uniram-se ainda mais, homogeneizaram suas reivindicações e superaram as diferenças ideológicas. Por outro lado, a reação do governo deixou à mostra suas manobras e mentiras, desmascarando as reais intenções do pacote econômico.

Alguns setores da empresa privada também ficaram insatisfeitos com o pacote. Não porque ele acarretará sacrifícios aos mais ricos - isso não acontecerá - mas porque fez renascer uma onda oposicionista (que estava retraída nas cidades desde a repressão de 1980/81) o que favorece a FMLN.

Desde o início - em janeiro - o setor privado não acreditava que as medidas do plano pudessem ser sustentadas, por não fornecerem estímulos às exportações, aos investimentos e à produtividade, além de impor a excessiva intervenção do estado na economia. Ainda segundo este setor, o congelamento dos preços é inevitável devido ao aumento dos impostos, dos



juros bancários e dos combustíveis, culminando na consequência mais grave que é o desemprego dos poucos que têm trabalho.

Por fim, o pacote econômico é de uma demagogia gritante. Pretendendo atender aos "interesses do povo", decretou um aumento salarial que varia de 52 a 74% para o funcionalismo público e elevação e equiparação do salário mínimo entre homens e mulheres. Até janeiro de 1986, por lei, a mulher ganhava a metade do salário do homem. O aumento salarial é uma medida absurda em um país que tem 80% de sua população economicamente ativa na condição de sub-

emprego e portanto não tem qualquer amparo nas leis trabalhistas. O aumento salarial somente atingiu a minoria dos trabalhadores legalmente registrados; em El Salvador quem está nessas condições tem status social não importa a miséria que receba.

O demagógico aumento salarial que não beneficiará os milhões de trabalhadores subempregados, também não vai repor as perdas salariais provocadas pela inflação que em 1985 foi 50% acrescida pelas inflações dos anos anteriores em mais 40%, sem que houvesse reajuste salarial. Os salários continuam defasados em 40%.

OS INDICADORES ECONÔMICOS DA POBREZA

DADO	1980	1981	1982	1983	1984
PIB (em bilhões de dólares U\$)	3.342	3.065	2.893	2.893	2.937
PIB (per capita ao ano em U\$)	*	890	820	790	158
TAXA DE CRESCIMENTO (em %)	-15.5	-15.8	-8.4	-4.3	0
EXPORTAÇÃO (em milhões de U\$)	1.075	98	704	732	780
IMPORTAÇÃO (em milhões de U\$, sem somar ajuda militar)	897	898	826	803	910
DÍVIDA EXTERNA (bilhões de U\$)	1.176	1.471	1.683	2.000	2.300
DÍVIDA EXTERNA (per capita em U\$)	245	298	331	382	427
DÍVIDA EXTERNA (quanto do PIB se destina ao pagamento)	33%	43%	48%	70%	80%
JUROS DA DÍVIDA (pagos nas exportações)	7%	15%	18%	17.9%	13%
SALÁRIO MÍNIMO REAL (em U\$) por ano	*	*	*	*	273
POPULAÇÃO (em milhões/hab.)	4.797	4.939	5.083	5.232	5.388
PEA (em milhões/hab.)	2.389	2.461	2.534	2.610	2.688
DESEMPREGO ABSOLUTO	16%	25%	30%	30%	35%
ANALFABETISMO	36%	36%	37%	38%	38%
EXPECTATIVA DE VIDA (em anos)	58	58	58	58	58

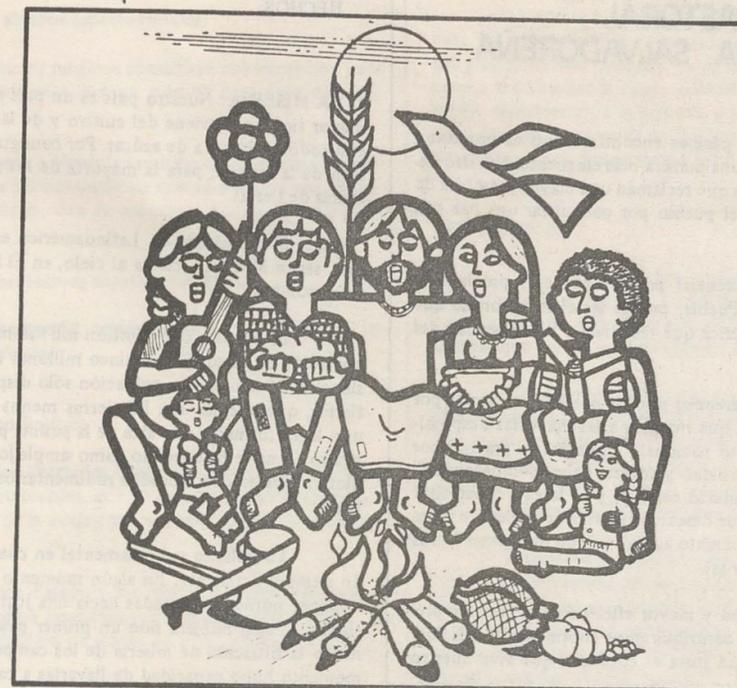
PIB= Produto Interno Bruto (mede a produção total de bens e serviços de um país em seu território nacional. É o total da riqueza produzida por todos os trabalhadores)

PIB (per capita ao ano) é o quanto, teoricamente, cada trabalhador receberia por ano se a riqueza por ele produzida fosse distribuída equitativamente.

DÍVIDA EXTERNA (per capita) é o total da dívida dividida pela população.

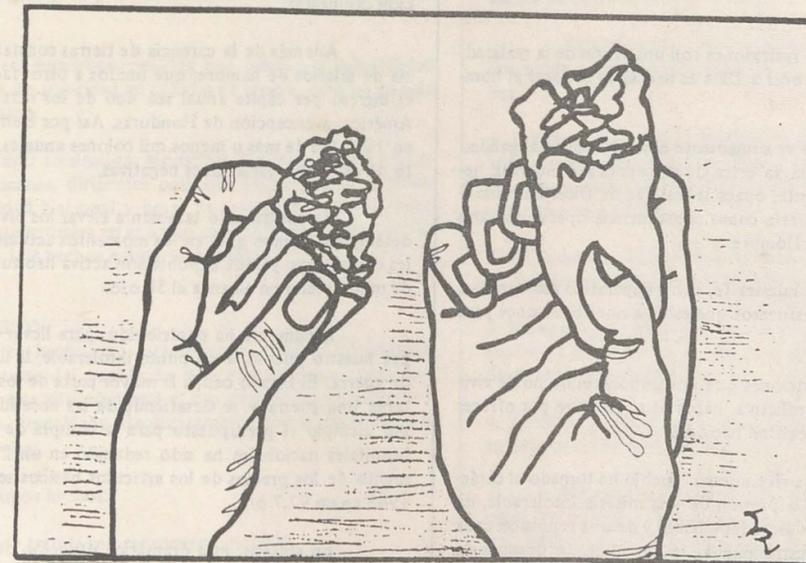
PEA= População Economicamente Ativa (são os habitantes com idade entre 15 a 64 anos que estão aptos a trabalhar). Isso não significa que tenham emprego. Nos dados de El Salvador se considerarmos que 35% da PEA não tem qualquer emprego, veremos que em números, há cerca de 941 mil trabalhadores desempregados (número que sobe para 1 milhão e 200 mil se contarmos as consequências do terremoto de outubro de 1986).

\* Não temos dados



11

A IGREJA DOS POBRES EM EL SALVADOR



La Vocación de los Cristianos de El Salvador



## REFLEXION PASTORAL DE LA IGLESIA SALVADOREÑA

### INTRODUCCION.

Lo que en estas páginas encontrarán no es novedoso, muchos lo han dicho y de una manera más elocuente. Nuestro deseo sólo es unirnos a tantos que reclaman una mayor presencia de la iglesia en el esfuerzo del pueblo por conquistar una paz con justicia.

La "opción preferencial por los pobres", proclamada por nuestros pastores en Puebla, podría ser el compromiso que nos motiva hacia una práctica que responda a las exigencias del momento actual.

Esa "opción preferencial por los pobres" es exigida por una realidad socio-política que margina a las mayorías desposeídas, (visión sobre la realidad nacional). Es puesta en práctica por una iglesia que, con su debilidad y fuerza, sigue acompañando al pueblo, (visión sobre la realidad eclesial) y es tarea a concretizar para todos los cristianos que deseamos participar de lleno y fieles a nuestra identidad, del momento actual, (visión de algunas líneas pastorales). (Puebla 1153 y ss).

Dando continuidad y mayor eficiencia a la "opción preferencial por los pobres", contribuiremos enormemente a la concretización de una solución justa al conflicto que vive nuestro pueblo.

"La pobreza de tantos hermanos clama justicia, solidaridad, testimonio, compromiso, esfuerzo y superación para el cumplimiento pleno de la misión salvífica encomendada por Cristo" (Medellín).

### I. VISION SOBRE LA REALIDAD NACIONAL.

#### INTRODUCCION.

Iniciamos estas reflexiones con una visión de la realidad, concientes que para conocer a Dios es necesario conocer al hombre. (Medellín).

Este hombre se ve sumamente opacado por una realidad muy dolorosa que cuenta ya cerca de cincuenta mil muertos, hecho que consecuentemente, opaca la realidad de Dios. La prolongación de esta guerra traería como consecuencia opacar más ambas realidades: Dios y el Hombre.

Por ello, desde nuestra fé, es un imperativo asomarnos a la realidad y hacer los esfuerzos que estén a nuestro alcance para solucionarla.

Desde las limitaciones que nos impone el hecho de vivir en una situación tan conflictiva, haremos el esfuerzo por ofrecer una imagen de nuestra realidad nacional.

El conflicto que vive nuestro pueblo ha tomado el carácter de una guerra bajo la presión de una miseria intolerable, de una marginación a todas luces repudiable y de una represión cada vez más sangrienta. Nuestro pueblo se vio obligado después de una larga lucha no violenta, a tomar las armas. Es decir, la guerra no es un hecho aislado sino el culmen de una cadena que bien pudo ser detenida antes. El hecho de su imposición refleja el grado de descomposición social al que habíamos llegado.

Nuestro esfuerzo ahora consistirá en profundizar sobre estos hechos que originaron la guerra, señalando sus causas y aportando los datos más elementales. (Puebla, 1159 y ss).

#### HECHOS:

1. LA MISERIA: Nuestro país es un país netamente agrícola, su mayor riqueza proviene del cultivo y de la exportación del café, el algodón y la caña de azúcar. Por consiguiente, la mayor expresión de la miseria, para la mayoría de los salvadoreños, es la carencia de tierras.

Si la miseria en Latinoamérica es una realidad injusta que, según Medellín, clama al cielo, en El Salvador, la miseria no tiene nombre.

Es un país con veintiún mil kilómetros cuadrados y una población de alrededor de cinco millones (en su mayoría campesinos) el 80 o/o de esa población sólo dispone del 20 o/o de las tierras, que además son las tierras menos fértiles. Con ese dato uno logra formarse una idea de la pésima producción que el campesino (si no se ha quedado como simple jornalero) obtiene al explotar, incluso con métodos rudimentarios, tan poca y tan mala tierra.

La política gubernamental en cuanto a lo agrario, ha sido siempre deficiente. En algún momento hubo "voluntad" para imponer normas orientadas hacia una justa redistribución de las tierras, lo cual hubiera sido un primer paso para aliviar de algún modo la situación de miseria de los campesinos, pero en ningún momento hubo capacidad de llevarlas a cabo. Las medidas de la reforma agraria tuvieron, antes que nada, un objetivo político: hacerle creer al campesino que su problema estaba por resolverse y sobre todo intentar, mediante esas medidas, opacar la continua represión en el campo. Los movimientos cooperativistas presionaron con el fin de lograr la pronta y eficiente concretización de las medidas decretadas, lo cual provocó una fuerte oposición por parte de los terratenientes y prácticamente la cancelación de las mismas, por parte de la Asamblea Legislativa. La organización del pueblo, el único factor que hubiera podido empujar hacia una verdadera reforma agraria, fue siempre imposibilitada. En El Salvador jamás ha habido una legislación que permita la sindicalización campesina.

Además de la carencia de tierras constatamos la existencia de salarios de hambre, que unidos a otros factores hacen que el ingreso per cápita anual sea uno de los más bajos en Centro América, a excepción de Honduras. Así por ejemplo el registrado en 1978 fue de más o menos mil colonos anuales, teniendo, a partir de esa fecha, variaciones negativas.

Ha contribuido también a elevar los niveles de miseria el desempleo crónico que, en los momentos actuales, adquiere niveles dramáticos, ya que la población activa habitualmente ocupada de modo pleno no alcanza el 50 o/o.

Igualmente ha contribuido, para llevar la miseria sufrida por nuestro pueblo, a un punto intolerable, la llamada economía de guerra. El Estado ocupa la mayor parte de los fondos para sostener una guerra y se desatiende de las necesidades del pueblo: por ejemplo el presupuesto para la compra de medicinas en los hospitales nacionales ha sido reducido en un 27.7 o/o; el incremento de los precios de los artículos básicos se dio entre 1979-1983 en un 97.7 o/o.

En síntesis, esta dramática situación de miseria se ve resumida en los índices elevados de mortalidad infantil y lo que alcanza a vivir como término medio un salvadoreño.

2. LA MARGINACION: Quien se asoma a la realidad salvadoreña observa el grave problema de la marginación: Mientras que unos pocos gozan sin restricción de todos los beneficios y derechos, las mayorías se encuentran totalmente marginadas.

#### a. En cuanto a algunos aspectos vitales:

- El acceso a los servicios médicos constituye una excepción para los salvadoreños. Contamos con un médico para cada diez mil personas.

- La situación en cuanto a vivienda también es sumamente dramática: el 63 o/o de los habitantes de las ciudades habita una vivienda infrahumana, es decir, vive en mesones, colonias ilegales y tugurios.

- El índice de analfabetismo es superior al 50 o/o.

- En cuanto a la alimentación, poseemos en el área, uno de los índices más bajos en calorías.

#### b. En el Aspecto Político:

Varias de las libertades ciudadanas han sido canceladas por los gobiernos dictatoriales, que vienen sucediéndose desde hace 50 años, después de la sangrienta represión contra los campesinos en 1932.

Los golpes de Estado y los procesos electorales fraudulentos han sido la forma permanente de imponer tales gobiernos. Basta analizar las elecciones de marzo de 1982 y mayo de 1984.

#### c. En el Aspecto Justicia:

El pobre ha sido más sujeto de vejaciones que de derechos. Así se ha llegado a extremos en que cualquier persona puede ser capturada, acusada y asesinada, sin juicio alguno, por las Fuerzas Armadas o los cuerpos paramilitares.

Decenas de miles de salvadoreños han sido asesinados por supuestos escuadrones derechistas, hasta ahora ni uno sólo de esos asesinos ha sido capturado o enjuiciado, lo cual muestra la infirmitad, la parcialidad y la complicidad del sistema judicial salvadoreño.

Existen numerosas pruebas que señalan la culpabilidad de los cuerpos de seguridad en el baño de sangre, pero no ha sido aplicada la justicia.

Han sido asesinados: Monseñor Romero, cuatro religiosas norteamericanas, dirigentes políticos democráticos, el rector de la Universidad Nacional y no se ha castigado a los culpables. Los autores intelectuales en el único caso de "enjuiciamiento" siguen impunes. Los hechos hablan por sí solos.

#### 3. LA REPRESION:

Es otro hecho que caracteriza la realidad salvadoreña. Cualquier protesta del pueblo ha sido bárbaramente reprimida. En la base de esta situación está el uso desmedido de la fuerza y de la violencia, respaldado ideológicamente por la doctrina de la seguridad nacional.

Basta citar algunos hechos:

a. La masacre de treinta mil campesinos en 1932.

b. Fraudes electorales acompañados de masacres y represión contra el pueblo (1972 y 1977).

c. La actual situación de represión (estado de sitio que se prolonga ya por cuatro años; una guerra civil que ha cobrado más de cincuenta mil víctimas; el elevado número de desplazados y refugiados que asciende a un millón).

La actual violación de los derechos humanos en nuestro país, ha sido reiteradamente condenada por Amnistía Internacional y las Naciones Unidas y ha obligado al Congreso norteamericano a condicionar la ayuda económica de Estados Unidos al gobierno salvadoreño, a la mejoría y progreso en ese campo. La última condena se efectuó en la Asamblea de las Naciones Unidas, llevada a cabo en diciembre de 1984.

#### CONCLUSION:

Todos estos hechos (miseria, marginación, represión) que han dado origen a la actual situación de guerra, tienen una raíz común que, citando a Medellín y Puebla, son las estructuras injustas que por años han imperado en nuestro país.

El hecho violento de la guerra pone de manifiesto el carácter violento de la opresión que ejercen las estructuras injustas. Tan injusta es la tortura y la muerte violenta, que en la presente guerra causa la Fuerza Armada a un campesino, como injusto es el salario de hambre pagado a un jornalero que lleva la muerte lenta a sus hijos que fallecen por hambre y desnutrición.

A agudizar la crisis ha contribuido determinadamente la injerencia norteamericana en el país. El gobierno norteamericano alega que un cambio de sistema en El Salvador pondría en peligro su seguridad nacional. Por esta razón Estados Unidos ha pasado a conducir el país tanto en lo político, como en lo económico, como en lo militar. Prueba de ello:

- La millonaria ayuda económica y militar enviada al gobierno salvadoreño (en 1984 fueron enviados 312.7 millones de dólares).

- La presencia de 55 asesores militares norteamericanos, por el momento. (Gorman, ha solicitado se aumente a 125 el número).

- El entrenamiento de soldados salvadoreños en Estados Unidos y en Honduras.

- Imposición de elecciones y candidato presidencial (ejemplo. la última elección de mayo de 1984).

Esta situación de dependencia respecto a Estados Unidos unida a la realidad interna nos lleva a las siguientes conclusiones:

1. Debido a la economía imperante en el país desde hace cuatro años y el incremento de los precios, los niveles de miseria han crecido desmedidamente profundizando todavía más las causas que alimentan esta guerra.

2. Al aumentar los niveles de dependencia, lo cual es lo más seguro, la soberanía nacional se pondrá en peligro.

3. No se descarta el peligro de una intervención armada que se extenderá a toda Centro América, llevando consigo consecuencias de difícil predicción.

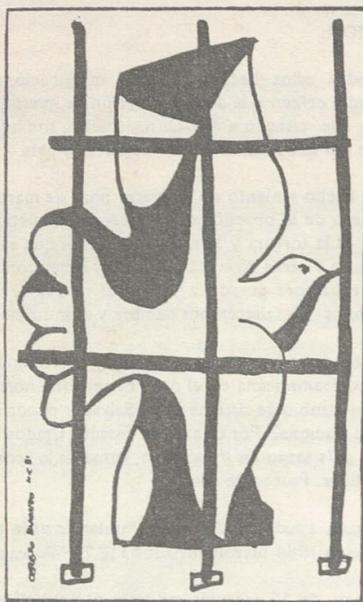
4. Al darse esa agudización de la guerra los niveles de sangramiento del pueblo serán todavía mayores.

Señalamos los hechos más relevantes (miseria, marginación, represión) que han dado origen a la actual situación de guerra; señalamos las estructuras injustas como la razón última de todo lo que sucede hoy; advertimos ante un conflicto que se está profundizando y extendiendo al área centroamericana a causa de la injerencia norteamericana; hicimos ver las graves consecuencias que podrían traer todo esto. etc. (Puebla, 27 - 50).

A todas luces, la promoción de la paz se convierte en una tarea prioritaria. Sin embargo, no basta con insistir en la conclusión de la guerra. Hay necesidad, lo cual se puede deducir de

todo lo expuesto anteriormente, de exigir y de contribuir a la resolución de las causas que le dieron origen.

NOTA: Los datos estadísticos fueron tomados de la Revista ECA (Estudios Centroamericanos).



## II. VISION SOBRE LA REALIDAD ECLESIASTICA:

### INTRODUCCION:

Una vez vista la realidad nacional, debemos también dar una visión sobre nuestra realidad eclesial.

Los males del conflicto son grandes. Pero nos preguntamos: ¿Qué sería si la Iglesia no estuviese presente? ¿Cómo ha mirado la Iglesia esta realidad? ¿Cómo la ha interpretado? (Puebla, 74).

Nos guiará en esta visión sobre la Iglesia, la "opción preferencial por los pobres", tratando de percibir las luces y las sombras verdidas sobre nuestra realidad.

### ENFOQUE GLOBAL:

No podemos entender la fecundidad de una iglesia si es que no ha estado inserta en la realidad circundante.

Con sobrada razón podemos decir que la Iglesia salvadoreña ha hecho suyos los goces y angustias del hombre de nuestro tiempo y que, en la expresión de Medellín y Puebla, ha estado caracterizada con sus luchas y sus sombras por la "opción preferencial por los pobres".

### LOS ANTECEDENTES.

Nuestra iglesia ha recogido el testimonio de un Antonio de Montecinos o de un Bartolomé de Las Casas, como de otros muchos incansables defensores del pobre. Al alimentarse del espí-

ritu renovador del Concilio Vaticano II, Medellín y Puebla, ha hecho como directriz evangélica de su quehacer pastoral la "opción preferencial por los pobres".

En el período de Monseñor Romero, esa opción fue abonada e institucionalizada no solamente con declaraciones sino con el sacrificio material de cientos de catequistas, once sacerdotes, cinco religiosas, miles de cristianos y a la cabeza de todos ellos, el Arzobispo Mártir.

Queremos subrayar que la realidad conflictiva y desafiante, a la cual tuvo que responder la iglesia en tiempos de Monseñor Romero, no fue evadida sino iluminada y enfrentada desde la perspectiva del pobre y del evangelio. En este compromiso audaz, la iglesia se iba llenando de vida y de fortaleza.

### LA IGLESIA ACTUAL.

Los desafíos del momento actual han cobrado la magnitud de una guerra fratricida y por consiguiente han adquirido un nivel de mayor gravedad y complejidad. (Frente a ellos la Iglesia demuestra tanto fortaleza como debilidad).

Constatamos con alegría que, pese a lo trágico del momento, la "opción preferencial por los pobres" ocupa un puesto en la Iglesia e influye en ella a la hora de hablar y de actuar.

Pero también constatamos, como lo acepta Medellín, que hay sectores de la Iglesia que proyectan sombras ante la hora urgente de la acción. Y estas están enmarcadas en los riesgos que toda guerra entraña, que según San Mateo, se manifiestan en que "muchos de ustedes tenderán la fé, traicionarán y odiarán a sus hermanos y habrá maldad y que en muchos el amor se enfriará" (Mateo 24, 10 al 12).

Haciendo una especie de evaluación respecto a todo lo que sucede a nivel de la Iglesia, vamos descubriendo como existen tres enfoques:

- Hay un enfoque de la Iglesia que manifiesta la pérdida de la fé y el enfriamiento del amor. Y esto por ejemplo, cuando ve en la realidad del pobre solo violencia, comunismo, ateísmo, totalitarismo, odio, engaño, etc, y en base a ello condena todo lo justo que existe en la lucha del pobre. Haciendo de esta forma más doloroso y prolongado el conflicto. En este enfoque está ausente el marco cristiano y evangélico de la opción por el pobre y puesto en claro, consciente o inconscientemente, una opción por el opresor. \*

- Hay otro enfoque, que, con gran sentido cristiano, se acerca a las víctimas de la guerra y al pueblo en general, brindándoles a todos apoyo espiritual, moral y humanitario. Aquí sí, aunque a veces hace falta un poco más de audacia y de compromiso con el pueblo, está presente la opción preferencial por los pobres.

- Hay un tercer enfoque que se ha hecho presente en los actuales sucesos, del lado de los pobres, contribuyendo con lo que está a su alcance y como Iglesia a la búsqueda de una paz con justicia.

Unos están en zonas menos conflictivas continuando una pastoral encarnada y gozando de la cercanía fraterna de los demás hermanos sacerdotes y del Obispo.

Otros están ejerciendo su pastoral en zonas especialmente conflictivas. Carecen de esta cercanía fraterna de los demás hermanos sacerdotes y del Obispo. Esto, sin embargo, no

\* Hacemos la sugerencia fraterna de que examinemos nuestra conciencia y si encontramos en nosotros este enfoque, de cara a la realidad, luchemos por comprender y asumir el compromiso que nos presenta Medellín y Puebla.

significa ni en lo más mínimo un alejamiento espiritual. Se sienten parte de la Iglesia y en comunión con todos y en especial con el Obispo. Tratan, en medio de pobladores y de combatientes de servir lo mejor que pueden mediante un verdadero testimonio de vida y la creación de auténticas comunidades eclesiales de base, a la causa de Dios y de la Iglesia.

Desde este acompañamiento, en variadas formas, a la justa lucha de los pobres, vemos que la opción por los pobres en el presente, con sus luces y sombras, continúa siendo una constante en nuestra iglesia. Esta fidelidad a la opción por los pobres no ha sido en vano, prueba está en los siguientes logros:

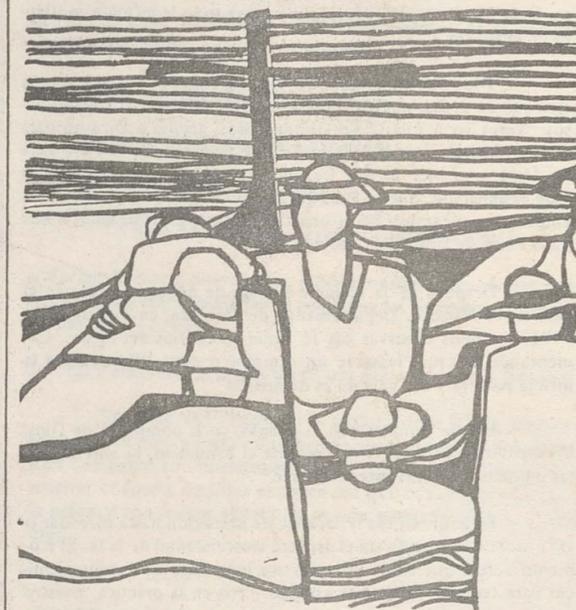
1. La confianza que los desplazados manifiestan al habitar en locales de la Iglesia.
2. El que la Iglesia sigue siendo voz autorizada en la denuncia de la represión contra el pobre.
3. El que el pueblo mantenga la esperanza de que habrá una justa solución a la guerra.
4. El que la iglesia haya participado del esfuerzo humanizador al conflicto, como ha sido el papel mediador en el canje de prisioneros.
5. El que exista en la conciencia del pueblo la idea clara de que la Iglesia puede ser un importante agente mediador en el actual conflicto.

### CONCLUSION:

El haber aportado luces y esperanzas al pueblo, confirma que el desafío planteado por la realidad de guerra, es posible enfrentarlo. La "opción preferencial por los pobres" debe ser con más urgencia el camino a seguir. Por lo tanto concluimos con Medellín diciendo que la Iglesia "acata el juicio de la historia sobre esas luces y sombras, y que quiere asumir plenamente la responsabilidad histórica que recae sobre ella en el presente".



## La experiencia pastoral de las comunidades eclesiales de oriente



Los sacerdotes que llegaron a Morazán, llegaron con una mentalidad de maestros y la misma realidad que encontraron los puso en un plan de alumnos. Había mucho que aprender y hasta este día no dejan de asombrarse.

En medio de la guerra, y en guerra, nace un pueblo:

- que vive y celebra su fé;
- que pone en práctica los valores cristianos con una increíble radicalidad;
- que vive y comunica esperanza;
- que da el paso a una vida comunitaria;
- y que demuestra su grandeza en medio de su pobreza.

La experiencia vivida acá nos lleva a comprender mejor y a hacer nuestra la oración de Jesús: "Yo te bendigo, Padre, Señor del Cielo y de la Tierra, porque has ocultado estas cosas a sabios y prudentes, y se las has revelado a los pequeños". (Mateo 11, versículo 25).

Un pueblo que vive y celebra su fé.

Nuestro pueblo dió un paso importante en la maduración de su fé: su fé supera lo ritual y se convierte en una práctica que se asemeja a la de Jesús. Pues en este pueblo se observa:

- Esa misma pasión por la verdad y por la justicia;
- Ese mismo amor predilecto por los más pobres;
- Ese misma perseverancia haciendo el bien en medio de riesgos y amenazas;
- Esa misma disponibilidad hasta dar la vida;
- E incluso esa misma confianza en Dios Padre que nunca defrauda.

Ese cambio en la vivencia de la fé no dejó de provocar dudas o crisis. A los agentes de pastoral les tocó aclarar, haciendo ver que la fé no es, en primer lugar rito, costumbre o devoción, sino seguir, en la práctica, el ejemplo de Jesús.

En esa praxis Dios se hace presente como el que acompaña. La experiencia actual es tan grande en nuestro pueblo, en ella descubre la presencia real de alguien que le exige compromiso, le da fortaleza para cumplirlo y sobre todo le infunde confianza en el futuro.

Dios va tomando otra cara. En medio de la praxis, a ejemplo de Jesús, nuestro pueblo va descubriendo al Dios de Jesús. Antes vivía una fé sin compromisos, acudía a Dios no para pedirle fortaleza sino en búsqueda de favores o consuelo y veía en Dios más bien al que legitima su situación de miseria y le pide resignación, que al Dios que motiva a salir de la opresión y a emprender el camino hacia una tierra nueva garantizando, desde ya el éxito de la marcha. (Puebla, 1102).

Después de la masacre de más de mil campesinos en el caserío El Mozote, Departamento de Morazán, en diciembre de 1981, pudimos observar esa fé firme en el Dios del futuro. Comentando la cruel masacre un campesino dijo: "Dios tendrá la última palabra y esa palabra es de justicia".

En ese caminar con el pueblo, en la compañía de Dios, los cristianos no se detienen ni ante el cansancio, ni ante las balas o bombas, ni aún ante la muerte.

Es aquí, en esa tenacidad y disposición hasta ofrendar la vida, donde se manifiesta el aspecto trascendental de la fé. El momento actual que exige una práctica inmediata no es muy propicio para teorizar sobre este aspecto. Pero en la práctica, nuestro pueblo demuestra que aun ese aspecto no está ausente. Que nunca se detiene, pese a los riesgos: quien cumple a cabalidad su deber, no obstante las amenazas; quien se enfrenta con tanto valor aún en la muerte demuestra que, en el fondo, cree que el amor es más fuerte que la muerte o que no la muerte sino la vida, tiene la última palabra.

Durante la celebración eucarística, nuestro pueblo celebra su compromiso, la cercanía de Dios y la confianza en el futuro. Cada celebración es a la vez un homenaje a sus mártires.

Para el que preside son tantas las oportunidades, para entre otras cosas, hacerles ver a los que se han congregado de que lo que están haciendo, esa búsqueda de la paz basada en la justicia es lo que deben hacer; que esto es ser consecuente con el evangelio.

Cada celebración es también una ocasión para crear y alimentar la esperanza.

#### RESUMIENDO.

¿Qué es la fé para nuestro pueblo? La fé es la praxis, es presencia de Dios en la historia; es trascendencia; es liturgia. Habrán muchos otros aspectos, pero estos nos parecen los más relevantes.

Un pueblo que pone en práctica los valores cristianos con una increíble radicalidad.

Para los que creemos en la actuación de Dios en la historia, nada es casual, todo tiene sentido y aún un sentido positivo.

Nuestro pueblo tiene un modo particular de ver y de asumir la guerra. Consciente de que la guerra a la que se ve obliga-

do para salir definitivamente de una situación de extrema miseria es el camino que históricamente le toca recorrer, se acerca a esa realidad con una mentalidad positiva, viendo en toda esta situación de guerra, antes que todo, una oportunidad para crecer como humano y como cristiano. Y crece de verdad cuando vive con una increíble radicalidad los valores que el evangelio presenta. (Puebla, 1163).

1. "Así como el cielo está muy alto por encima de la tierra, así también mis caminos se elevan por encima de sus caminos y mis proyectos son muy superiores a los de ustedes". (Isaías, Capítulo 55, versículo 9).

2. "El que quiera seguirme que renuncie a sí mismo, que cargue con su cruz y que me siga". (Mateo 16, versículo 24).

La primera cita bíblica lo deja bien claro. Hay un abismo entre lo que propone Dios y lo que se propone el hombre. Por consiguiente, ponerse a la altura de Dios no es fácil. Es nacer de nuevo. Es dejar "el hombre viejo y revestirse del hombre nuevo" Algo así está sucediendo en nuestro pueblo.

La segunda cita insiste más aún en lo difícil, lo duro, lo doloroso del camino. No obstante son muchísimos los que sin vacilar tomaron el camino de Jesús, convirtiéndose en un pueblo peregrino, abnegado, audaz, disponible y capaz de llevar al extremo el amor a sus hermanos.

2. "Lo bueno no es sólo amar a los amigos, lo evangélico es amar a los enemigos. Lo cristiano es devolver bien por mal, a pesar de los odios e injusticias de que podemos ser víctimas. Tenemos que intentar seguir queriendo a los demás. La respuesta del cristiano ante toda violencia enemiga es la fuerza del amor". (Misal).

Todo esto es fácil decirlo. Por eso cualquiera pudiera pensar que estas actitudes, netamente evangélicas, hayan sido expulsadas de la práctica de nuestro pueblo en guerra. Sin embargo no es así. Por ejemplo:

- La sangrienta represión no ha hecho de nuestro pueblo, un pueblo amargado o negativo. Asimila el enorme sufrimiento con serenidad, como un aporte que está dando, el precio que le toca pagar para la conquista de una paz duradera.

- La actitud de perdón (borrón y cuenta nueva para todo enemigo que se convierta), nuestro pueblo la mantiene y la demuestra en casos muy concretos, un ejemplo de ello, es el trato amable y de hermano que brinda a los prisioneros de guerra.

- Pese al hecho de estar involucrado en una guerra sangrienta, nuestro pueblo no ha perdido el respeto a la vida. Hay clara conciencia de que toda su violencia (obligada) no es sino en defensa de la vida, tan atropellada, de nuestro pueblo.

Nuestro pueblo no está motivado, como algunos suelen decir, por un odio irracional, sino por un amor sin igual al hermano necesitado y por la convicción de la necesidad de un profundo cambio social.

Un pueblo que vive y comunica esperanza.

"La esperanza es uno de los aspectos sobresalientes en nuestro pueblo".

Ni la represión que cuenta ya con cincuenta mil víctimas, ni la prolongación de esta guerra que lleva ya cuatro años, ni el despojo y pérdidas de bienes, ni el estilo de vida actual inestable, ni la muerte lo han hecho dar un paso atrás.

El texto de Romanos se actualiza: ¿Quién nos separará del amor de Cristo: las pruebas o las angustias, la persecución o el hambre, la falta de ropa, los peligros o la espada? . . . No, en todo esto triunfaremos por la fuerza del que nos amó" (Romanos, Capítulo 8, del 35 al 37).

Creemos que el testimonio de esperanza de este pueblo es un servicio a la humanidad.

Comunicar esperanza a un mundo amenazado por las armas nucleares, es un signo de los tiempos. (Boletín Mártires de El Salvador, No 15).

El pueblo que da el paso a la Vida Comunitaria.

Lo más común entre nosotros ha sido vivir, ver y valorar las cosas desde el punto de vista individualista.

Hasta hoy nuestro pueblo se abre definitivamente a un espíritu comunitario.

No le es muy fácil, pero va creciendo en eso. Su estilo de vida cada vez más se asemeja a la de la primitiva comunidad cristiana "todos los creyentes vivían unidos y compartían todo cuanto tenían" (Hechos, Capítulo 2, versículo 44).

Un pueblo que demuestra su grandeza en medio de su pobreza.

Nuestro pueblo impulsa proyectos de producción; hace labor de alfabetización; vigila la salud de todas las comunidades; garantiza el abastecimiento de miles de personas. . .

Siempre nos quedamos con una interrogante: Cómo se explica que un pueblo con tan pocos recursos materiales y sobre todo culturales (la mayoría es analfabeta) logre hacer todo esto?

Primera carta a los Corintios, Capítulo I, versículos 27 al 28 dan la respuesta:

"Dios ha elegido lo que el mundo tiene por necio, con el fin de avergonzar a los sabios; ha escogido lo que el mundo tiene por débil, para avergonzar a los fuertes; ha elegido a la gente común y despreciada, ha elegido a lo que no es nada para bajar a lo que es".

#### CONCLUSION:

1. La experiencia descrita acá en forma breve, refleja la fidelidad de nuestro pueblo a la "opción preferencial por los pobres". Es ir viendo a los pobres que han ido adquiriendo una mayor madurez en la fé, un estilo de vida según los valores del evangelio, una mayor confianza en el futuro, un espíritu comunitario y una clara conciencia de que es sujeto y no objeto de su historia.

2. La misma experiencia nos lleva a los agentes de pastoral también a reafirmar nuestra opción preferencial por los pobres.

Queda comprobado:

- Son los pobres los más aptos para comprender la buena nueva.

- Son los pobres los más dispuestos ante las exigencias del evangelio.

- Son los pobres los que mantienen más viva la esperanza.

- Es entre los pobres, donde se realiza el reino.

Por consiguiente, estar con ellos es estar en un lugar privilegiado, cada vez más estamos más convencidos de ello, lo cual nos motiva a reafirmar nuestra opción preferencial por los pobres.

3. No hace falta recalcar que acá hemos encontrado tierra fértil para nuestro trabajo de Iglesia. . . lo más fundamental ya está, solo hay que crear conciencia al respecto e iluminarnos a la luz de la fé y de la palabra de Dios.

Son cuatro los momentos principales de nuestro trabajo pastoral:

a. Celebraciones eucarísticas o las celebraciones de la palabra (Atención al pueblo cristiano en general).

b. Los grupos de reflexión (profundización)

c. Catequesis (atención especial a los niños)

d. Apoyo a los proyectos colectivos.

En todo esto llevamos dos objetivos principales:

a. Formar hombres nuevos, que, motivados por su fé, asuman con creatividad y responsabilidad el papel que les corresponde dentro del proceso de cambio.

b. Crear y alimentar la esperanza en una sociedad justa y fraterna.

Sabiendo que dentro de la pastoral de la Iglesia salvadoreña existen otras experiencias, hemos querido aportar la nuestra, para compartir con nuestros hermanos esta vivencia y reflexión y motivar el aporte de otras experiencias que nos ayuden a llevar a la práctica con mayor eficacia la opción preferencial por los pobres.

#### ALGUNAS LINEAS PASTORALES QUE HEMOS IMPULSADO.

En la continuidad de la "opción preferencial por los pobres" nos hemos guiado por líneas pastorales emanadas de los documentos de la iglesia y que como fruto del acompañamiento, durante varios años al pobre, podemos presentar sistemáticamente en las siguientes pautas, que esperamos sean discutidas, ampliadas y enriquecidas con el aporte de la experiencia y reflexión de otras comunidades.

1. En cuanto a la atención que debemos al pueblo cristiano en general.

La muchedumbre de la cual Cristo se compadeció, ha obligado a ser durante esta guerra, el sector más golpeado de nuestro pueblo.

Constatamos con dolor que el asesinato y la salida del país de muchos agentes de pastoral, sacerdotes, catequistas y religiosas. La represión misma ha llevado a la Iglesia salvadoreña a limitar, en un grado considerable, la atención que debe al pueblo cristiano.

Precisamente esas limitaciones y el compromiso de acompañar al pueblo, es lo que ha motivado, animado e impulsado el trabajo de las comunidades eclesiales de base en las zonas especialmente conflictivas. (Puebla, 1147).

Pese a las limitaciones en la atención del pueblo cristiano en general, el pueblo sigue viendo en la Iglesia y su mensaje, una esperanza. Por ello podemos decir con Medellín que "estamos ante un desafío y una misión que no se puede soslayar o a la que se debe responder con diligencia y audacia adecuadas a la urgencia de los tiempos".

Esto garantiza la credibilidad y fecundidad de la Iglesia el día de mañana.

Nos proponemos: extender nuevamente el trabajo pastoral a todo el pueblo cristiano en general en base a los objetivos siguientes:

a. Creación y desarrollo de una conciencia con convicción en el cambio (dar razón de la esperanza) (Puebla, 1165).

b. Crear claridad y convicción sobre el justo camino por el que ha optado el pobre para la consecución de la paz y sobre el derecho del pueblo a decidir su propio destino. (Puebla, 1162, 1163, 1165)

c. Motivar a la participación de todos en acciones que signifiquen solidaridad con el pobre (Puebla, 1161).

## 2. En cuanto a la evangelización.

La evangelización sufre a causa de las circunstancias actuales, serias limitaciones en cuanto a su expansión y su contenido. Muchas obras de evangelización fueron suspendidas y otras despojadas de su carácter profético, con el fin de sobrevivir dentro de un clima de larga y sangrienta persecución de la Iglesia.

Creemos que hoy, el pueblo cristiano ha ganado un espacio suficiente para extenderse con mayor esfuerzo en este terreno de la evangelización (Puebla, 1141 y ss).

Esto contribuirá a la vivencia de una fé más madura y acorde al momento actual.

Nos proponemos: intensificar para todas las edades (adultos, jóvenes y niños) y a todos los niveles (iniciación y profundización) una labor evangelizadora que enfrente los desafíos del momento actual, enfatizando de manera especial, pero no exclusiva, en los siguientes elementos:

### a. La búsqueda de la paz en la justicia.

La guerra ha cobrado ya más de cincuenta mil víctimas; existe la posibilidad de una intervención extranjera, lo cual probablemente traería consigo la regionalización del conflicto. La vida y la soberanía de nuestro pueblo y de los pueblos centroamericanos está de por medio. Por consiguiente, es urgente trabajar por la paz. Los cristianos deben contribuir generosamente buscando por todos los medios la suspensión de las estructuras injustas que dieron origen a la actual situación de guerra, respondiendo al llamado de la Conferencia Episcopal en Puebla: "Hay que edificar la paz en la justicia".

### b. La Defensa de la Dignidad del Hombre

En nuestro país la dignidad del hombre está siendo pisoteada de mil maneras. Continúan la explotación, la marginación, los encarcelamientos y desaparecimientos, las torturas, los asesinatos, las masacres, los ametrallamientos y bombardeos indiscriminados, etc.

Es hora de salir todos en defensa y de redoblar nuestros esfuerzos a favor de quien es la más fiel imagen de Dios, revestido de gloria y grandeza: del hombre (Salmo 8).

### c. Solidaridad con los que sufren.

Lo que sufre nuestro pueblo sobrepasa toda imaginación. Lo más desastroso sería acostumbrarnos a tan dolorosa realidad.

Habrà necesidad de señalar las verdaderas causas de tanto dolor, de trabajar por aliviarlo hasta donde sea posible y sobre todo de ubicarlo dentro de una perspectiva de esperanza para que sea así-

milado no como algo fatal, sino como "el comienzo de un doloroso alumbramiento". (Mateo 24, Versículo 8).

### d. La Misión Profética de la Iglesia.

Sin duda hace falta una palabra y una acción que tenga todo el vigor profético.

Los cristianos haríamos bien en recuperar ese vigor profético a través de una palabra y una acción audaces y generadoras de esperanza.

Es la mejor manera de hacer presente a Monseñor Oscar Arnulfo Romero, nuestro Arzobispo Mártir, cuya palabra y acción proféticas despertaron una profunda esperanza en nuestro pueblo.

### e. El compromiso con la historia.

Algunos cristianos tienden a evadir todo compromiso con el pueblo, argumentando de que la vocación cristiana es de carácter netamente religiosa. Tal actitud no es extraña dentro de un clima de guerra. Sin embargo, es necesario para que todo cristiano asuma con la debida responsabilidad el papel que le corresponde, orientar hacia un compromiso audaz con la historia.

"Ciertamente para la Iglesia la plenitud y la perfección de vocación humana se lograrán con la inserción definitiva de cada hombre en la Pascua o triunfo de Cristo, pero la esperanza de tal realización consumada, antes de adormecer, de avivar la preocupación de perfeccionar esta tierra, donde crece el cuerpo de la nueva familia humana, el cual puede de alguna manera anticipar un vislumbre del siglo nuevo. (Medellín).

## 3. En cuanto a una acción concreta.

Buena parte de la iglesia se ha mantenido fiel a la "opción preferencial por los pobres". Sin embargo, su incidencia en el momento actual a favor de los pequeños no es lo suficiente.

"No todos en la Iglesia de América Latina nos hemos comprometido suficientemente con los pobres; no siempre nos preocupamos por ellos y somos solidarios con ellos. Su servicio exige, en efecto, una conversión y purificación constantes, en todos los cristianos, para el logro de una identificación cada día más plena con Cristo pobre y con los pobres" (Puebla, 1140).

"En la actual coyuntura de América Latina, los cambios podrán ser rápidos y profundos en beneficio de todos, especialmente de los pobres por ser los más afectados y de los jóvenes que asumirán, en breve los destinos del continente" (Puebla, 1250)

"Proponemos para eso la movilización de todos los hombres de buena voluntad. Que se unan, con nuevas esperanzas en esa inmensa tarea. Queremos escucharlos con viva sensibilidad; unirnos a ellos en su acción constructiva" (Puebla, 1151).

"Con nuestros hermanos que profesan una misma fé en Cristo aunque no pertenezcan a la Iglesia Católica, esperamos unir los esfuerzos, preparando constantes y progresivas convergencias que apresuren la llegada del Reino de Dios". (Puebla, 1152).

"A los hijos de la iglesia que se desempeñan en puestos de avanzada queremos transmitirles nuestra confianza en su acción, haciendo de ellos nuestros mensajeros de nuevas esperanzas. Sabemos que en el evangelio, en la oración y en la Eucaristía, tratarán de encontrar la fuente para constantes revisiones de vida y la fuerza de Dios para su acción transformadora". (Puebla, 1253).

Ojalá el testimonio presentado sirviera de aliento, estímulo y de reflexión a sacerdotes, religiosas, religiosos y cristianos, con el fin de ir creando, tomando una mayor conciencia por esa "opción preferencial por los pobres" en una acción planificada, movilizandolos a todos los hombres de buena voluntad en torno a:

a. Una paz justa y duradera.

"Felices los que trabajan por la paz porque serán reconocidos como hijos de Dios" (Mateo, Ver. 5).

b. El inviolable derecho de todo pueblo a su autodeterminación.

El pueblo salvadoreño se encuentra en una situación semejante a la del pueblo elegido en Egipto, El pueblo elegido está harto de vivir bajo el yugo opresor de un rey extranjero y presionaba para lograr la salida. Quería desarrollar sus propios valores y forjar su propio destino. Lo mismo es lo que quiere nuestro pueblo cuando se opone a todo extranjero que pretende imponerle por la fuerza su cultura, su política, su sistema, etc.

c. El respeto a los derechos humanos en general y el derecho a la vida en especial.

"Es preciso defender lo mínimo que es el máximo don de Dios: La Vida" (Monseñor Romero). (Puebla 1268 al 1274).

d. Transformaciones estructurales indispensables para la construcción de una patria justa.

"No deja de ver que América Latina se encuentra en muchas partes, en una situación de injusticia y puede llamarse de violencia institucionalizada, tal situación exige transformaciones globales audaces, urgentes y profundamente renovadoras (Medellín)". (Puebla 1254 a 1263).

## CONCLUSION:

Nuestro pueblo en medio de un conflicto sangriento construye su futuro, Hay temores y hay esperanzas.

Nuestro pueblo no ha dejado de volver su mirada a la Iglesia y sobre todo a esa Iglesia que se ha demostrado de uno o de otro modo fiel a la opción preferencial por los pobres.

Espera encontrar a la Iglesia entre los que aprecian y apoyan lo justo y los logros de sus aspiraciones; esperan escuchar de ella, en esos tiempos sumamente difíciles, una palabra sincera de aliento y de esperanza.

La iglesia no puede defraudar esa confianza nuestra en ella, porque lo que está de por medio es el futuro del pueblo y la credibilidad de ella misma.

Mucho de lo que hasta hoy se ha hecho ha sido positivo. No obstante creemos que existe todavía un gran potencial en la Iglesia, que no se ha expresado suficientemente.

Desde nuestra experiencia como Comunidades Eclesiales, queremos animar a todos aquellos que hacen esfuerzos por la construcción de la paz en justicia, basados en los lineamientos pastorales de la opción preferencial por los pobres. Así nos atrevemos a convocar a:

- A todos los obispos
- A todos los sacerdotes, religiosas y religiosos
- A todos los cristianos de las parroquias
- A los cristianos integrantes de los movimientos apostólicos.
- A los cristianos miembros de las Comunidades Eclesiales de base existentes tanto en la zona rural como en la urbana (tugurios, barrios y colonias).

- A los cristianos que, a causa de la represión, se encuentran refugiados en distintos puntos del país o fuera del país para que nos unamos en un solo esfuerzo por hacer presente, de la manera más eficaz, a la Iglesia en la búsqueda de una patria justa y fraterna.

De esta manera hacemos nuestras las palabras de nuestro querido e inolvidable Arzobispo Mártir, Monseñor Oscar Arnulfo Romero:

"Nuestro pueblo puede estar seguro que la Iglesia lo seguirá acompañando pero con la voz auténtica del evangelio".

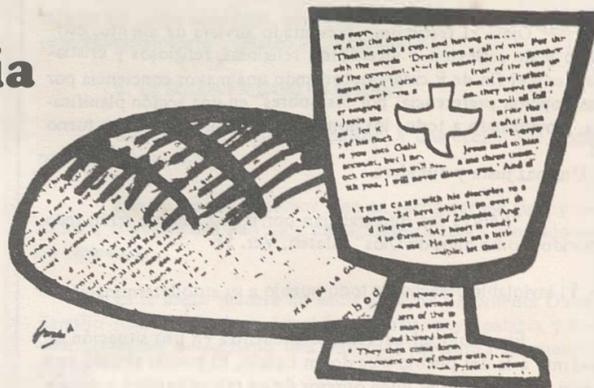
Esperamos que estas páginas sean útiles para tal fin.

COMUNIDADES ECLESIALES DE ORIENTE

Noviembre de 1984.



## Como es la Iglesia que Acompaña a su Pueblo



En El Salvador se ha dado un paso muy grande hacia una Iglesia de los pobres. Es este un punto importante en la experiencia salvadoreña. No puede negarse que gran parte de esa Iglesia se ha entregado hasta el Martirio a la causa popular. Afortunadamente en esta empresa hay un Arzobispo, hay Clero, hay Religiosos, Religiosas, hay Agentes de Pastoral que están en plena comunidad con su Obispo; hay una Iglesia de los Pobres; hay una opción preferencial por los pobres que demuestran en la práctica que esto no lleva a la creación de una Iglesia Paralela. Esto se debe en gran parte, a la sabiduría pastoral de Monseñor Rivera y Damas a diferencia de "otros Obispos del área" que en ningún momento han querido romper con lo que se llama una Iglesia Conservadora, para entregarse de lleno a los pobres, defenderlos y acompañarlos en la dura lucha que liberan hoy por conseguir el espacio para vivir libres y felices.

En El Salvador se va viendo una purificación de la fe y la Esperanza en las clases más populares, precisamente por los golpes que va teniendo. Se ha llegado al punto en que la Iglesia se hace respetar por el movimiento revolucionario y se hace necesitar por él. No deja de ser significativo "que los propios líderes revolucionarios llamen a los Pastores de la Iglesia para que mantengan la esperanza del pueblo, para que le dan aquella fuerza en el sufrimiento y en la lucha.

Alguien estableció la diferencia marcada que hay entre el discurso actual de Monseñor Rivera y Damas con el de Monseñor Oscar Arnulfo Romero, lo que se ve por sus efectos.

Monseñor Romero, nunca hubiera sido aceptado como un Mediador, por considerarse un hombre mucho más cerca de la izquierda, del FMLN y los Movimientos Populares en sí. Se inclinó más a una denuncia muy vigorosa y profética de las injusticias que había en el país en ese momento.

En cambio Monseñor Rivera es aceptado, aunque no siempre de buen agrado por parte de la derecha más recalcitrante. Esta no quiere tampoco a M. Rivera ya que lo considera muy condescendiente con la izquierda. En este sentido tendría

gran semejanza con M. Romero. Por lo menos, el sector gubernamental y la administración norteamericana, sí acepta que Monseñor Rivera sea Mediador. Hay diferencia entre las dos partes debidas al carácter y al carisma de ellos, y a la situación que impera en el país; pero hasta cierto punto, puede decirse que M. Rivera, aunque de otra forma, continúa la labor de M. Romero.

Por otro lado, los demás Obispos que forman parte de la Conferencia Episcopal Salvadoreña, es bien notorio que nunca se manifiestan públicamente, guardando un silencio que bien puede ser cómplice de la Institución Gubernamental actual, pues dentro de sus jurisdicciones se violan diariamente los derechos humanos y se cometen actos de violencia por parte del gobierno, que son silenciosamente aprobados.

La única vez que se han manifestado en conjunto fue en Agosto del año 85 con motivo de la publicación de la CARTA PASTORAL a la que le pusieron el título "RECONCILIACION Y PAZ".

El tema fundamental de la carta es la situación de violencia que vive el país y de ahí el anhelo de Paz y el Diálogo como modo de conseguir aquella, de ahí la RECONCILIACION.

La Carta afirma que la situación del país es crítica y que de no frenarse, puede darse una escalada aún mayor de violencia, que el camino único para la Paz es el DIALOGO, del que dicen los Obispos que ha caído en un estancamiento que lo puede llevar al fracaso. Pero los Obispos no se comprometen a atacar las verdaderas causas que ocasionan la guerra actual. Sólo Monseñor Rivera y sus Auxiliares, afrontan tan dura tarea, dando pasos en falso, pero sin dejar de caminar firmes en esa búsqueda. Monseñor Rivera ha dicho: "El diálogo está empantanado pero no roto; maltrecho pero con vida".

Se nota en la carta que no evalúa el actual proyecto político del país. Falta en ella un análisis más completo y concreto, de la política de guerra de la administración Reagan, sobre la cual guarda silencio.. y esto viene a suavizar los abusos de la fuerza armada. Da a entender que tanto la izquierda como la derecha, manipulan la fe. Deja ver bien claro que la Democracia Cristiana sí está de acuerdo con la Iglesia Jerárquica.

Por supuesto, la Carta Pastoral de los Obispos Salvadoreños, ha provocado muchas reacciones. Entre ellas está la del FMLN que en una carta muy cordial y sincera a la Conferencia Episcopal, le dice que SI está de acuerdo en la necesidad del Diálogo, PERO, en tono muy serio, le hace estas críticas:

1. El análisis de la realidad que vive el país, es superficial; silencio de todo la influencia de la Administración Reagan en la vida del país.

2. Deja ver bien claramente la parcialización de los Obispos en favor del actual gobierno Demócrata Cristiano, cargando la culpabilidad de todo al FMLN.

3. La ineficacia de la mediación en el Diálogo que no ha cumplido con ciertas responsabilidades como por ejemplo, llevar una serie de propuestas, archivo, actas, acuerdos, minutas, de las reuniones.

Las Comunidades Eclesiales de Base han demostrado desconcierto, dolor y malestar por la carta. El Comité de Madres y el Comité Ecuménico por el Diálogo, hacen notar la parcialización hacia el actual gobierno.

Una valiosísima crítica de fuera del país es de una persona bien preocupada por la situación del pueblo salvadoreño, del cual dijo:

"... tiene una historia que se parece cada vez más a la de JESUS..."; se trata de Monseñor Pedro Casaldáliga, del Brasil. En una carta a sus hermanos en el Episcopado salvadoreño les hace ver que la carta: "ha fallado a la historia del país... canoniza el actual gobierno salvadoreño... y lamenta la ausencia en ella de Monseñor Oscar A. Romero a quien él y su pueblo ya han canonizado como "SAN ROMERO DE AMERICA", y la de tantos MARTIRES QUE HAN DADO LA FE DEL PUEBLO.

Creemos que en general la carta de los Obispos no responde a las inquietudes del pueblo cristiano que espera con ansias en los que son sus pastores... y no da la esperanza de que sea un instrumento o una arma poderosa que sirviera para plantear las grandes soluciones que se buscan, en la mesa de las conversaciones. ¿Cómo es posible, se pregunta alguien, que todos los pastores de El Salvador no escuchen al unísono el clamor de ese pueblo y no unan criterios y fuerzas para salvarlo? Gritos como este: "NO A LA GUERRA! ¡QUEREMOS EL Cese de los bombardeos indiscriminados!... ¡NO AL DESALOJO DE LA POBLACION CIVIL! ¡SI AL DIALOGO PRA LA PAZ CON JUSTICIA!... ¡NO MAS BOMBARDEOS QUE ARRAZAN CON TODO! ¡RUEGUEN POR NOSOTROS! ¿HASTA CUANDO, HASTA CUANDO? Es un grito que viene de Chalatenango, o de Morazán, o de cualquier parte del país... es un grito que debe ser escuchado por cualquier hombre y todos los hombres de buena voluntad...

Otro dato importante que hay que tener en cuenta referente a los otros Obispos de El Salvador, en particular de uno de ellos, el de San Miguel, es que difícilmente podrá estar de parte del pueblo que reclama sus justos intereses, quien ostenta el título de Coronel del Ejército Salvadoreño y Capellán Vitalicio de él, exhibiendo inclusive las insignias en el uniforme verde cuando hay parada militar.

A nivel de Clero, existen capellanes del Ejército, que difícilmente podrán optar por la gran lucha que tiene el pueblo cuando lo que patrocinan y bendicen, es el actuar del mismo ejército. Les toca "por oficio" defender la filosofía del gobierno y las doctrinas de "seguridad nacional" y la lucha obsesiva contra el "comunismo internacional".

La Parte de la Iglesia más Consciente en el Proceso acompaña a su pueblo.

Esa parte de la Iglesia de Jesús que con su Evangelio es capaz de ir al frente en un proceso claro de Liberación, puede que tenga luces y sombras pero es una Iglesia viva, presente en el proceso y que acompaña al Pueblo hasta dar la propia sangre por sus hermanos.



Esa Iglesia Católica comprometida, renovada y dispuesta a triunfar, está presente en las tres zonas en que se divide actualmente El Salvador:

1. Zonas bajo control del FMLN-FDR (40% del territorio nacional)
2. Zonas de expansión de estas mismas organizaciones (10%)
3. Zonas controladas por el ejército gubernamental (50% del territorio y las principales ciudades).

En medio de la guerra civil más cruel que ha vivido El Salvador y que va dejando un saldo cercano a los 100,000 muertos, desaparecidos sin cuento, y un millón de refugiados en diferentes países del mundo, la atención pastoral en esas zonas, sobre todo en las controladas por el FMLN, es la "más difícil y significativa a la vez".

En las tierras del Departamento de Chalatenango y Morazán, las más extensas, es donde hay mayor trabajo pastoral. Inclusive hay un Sacerdote de la Arquidiócesis de San Salvador responsable de dicho trabajo.

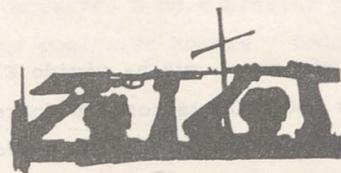
Dicho Sacerdote, con toda la entrega y conciencia evangélica de que es capaz y con la aprobación total del Señor Arzobispo, tienen bien organizada la Pastoral tal como lo piden los Obispos en los Documentos de Medellín y corroborados por los de Puebla de los Angeles.

Cuenta con 30 Agentes de Pastoral, Laicos, Catequistas, Celebradores de la Palabra, dedicados plenamente con gran espíritu, a tiempo completo a la Pastoral.

En la Zona de Guazapa hay otro sacerdote de la misma Arquidiócesis y unos 12 agentes de pastoral. En la zona de San Vicente, hay 10 Agentes de Pastoral y en Usulután 12. En la zona de Morazán, controlada por el Frente, hay 2 sacerdotes encargados del Equipo de Pastoral. Hay muchos otros sacerdotes y celebradores de la Palabra, en las zonas de expansión.

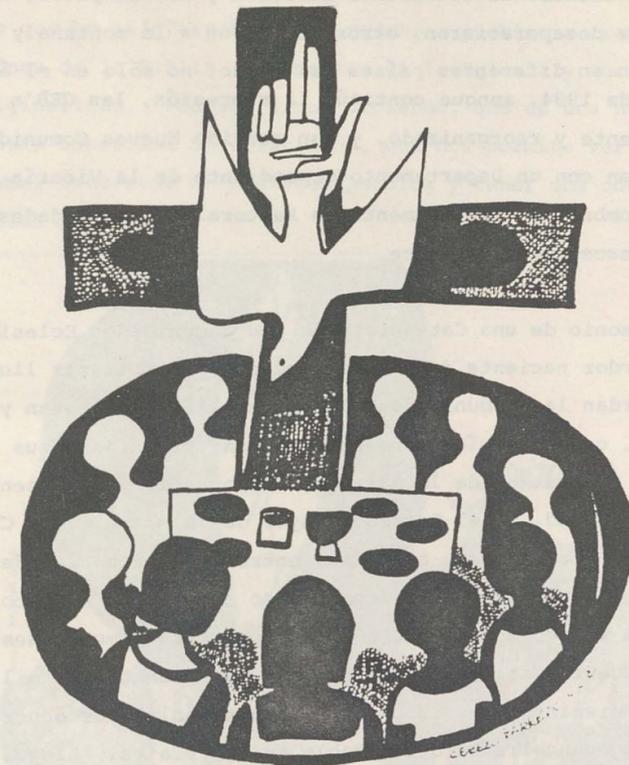
Todo este trabajo está bien coordinado y cuenta con el apoyo del Arzobispo de San Salvador, Monseñor Arturo Rivera y Damas. Resumiendo, podemos decir, que 5 sacerdotes, y unos 150 Agentes de Pastoral Laicos, mantienen la Obra Evangelizadora, Catequística y Sacramental de la Iglesia, en estas zonas de guerra. El pueblo aprecia este acompañamiento espiritual de la Iglesia y acude masivamente a la convocatoria de los Agentes de Pastoral. Las Organizaciones aprecian también este trabajo y lo respetan. LA IGLESIA ACTUA CON MUCHA AUTONOMIA Y CON UNA CLARA IDENTIDAD.

Monseñor Rivera y Damas ha defendido públicamente el trabajo de dichos Sacerdotes, argumentando que sus esfuerzos son esencialmente pastorales. Su deber es trabajar con los soldados del pueblo y asegurar que obedezcan la ley de Dios, lo que ciertamente "es una manera más de humanizar el conflicto". Y a su vez los Sacerdotes que trabajan en dichas zonas controladas, siempre han tratado de mantener contacto con el Arzobispo. Muchos otros sacerdotes y religiosas que trabajan cerca de dichas zonas, colaboran en la misma causa. Por demás está repetir que las fuerzas en lucha, las del FMLN, respetan siempre el Trabajo Pastoral de la Iglesia.



A juicio de un Sacerdote que visitó no hace mucho El Salvador, si los Obispos de El Salvador hubieran actuado como lo hizo el Arzobispo Romero, esta guerra hubiera terminado hace mucho tiempo. Ni el gobierno estadounidense ni el gobierno democrático hubieran tenido la autoridad moral para continuar la guerra, si M. Romero estuviera presente.

El trabajo, no obstante, de M. Rivera y Damas, y de su Auxiliar M. Rosa Chávez, es por demás efectivo. Día tras día van denunciando lo que va sucediendo, hasta cierto punto desenmascarándolo la desinformación propagada tanto por gobierno salvadoreño como por el gobierno norteamericano. Ambos Obispos han recibido amenazas de muerte de la derecha, pero han continuado alzando su voz... Y aunque hay momentos de tensión, continúan respondiendo a las demandas del pueblo: las Comunidades Cristianas y los Agentes Pastorales encuentran apoyo en sus Pastores. A pesar de las presiones de la derecha, estos dos Obispos continúan instando al diálogo, y manteniendo cierta unidad eclesial en torno a estos inmensos "Obstáculos".



En otro orden, aunque muchos Obispos norteamericanos se han manifestado contra la ayuda militar a El Salvador, "no se ha impulsado una solidaridad real con la jerarquía de este pequeño país. Siete Obispos, deben soportar el peso de la lucha de su pueblo para sobrevivir frente a la agresión norteamericana en la región".

La Iglesia de Cristo en los verdaderos cimientos de la Liberación.

A pesar de la represión de estos años, Obispos más que otros de los que forman el abanico del Episcopado Salvadoreño, mantienen su compromiso con la formación y fortalecimiento de Comunidades Cristianas de Base. A pesar de la tortura y

muerte de tantos y tantos miembros de las CEB's, las Comunidades siempre se recuperan, tanto que hasta Obispos conservadores las promueven. Y la persistencia de las CEB's a pesar de la represión y muerte, también se debe a que estas se basan en estructuras Democráticas. En los Campamentos de Refugiados, que son bastantes por todo el país, hay mucha inspiración en la Biblia y en la Oración compartida, creando así una verdadera Espiritualidad en Exilio, Espiritualidad en refugiados, de exiliados, en espera ansiosa de liberación.

Desde la muerte de Monseñor Oscar Arnulfo Romero, el 24 de marzo de 1980 hasta 1983, las CEB's en los barrios populares de San Salvador sufrieron terrible represión. Varios cientos de cristianos murieron y hoy el pueblo los venera como mártires. Muchos desaparecieron, otros se fueron a la montaña y muchos salieron al exilio. Están en diferentes países del mundo, no sólo en el área centroamericana. Pero desde 1984, aunque continúa la represión, las CEB's se han fortalecido grandemente y reorganizado, y han surgido Nuevas Comunidades. Incluso ya cuentan con un Departamento dependiente de la Vicaría de Pastoral que llevará el nombre de "Departamento de Pastoral de Comunidades Eclesiales de Base" con un sacerdote al frente.

Este es el testimonio de una Catequista de las Comunidades Eclesiales de Chalatenango: El Verdor naciente de los cerros, por las primeras lluvias del invierno, me recuerdan las comunidades vivas que allí se asientan y van creciendo. Cada Cantón, cada caserío tiene su comunidad cristiana, sus delegados y catequistas. El Celebrador de la Palabra, responsable y representante de la Iglesia en la Comunidad, es el Servidor mayor de la misma. Son Comunidades que van creciendo entre penas y alegrías, entre las asechanzas de algunas sectas y los peligros de católicos sin compromiso alguno... Al recorrer estas comunidades me ha venido a la mente aquellas primeras comunidades cristianas de que habla el Nuevo Testamento. He pensado que, aunque dos mil años después y en situaciones distintas, en estas comunidades chalatecas ocurre mucho de lo que describen los Evangelistas o San Pablo en sus viajes. Llegué al pueblo y encontré sonrisas y alegría de gente sencilla. Pero poco duraron estas sonrisas. Ya a la tarde se cambiaron en rostros preocupados, puertas cerradas o entornadas, labios sellados, tensión y silencio... pues si en esos lugares si que la vida... también sigue la guerra... esa tarde había llegado el ejército y había ocupado el pueblo y los cantones. Armas de toda clase, pequeños cañones florecían por doquier... jóvenes soldados, cansados y sudorosos, se asentaban en los corredores de las casas recordando que seguía la guerra y que Chalatenango es tierra mártir.

"Pero aunque sigue la guerra, hay que seguir la evangelización. Al llegar al Cantón para una celebración, con el párroco de allí, salieron a recibirnos con campanas y música de bienvenida... aunque luego el celebrador de la Palabra se acercara para contarnos los pormenores de la comunidad tan variados como su

vida, por ejemplo que la noche anterior los soldados habían detenido a una señora joven y esa mañana se la habían llevado en un helicóptero... luego una señora muda ponía la queja del abandono de su esposo y un señor quería que el padre le rezara para sacarle el susto; la misa, no fue tan alegre y participativa como en otras ocasiones, por la presencia de soldados en sus puertas"... Esto es apenas una muestra muy pequeña de lo que pasan las comunidades del campo para vivir su fe. Sería interminable la narración de casos y casos en cada lugar y tiempo.

Y estas son las declaraciones de otro Agente de la Pastoral: "Conozco las CEB's donde yo trabajo, que son en San Salvador, y otras que trabajan en la misma línea de la pastoral... Para mí, dice, no es una forma de expresar la fe; fe que ha sido arrebatada a nuestros pueblos a través de falsas interpretaciones de la Biblia, Documentos de la Iglesia y que han hecho perder su originalidad. Pienso, sigue diciendo, que es una nueva forma de recobrar nuestra identidad de cristianos, que nos permite ver más claramente los problemas concretos de nuestros pueblos y tener una conciencia crítica sobre ellos mismos.



"Algunos de los objetivos que nos proponemos son:

1. Llegar al mayor número de personas, especialmente los más pobres de nuestro pueblo.
2. Hacer conciencia de la raíz fundamental de nuestra situación actual.
3. Comprometernos más y más con el proceso que vive nuestro pueblo; expandirlo lo más que se pueda hasta lograr esa mayoría que es la que nos dará el triunfo sobre la opresión".

"¿Qué material usan en el proceso?, se le preguntó al Agente de la Pastoral, y respondió: En primer lugar la Biblia, que la estudia la Comunidad en diferentes niveles, y aplica<sup>se</sup> a las necesidades concretas de cada lugar. También se estudian los Documentos de Medellín y Puebla además de todo el material de reflexión dejado por Monseñor Romero".

¿Qué métodos han seguido?. "Trabajo con Religiosidad Popular (o sea de acuerdo a las tradiciones de cada lugar), visitas a los hogares, estudios bíblicos, estudios de iniciación, que son para aquellos que ya han pasado por el bíblico. Después de 10 charlas van a un encuentro de iniciación. Grupos de seguimiento o sea que siguen profundizando después de haber ido al primer encuentro. Estas son personas ya entregadas a la Comunidad que han comprendido bien lo que es la responsabilidad de la organización cristiana".

¿Cómo están organizados? "Tenemos un Equipo parroquial en el cual hay dos representantes por cada equipo local. Además de personas que forman parte de diferentes comisiones. Estas comisiones son: Bautizos, confirmas, primeras comuniones, catequesis con niños; matrimonios, estudios, finanzas, recreación, seguimiento, etc."

¿Qué programas tienen mayor atención? "Programas materno-infantil. Programas de emergencia para gente desplazada. Ayuda económica. Primeros auxilios. Abastecimiento de víveres, etc."

"El trabajo que realizamos de Evangelización es siempre a diferentes niveles y en concordancia con otras parroquias que tienen la misma forma de trabajo aunque varíe de acuerdo a sus necesidades y situación."

"A veces el Obispo y los párrocos no tienen mayor influencia en nuestra comunidad, pero sí tenemos relación buena con ellos. Además, somos Comunidades apoyadas por nuestro Arzobispo."

"Con las demás religiones tenemos, con algunos grupos buenas relaciones, por ejemplo con las Iglesias Bautistas, Luteranas, Pentecostal, (son 5 pero no recuerdo ahora) que son las más serias. Con ellas existe una relación ecuménica. En estos momentos, se están haciendo celebraciones conjuntas prepara-

das por diferentes miembros de cada Iglesia participante, incluyendo por supuesto las CEB's.

"La última semana de cada mes, por ejemplo, se tiene la "Jornada por la Paz". Y las reuniones de grupo son periódicas. Se tiene también relación con el Movimiento Popular. Organizamos y participamos en las celebraciones de nuestros mártires sacerdotes y laicos que son Manifestaciones, celebrando la fe en el aniversario del asesinato de ellos. En ellos participan también los Comités de Madres, los sindicatos, los estudiantes, en fin, todo el pueblo organizado."

"Además, nos solidarizamos de diferentes formas con los Sindicatos en huelga ya sea con dinero en efectivo, para que puedan seguir adelante; también haciéndoles comida y llevándosela a sus lugares."

"Aunque hay algunas diferencias entre Comunidades, lo cual es normal, sí hay unidad de criterios a pesar de las distancias y grandes dificultades para relacionarnos". Hasta aquí el gran testimonio de un Agente de la Pastoral en las Comunidades vivas de Base que son alma en la lucha por la liberación, en El Salvador.

#### PERSPECTIVAS

Podemos decir en este rápido repaso de la vida de El Salvador, y en el concierto de los países de Centro América, que ese arduo camino para la paz que viene recorriendo desde hace ya bastantes años, y la función de fe dentro de la Iglesia que ha venido acompañando ese proceso, está hoy más oscuro que nunca pues no se ve una salida que venga a favorecer los intereses de esa gran mayoría del pueblo que lucha por su liberación.

En lo económico, <sup>no</sup> tendrá una salida, mientras siga dependiendo de las transacciones que se llevan lo mejor de sus cultivos y productos industriales y mientras siga sufriendo los efectos de la gran inflación externa e interna.

Menos aún tendrá salida, mientras insista el actual gobierno, en sostener la supuesta "austeridad", las reformas económicas de corte liberal y la filosofía de la guerra, que está minando la economía salvadoreña en forma alarmante.

El aumento del poderío militar, el creciente armamentismo han aumentado lógicamente la actividad de la guerra haciendo que el pueblo, con su ejército el FMLN, duplique su activismo en conquista del triunfo de una guerra que está planteada en términos de desigualdad en cuanto al pertrecho bélico, pero no así en número de combatientes y en estrategias de ataque, en la que es reconocida mundialmente la organización y efectividad del FMLN.

En cuanto al tan mencionado Diálogo, como camino único para la concertación de la paz, lo cual está por verse, pues habrá que esperar ya que desde un principio o mejor después del efectuado en La Palma y Ayagualo, el Presidente Duarte manifestó que "no había espacio político" para efectuarlo y en la búsqueda de este espacio han pasado casi dos años hasta que ahora sí ha decidido - realizarlo, pero poniendo él sus condiciones y la primera es que depongan las armas los miembros del FMLN, a lo que ha respondido claramente el mismo frente que no se trata de deponer las armas, sino de entrar a seguir los acuerdos de las dos primeras conversaciones.

La jerarquía católica conciente, que ha adquirido un gran liderazgo en este - acompañar al pueblo en su proceso, ha enfilado sus baterías firmemente en una acción pacificadora, promoviendo el Diálogo como forma humana y viable en la solución del gran conflicto.

Seguirá tutelando legalmente a los perseguidos ya que es su deber pastoral y es hoy una exigencia de esa opción por los pobres en que se ha empeñado para cumplir con los dictámenes de Medellín y Puebla.

Mientras los grupos cristianos y muy especialmente las Comunidades Eclesiales de Base sigan siendo el alma y la vida de ese pueblo y la fe en el Dios del Evangelio, el Dios de Monseñor Romero y de los miles de mártires, siga siendo el móvil de su vida, el triunfo llegará, la tranquilidad, el bienestar, el regreso, la nueva posesión de su tierra, el reverdecer del campo en paz y el disfrutar de un país en verdadera democracia, en donde todos tengan su espacio, en donde haya leyes justas que amparen y no que acribillen a las mayorías.

Mientras en El Salvador la imagen viva de Monseñor Oscar A. Romero siga siendo luz y fuerza en la lucha, el triunfo también llegará, porque esa sangre tiene que producir vida nueva: "Si me matan, resucitaré en mi pueblo", dijo él, y el pueblo lo escuchó y lo sabe y por eso espera.

Mientras la parte de la Iglesia que ahora por la causa de los pobres siga - ACTUANDO CON TODA AUTONOMIA Y CLARA IDENTIDAD de que es capaz, será siempre efectiva su participación y habrá por lo mismo total confianza en el triunfo.

Y si los exiliados o desplazados tanto de fuera como de adentro siguen con - su espíritu en alto, su confianza total en que no hay mal que dure cien años, ni cuerpo que lo resista... como dice el dicho popular; y se organizan cada vez más, así estando en el exilio, habrá allí otro factor muy importante en la lucha total.

Como una gran avanzada en esta tan árdua tarea de ganar una guerra en la que no haya ni vendedores, <sup>ni vencidos</sup> sino "hermanos de un mismo pueblo", como dice Monseñor Romero, al referirse a los soldados del ejército gubernamental, hay que ver - con mucha esperanza la formación de la UNTS, Unión Nacional de los Trabajadores Salvadoreños, porque allí está ese grueso del pueblo que viene a engrosar las filas y a apoyar incondicionalmente la obra por demás heroica del Frente Farabundo Martí.

Con esperanza aunque con recelo, se ve la continuación del Diálogo que siempre ha pedido el FMLN al gobierno de Duarte y que por fin ha aceptado realizar en los próximos días de julio o agosto.

Porque si se llegara a realizar en los términos del primer Diálogo en La - Palma y Ayagualo, pues sería una cosa integral y no parcial. Integral, porque en las bases del Diálogo está la consideración de la gestión económica, que es la primera cosa que debe ser tratada para que desaparezcan leyes injustas y vengán leyes más cimentadas en las necesidades del mismo pueblo, - como por ejemplo la derogación inmediata del famoso Paquetazo de enero del 86, y otras de tipo social y político, urgentes de cambiar; y no parcial, - porque no se trataría tan sólo de pedir que se depongan las armas que velan por los intereses del pueblo indefenso y no se depongan las otras armas, las gubernamentales, que no siempre velan por los intereses del pueblo, sino más bien de las clases privilegiadas de El Salvador.

El pueblo salvadoreño ve en las gestiones de Contadora algo muy positivo aunque no haya sido así por el gobierno de Estados Unidos, al contrario.

De igual manera el pueblo salvadoreño que sigue siendo centro de la mirada - de mucha gente en el mundo, espera esa ayuda internacional y esa solidaridad de las naciones no sólo del Istmo centroamericano sino del mundo.



# MÁRTIRES DE EL SALVADOR

✦ 12 de março de 1977 — RUTILIO GRANDE, sacerdote jesuíta, 49 anos.

✦ MANUEL SOLORZANO, leigo, 72 anos.

✦ NELSON RUTILIO LEMOS, leigo, 16 anos.

Desde 1972, Padre Rutilio Grande dedicava-se a serviços camponeses e aos trabalhadores agrícolas que constituem a imensa maioria da população da paróquia de Aguillares, em El Salvador. Trata-se de uma região de minifúndio, rodeada por grandes fazendas e engenhos de cana-de-açúcar.

Rutilio captou e respeitou a religiosidade do povo, mas rompeu com uma religião conformista que desvaloriza e inclusive justifica a opressão das pessoas concretas, em nome dos consolos da vida eterna. Embora independentemente de qualquer organização política, sempre defendeu o direito do povo a organizar-se em todos os níveis, inclusive o político, "em busca — como ele mesmo escreveu — dos melhores projetos históricos realizáveis". Por isso foi acusado. Desencadearam uma grande campanha de imprensa, acusando os sacerdotes, especialmente os jesuítas de Aguillares e o Padre Rutilio Grande, citado nominalmente de "avivar a criminosa fogueira em que também serão

consumidos", de "instigar o ódio de classes", de atizar e impelir "os trabalhadores do campo à violência".

13 de fevereiro de 1977 — na concelebração para protestar contra a expulsão dos pais do Padre Mario Bernal, sacerdote colombiano, pároco de Apopa, a homilia coube ao Padre Rutilio Grande, fato que parece ter sido decisivo para condená-lo à morte. Nessa oportunidade disse: "É praticamente ilegal ser cristão neste país!"

4 de março de 1977: em plena madrugada, um contingente bem armado de guardas nacionais, agentes civis e policiais da Ordem Política cercou a igreja e a casa paroquial de San Martín, ao todo uns quarenta militares. O assalto tinha como objetivo a captura do pároco Rutilio. Felizmente, naquela hora, os fiéis de San Martín começavam a sair para o trabalho. Logo soaram os sinos e as pessoas correram para o templo. Alguns guardas ainda entraram na igreja, insultando o sacerdote e mandando que os fiéis saíssem, mas não conseguiram nada.

12 de março de 1977: O Padre Rutilio por volta das cinco e meia da tarde deste sábado, saiu de Aguillares em seu veículo, em companhia das duas pessoas citadas (Manuel e Nelson), rumando para El Paisnal, onde iria celebrar a missa. A uns dois quilômetros de Aguillares, em meio a plantações de cana, o veículo sofreu uma emboscada, produzindo-se então o atentado que os matou. Pe. Rutilio e seus dois acompanhantes foram surpreendidos pelas costas e crivados de balas por pessoas desconhecidas; foram usadas armas de grosso calibre, cujos projéteis perfuraram a carroceria do veículo dirigido pelo sacerdote. Na opinião do médico, houve doze disparos, todos eles mortais, feitos por exímios atiradores, a uma distância entre quinze e dezoito metros.

O arcebispo Romero se pronunciou sobre a morte de Rutilio, seu íntimo amigo e acompanhantes: "A causa que motivou sua morte é o intenso labor pastoral de tipo conscientizador e profético que desenvolvia em todos os âmbitos de sua paróquia. O Padre Grande, sem lastimar ou violentar a seus fiéis na prática da sua religiosidade popular, foi formando lentamente uma verdadeira comunidade de fé, de esperança e de amor entre eles,

dando-lhes a consciência de sua dignidade de pessoas, de seus direitos fundamentais próprios de todo ser humano e também de sua promoção humana integral. Este trabalho eclesial certamente não agrada a todos porque desperta a consciência das pessoas. É um trabalho que estorva a muitos e para terminar com ele havia que liquidar a seu promotor. Neste caso, o Padre Rutilio Grande".

E depois... a área de El Paisnal foi ocupada militarmente por meses seguidos. Três jesuítas estrangeiros que haviam trabalhado com Rutilio foram detidos e expulsos. Por três dias, ninguém da área pôde sair da própria casa. Dezenas de camponeses foram tomados como prisioneiros e muitos jamais voltaram. Revistando as casas, os soldados destruíam todas as fotos de Rutilio que os camponeses guardavam. O povo repetia então, que Rutilio não era para ser recordado, mas sim para ser atualizado.

Foi dito oficialmente que sete pessoas morreram. Sabe-se que o número foi bem maior. Um deles, era um jovem que tocava os sinos da Igreja. Mataram-no na própria torre da igreja matriz.

O arcebispo Romero viajou três vezes à paróquia para dar ânimo às pessoas e para ajudá-las a recompor seus grupos bíblicos e CEBs.

✦ 11 de maio de 1977 — ALFONSO NAVARRO OVIEDO, sacerdote diocesano.

✦ 12 de maio de 1977 — LUISITO TORRES, leigo, 14 anos.

Alfonso Navarro estava trabalhando na área urbana da colônia Miramonte, na paróquia da Ressurreição, na capital. Sua pregaçao se tornou mais clara, profética, denunciando o enorme pecado do egoísmo de uma minoria sobre os interesses de uma maioria paupérrima. Fazia também suas denúncias nas escolas, como professor de religião no colégio Guadalupano e Asunción. Entre suas alunas encontravam-se filhas de militares graduados, e de pessoas dos órgãos de segurança.

No dia 13 de janeiro de 1977 explodiram dinamite na garagem da casa paroquial, destruindo completamente o carro do Padre Alfonso, que se salvou por milagre.

Em 28 de janeiro iniciou-se a onda mais forte de perseguição à Igreja — expulsão do Padre colombiano Mario Bernal; depois assassinato do Pe. Rutilio Grande, ocupação militar de Aguillares. No enterro de Rutilio, Alfonso carregou várias vezes os féretros dos mortos. Terminada a cerimônia disse a um de seus colegas sacerdotes: "Um homem feliz (Rutilio), poucos são os escolhidos para o martírio".

No dia 11 de maio o Padre Alfonso recebeu uma intimação para apresentar-se às três horas da tarde desse mesmo dia na casa presidencial para ser interrogado sobre o "caso da gravação", pois uma aluna, filha de militar graduado, havia gravado uma de suas aulas.

Alfonso compareceu, depois de avisar seus superiores e foi acompanhado por outro sacerdote. Exigiu que lhe apresentassem a famosa gravação, para ali mesmo esclarecer o que fosse necessário. Negaram-lhe a fita gravada e disseram-lhe que o chamariam novamente "quando a tivessem".

Saindo, o Padre Alfonso foi deixar em sua paróquia o sacerdote que o havia acompanhado e rumou para o Arcebispo. Relatou detalhadamente todos os pormenores da entrevista com os militares. Quando saiu pela porta principal do Arcebispo, viu uma rádio-patrolha estacionada nas proximidades. Entrou novamente, para informar sobre esse detalhe. Quando saiu de novo, o carro já havia ido. Celebrou ainda missa no Hospital da Divina Providência. Chegou finalmente à casa paroquial, por volta das seis horas, tendo encontrado vários jovens amigos lendo e resolvendo palavras-cruzadas na sala. Pouco depois os jovens resolveram ir a um bar próximo, ficando na sala apenas o mais jovem visitante, Luisito Torres. Alfonso tomou um jornal que lhe haviam emprestado, e sentou-se em uma cadeira de alumínio que estava no jardim, para ler o periódico. Então, o telefone tocou e ele disse a Luisito: "Pode deixar que eu atendo". Ao ouvirem sua voz, desligaram. Ele voltou para o jardim e recomeçou a ler, enquanto Luisito continuava na sala. Quase imediatamente, quatro homens apareceram na porta principal e tocaram a campainha. Luisito foi abrir a porta. Taparam-lhe a boca, viraram-lhe a cabeça, colocaram-no de rosto contra o solo e o prenderam por trás. Um dos homens encaminhou-se rapidamente para a cozinha,

agarrou a servente, colocou-lhe o revólver no pescoço e perguntou-lhe onde estava o Padre. Ela emudeceu. Os outros dois procuravam pela casa toda. Ouvindo o barulho o Padre levantou-se da cadeira e chegou até a porta. Ao ver o que estava acontecendo, perguntou: "Por favor, o que estão fazendo?"

O homem que agarrava a servente soltou-a e correu para onde estava Alfonso, acertando-lhe um golpe de caratê que quebrou-lhe o antebraço. O golpe lançou-o contra a parede, fazendo-o cair no solo. Ai, o homem começou a disparar. Os outros dois correram para a porta, mas só um conseguiu disparar, descarregando sete balas de nove milímetros no corpo do Padre. Por fim, um dos homens foi até onde estava o corpo e deu-lhe um pontapé, com desprezo. Rumaram então para a porta da rua, ouvindo-se ainda um último disparo. O que tinha preso Luisito, virou-lhe o rosto e disparou-lhe em plena face. Os assassinos foram para a rua na maior tranqüilidade, subiram nos dois jipes que haviam deixado estacionados embaixo de uma árvore e se foram.

Um dos jovens amigos do Padre, que estava perto do bar, ouviu os disparos e regressou imediatamente à casa de Alfonso. Ao chegar ao muro da rua, ouviu os gritos histéricos da servente. Pulou então o muro, atravessou correndo o jardim dos fundos, pulou o muro interno que dava para o quarto da moça e começou a bater na porta onde ela se havia refugiado. Identificou-se. Ela abriu a porta e contou-lhe o que havia acontecido. Com ajuda de vizinhos tiraram Alfonso e Luisito e no carro de uma vizinha rumaram para o hospital.

Manifestando sua última vontade, Alfonso pediu que o sepultassem em sua capela. E ainda, "Sei quem foi que me matou, mas também quero que saibam que os perdôo!"

No centro de emergência, logo que colocaram o Padre em uma maca e o levaram para uma sala, ele faleceu, com o olhar cravado no céu. Luisito morreu às cinco horas da manhã de quinta-feira, 12 de maio de 77.

† 24 de março de 1980 — OSCAR ARNULFO ROMERO Y GADAMEZ, Arcebispo de El Salvador, 63 anos.

A morte de Dom Romero já fora decretada. Um telefonema anônimo avisou-o que antes do fim da semana o matariam. Sua homilia do dia 23 fora insuportável para os poderes injustos, para a oligarquia. Fora o ápice de todos os pronunciamentos pastorais do Arcebispo, — quem era ele para exortar os soldados e policiais a desobedecer a seus chefes? para exigir de Carter e dos Estados Unidos imediato corte no envio de armas para os militares de El Salvador?

Na tarde de segunda-feira, 24 de março de 1980, D. Romero oficiava a missa na capela do Hospital da Divina Providência, na região noroeste da capital. Era por alma da Sra. Sara Meardi de Pinto, no primeiro aniversário de sua morte.

O celebrante, pausadamente disse: "Peço a todos vocês que elevem uma prece não só pelo descanso da alma da Sra. Sara, mas também por todas as mortes que dia a dia ocorrem neste país..." Naquele momento lhe dispararam no coração uma bala mortal e explosiva, que lhe abriu o peito. Dom Romero caiu de costas. As 6:25h da tarde estava consumado o seu martírio.

Oscar Arnulfo Romero, Arcebispo mártir da América Latina, nasceu no dia 15 de agosto de 1917, na cidade Barrios, departamento de San Miguel, a mais ou menos 200 quilômetros a noroeste da capital, quase na fronteira com Honduras.

Seu pai, Santos Romero, era telegrafista. Sua mãe, Guadalupe de Jesus, uma cristã de profunda fé.

Educou-se com os Padres claretianos. Concluiu os estudos eclesiais em Roma, na Pontifícia Universidade Gregoriana, tendo sido aluno do Colégio Pio Latino-Americano. Ordenado no dia 4 de abril de 1942. Foi pároco de Anamoros; reitor da catedral; diretor do seminário de San Miguel e depois do interdio-cesano em San Salvador. Em 1966, secretário-geral da Conferência Episcopal de El Salvador. Em 1980, bispo auxiliar de Dom Luis Gonzalvez y Chavez. A partir de 1974, bispo diocesano de

Santiago de Maria e finalmente arcebispo de El Salvador, a partir de 22 de fevereiro de 1977.

Placido Endorzain, seu colaborador, assim o descreve: "Dom Romero era introvertido. Quando tinha um problema se encerrava em seu quarto, rezava, estudava e então procurava solucioná-lo. Era muito honesto e tinha uma tremenda capacidade de trabalho. Austero consigo mesmo. Pensador lógico, ordenado e muito estudioso".

Suas homilias dominicais, pronunciadas na catedral, eram não somente um acontecimento de grande importância de seu ministério pastoral, mas também uma referência orientadora para seu país. Partindo das situações concretas, colocava vivamente os sofrimentos do seu povo, expressando de forma clara e evangélica sua posição e compromisso. As homilias eram assim momentos de profunda comunhão eclesial e para o povo, a oportunidade de conhecer a verdadeira versão dos fatos.

A ação de Dom Romero, realizada conjuntamente com os sacerdotes e outros agentes de pastoral, procurava conseguir o mútuo entendimento entre os salvadorenos, mudar uma realidade injusta e opressiva e evitar uma guerra civil. Denunciava profeticamente os grupos oligarcas privilegiados, as forças de repressão que torturavam e matavam, a incapacidade ou inércia do governo, as interferências internacionais assim como as injustiças e incoerências dos grupos "revolucionários". Sua palavra foi sempre uma evangélica fidelidade a Deus, à sua missão e ao seu povo.

† 2 de dezembro de 1980 — ITA FORD, missionária de Maryknoll, religiosa, 40 anos; MAURA CLARKE, missionária de Maryknoll, religiosa, 49 anos; DOROTHY KAZEL, religiosa ursulina, 41 anos; JEAN DONOVAN, missionária, leiga, 27 anos, americanas.

Na terça-feira, 2 de dezembro, por volta das 19:00h as missionárias Ita Ford, Maura Clarke, Dorothy Kazel, Jean Donovan foram feitas prisioneiras. Entre 20:00h e meia-noite, foram assassinadas.

Maura e Ita voltavam de um encontro de seu grupo religioso em Nicarágua. Dorothy e Jean tinham ido buscá-las no aeroporto.

No dia 3 de dezembro bem cedo (entre 7 e 8 da manhã), os corpos foram encontrados e um juiz local assinou os papéis para o sepultamento. Foram enterradas em um túmulo profundo, sob vigilância de membros da Guarda Nacional. Ninguém da congregação ou da diocese soube nada.

Na tarde, o carro no qual elas haviam viajado, apareceu queimado ao lado da estrada. No dia 4 de dezembro, quinta-feira, a Arquidiocese foi informada de que os 4 corpos das missionárias americanas haviam sido encontrados perto do aeroporto. Entre 14 e 15 horas, os corpos foram exumados e identificados.

ITA FORD, nasceu no dia 23 de abril de 1940 em Brooklyn, New York. Entrou para Maryknoll em 1961. Por razões de saúde, três anos depois deixou as irmãs e por sete anos trabalhou como editora da Editora Saddlers. Voltou a Maryknoll em 1971. Dois anos depois foi ao Chile, onde permaneceu ajudando o povo em anos muito difíceis de perseguições. O Chile causou um grande impacto em sua vida.

Dizia em 1977: "Quero sofrer com este povo, o sofrimento da pobreza. Posso e devo dizer a meus vizinhos: não tenho solução para esta realidade, não sei a resposta, mas vou caminhar contigo, buscar juntamente contigo, estar contigo. Posso deixar-me ser evangelizada por esta oportunidade".

O que havia aprendido dos pobres no Chile a desafiou a responder ao chamado de ajuda para El Salvador, quando o Arcebispo Romero pediu. Chegou lá pouco depois da morte do Arcebispo. O novo trabalho não estava claro no começo e era necessário tempo para ser aceita e ter a confiança do povo atemorizado pela situação de violência e repressão.

"Não sei se é apesar, ou por causa do horror, do terror, da confusão, da maldade, da falta de lei, mas sei que é aqui onde devo permanecer... creio que temos a graça de Deus para El Salvador agora... se deve caminhar com fé, um dia de cada vez, por este caminho cheio de obstáculos, de desvios e armadilhas...".

As religiosas estavam conscientes das implicações políticas que poderiam surgir pelo fato de alimentar os famintos, em uma sociedade repressiva.

Nesse tempo, a irmã Carol morreu tragicamente, afundando com seu jipe, quando procurava levar pobres camponeses refugiados para sua casa. Ao atravessar um rio, o veículo foi levado pelas águas. Teve ainda tempo de tirar a irmã Ita de dentro (pela janela) e depois... no dia seguinte, recolheram o cadáver de Carol, alguns quilômetros mais adiante, flutuando no rio. Ita escapou, agarrada em alguma madeira que flutuava. Meses mais tarde, um homem não identificado, mostrou a um colaborador do Pe. Efraim Lopez, com quem as irmãs haviam trabalhado na distribuição dos alimentos em Chalatenango, uma lista de condenados à execução pelos grupos paramilitares. Na lista estavam os nomes de Ita e de Maura. O homem concluiu: "Hoje, nesta mesma noite, vamos começar".

Ita, como dissemos, participou de um encontro de espiritualidade, nos dias anteriores à sua morte. Leu na liturgia de conclusão, umas palavras de Dom Romero, que profetizava o que poucas horas mais tarde lhe tocaria: "Cristo nos convida a não ter medo da perseguição porque, creiam-me, quem está comprometido com o pobre vai ter a mesma sorte do pobre, e em El Salvador sabemos que o final dos pobres é desaparecer, ser torturados, ser prisioneiros e ser encontrados mortos".

Certa vez, no Chile, participamos de uma comovedora celebração dos mártires contemporâneos da América Latina.

Convidados pelas irmãs de Maryknoll, fomos nesse dia, comer em sua pequena casa, no meio do povo, lá onde a cidade termina. Como era natural, estávamos comentando a Eucaristia da manhã e a memória dos nossos "mártires", quando Ita Ford, enquanto preparava a comida, comentou: "Somente Deus pode dar força para que a gente seja capaz de enfrentar a morte, porque eu não sei o que diria...".

Poucos anos depois, Carol era mártir da caridade, no serviço aos refugiados e Ita era executada nas imediações do aeroporto de El Salvador...

64

✦ MAURA CLARKE, nasceu a 13 de janeiro de 1931 em Belle Harbour, Rockaway Beach, Queens, New York.

Como religiosa de Maryknoll, trabalhou na Nicarágua por 20 anos. Nos últimos três anos formou parte de uma equipe, que nos Estados Unidos procurou despertar a consciência do povo sobre a realidade centro-americana. Em agosto de 1980. Depois da morte da irmã Carol, Ita havia necessitado de companhia em Chalatenango, para servir aos refugiados. Maura ofereceu-se. Participou com Ita, da semana de espiritualidade em Nicarágua. Numa das meditações havia dito: "Mesmo estando de certo modo preocupada com os dias difíceis que teremos por diante em El Salvador, sinto a convicção, Senhor, de que tu me queres lá. Tu me darás a luz e a força de que necessito".

Com estas disposições voltava a El Salvador. No mesmo dia em que pisou sua terra, foi assassinada.

✦ DOROTHY KAZEL, estava já noiva quando pela primeira vez considerou a possibilidade de ser religiosa ursulina. Deu o passo. Trabalhou primeiro como educadora por 8 anos em Cleveland. Optou depois por ser missionária. Passou o verão no trabalho com os índios americanos em Tucson, Arizona e se convenceu de que trabalhar com os pobres era a sua vocação.

Em 1974 uniu-se à equipe de Cleveland, em El Salvador. Nos últimos meses de sua vida dedicava-se aos campos de refugiados. Juntamente com Jean Donovan, recolhiam os refugiados em seus povoados queimados.

Depois de seis anos de trabalho na equipe missionária, deveria descansar nos Estados Unidos. A morte do Arcebispo Romero a afetou tanto que decidiu permanecer em El Salvador. Estava bem consciente de que o perigo aumentava. Sua última carta à sua família é todo um hino de esperança e de confiança em Deus e testemunho de amor ao povo. (cf. na 5ª parte deste livro, Material de apoio e 2ª Parte, Cartas e Doc.)

✦ JEAN MARIE DONOVAN, Jean descobriu o sentido de um engajamento missionário, quando esteve num período de estudo a estágio na Irlanda, em contato com sacerdotes profundamente evangélicos e conscientizados.

Jean era de uma família bastante rica. Trabalhava na Organização de Arthur Anderson como graduada em economia e administração. Repetia várias vezes que "o dinheiro não é tudo na vida". Pensou em dar dois anos de sua existência como missionária a serviço das pessoas abandonadas, para revelar-lhes que Deus as ama.

Quando Jean anunciou seus planos de ir como missionária leiga a El Salvador, em 1978, seus amigos se surpreenderam e começaram a chamá-la de "Santa Joana". Era uma jovem completamente integrada às pessoas de sua idade: motocicletas, festas, etc. Como iria ser missionária e viver uma vida de grandes sacrifícios?

Jean, de fato, deixou tudo e foi para a América Central. Em El Salvador trabalhou como catequista e mais recentemente atuava nos campos de refugiados e levava catequistas e outros refugiados para os abrigos mantidos pela Arquidiocese.

Seu noivo foi visitá-la em El Salvador. Passaram lindos dias juntos. A família insistiu para que voltasse. Ela achou que ainda não era a hora de voltar, pois as crianças, os refugiados, os órfãos não teriam ninguém por eles, se ela partisse. Esse amor foi mais forte que o de salvar a sua própria vida.

RUTILIO GRANDE, salvadorenho	padre jesuíta	12.03.77
MANUEL SOLORIZANO, salvadorenho	leigo	12.03.77
NELSON RUTILIO LEMOS, salvadorenho	leigo	12.03.77
ALFONSO NAVARRO OVIEDO, salvadorenho	sacerdote diocesano	11.05.77
LUISITO TORRES, salvadorenho	leigo	11.05.77
OCTAVIO ORTIZ LUNA, salvadorenho	sacerdote diocesano	20.01.79
ROBERTO ANTONIO ORELLANA, salvadorenho	leigo	20.01.79
JORGE ALBERTO GOMEZ, salvadorenho	leigo	20.01.79
DAVID ALBERTO CABALLERO, salvadorenho	leigo	20.01.79
ANGEL MORALES, salvadorenho	leigo	20.01.79
RAFAEL PALACIOS CAMPOS, salvadorenho	sacerdote diocesano	20.06.79
ALIRIO NAPOLEON MACIAS, salvadorenho	sacerdote diocesano	04.08.79
OSCAR A. ROMERO Y GADAMEZ, salvadorenho	arcebispo de San Salvador	24.03.80
COSME SPEZZOTTO, italiano	sacerdote franciscano	14.06.80
JOSE OTHMARO CACERES, salvadorenho	seminarista, diácono	25.07.80
e três catequistas, salvadorenhos	leigos	25.07.80
MANUEL A. REYES MONICO, salvadorenho	sacerdote diocesano	07.10.80
LUIZ ABREGO, salvadorenho,	leigo	23.11.80
GUILLERMO S. ABREGO, salvadorenho	leigo	23.11.80
CARLOS ABREGO, salvadorenho	leigo	23.11.80
TERESA GALVEZ LIEVANO, salvadorenha	leiga	23.11.80
ANA MARIA LIEVANO, salvadorenha	leiga	23.11.80
JAIME BOLANOS, salvadorenho	leigo	23.11.80
ERNESTO ABREGO, salvadorenho	sacerdote diocesano	23.11.80
MARCIAL SERRANO, salvadorenho	sacerdote diocesano	28.11.80
ITA FORD, americana	irmã de Maryknoll	02.12.80
MAURA CLARKE, americana	irmã de Maryknoll	02.12.80
DOROTHY KAZEL, americana	religiosa ursulina	02.12.80
JEAN MARIE DONOVAN, americana	leiga missionária	02.12.80
SILVIA MAIBEL ARRIOLA, salvadorenha	religiosa	17.01.81
JOSÉ ALFONSO (FONCHO) ACEVEDO, salvadorenho	leigo catequista	12.09.82
FELIPE SALINAS, salvadorenho	diácono permanente	.....

e 60 mil mártires anônimos

65

## A PALAVRA PROFÉTICA DIANTE DA MORTE

"Como pastor, estou obrigado por lei divina a dar minha vida por aqueles que amo, mesmo por aqueles que me vão matar. Se as ameaças se cumprem, desde este momento ofereço meu sangue a Deus para a redenção e ressurreição de El Salvador".

"Que minha morte seja para a redenção e ressurreição de todos... Se ela for aceita por Deus, que seja para a libertação de meu povo e como testemunho de esperança no futuro".

"Mentiria se dissesse que não tenho instinto de conservação, mas a perseguição é um sintoma de que estamos no caminho certo".

"Tenho sido frequentemente ameaçado de morte. Devo dizer-lhes que, como cristão, não creio na morte, mas sim na ressurreição. Se me matam, ressuscitarei na luta de meu povo".

"A violência com a gente mesmo é mais eficaz que a violência com os outros. É muito fácil matar, sobretudo quando se tem armas, mas difícil é deixar-se matar por amor ao povo".

"Se denuncio e condeno a injustiça é porque esta é minha obrigação como pastor de um povo oprimido e humilhado. O Evangelho ordena-me a fazê-lo e em seu nome, estou disposto a ir aos tribunais, à prisão e à morte".

"A mim podem matar, mas não à voz da justiça".

"Que este corpo imolado e este sangue sacrificado pelos homens, nos alimente também para dar nosso corpo e nosso sangue ao sofrimento e à dor, como Cristo, não para si mesmo, mas para fazer valer os conceitos de justiça e paz ao nosso povo".

(Estas foram as últimas palavras de Mons. Romero na Homilia pronunciada durante a Eucaristia, quando foi assassinado).

MONSENHOR OSCAR ARNULFO ROMERO (24.03.1980)

"Meu temor da morte está constantemente sendo desafiado quando crianças, lindas jovens, pessoas mais idosas são assassinadas e muitos são cortados a facão e seus corpos deixados ao lado das estradas e o povo fica proibido de enterrá-los. Um Pai de bondade e amor deve ter uma nova vida de inimaginável alegria e paz preparada para esses preciosos desconhecidos, mártires não reconhecidos".

MAURA CLARKE (02.12.80)

"A fé é o valor com que se continua pregando a Palavra do Senhor, ela também significa arriscar a vida pelos demais, em um sentido bem real. Tudo isto é a mais clara demonstração de que Jesus está aqui conosco".

"Vivemos em um ritmo de espera, de esperança e de procura para uma completa realização do Reino, e sabemos que ele deve vir, porque podemos celebrá-lo aqui e agora".

DOROTY KAZEL (02.12.80)



"Que coração poderia ser tão duro, a ponto de só decidir-se pelo que é mais lógico (fugir deixando as criancinhas), neste mar de lágrimas e de solidão? Este coração não seria o meu, caros amigos, não o meu!".

"Eu amo a vida. Eu amo viver. Ao mesmo tempo sinto compaixão e tenho cuidado pelo povo daqui".

JEAN DONOVAN (02.12.80)

"E agora se me matam, vocês sabem que é responsável por isso". (declarado durante uma homilia cercada pelo exército salvadorenho)

ALFONSO NAVARRO O. (11.05.77)

"Miguel (velho e doente) disse que estava cansado de fugir e afinal, perguntou, 'que vão fazer a um homem velho como eu?' Olhamo-nos uns aos outros e compreendemos que ele estava dizendo que já estava pronto para morrer e estava se despedindo, porque todos sabem o que é que acontece a quem eles (exército) agarram".

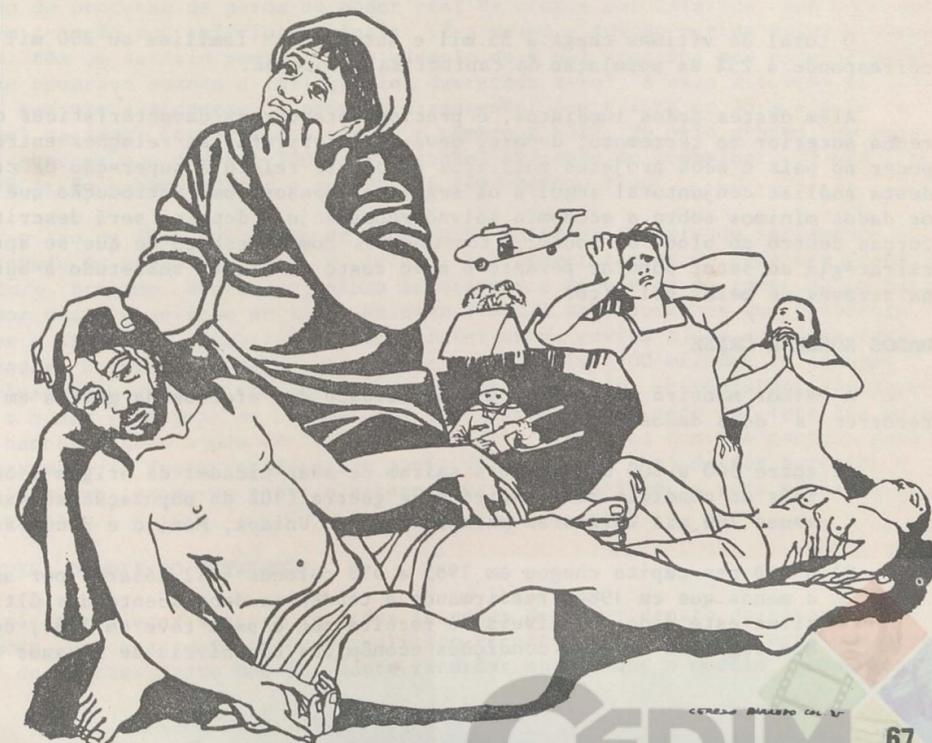
RELATO ANÔNIMO

"Não é só para continuar o que havíamos começado com ele. O padre Rutílio Grande, não é só para ser lembrado, senão para ser atualizado. Em vez de um Rutílio, temos dez, vinte, cem seguidores de Jesus Cristo".

DECLARAÇÃO DO POVO DE AGUILARES - El Salvador

(o assassinato do Pe. Rutílio Grande, foi um dos fatores de conversão de Mons. Romero à causa do povo salvadorenho).

"SE  
ME  
MATAM  
RESSUSCITAREI  
NA  
LUTA  
DE  
MEU  
POVO"



## ANÁLISE DA CONJUNTURA SALVADORENHA APÓS O TERREMOTO

San Salvador sofreu o impacto de um terremoto de 5.4 graus na escala Richter em 10 de outubro passado, que em menos de 10 segundos de atividade, deixou mais de um terço da cidade em ruínas, cerca de 1.000 mortos, mais de 10.000 feridos e cerca de 300 mil pessoas sem casa e/ou trabalho. Este foi o quarto abalo de significativa magnitude que sofreu a capital salvadorenha neste século - o anterior foi em 1965 - mas este de outubro ocorreu em um circunstância histórica particular de guerra civil que segue para o sétimo ano em que se confrontam a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional e a Frente Democrática Revolucionária (FMLN-FDR) com os sucessivos governos apoiados pelos Estados Unidos.

San Salvador tornou-se um complexo urbano, pois cresceu muito rapidamente durante os anos de guerra civil, consequência do êxodo massivo da população da área rural afetada pelo conflito. Por outro lado conforme a cidade crescia, a infra-estrutura e os serviços (como água, esgoto, saneamento, hospitais) não chegavam até os locais onde a maioria pobre se estabelecia para morar. Assim, o terremoto teve um efeito altamente seletivo, atingindo de forma mais direta os setores da população que viviam em habitações muito precárias.

Fazendo uma avaliação inicial das sequelas do terremoto, constatamos que as vítimas distribuíam-se pela cidade na seguinte maneira:

aproximadamente 5 mil famílias que viviam em favelas (villamiserias)

aproximadamente 29 mil famílias que viviam em cortiços (mesones)

aproximadamente 14.600 famílias que viviam em loteamentos clandestinos (sem água, esgoto, transporte, luz)

aproximadamente 1.500 famílias que viviam em acampamentos temporários para refugiados de guerra

aproximadamente 5 mil famílias refugiadas de guerra que viviam dispersas nas beiras das estradas e nas margens dos rios.

O total de vítimas chega a 55 mil e setecentas famílias ou 300 mil pessoas, o que corresponde a 25% da população da capital salvadorenha.

Além destes dados imediatos, é preciso entender as características da crise salvadorenha anterior ao terremoto; depois, deve-se interpretar as relações entre as forças do poder no país e seus projetos políticos no que se refere à superação da crise. O projeto desta análise conjuntural seguirá os seguintes passos: uma introdução que tentará fornecer os dados mínimos sobre a economia salvadorenha hoje; depois será descrito o balanço de forças dentro do bloco do poder; e concluiremos com um esboço do que se apresenta como a estratégia do setor popular perante o novo rosto da crise, sobretudo a busca da paz interna através de meios políticos.

### DADOS SOBRE A CRISE

A melhor maneira de mostrar a profundidade dos efeitos da guerra em El Salvador é recorrer a dois dados:

- 1) entre 500 a 600 mil pessoas saíram de suas cidades de origem a outras partes do país na condição de refugiados de guerra (10% da população salvadorenha) e pelo menos 700 mil emigraram para os Estados Unidos, México e Honduras.
- 2) o PIB per capita chegou em 1985 a 558 colones (112 dólares por ano), isto é 2,4% a menos que em 1984, reafirmando a tendência decrescente dos últimos sete anos que situá este dado nos níveis de receita que o país teve em 1961, ou seja, El Salvador regrediu em suas condições econômicas aos níveis de 25 anos atrás.

A produção real geradora de divisas do país, oscila em torno de 750 milhões de dólares, mais de dois terços dos quais provém da venda do café. Contudo, o país importa mais de um bilhão de dólares por ano - sem incluir os equipamentos bélicos - que acrescentados aos serviços da dívida externa resultam em um déficit real de mais de 400 milhões de dólares por ano.

É na ajuda dos Estados Unidos que esta estrutura de dependência econômica se mantém em funcionamento, sem ter que recorrer à modificação de seus elementos principais: a ajuda de Washington, que reduz o déficit a menos de 50 milhões ao ano, é dirigida principalmente ao setor privado, subvencionando a produção tradicional exportadora e gerando as divisas com as quais o governo financia parte da guerra.

Ainda que as contas nacionais salvadorenhas mostrem que na atualidade o país possui 162 milhões de dólares em reservas, se os Estados Unidos parassem o envio da ajuda o caixa do país ficaria no negativo em 153 milhões de dólares (total das contas que não seriam pagas pelo país, sem a ajuda exterior norte-americana). Apesar da constante ajuda estadunidense, o país precisa cada vez mais solicitar empréstimos internacionais, motivando a elevação da dívida externa para acima dos 2 bilhões de dólares. Somente o pagamento dos juros dessa dívida consome 200 milhões de dólares por ano. Em suma, de cada dólar emprestado ao país, só entra em sua economia 33 centavos; o resto (67 centavos) é destinado ao pagamento dos juros da dívida.

No plano específico da guerra, os Estados Unidos fornecem mais de 500 milhões de dólares por ano em armamentos, equipamentos, treinamento, etc. Internamente, 35% do orçamento nacional é destinado aos gastos com defesa e segurança pública (em 1980 foi 14.5%). Contrastando a esses gastos com a guerra, a saúde, educação e bem-estar social foram esquecidos pelo governo. Entre 1980 e 1985, os gastos públicos com a infra-estrutura que atende a população, decresceram 10%, isto é, o governo retirou da educação, saúde, habitação, os recursos necessários para aumentar em 35% os gastos com segurança e defesa. O investimento em obras públicas, decresceu 50% no período de cinco anos. Em termos globais, como mostra a gravidade da situação, verificamos que do orçamento nacional, apenas 6% é reservado para os gastos com educação, saúde, alimentação, saneamento etc. Todo o resto financia a guerra e paga os juros da dívida externa.

A inflação foi de 22% em 1985, mas devido ao "efeito perverso" das medidas de austeridade impostas em janeiro deste ano, elevou-se a 34% nos primeiros meses de 1986. Isto provocou a aceleração do processo de perda do poder real de compra dos salários, que hoje está defasado em 40% em relação aos salários nominais. (É a mesma situação vivida pelos trabalhadores brasileiros: têm um salário nominal, por exemplo de 4 mil cruzados mas hoje só pode comprar 85% do que comprava quando a inflação foi decretada zero). À esta situação de inflação e salários que não alcançam, é preciso acrescentar que existe de 35 a 45% de desempregados a nível nacional (o terremoto elevou o número a 45%). No meio urbano, um estudo recente deu a conhecer que de cada 100 salvadorenhos em idade de trabalhar, 19 não tem nenhum emprego, 58 estão subempregados e somente 26 têm emprego fixo.

Finalmente, o ano de 1986 foi o ano da seca em El Salvador que afetou seriamente a agricultura, sobretudo de grãos básicos. A seca faz prever tempos de escassez de alimentos para o futuro próximo. Nesta conjuntura de miséria e prenúncio de fome, há um fato fundamental que por vezes é deixado de lado: existem 500 mil salvadorenhos que trabalham nos Estados Unidos e apesar de receberem salários inferiores, enviam ajuda aos seus familiares em El Salvador. Segundo o governo entram por ano no país, 100 milhões de dólares como ajuda dos salvadorenhos que vivem nos Estados Unidos. Contudo, economistas salvadorenhos estimam que a ajuda real seja de 300 milhões de dólares, tramitando por fora dos meios burocráticos (os bancos). Esta ajuda de fato humanitária é a única com que conta o povo salvadorenho em sua maioria desempregado e sem apoio do governo. A ajuda dos parentes é uma economia paralela que tornou-se a única alternativa de sobrevivência para milhares de famílias salvadorenhas.

### O EXERCÍCIO DO PODER, DEPOIS DO TERREMOTO

Não é necessário esmiuçar aqui as relações internas de poder dentro do governo no contexto pré-terremoto, uma vez que o processo político recente de El Salvador está bem apresentado em outros documentos deste Dossiê. Basta recordar apenas que o modelo "democrata-

crisção" de Napoleón Duarte não mais era aceito pelas próprias forças políticas que formavam o governo. Em tal sentido, tanto as Forças Armadas como os poderosos grupos da empresa privada já estão estudando novas articulações políticas visando as eleições de 1988/89. A mesma insatisfação tem Washington, que apesar de haver logrado em Duarte um perfeito mario nete e defensor de seus interesses, não conseguiu transformá-lo em vencedor da guerra.

A conjuntura pós-terremoto não elimina estes focos de tensão fundamentais, mas muda alguns pontos de aplicação na realidade concreta. Neste momento, as questões básicas em que se confrontam as forças centrais do bloco de poder podem apresentar-se como a definição do modelo para a reconstrução do país e colocam-se assim:

- como serão divididos os recursos para o atendimento das necessidades imediatas das vítimas do terremoto e o projeto de reconstrução a longo prazo;
- quem será o responsável pela realização desses dois objetivos;
- quanto à reconstrução, como serão divididos os recursos entre a recuperação da infra-estrutura e a geração de capital para as fontes de trabalho na reativação da economia.

Na opinião dos líderes empresariais a resposta à estas questões básicas, somente serão encontradas a partir de um entendimento entre o setor privado e o governo, que resulte em uma divisão de poder mais equitativa entre os mesmos, para somente depois ser possível iniciar o processo de unidade nacional. Isto também interessa de maneira muito especial às Forças Armadas que consideram sua incapacidade em vencer militarmente a guerra se não houver um consenso político nacional que assuma a derrota das forças insurgentes como elemento fundamental.

Na conjuntura pós-terremoto o bloco de poder recorreu imediatamente à uma série de iniciativas para evitar que o povo autogestionasse as estruturas econômicas que estavam tomadas pelo caos. Mas estas iniciativas do bloco de poder (partidos pró-governo, setores privados, setores militares), entraram em concorrência entre si e passaram suas divergências e a própria disputa para o seio do exercício de poder em El Salvador.

O governo mobilizou o Comitê de Emergência Nacional (COEN), concedendo-lhe toda liberdade de dirigir o destino da ajuda internacional enviada às vítimas do terremoto. Mas é o próprio presidente Duarte quem controla o COEN, auxiliado por seu provável sucessor na linha presidencial o Ministro da Cultura e Comunicações, Julio Rey Prendes. Em suma, o controle da destinação dos recursos financeiros à reconstrução e assistência às vítimas ficou nas mãos do presidente Duarte, contrariando os setores privados e as Forças Armadas.

Por sua vez, os grupos privados uniram-se para oferecer sua ação coordenada com o governo e as Forças Armadas, fundando o Comitê Empresarial de Ajuda (COEDA), que é financiado pelo Comitê Financeiro de Emergência Nacional (COMFIEN), para administrar toda a ajuda de emergência e evitar acusações de corrupção na manipulação das verbas para a reconstrução. Esta foi uma manobra dos empresários privados quando viram que o governo pretendia centralizar e administrar o dinheiro enviado ao país para as vítimas do terremoto. O conflito dentro do bloco de poder revela duas suspeitas entre as duas partes: ou os empresários desconfiam que o governo roubará o dinheiro da ajuda e vice-versa ou os empresários desconfiam que o governo ficará com a maior parte da ajuda, fortalecendo-se e promovendo uma suspeita campanha "de ajuda aos pobres", abandonando os grupos privados. Na realidade o fato é que dentro do bloco de poder, as forças políticas e econômicas estão disputando a parte do leão, deixando a "ossada", por assim dizer, para as vítimas do terremoto.

Esta briga entre o governo e os empresários, levou o primeiro a abrir mão de suas determinações anteriores e permitiu que as empresas privadas participassem na distribuição da ajuda às vítimas. Mas os empresários, distribuirão preferencialmente entre os seus empregados e esta atitude deixa novamente à margem a imensa maioria da população que não tinha trabalho ou exercia subempregos por conta própria.

Na disputa dentro do bloco de poder, entraram por fim as Forças Armadas, que aproveitaram a situação de confusão e descontrole institucional para pregar o tema da unidade nacional em torno dos objetivos básicos impostos pelos próprios militares e os Estados Unidos.

Antes do terremoto, as Forças Armadas estavam empenhadas no processo de lenta acumulação de forças dentro do plano nacional "Unidos para Reconstruir" (UPR) que visa "pacificar" as áreas rurais segundo as determinações dos planos contra-insurgentes traçadas na Casa Branca: eliminar as forças da FMLN, reorganizar a população para que dê seu apoio ao plano (organizar a defesa civil), conceder um auxílio imediato ao povo que deverá reabilitar a área destruída pelos militares e finalmente garantir as condições para que os empresários se estabeleçam nas áreas "pacificadas" e "promover a normalização da área". Em poucas palavras, podemos definir assim os objetivos do plano "Unidos para Reconstruir", que é publicado na íntegra neste Dossiê: 1- o exército extermina as forças militares da FMLN e a população civil que é favorável à insurgência; 2- o exército traz para essa zona de extermínio um contingente populacional para repovoar a área e dar início à produção agrícola - previamente essa população passará por um doutrinação e só serão aceitos como "pioneiros" aqueles que forem colaboradores do regime; 3- assentada a nova população, que viverá sob um rígido controle militar, serão dados incentivos para a empresa privada estabelecer-se nessas regiões "pacificadas", utilizando um imenso contingente de mão-de-obra ultra-barata; 4- serão reestabelecidas as autoridades locais (prefeitos, juizes, etc...) que foram retirados de seus cargos pelas forças da FMLN que estabeleceu os Poderes Populares Locais; 5- o plano UPR prevê uma ação conjunta de todos os ministérios e as Forças Armadas, bem como das empresas privadas para o seu sucesso; 6- as operações do plano UPR serão implantadas em todos os estados do país, uma vez que a FMLN está presente nos mesmos; e 7- nas cidades, principalmente em San Salvador, o plano UPR prevê como atividade principal a divisão da luta da classe operária, a infiltração de agentes do governo no movimento sindical, a preparação de operários para colaborar com o governo e a promoção do retorno dos refugiados já doutrinados, às áreas pacificadas. Todas estas medidas do novo plano contra-insurgente convergem para um só ponto: a destruição da base popular de apoio que sustenta a FMLN-FDR.

As Forças Armadas sabem que para levar a cabo um plano de tal magnitude, não podem prescindir do apoio dos principais setores políticos e das forças econômicas interessadas e por isso utilizou de toda a retórica possível em reuniões, encontros, simpósios, para "vender" a idéia da possibilidade de concretização do plano UPR. Por desgraça, o terremoto veio dar o impulso que faltava para que os setores anteriormente procurados pelos militares concedessem seu apoio. Agora, de fato, é preciso reconstruir e neste vasto objetivo, cabem perfeitamente as metas genocidas das Forças Armadas.

Se o terremoto favoreceu os militares quanto a angariar apoio das forças de direita e as empresariais, também trouxe sérios problemas que poderão constituir-se em sérios obstáculos:

- A. uma questão imediata foi a destruição de várias instalações militares na área urbana e periférica, que necessitam de recursos para serem recuperadas;
- B. um plano nacional de recrutamento à força havia apenas começado; agora ficou mais difícil continuar com o mesmo, uma vez que praticamente todo jovem com idade de ser integrado ao exército está, ao menos teoricamente, na população afetada pelo terremoto (como vítima ferida ou morta, ou ser indispensável na reconstrução da cidade);
- C. os planos de Ação Cívica Militar foram concebidos a partir do programa do UPR (que tem como alvo principal o campo), deixando um pouco de lado suas operações nas cidades; mas se o governo determinar que a Ação Cívica Militar deve ter participação importante na cidade afetada pelo terremoto, o exército será obrigado a rever seus planos;
- D. numa conjuntura de caos provocada pelo terremoto e a incredibilidade nas "boas intenções" do governo, a população tende a organizar-se para resolver os próprios problemas; o exército está atento a isto e quer impedir que essa organização ultrapasse certos "limites" por onde a esquerda age com muita desenvoltura. O exército chama de "coeficiente organizativo" o limite que permitirá à organização popular chegar; a partir daí, a repressão será indiscriminada e a organização desarticulada;
- E. a proteção da propriedade privada nas áreas urbanas e periféricas não é meramente um elemento simbólico, mas o ponto principal de convergência com os interesses do setor privado, que deverá ser protegido pelos militares, pois representam no plano UPR o eixo fundamental de reativação econômica.

Analisadas as intenções e as disputas dentro do bloco de poder (governo, militares e setor privado), podemos resgatar do problema um consenso mínimo entre estas três forças no que diz respeito a iniciar imediatamente um plano de reconstrução com a utilização de 50 milhões de dólares oferecidos pelo governo dos Estados Unidos. Os elementos principais deste plano de reconstrução imediata são:

A NÍVEL GERAL O PLANO PROCURARÁ:

- A. fortalecer o processo democrático, apoiando o consenso nacional e a participação máxima dos setores que concordarem com a "conciliação nacional".
- B. apoiar a organização das vítimas do terremoto, desde que estas integrem-se aos esquemas governamentais.
- C. fortalecer as instituições públicas que participem no plano.

EM TERMOS CONCRETOS O PLANO CONSISTIRÁ EM:

- A. um programa de emergência de construção de casas temporárias para 30 mil famílias;
- B. um programa de estímulo ao emprego, com 20 mil empregos temporários (2 meses) na limpeza da cidade de San Salvador;
- C. um programa de estímulo aos investimentos do setor privado, com créditos para a pequena, média e microempresa;
- D. um programa de estímulo aos investimentos públicos na recuperação de serviços básicos urbanos;
- E. readequação dos programas de estabilização econômica, visando reduzir os desequilíbrios externo (balança de pagamentos) e interno (inflação e déficit público).

O plano de reconstrução imediata foi concebido após o terremoto e portanto não tem relação com o plano "Unidos para Reconstruir". Contudo, nada impede que ao longo do tempo haja uma fusão dos dois ou ainda que ao plano de reconstrução imediata sejam incorporados alguns elementos do UPR. A questão tem sentido nesta conjuntura em que apenas se começa a perguntar quem decidirá sobre as questões básicas da reconstrução pós-terremoto e quem será responsável por cada um dos programas acima mencionados. Há o retorno ao mesmo problema que revelou a incompatibilidade das forças no poder no regime democrata-cristão, isto é, a unidade nacional será possível desde que os mecanismos de poder das forças políticas e econômicas se combinem (mesmo a partir do conflito entre si) e concordem em ficar subordinadas à força que conquistou o maior poder. É bom reforçar que unidade nacional não significa a participação das organizações populares e da FMLN; essa unidade, se houver, será a nível do bloco de poder dominante e opressor.

O poder político a nível do governo salvadoreño não está dividido de forma igual e sequer proporcionalmente. A partir da falência do modelo reformista-demagógico-repressor da democracia-cristã do presidente Napoleón Duarte que tentava inutilmente esconder a verdade "civil na presidência, militares no poder", as três forças (empresários-governo-militares), lutam cada qual para impor sua hegemonia nesse bloco. Como foi esclarecido anteriormente sem a presença do fato novo -o terremoto- empresários e Forças Armadas articulavam uma nova forma do exercício de poder a partir das eleições em 1988-1989. Com o advento do terremoto, que tornou-se um fato político passível de grande exploração demagógica pelos três setores, precipitou a luta pelo poder entre os mesmos. No embalo da tragédia, cada um viu a possibilidade de fazer valer suas concepções e programas para dominar a sociedade salvadoreña. Nesta perspectiva o caminho se faz evidente: o setor que dominar o plano de reconstrução imediata do país e particularmente de San Salvador, dará o passo essencial para conquistar o que ambiciona.

Exposta a luta interna no bloco de poder pós-terremoto que pretende utilizar como instrumento as medidas de reconstrução do país e da capital, podemos afirmar que:

1. se o papel fundamental na reconstrução couber à **empresa privada** a política que deverá ser empregada será "fazer o bolo crescer para repartir depois". Esta postura, acarreta dois problemas imediatos não levados em conta por esse setor: o primeiro é não atender de imediato às reivindicações das organizações populares, especialmente em um momento crítico como este. Destaca-se entre estas organizações a União Nacional dos Trabalhadores Salvadoreños (UNTS) que representa 1 milhão e meio de trabalhadores e que veio se fortalecendo desde fevereiro passado. O segundo problema é a imensa maioria do povo salvadoreño que está passando pelo segundo ciclo de fome. O primeiro ciclo foi em 1930-1932 na esteira da grande crise do capitalismo mundial, que deixou o campesinato de El Salvador faminto e sem trabalho, levando à insurreição popular de 1932. Hoje, alia-se à nova crise econômica, os efeitos do terremoto e a seca que assola o país. Um povo com fome não se satisfaz com a promessa de "dividir o bolo depois".

2. se o papel fundamental da reconstrução couber ao **governo**, será necessário superar as dificuldades que hoje limitam sua ação, não só os problemas que Duarte já enfrentava, como também a destruição de grande parte dos edifícios e da infra-estrutura do aparato do governo no terremoto. Um grande investimento terá que ser feito para recuperar a máquina estatal e somente depois iniciar a reconstrução.

3. se o papel fundamental da reconstrução couber às **Forças Armadas**, a situação é ainda mais complexa. Neste caso, o conceito do plano "Unidos para Reconstruir" terá que ser ampliado para as cidades, pois a estratégia previa que as operações ocorreriam primordialmente no campo. A realidade da cidade inchada pelos refugiados, destruída pelo terremoto e com uma organização popular mais concentrada, são problemas que o plano contra-insurgente ainda não pode solucionar. O plano UPR foi concebido para combater militarmente a população civil e a FMLN no campo; no caso das cidades, a contra-insurgência não pode se valer de meios puramente militares.

O poder estatal já era auto-limitado antes do terremoto, uma vez que direcionava todos os seus esforços para a guerra. A partir da tragédia de outubro, veio à tona que não só o governo, mas os demais setores do bloco de poder não tinham capacidade para enfrentar uma situação de emergência como o terremoto, apesar de todo o terrorismo tecnológico e o milionário poder militar. As autoridades em El Salvador se especializaram em tirar vidas, não garanti-las e socorrer os mais pobres. Perante a tragédia o governo ficou atônito, descontrolado, inoperante e incompetente. O próprio povo tomou para si a tarefa de salvar suas vidas e de seus próximos e para isso organizou-se imediatamente dentro de suas comunidades. A Igreja e as esquerdas também mostraram seu poder organizativo. Estava claro para o povo que somente ele poderia lutar por sua sobrevivência.

O povo assistia o debate a nível do governo entre Duarte, a empresa privada, os militares e um personagem chave, o Sr. George Schultz secretário de Estado do governo dos Estados Unidos. O povo viu que essas autoridades internas e externa, discutiam tudo, menos o que comeriam nos próximos dias os milhares de salvadoreños vítimas do terremoto. Assim testemunhou uma anciã:

"... desde que veio esse senhor Schultz, que eu não sei quem é, não temos recebido ajuda do governo. No dia que ele chegou ainda nos deram um pouco de arroz, feijão e milho, mas desde então não deram mais nada..."

AS LUTAS POPULARES: PARA NÃO ESQUECER A ORIGEM DA CRISE

O elemento notório na conjuntura imediata pós-terremoto foi o desenvolvimento de uma intensa campanha de propaganda chamando à **unidade nacional** sob o lema "vamos esquecer as nossas diferenças". Neste lema e nesta unidade, são deixadas de fora as organizações populares combativas e a FMLN-FDR. Por trás deste lema, que era manipulado antes do terremoto no plano "Unidos para Reconstruir", há o seguinte: o importante agora é a reconstrução, a reativação econômica e nada mais. O poder estabelecido em El Salvador aproveitou a conjuntura para tentar o que não havia conseguido antes: reinterpretar a realidade nacional de forma a excluir totalmente as forças insurgentes (FMLN-FDR) do contexto e não considerar a

guerra uma expressão da crise econômico-social que se resolverá quando houver a "normalização do país".

A mensagem do governo "vamos esquecer as nossas diferenças" é também um recado à organização dos trabalhadores representada pela UNTS. Foi superando as diferenças no movimento operário que a UNTS uniu o país contra o governo. Naturalmente, não é esse tipo de unidade nacional que o governo almeja e utiliza essa expressão para convidar a UNTS a modificar sua concepção de unidade nacional.

Por outro lado, a UNTS constituiu-se no ponto de convergência de várias forças que desde janeiro pretendem a solução política do conflito bélico, para depois lutar por uma nova política em El Salvador. As Forças Armadas e os políticos conservadores ligados umbelicalmente aos Estados Unidos, viram nessa posição da UNTS uma intromissão imperdoável nos seus planos que pretende deixar a guerra para os militares e as medidas políticas para os políticos pró-Estados Unidos. Os militares e os conservadores já consideravam insuportável a intromissão da Igreja como mediadora do conflito e sua posição favorável ao diálogo entre as partes; mas quando os trabalhadores unidos e legitimamente representados exigiram que o governo dialogasse com a FMLN e se abrisse à solução política, os militares perceberam que era hora de agir. Veio o UPR, "reconstrução do país" e o "esquecer nossas diferenças". Este clamor demagógico é uma mensagem cifrada que significa: "retirar a guerra do centro do palco e disputar com a FMLN o apoio popular".

No momento atual os setores que dependem da guerra para manter boa parte de seu poder são exatamente os que falam em reconstrução e para encobrir essa contradição, fazem uma campanha de saturação propagandística que tenta e de certa forma consegue isolar o tema da guerra no centro do debate nacional. Por isso mesmo, tanto a UNTS como outros setores -como os bispos de San Salvador, partidos políticos, universidades- empenham-se em recordar que não só a guerra antecedeu ao terremoto e ainda hoje determina o que é possível fazer no país, mas que a necessidade de um diálogo entre as várias forças sociais e políticas para solucionar politicamente a guerra tem hoje muito mais urgência que na conjuntura anterior à tragédia.

Os setores populares mais organizados são aqueles que respondem quase imediatamente às necessidades impostas pela tragédia, revelando-se aí, como elemento fundamental, a força das comunidades de base que com sua mobilização vieram apoiar os setores mais avançados da hierarquia da Igreja Católica, reforçando a idéia que a ajuda deve vir como consequência da organização das vítimas do terremoto. O próprio povo desmistifica a manobra do governo que pretende aparecer como o salvador das vítimas; na concepção das comunidades, o povo se salvará porque ele se organizou e ele conseguiu a ajuda que precisava. A nível mais amplo os sindicatos e as organizações cooperativas também se mobilizam mas em nenhum momento tentam competir com as grandes redes estatais de ajuda: pelo contrário, preocupam-se em dar a conhecer ao povo os seus direitos e o apóiam em suas reivindicações na medida do possível.

Os sindicatos e demais organizações independentes e/ou opositoras ao governo organizam por conta própria redes de ajuda para os grupos de vítimas com os quais têm relação mais direta. Tanto a este nível quanto ao da Igreja Católica e protestantes progressistas nota-se imediatamente a diferença qualitativa entre um esforço guiado pela solidariedade e exercido fundamentalmente pelo povo versus as iniciativas do governo-empresa privada-militares, que impõem-se artificialmente e com pouca fluidez sobre os esforços do próprio povo para sobreviver.

A partir do ponto de vista popular, a nova conjuntura apresenta alguns aspectos importantes:

- A. nota-se um aumento das prisões de líderes comunitários geralmente aqueles que trabalham nos esquemas de ajuda às vítimas. Esta repressão coincide com a determinação das Forças Armadas de permitir a organização popular de ajuda até um certo "limite", a partir do qual torna-se perigoso o avanço organizativo da comunidade ou grupo;
- B. percebe-se uma superposição de objetivos entre os planos de reconstrução que o governo-empresa privada oferece e aqueles que os militares formularam dentro do plano UPR. Isto indica para os líderes populares, uma subordinação da necessidade de reconstruir aos planos contra-insurgentes. Assim, ao contrário do que pretende

impor como verdade, a guerra continua a ser o fato mais importante dentro do cenário político-econômico-social. Tanto é assim que o plano contra-insurgente é mais reforçado que o plano de reconstrução pós-terremoto.

- C. a nova faceta da crise oferece o pretexto para várias manobras anti-operárias como demissões sem justa causa, fechamento de fábricas, etc. O governo, normalmente cego a estas situações, tampouco atua na conjuntura atual.
- D. afetado pela seca, o meio rural já esperava uma temporada difícil. Na conjuntura atual boa parte da possibilidade de subsistir depende, para o povo urbano, de produtos básicos baratos. O movimento camponês reivindica maiores créditos e mínimas condições de produzir, advertindo porém que não dá para empobrecer mais como pretexto da situação atual. A cidade, dependendo da produção do campo para sobreviver e os camponeses afetados pelas consequências da seca, põe em evidência um problema fundamental para os militares e o seu plano contra-insurgente "Unidos para Reconstruir": como combater no campo, eliminar o movimento camponês e as comunidades rurais, se o país e principalmente a capital necessitam de alimentos?

Entretanto o ponto mais relevante para as organizações populares é muito claro: dependerá do grau de organização do povo a capacidade de fazer respeitar os seus direitos, pois aqueles que se dizem agora seus benfeitores são os mesmos que até hoje dirigiram as políticas que sustentaram a continuação da guerra e a crise generalizada.

#### A GUERRA CONTINUA

A FMLN-FDR ofereceu ao governo uma trégua na guerra tão logo conheceu a grandeza da tragédia em San Salvador. O governo fez-se surdo e indiferente à trégua e à dor do povo passou a atacar de forma feroz a guerrilha e bombardeou numerosos povoados. A guerrilha não pôde ficar indiferente sendo atacada e vendo a população civil ser massacrada pelos bombardeios e pôs fim à trégua declarada por ela unilateralmente.

O governo salvadorenho é tão vil e suas forças militares tão sangüinárias, que numa conjuntura de tragédia e total falência econômica utilizou cerca de 11 milhões de dólares em uma semana só em equipamentos bélicos para atacar a guerrilha em trégua e camponeses desarmados.

O Papa João Paulo II entrevistou e pediu que em 27 de outubro houvesse a trégua mundial. No princípio o presidente Duarte não aceitou afirmando que as Forças Armadas têm um mandato constitucional de defesa do território e nada pode interferir nisso. A FMLN-FDR aceitou a proposta logo de início e sem dúvida essa posição foi determinante para que o governo e as Forças Armadas aceitassem a trégua, pois se assim não fizessem poderiam causar uma revolta tal entre a população já desesperada que poderia levar o país à insurreição final.

O arcebispo de San Salvador Monsenhor Arturo Rivera y Damas, grande mediador do conflito, tentou negociar uma trégua mais prolongada, aceita pela FMLN mas recusada pelas Forças Armadas do governo.

O grau de eficiência militar das Forças Armadas declinou sensivelmente nos dias posteriores ao terremoto. Isto foi explicado por razões objetivas, como o fato de importantes instalações militares serem destruídas pelo terremoto, a dificuldade nas comunicações, na logística e a ida a San Salvador de várias unidades do exército para prestar socorro e manter a vigilância em meio à tragédia.

Mas a queda da eficiência militar também é explicada por razões subjetivas, uma vez que muitos soldados moravam nas áreas atingidas pelo terremoto e ficaram semanas sem saber como estavam seus familiares. O clima de tensão descontrolou a tropa e a FMLN venceu as batalhas facilmente.

A FMLN-FDR reconhece que o terremoto modifica o centro de prioridades imediatas a nível urbano, mas tal como se posicionam as organizações populares, a guerrilha concorda que a única maneira de resolver a gravíssima crise é encarando o problema da guerra através dos meios políticos.



16

## As Comunidades e o Terremoto

Manágua, 16 de outubro de 1986

"A todos nossos amigos, uma saudação muito fraternal e solidária.

... nos chega a trágica notícia do terremoto de 10 de outubro passado que afetou grande parte da capital, em especial a periferia.

Sem que chegasse qualquer outra informação, nosso companheiro Guillermo Denaux viajou para El Salvador a fim de visitar as comunidades e conhecer pessoalmente a gravidade da situação.

Regressou muito comovido, por ter visto cenas verdadeiramente dolorosas: muitíssimos choravam seus mortos, milhares estavam nas ruas sem casa, a maioria dos edifícios foi destruída (inclusive escolas e hospitais) e tantos feridos pedindo para serem atendidos.

Guillermo pôde observar um valioso trabalho em benefício das vítimas do terremoto, sobretudo por parte da Cruz Vermelha Internacional e da Igreja. **MAS NEM TUDO ESTÁ RESOLVIDO. SÓ UMA PARTE MUITO PEQUENA...**

Toda esta trágica situação vem aumentar a dor e a crise. O número de mortos na guerra já passados 60 mil; outros 7 mil estão desaparecidos e mil salvadorenhos estão presos por razões políticas. Há um milhão e meio de refugiados de guerra dentro e fora do país. Soma-se à esta trágica realidade uma inflação crescente, grande taxa de desemprego, faltam casas, hospitais, escolas. E neste quadro aparecem agora todas as conseqüências do terremoto.

### É MUITO PARA UM POVO SÓ.

Guillermo nos trouxe porém uma boa notícia. Nosso povo, cheio de fé é capaz de olhar para o futuro. Não se dá por vencido; enfrenta esta nova situação difícil com coragem e esperança. Não há dúvida: **O POVO VENCERÁ TAMBÉM ESTA TRAGÉDIA E CONTINUARÁ MARCHANDO RUMO A VITÓRIA.**

Uma vez mais somos convidados a compartilhar essa esperança e essa coragem do povo salvadorenho, dando nossa força moral e econômica...

Fraternalmente

A Equipe do C.E.B.E.S."

\* A Carta termina solicitando o envio de ajuda em dinheiro à conta do CEBES. Como o SISAC abriu uma conta para receber as doações no Brasil, você poderá utilizá-la.

\*\* C.E.B.E.S. é a sigla das Comunidades Eclesiais de Base de El Salvador.

"À Comunidade internacional  
Irmãos cristãos e solidários:

As comunidades cristãs de El Salvador coordenadas no CONIP comunicam a situação que estamos sofrendo:

De todos é conhecida a notícia do terremoto que assolou a capital, San Salvador. Foi em 10 de outubro às 11:45 hs. com intensidade de 7.5 graus na escala Richter, com 30 segundos de duração...

O governo Duarte formou um Comitê de Emergência com grandes empresários privados e um Comitê de recepção dos donativos formado pelos chefes militares. Esta atitude do governo criou uma situação muito difícil para a população porque a ajuda não está chegando às vítimas. Há muito tememos a corrupção desses setores, que nunca demonstraram qualquer interesse ou respeito pelo povo. O arcebispo de San Salvador, junto com a Igreja Luterana, Batista e organismos humanitários, criou um Comitê Cristão de Emergência que está re-

cebendo a ajuda e realmente apóia a população. Também a UNTS (União Nacional dos Trabalhadores Salvadorenhos) está recebendo a ajuda de suas bases e o apoio internacional a fim de realmente atender aos milhares de trabalhadores que exigem socorro.

Os Comitês Cristãos de Solidariedade estão dando seu apoio; agradecemos aos comitês de Espanha, França, Itália, Canadá, Estados Unidos, Panamá, Costa Rica e a outros países, assim como às instituições humanitárias e às agências não governamentais, pelo apoio enviado.

Com nosso arcebispo Rivera y Damas estamos preocupados com os efeitos do terremoto e também com os efeitos desse outro grande terremoto que é a guerra que causou mais de 60 mil vítimas e 700 mil refugiados internos e outros 700 mil refugiados externos.

Esse terremoto veio desmascarar o pecado estrutural que assola nossa sociedade. Esse pecado institucional de uma força armada que ao invés de aceitar uma trégua oferecida pela insurgência, continua com os bombardeios e operações militares contra a população nas zonas rurais, enquanto nas cidades defende as grandes empresas e a propriedade privada. Este terremoto mostrou com maior evidência a venda da soberania nacional aos interesses norte-americanos.

Irmãos, desde a perspectiva evangélica não podemos interpretar esta tragédia de outra forma senão um chamado à conversão. Um forte clamor de Deus exigindo que esse pecado estrutural seja eliminado. Um chamado ao diálogo e à reconciliação. É hora de fazer a paz para o bem desse povo tão sofrido. É hora de voltar o olhar a Deus e encontrar a paz com justiça que tanto exige este povo, cujos lamentos chegam até os céus.

Fazemos um firme apelo ao governo salvadorenho, à sua força armada, à empresa privada para que ponham um fim em seus abusos contra a dor do povo.

Não pararemos de denunciar seu pecado, agora mais evidente.

Fazemos um novo apelo à solidariedade internacional a apoiar os esforços de nossas Igrejas em favor das vítimas do terremoto e da guerra e sua determinação em encontrar os caminhos que levem à paz.

É urgente a unidade pela paz e a justiça.

Em Cristo.

Equipe Internacional da

Coordenação Nacional da Igreja Popular  
Monsenhor Romero (CONIP)  
El Salvador"

### TRECHO DA CARTA DO PE. MIGUEL VENTURA QUE TRABALHA EM MORAZÁN, ZONA LIBERADA PELA FMLN-FDR.

"...Também quero dizer-lhes que nesta hora, o terremoto tem um significado na história para o povo salvadorenho.

Creio que durante muito tempo, alguns setores da sociedade foram insensíveis à dor do povo. Por seis anos, e a história o prova, o povo salvadorenho carregou a duras penas sobre seus ombros uma história de sofrimento... Milhares de salvadorenhos foram mortos, presos, desaparecidos, expulsos e a tudo isto somam-se as últimas medidas econômicas e o recrutamento forçoso para o exército... Com esta carga de sofrimento o povo gemia e elevava seus clamores ao céu, como disse Monsenhor Romero, mas certos setores ficavam insensíveis à essa situação...

Creio desta vez, que o terremoto tem um objetivo profundamente histórico não podemos vê-lo como um acontecimento isolado ou desligado de todo contexto histórico que vive o povo, mas como se essa voz fosse um clamor mais forte que se eleva a nível nacional e internacional para chamar a atenção sobre a dor de um povo que foi vítima de muito sofrimento político, social e que hoje também sofre por uma tragédia natural.

Tenho muitas esperanças que estas circunstâncias que hoje surgiram, profundamente dolorosas para o povo, tornem-se uma voz potente para sensibilizar aqueles que permanecem insensíveis. E que daí o povo renasça fortalecido para seguir em seu caminho na procura de uma paz com justiça..."

## REFLEXÃO SOBRE O TERREMOTO

Para quem vê com seus próprios olhos a catástrofe e sobretudo para quem a sofre, a pergunta que surge obrigatoriamente é: o que nos diz o terremoto quanto à política, a economia, os aspectos militares e religiosos.

Em primeiro lugar, o terremoto, como qualquer outro acontecimento importante no país, mostra a realidade da pobreza e a marginalização dos pobres. A grande maioria das vítimas é pobre e morreram por ser pobres, soterradas que foram em seus barracos de madeira e a as grandes porções de terra que se desprenderam. Um terremoto, redescobre a geografia da pobreza, põe em evidência a ignorada e oculta verdade de que a maioria da população vive em condições subumanas.

Os pobres são marginalizados não só na história do país, como também nas conseqüências do terremoto. Enquanto os meios de comunicação preferem centralizar suas reportagens nas dramáticas tentativas de salvar aqueles que ficaram soterrados nos escombros do Edifício Ruben Darío (o mais importante de San Salvador), nenhuma palavra é proferida em favor dos pobres da periferia, onde houve maior número de vítimas fatais. Os pobres são deixados à margem tanto na informação como na ajuda. A eles as doações chegam com muita dificuldade e no futuro tornar-se-ão raras. Esta é pois a primeira conclusão: o terremoto empobreceu estruturalmente ao país, mas sobretudo empobreceu mais os pobres o que leva à luz a realidade da injusta pobreza.

Em segundo lugar, o terremoto mostra a imperiosa necessidade do diálogo como solução política ao conflito militar salvadorenho. Se o diálogo já se fazia urgente antes do terremoto, agora é essencial. Se o terremoto não é capaz de superar as dificuldades para o diálogo, só resta fazer uma pergunta: o que mais será preciso acontecer e que futuro espera o país? Nem cálculos políticos, nem prestígio, nem segurança, nem as forças armadas, nem os vetos militares e nem as imposições dos Estados Unidos podem constituir-se em obstáculos para que o diálogo ocorra nesta conjuntura trágica pós-terremoto.

Para uma consciência cristã, o diálogo é hoje um sinal dos tempos; é clara vontade de Deus. O terremoto, de forma trágica, não faz senão reforçar essa consciência. É uma forma muito dolorosa de repetir o que pede a maioria dos salvadorenhos: Não à guerra; Sim à paz.

Isto é o que nos diz o terremoto, mas é preciso perguntar também que exigências concretas ele faz aos salvadorenhos e a todos os homens e mulheres de boa vontade de todo o mundo. A resposta é clara: ajuda e solidariedade. Um pouco de ajuda chegou, mas é insuficiente... Agora o que mais se houve é "Não tem". Não tem barracas, não tem alimentos, não tem remédios... A ajuda de emergência tem que ser transformada em solidariedade, em ajuda permanente e comprometida.

Esta ajuda que nos é exigida pelo terremoto, é também uma oferta de salvação. Em um mundo desumanizado, opressor dos países pobres e pequenos, transformando-os em cenários de guerra na defesa de seus interesses, é difícil ser cristão ou simplesmente um ser humano. A solidariedade no sofrimento, oferece a oportunidade de reparar tantos males que foram feitos no terceiro mundo, recobrar a dignidade perdida se aqueles que nos oprimiam incorporarem-se ao sofrimento do povo, sentir o perdão dos pobres e oprimidos por tanto pecado de injustiça e indiferença.

Ajudar a El Salvador é realizar um pouco da utopia de um outro mundo mais fraterno e solidário; é apresentar aos cristãos os sinais do reino de Deus que mantém a esperança dos pobres.

Por último, o terremoto nos coloca a pergunta sobre a fé: Quem é nosso Deus? O que é este Deus da vida na presença de tanta morte? A maioria dos salvadorenhos pensaram em Deus durante o terremoto. Rezaram, oraram por seus mortos e agradeceram por estarem vivos. Deus esteve presente no terremoto. Deus esteve presente também pelo seu silêncio. É preciso refletir seriamente sobre o silêncio presente de Deus em meio à tantas mortes de inocentes e tantas mortes dos pobres. Este silêncio pode levar, por certo, ao questionamento de Deus, mas pode levar também ao lugar onde verdadeiramente se escuta Sua Palavra, ao verdadeiro lugar da fé. Não se trata de uma verdade filosófica mas cristã, que Deus está com os pobres, com aqueles que sofrem; está com quem não tem o que comer e beber e não tem como se abrigar. Deus está na Cruz de Jesus e nas cruzes da história, quer sejam causadas pelas tragédias naturais quer sejam pelo pecado histórico, pela injustiça e a opressão. Isto pode ser aceito ou não, mas se for aceito, será na fé e Deus nos diz onde encontrá-lo, onde escutar Sua Palavra, o que os salvadorenhos terão que fazer e onde encontrar esperança em meio a tanta desolação.

Nas vítimas da guerra e do terremoto está Deus. A partir delas conheceremos melhor a realidade do país, pois é em esses pobres que se encontra a luz; e é a partir daí que conseguiremos as forças necessárias para caminhar adiante, pois na debilidade está a força de Deus. A fé cristã não pretende saber ou esclarecer tudo. Não tem resposta racional para a questão do sofrimento, mas tem uma resposta de ação: naqueles que sofrem, está o próprio Deus. Não é uma questão de entender, mas de se decidir: quem hoje vai às vítimas pode encontrar-se com Deus e nessa oportunidade saberá o que tem a fazer, como transformar a dor em entrega, a confusão em criatividade, a morte em vida.

Para os cristãos retorna a exigência que fazia o profeta Miquéias: "Foi-te anunciado, oh homem, o que é bom, e o que Deus exige de ti: que pratiques o direito e ames a justiça, e caminhes humildemente com teu Deus."



## Solidariedade com El Salvador

### MATERIAIS À VENDA PARA AJUDAR A CAMPANHA A ARRECADAR FUNDOS

Solicitar a: Vanda Pignato  
Rua Pedro de Resende, 217  
Tatuapé  
03067 São Paulo SP

Broches FMLN (quadrado)	Cz\$ 3,00
Broches FMLN (redondo)	Cz\$ 5,00
Adesivos (Rádio Venceremos)	Cz\$ 2,00
Camisetas FMLN	Cz\$ 50,00
Camisetas Rádio Venceremos	Cz\$ 50,00

Desde o dia 12 de outubro passado, iniciou a Campanha Estadual de Solidariedade "SOS El Salvador", com a participação de doze entidades.

A Campanha tem por objetivos:

- Divulgar a realidade salvadorenha e a nível mais amplo a Crise Centro-americana.
- Consolidação do apoio político e moral à luta do povo salvadorenho.
- Arrecadação de fundos para ajuda econômica às instituições de Defesa dos Direitos Humanos em El Salvador.

No cumprimento dessas atividades, serão realizados:

- Envios de Cartas e abaixo-assinados de solidariedade à luta do povo salvadorenho e de rejeição à política intervencionista dos Estados Unidos na região.
- Publicações e distribuição de documentos e boletins de divulgação da realidade centro-americana que é escondida e distorcida pela grande imprensa.
- Realização de atos culturais e artísticos, conferências, mesas redondas, vigílias, apresentação de filmes, audiovisuais, etc.

### ESTA CAMPANHA PRECISA DE SUA AJUDA!

PARA VOCÊ PARTICIPAR E COLABORAR NA SOLIDARIEDADE COM EL SALVADOR, PODERÁ ENTRAR EM CONTATO COM AS SEGUINTE ENTIDADES:

Comitê de Solidariedade aos Povos da América Latina- Campinas. tel. (0192) 31-7760  
Caixa postal 6086 - UNICAMP - Campinas 13100, SP (fornece vídeos, filmes, informações e publicações sobre a realidade salvadorenha e dados sobre a Campanha).

Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina - CBS  
Tel: (011) 259-8388 ramal 242  
(fornece os mesmos materiais de Campinas).

PARÓQUIA - NOSSA AENHORA DA CONCEIÇÃO  
AV. ROBERTO SOLVEIRA, 1.366  
CEP: 26.540 - NILOPOLIS - RJ

PARÓQUIA - SANTÍSSIMA TRINDADE  
R. NILO PEÇANHA, 541 - OLINDA  
CEP: 26. 510 - N. IGUAÇU - RJ

PARÓQUIA - SÃO SEBASTIÃO  
R. GETÚLIO VARGAS, 555 - OLINDA  
CEP: 26.510 - N.IGUAÇU \_ RJ

PARÓQUIA - NOSSA SENHORA DE FÁTIMA  
R. JAIR E APOLO, 325 - QUEIMADOS  
CEP: 26. 391 - N. IGUAÇU \_ RJ

PARÓQUIA - SÃO FRANCISCO DE ASSIS  
R. DOUTOR GERALDO ALBERNAZ S/Nº  
CEP: 26.310 - QUEIMADOS -N.IGUAÇU - RJ

PARÓQUIA - SÃO JOÃO BATISTA  
ESTRADA DO CAMBURI; 153  
VILA SÃO JOÃO \_QUEIMADOS  
CEP: 26.365 - NOVA IGUAÇU \_ RJ

PARÓQUIA - SÃO SEBASTIÃO  
R. SÃO SEBASTIÃO S/Nº - AUSTIN  
CEP: 26 395 - NOVA IGUAÇU \_ RJ

PARÓQUIA - SÃO FRANCISCO  
R. TOMAZ DA FONSECA, 123  
Morro Agudo - N. IGUAÇU \_ RJ  
CEP: 26.280

PARÓQUIA - NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO  
PRAÇA DA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO  
S/ N - QUEIMADOS - N. IGUAÇU - RJ

CURATO - MENINO DE JESUS DE PRAGA  
R. PROV. CLEMENTE PEREIRA, 21  
CEP: 26. 325 - CACUIA - N.IGUAÇU \_ RJ

PARÓQUIA - SANTA LUZIA  
R. PASTEUR, 249 - BAIRRO DA LUZ  
CEP: 26. 260 - N. IGUAÇU \_ RJ

PARÓQUIA - NOSSA SENHORA DE FÁTIMA  
R. BAGÉ - JARDIM CABUÇU  
CEP: 26. 345 - CABUÇU- N. IGUAÇU \_ RJ

PARÓQUIA - SANTO AGOSTINHO DO GUANDU  
R. SÃO FIDÉLIS, L.06 - Q.11  
SANTA CLARA DO GUANDU  
CEP: 26.355 --NOVA IGUAÇU \_ RJ

PARÓQUIA - SÃO MIGUEL DE ARCANJO  
ESTRADA AMBAÍ, 73 - MIGUEL COUTO  
CEP: 26.040 - N.IGUAÇU \_ RJ

PARÓQUIA - SÃO PEDRO  
R. SÃO PEDRO, S/N  
CEP: 26.150 - MIGUEL COUTO -NI -RJ

PARÓQUIA - NOSSA SENHORA DA S GRAÇAS  
AV. H.D.F. MEYER, 2973  
CEP: 26.001 - PARQUE FLORA- N.IGUAÇU

PARÓQUIA - NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO  
ESTRADA DE MADUREIRA S/Nº  
CEP: 26.350 - MARAPICU - NOVA IGUAÇU

PARÓQUIA - NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO  
ESYRADA DA PALHADA, 3555 -  
ROSA DOS VENTOS \_ NOVA IGUAÇU \_ RJ  
CEP: 26. 330

PARÓQUIA - SAGRADA FAMILIA  
R. RAIMUNDO BRITO DE OLIVEIRA, 216  
CEP: 26. 000- POSSE - N.IGUAÇU \_ RJ

PARÓQUIA - SANTA RITA DE CASSIA  
R. ÁLVARO SAMPAIO, 56 - SANTA RITA  
CEP: 26. 045 - N. IGUAÇU \_ RJ

PARÓQUIA - NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO  
PRAÇA BARÃO DE TINGUA, 30  
CEP: 26.060 - TINGUA - N. IGUAÇU- RJ

CASAS DAS IRMÃS  
AV. AMAZONAS, 298 - SANTA RITA  
CEP; 26.185 - N. IGUAÇU \_ RJ

PARÓQUIA - SÃO SEBASTIÃO  
R. MARIA CUSTÓDIA, 436 -VILA DE CAVA  
CEP: 26.060 - NOVA IGUAÇU \_ RJ

PARÓQUIA - SÃO JOSÉ OPERARIO  
PÇA. PREF. JOÃO LUIZ DO NASCIMENTO  
Nº 220 - NOVA MESQUITA  
CEP: 26. 235 - N.I - RJ

PARÓQUIA - CATEDRAL DE SANTO ANTONIO  
AV. MAL. FLORIANO PEIXOTO, 2226  
CEP: 26.001 - CENTRO - N.IGUAÇU - RJ

PARÓQUIA - NOSSA SENHORA DE FÁTIMA E SÃO JORGE  
AV. GÉTÚLIO VARGAS, 220 - CENTRO  
CEP: 26.001 - N.IGUAÇU - RJ

PARÓQUIA - CRISTO RESSUSCITADO  
R. LUIZ AUGUSTO PINHO. 232  
SANTA EUGÊNIA - N.IGUAÇU  
CEP: 26001 - RJ

PARÓQUIA - SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS  
R. MARTINS, 233 - K 11  
CEP: 26.220 - N. IGUAÇU \_ RJ

PARÓQUIA - NOSSA SENHORA DA GRAÇAS  
R. PARANÁ S/Nº - MESQUITA  
CEP: 26 241 - N. IGUAÇU \_ RJ

PARÓQUIA - SÃO JOSÉ OPERÁRIO  
PRAÇA BELA VISTA S/Nº  
CEP: 26.220 - CALIFÓRNIA  
N.IGUAÇU - RJ

CURATO - SANTO ELIAS  
R. JAIRO , 18 JACUTINGA  
CEP: 26 241 - SANTO ELIAS  
N. IGUAÇU - RJ

PARÓQUIA - NOSSA SENHORA DE FÁTIMA  
R. OSCAR BUENO S/Nº  
CEP: 26 230 - ROCHA SOBRINHO  
NOVA IGUAÇU - RJ

PARÓQUIA - NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO  
R. Padre JOSÉ BESTE, 701  
CEP: 26. 131 - BELFORD ROXO  
NOVA IGUAÇU - RJ

CURATO - CRISTO RESSUSCITADO  
R. MIRASSOL S/Nº SARAPUI  
CEP: 26.241 - BNH - N.I - RJ

PARÓQUIA - SÃO SEBASTIÃO  
AV. JOSÉ MARIANO DOS PASSOS, 1.140  
AREIA BRANCA - BELFORD ROXO  
CEP: 26 .131 - N. IGUAÇU - RJ

PARÓQUIA - SANTA RITA DE CÁSSIA  
R. DR. WALMIR, 551 - CRUZEIRO DO SUL  
CEP: 26.001 - NOVA IGUAÇU - RJ

PARÓQUIA - SÃO JUDAS TADEU  
R. PROF. GASTÃO P. DE OLIVEIRA S/Nº  
CEP: 26 131 - HELIÓPOLIS - N.I -RJ

PARÓQUIA - SÃO JOÃO BATISTA  
R. MONTE PASCOAL, S/Nº - PIAM  
CEP: 26.120 - BELFORD ROXO - NI - RJ

PARÓQUIA - SANTO ANTÔNIO  
ESTRADA PLÍNIO CASADO, 2808 - PRATA  
CEP: 26.010 - N.IGUAÇU - RJ

PARÓQUIA - NOSSA SENHORA DE FÁTIMA  
AV. ESTRELA BRANCA, 116  
SANTA MARIA - BELFORD ROXO  
CEP: 26. 165 - PARQUE SÃO BERNARDO

PARÓQUIA - NOSSA SENHORA APARECIDA  
R. JÚLIO CÉSAR, 177 - JARDIM GLÁUCIA  
CEP: 26 131 - BELFORD ROXO - N.I - RJ

PARÓQUIA - SÃO SIMÃO  
R. PADRE EGÍDIO CARMEYNK, 78  
CEP: 26.180 - LOTE XV \_ NI \_ RJ

PARÓQUIA - SENHOR DO BONFIM  
PRAÇA OLAVO BILAC ,122 - ENGENHEIRO  
NOVA IGUAÇU - RJ  
CEP: 26.380 - NOVA IGUAÇU \_ RJ

PARÓQUIA - SÃO SEBASTIÃO  
R. BEZERRA DE MEMEZES, 138  
CEP: 26325 - LAJES - NI- RJ

PARÓQUIA - SÃO PEDRO E S ãO PAULO  
R. DOMINIQUE LEVEL, 35  
CEP: 26325 - PARACAMBI \_ NI \_ RJ

PARÓQUIA - NOSSA SENHORA DE FÁTIMA  
AV. CASTELO BRANCO, 322  
CEP: 26.525 - EDSON PASSOS \_ NI \_ RJ

PARÓQUIA - NOSSA SENHORA APARECIDA  
AV. MIRANDELA, 773 - NOLOPOLIS  
CEP: 26 .520 - NOVA IGUAÇU \_ RJ

1 9 8 2

# SISAC

Serviço Informativo  
Sobre América Central

SÉRIE DOCUMENTO  
SETEMBRO de 1987  
ano IV número 82

Rua Martiniano de Carvalho, 114  
CEP 01321 São Paulo SP Brasil

Veja nas primeiras  
páginas as novidades  
do SISAC

## AMÉRICA CENTRAL TEM UM ACORDO DE PAZ

SUBSIDIO FORNECIDO  
PELO INESC

NESTA EDIÇÃO:

- ▶ análise de conjuntura
- ▶ o acordo de paz  
na íntegra
- ▶ conheça todo o  
processo de  
negociação pela paz  
(1982-87)



CEDIM

# REAPRESENTANDO O SISAC

Estimados companheiros e companheiras,

Chegou às suas mãos um NOVO SISAC.

A novidade do Boletim está em sua nova apresentação visual, nos assuntos agrupados em seções e na quantidade de informações sobre cada um dos países.

O que não é novo no SISAC é o seu compromisso com a informação correta, verdadeira, nascida e divulgada a partir do povo centro-americano. Continua firme a nossa decisão de derrubar as fronteiras que nos foram impostas e o jogo do silêncio e da mentira levado até as últimas consequências pelas poderosas redes nacionais e multinacionais de informação.

O Boletim SISAC tem agora duas formas de publicação. A primeira é o PANORAMA CENTRO-AMERICANO, que informará sobre vários assuntos e vários países, na forma de notícias. A segunda é o SISAC DOCUMENTO, que abordará um assunto sobre a América Central ou um país, com análises extensas de conjuntura, cronologias, aspectos históricos, entrevistas e reprodução de importantes documentos. Assim, o PANORAMA manterá você informado sobre os últimos acontecimentos na América Central e o DOCUMENTO lhe garantirá uma grande quantidade de informação, capaz de praticamente esgotar o assunto que é tratado.

O Boletim da série PANORAMA foi organizado por assuntos, em seções fixas. Com esse procedimento, podemos aproveitar melhor as informações e apresentá-las de uma maneira mais ordenada e agradável de ler.

As seções do Boletim SISAC na série PANORAMA são as seguintes:

**CORREIO DA SOLIDARIEDADE:** A segunda página do Boletim, estará sempre reservada para a sua carta. Escreva sobre todos os assuntos que se refiram à América Central e ao SISAC. É um espaço que está à sua total disposição para criticar, opinar, apoiar sobre o que você leu no SISAC ou soube por outra fonte de informação. Também poderá pedir esclarecimentos sobre alguma notícia publicada. O CORREIO DA SOLIDARIEDADE será também um importante espaço para você chamar pessoas de sua cidade e Estado para formar um comitê de solidariedade, informar sobre vigílias, orações comunitárias em favor da Vida na América Central e convidar outros companheiros a entrarem em campanhas e atos de solidariedade. Ao CORREIO DA SOLIDARIEDADE, você poderá enviar o seu poema, a sua carta solidária, o seu protesto e a sua oração. Lembrem-se, que as suas manifestações serão recebidas na América Central. Portanto, esta seção que é sua, além de ser uma oportunidade de dialogar mais diretamente com o SISAC e com outros leitores, propicia também a oportunidade de você falar com o povo centro-americano.

Solicitamos que os textos não sejam longos, (no máximo 20 linhas datilografadas), para que todos possam ter as suas cartas publicadas. Quando houver problema de espaço, o SISAC se reserva o direito de selecionar os trechos mais significativos das cartas mais longas.

Quando você escrever ao SISAC e desejar ter sua carta publicada, deve colocar no envelope o seguinte: SISAC- CORREIO DA SOLIDARIEDADE; essa expressão significará que nós temos autorização para publicá-la.

SISAC RECOMENDA: é um serviço de informação a nível nacional. Quando recebermos textos de grande importância, audiovisuais, vídeos, livros que tenham grande qualidade

para complementar a informação que você já recebe pelo Boletim SISAC, nós lhe avisamos através do SISAC RECOMENDA. Fornecemos o preço do material, um resumo do assunto tratado e a forma de aquisição.

Também faremos recomendações de materiais de outras entidades, o endereço para o pedido, preço e forma de aquisição. Recomendaremos ainda, a participação em atos, campanhas e vigílias solidárias.

**CONJUNTURA POLÍTICA:** É a seção que lhe fornecerá o panorama político de cada país centro-americano. Abordará as ações dos governos, das organizações revolucionárias, a mobilização popular, as crises, os programas de governo e as interferências norte-americanas nos assuntos internos dos países da América Central.

**CONJUNTURA ECONÔMICA:** É a seção que trará informações sobre a dívida externa, os pacotes, a inflação, a "economia de guerra", a ajuda dos Estados Unidos e dados sobre a situação social como o desemprego, falta de moradia, de serviços de saúde e educação.

**SUJEITOS DA HISTÓRIA:** É a seção dos trabalhadores do campo e da cidade. Seus sindicatos e organizações, suas mobilizações e lutas. Suas reivindicações e propostas. Seus projetos de sociedade e a repressão que sofrem.

**DIREITOS HUMANOS:** É a seção da luta pela vida. Dos martírios, das violações dos direitos como os sequestros, assassinatos, torturas, prisões daqueles que lutam por uma sociedade justa e fraterna. A seção terá testemunhos, denúncias e análises sobre a razão e estatísticas da violação dos direitos humanos.

**DEUS NA VIDA DO POVO:** É a presença das comunidades cristãs centro-americanas em comunicação direta com as comunidades cristãs do Brasil. É a seção da Igreja dos Pobres que será representada pelas cartas das CEBs, pelos testemunhos de seu martírio, suas práticas pastorais, sua religiosidade, seu compromisso de fé e político, sua luta por uma nova sociedade, seu sofrimento e esperança.

**REFLEXÃO CRISTÃ:** É a seção das reflexões sobre os problemas centro-americanos à luz da palavra de Deus. São leituras bíblicas que refletem sobre a revolução, a opção pelos pobres, os direitos humanos, a paz e o motivo para crer e lutar com esperança em direção ao Reino de Deus.

**ESPECIAL:** É uma seção optativa no SISAC, onde serão reproduzidos documentos que mereçam maior destaque.

O primeiro SISAC DOCUMENTO é o presente número 82, que leva a você informações exclusivas e completas sobre o Acordo de Paz na América Central. O SISAC DOCUMENTO será mensal e o SISAC PANORAMA será quinzenal.

Além das modificações promovidas no Boletim, o SISAC dará um novo impulso aos seus demais serviços de informação. Dentre eles estão a organização da nossa documentação e publicação de um índice bibliográfico, a abertura de empréstimos de fitas de vídeo e slides, reprodução de fitas k-7 com músicas centro-americanas e a publicação de 4 cadernos anuais (semelhantes ao Dossiê S.O.S El Salvador) sobre os problemas centro-americanos.

Agradecemos muito àqueles que possam colaborar conosco nestes novos serviços, dando sugestões e cedendo documentação centro-americana.

Um abraço fraterno



OLHAR SOBRE A AMÉRICA CENTRAL

(Hélder L Pegado)  
Diamante -PB

América de todos os povos,  
América sofrida e ansiosa por libertação.  
América,  
nome e mãe de todos os pobres,  
mãe ávida das aspirações de sua gente.

América pisoteada,  
América chicoteada,  
mareada por grandes sevícias e opressões,  
choro amoroso de teus filhos,  
mareada com o desaparecimento.

América triturada e dilacerada  
pela ganância e opressão de poucos,  
poderosos e aferrados ao poder político.

Grita e não teme, ó América guerreira!  
Basta de opressão.  
Pega o punho  
junto as tuas veias  
e junto com a tua fé subversiva  
luta pela tua libertação.

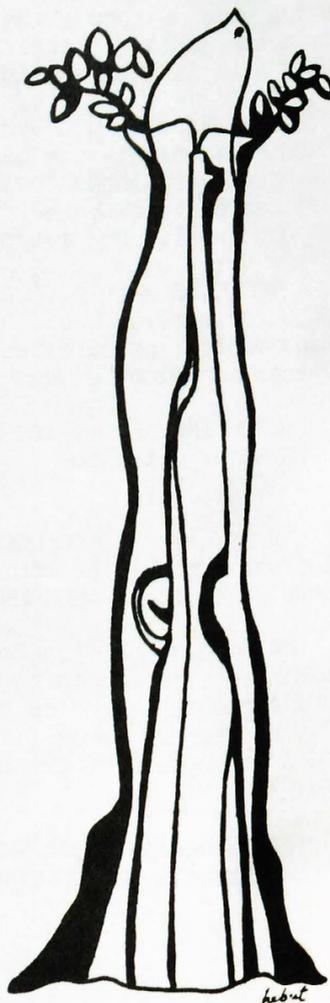
És o Cristo perseguido,  
caluniado, torturado,  
mas não morto.  
Ó invencível!  
És o símbolo verídico  
e insistente da luta de um povo,  
escrita pelo sangue de teus mártires.

Arranca os explorados e empobrecidos  
dos tiranos e déspotas,  
ó América gigante e valente.

Arranca-os e cura-os de sua pobreza  
e escravidão, trazendo enfim,  
sua libertação.

Tu és, (ó Boa América) a Boa-Nova  
anunciada por teus filhos,  
entendida e vivida como mensagem  
para todos os pobres e oprimidos.

ÉS O EVANGELHO VIVO.



## CONHEÇA A DIFÍCIL NEGOCIAÇÃO DE PAZ NA AMÉRICA CENTRAL

A partir de 1982, os conflitos entre os países centro-americanos atingiram um grau de extremo perigo, podendo levar à guerra generalizada.

O principal responsável pela fomentação, financiamento e apoio aos conflitos na América Central é a administração Reagan que define como ponto de honra impedir a estabilidade da revolução sandinista e o triunfo dos movimentos populares e revolucionários na região.

A administração Reagan viola os direitos dos povos à autodeterminação, à soberania e à livre decisão de construir a sociedade na qual desejam viver. Ao mesmo tempo que Reagan fornecia aos governos centro-americanos uma ajuda de 8 bilhões de dólares para serem aplicados nos exércitos e no aperfeiçoamento dos aparelhos repressivos, causava uma destruição de 2 bilhões de dólares à Nicarágua e em El Salvador e na Guatemala fazia um total de 160 mil pessoas assassinadas e 2 milhões de refugiados. Sem tréguas, Reagan provocava os conflitos, ordenava à CIA (Agência Central de Inteligência) a sabotar e realizar operações terroristas contra o povo centro-americano (nessa ocasião, o mesmo Reagan lançava uma campanha mundial contra o terrorismo).

Soma-se à responsabilidade pela guerra, a firme decisão do governo Reagan de impedir qualquer iniciativa de acordo para a paz na região.

São estas ações, que nós lhe apresentaremos na seguinte cronologia sobre as negociações de paz.

### *Cronologia do processo de negociação na América Central (1982-1986)*

Fonte: ACEN-SIAG

1982

Janeiro

Forma-se a Comunidade Democrática Centro-americana, integrada por Costa Rica, El Salvador e Honduras. O documento oficial do grupo, manifesta o interesse dos três países em modificar o "regime antidemocrático e intervencionista da Nicarágua, culpado pelo armamento na região".

A Comunidade Democrática Centro-americana solicita aos Estados Unidos (EUA) assistência militar suficiente para defender os governos contra as ofensivas das guerrilhas; exige condições para sustentar os processos eleitorais, garantias políticas e democráticas e o controle da violência através da cooperação militar conjunta (EUA-El Salvador-Honduras e Costa Rica), e propõe a realização de uma operação militar regional contra o governo cubano.

## Fevereiro

É divulgada a Declaração Franco-mexicana. O México pede que seja aceita a negociação entre todas as forças políticas salvadorenhas para favorecer a formação de "um governo de ampla base nacional"; aconselha um acordo entre os EUA e Nicarágua para evitar o treinamento dos contra-revolucionários-"contras"- nos países da região; e um acordo entre os EUA e Cuba para atenuar as tensões na área.

O governo do Panamá adverte sobre a necessidade de aplicar os princípios fundamentais da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) a fim de iniciar a procura de uma solução negociada que leve à renúncia da ameaça do uso da força entre os Estados centro-americanos.

O governo de Honduras faz uma contraproposta à Declaração Franco-mexicana, na qual inclui o desarmamento na região, a redução dos assessores militares estrangeiros, o controle do tráfico ilegal de armas, o respeito às fronteiras, diálogo militar permanente e mecanismos de supervisão internacional sobre os acordos entre os países.

## Março

Primeira reunião do Grupo de Nassau, em New York (EUA), com os ministros das relações exteriores (chanceleres) da Colômbia, Canadá, Estados Unidos, México e Venezuela. Sugerem uma série de programas de cooperação econômica e social, sem que os países estabeleçam condições políticas ou militares prévias.

O secretário de Estado dos EUA, Alexander Haig, responde à proposta mexicana com um plano de negociação de cinco pontos: pactos de não agressão bilaterais (país com país), garantias de Washington de não apoiar os somozistas; acordo regional que proíba a importação de armas ofensivas pesadas; reativação da ajuda econômica a Nicarágua e o fim do apoio à guerrilha salvadorenha, atribuída por Haig ao governo da Nicarágua.

Ocorrem fortes ataques contra-revolucionários no território nicaraguense. Na Nicarágua, são suspensas as garantias individuais, em razão do aumento desses ataques.

A Agência Central de Inteligência (CIA) entrega 19 milhões de dólares para o treinamento militar e apoio logístico aos "contras".

O subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos (EUA), Thomas Enders, viaja para a América Central a fim de sugerir a formação de uma força militar regional apoiada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), que atuaria no caso de uma agressão estrangeira contra a América Central. Enders procura fundamentar essa proposta, com base no **Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)** [1]. Ao mesmo tempo, o Conselho de Segurança Nacional dos EUA, apela à formação de uma força paramilitar com pessoas recrutadas na Argentina, Colômbia, Venezuela e Estados Unidos. [2] Essa proposta no entanto não foi aceita pelos governos centro-americanos.

O governo de Ronald Reagan, exclui Nicarágua dos benefícios do Plano da "Cuenca del Caribe".

Recebem reconhecimento internacional quatro propostas de paz para a América Central, até essa data: 1) do México por uma solução negociada e respeito à autodeterminação de cada país; 2) dos EUA, a proposta de Alexander Haig apoiada pelo chamado "**Triângulo de Ferro**" (Costa Rica, Colômbia e República Dominicana) e por Honduras; 3) a proposta do Panamá apresentada ao Conselho de Segurança da ONU que denuncia as agressões norte-americanas contra Nicarágua e a exigência pela renúncia ao uso da força contra qualquer país da área e 4) a proposta de paz de Honduras apresentada à OEA.

## Abril

Nova proposta de Alexander Haig: 1) que Nicarágua páre de apoiar a insurgência salvadorenha; 2) Declaração política dos EUA para responder às preocupações da Nicarágua em relação aos somozistas; 3) Declaração dos EUA e Nicarágua sobre as relações amistosas entre ambos países; 4) Limitação de armamento e forças militares e 5) Que a OEA tenha livre trânsito aos aeroportos, instalações militares, portos e fronteiras da Nicarágua.

Os números que aparecem entre colchetes [ ] referem-se às Notas na página 20-22 →

Nicarágua aceita iniciar as conversações com os EUA e apresenta uma proposta de dez pontos, entre os quais destacam-se: recusa à vigilância externa em suas zonas de segurança; fim da utilização do território hondurenho para ações armadas dos "contras"; desativação dos campos de treinamento militar utilizados pelos EUA na América Central; fim do bloqueio econômico e anulação dos planos de financiamento e treinamento fornecidos pela CIA às forças contra-revolucionárias.

## Maio

Inicia a Guerra das Malvinas. A partir daí começa um significativo e generalizado questionamento à política das relações dos EUA na América Latina.

## Junho

É anunciada a aliança entre Alfonso Robelo e Edén Pastora, representando a oposição empresarial anticomunista e a social-democracia conservadora. Na aliança é integrado o anti-sandinista Movimento Democrático Nicaraguense (MDN), que declara guerra contra o sandinismo.

## Julho

Guatemala entra para a Comunidade Democrática Centro-americana. O grupo emite uma declaração contra Nicarágua.

Nicarágua, Honduras e Costa Rica iniciam conversações para determinar quais os melhores mecanismos de controle das fronteiras.

## Agosto

Nicarágua promove uma política de aproximação diplomática com Honduras, tendo como base a proposta de paz hondurenha apresentada à OEA em fevereiro desse ano. O governo sandinista declara-se disposto a entrar para a Comunidade Democrática Centro-americana, mas a solicitação é rechaçada pelo presidente da Costa Rica, Luis Alberto Monge.

## Setembro

Os presidentes do México, José López Portillo e da Venezuela, Luis Herrera Campins, clamam aos presidentes de Honduras e da Nicarágua e ao secretário de Estado norte-americano Alexander Haig, a fazer uso da via do diálogo na solução das tensões.

## Outubro

Ronald Reagan responde à proposta méxico-venezuelana, concordando na busca da paz, desde que em cada país centro-americano haja pluralismo democrático. Mais de uma centena de deputados norte-americanos, a maioria do Partido Democrata, exige que Reagan ponha um fim nos confrontos militares e comece o processo de diálogo político.

É suspenso o primeiro encontro programado para o diálogo trilateral (EUA-Nicarágua-Honduras), que se realizaria no dia 13 em Caracas, sob a mediação dos governos do México e da Venezuela. O encontro não se realiza porque o presidente de Honduras Roberto Suazo Córdoba, anuncia que não poderá estar presente, por ter outros "compromissos inadiáveis".

Nicarágua é eleita membro do Conselho de Segurança da ONU representando a América Latina. Essa eleição foi interpretada como a possibilidade de reunir consenso contra qualquer projeto de invasão militar.

## Dezembro

Ronald Reagan visita a América Central e se encontra com todos os presidentes, exceto o da Nicarágua. Reagan pretendeu polarizar as posições na região, hostilizou o regime nicaraguense e fechou a porta a qualquer solução negociada para os conflitos.

1983

## Janeiro

É constituído o Grupo de Contadora, com a participação do México, Venezuela, Colômbia e Panamá, após uma reunião realizada pelos ministros das relações exteriores desses países na ilha de Contadora. Os ministros manifestaram seu apoio a todas as iniciativas de paz e anunciaram um programa de ações que visam a concretização do diálogo entre as nações em conflito.

O governo colombiano oferece-se como mediador no conflito, mas adverte que sua intenção não é superiorizar-se em relação aos países envolvidos no grupo de Contadora.

É realizada em Manágua, a V Reunião Extraordinária da Coordenação do Movimento dos Países Não Alinhados (NOAL). Os 116 países membros apoiaram o caminho da solução negociada ao conflito centro-americano.

## Fevereiro

América Central transforma-se no centro das visitas diplomáticas: a embaixadora norte-americana na ONU, Jeane Kirkpatrick, afirma aos presidentes centro-americanos que Reagan não vai dialogar com Nicarágua, enquanto esse país não mudar o regime político; Thomas Enders, subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos afirma, ao visitar a região, que existem possibilidades para uma negociação política, com o respaldo da social democracia internacional. O embaixador itinerante da França para a América Latina, Antoine Blanca, também viaja para a América Central e distancia-se da posição franco-mexicana anunciada um ano antes, que reconhecia a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) como força representativa do povo salvadoreño.

## Abril

O presidente colombiano, Belisario Betancourt, após visitar a América Central, propõe em nome de Contadora, um primeiro plano de paz, no qual incluem-se propostas levantadas previamente pelos países do grupo de pacificação.

Vários países da OEA, entre eles Honduras e El Salvador, pretendem que apenas esse organismo seja a tribuna para a discussão dos conflitos da região e com isso, tirar o espaço da ONU, onde Nicarágua têm ampla audiência. Em tal direção o governo hondurenho promoveu uma reunião com os chanceleres de cada país, incluindo o da Nicarágua. Mas na pauta do encontro havia uma advertência à Nicarágua por não "atender ao espírito das recomendações da ONU".

O apoio ao Grupo de Contadora cresce. É respaldado pela maioria dos países europeus, do Pacto Andino e do Movimento de Países Não Alinhados. [3]

Honduras interpreta os conflitos da área como resultado das tensões EUA x URSS e sugere que o diálogo seja travado somente com aqueles a quem considera seus aliados (El Salvador, Costa Rica e Guatemala).

Nicarágua reapresenta na OEA a seguinte proposta de paz: iniciar um diálogo de alto nível com os EUA e Honduras; solicita ao México, Panamá, Colômbia e Venezuela que atuem no sentido de criar condições para a realização do diálogo bilateral (EUA-Nicarágua); aceita a mediação do secretário geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar e conchama os demais países centro-americanos a iniciar um processo conjunto de negociação.

O Grupo de Contadora faz as primeiras consultas a fim de obter consenso sobre os procedimentos para conduzir as negociações. Os chanceleres dos países que integram o Grupo visitam os presidentes centro-americanos, o secretário norte-americano de Estado George Shultz e o presidente cubano Fidel Castro.

Ronald Reagan discursa no Senado dos EUA sobre a política exterior para a América Central. O presidente afirma que Nicarágua e a insurgência centro-americana são uma ameaça para o bem-estar dos cidadãos dos EUA e um perigo para a segurança nacional.

## Maio

Aumentam as agressões militares contra Nicarágua, vindas do território hondurenho. Nicarágua denuncia a agressão no Conselho de Segurança da ONU e reitera sua proposta de diálogo com Honduras e Estados Unidos, desde que terminem os ataques e as forças contrarrevolucionárias sejam retiradas de Honduras.

Costa Rica solicita a presença de uma força de paz da OEA na fronteira com Nicarágua, mas não é atendida.

Contadora faz um primeiro rascunho dos princípios em que se baseará para exercer sua função de forma mediadora: a atuação dos Estados Centro-americanos estará sujeita à observação internacional; os povos deverão ter autodeterminação para resolver livremente os seus assuntos internos; não intervirão nos assuntos internos de outros Estados; respeitarão a integridade territorial; não permitirão a utilização do próprio território para agredir a outros Estados; darão solução pacífica aos conflitos e renunciarão às ameaças bélicas como forma de resolver dos conflitos.

## Junho

Primeira reunião conjunta dos chanceleres centro-americanos com o Grupo de Contadora, no Panamá. Foram discutidos os seguintes assuntos: 1) o porquê da negociação; 2) os problemas políticos e sociais da área e 3) os mecanismos para a execução e controle dos acordos que forem conseguidos.

## Julho

Segunda declaração do Grupo de Contadora que adverte sobre a urgência em evitar a guerra e propiciar os acordos entre os governos centro-americanos.

Estados Unidos mobilizam uma frota de guerra para as costas atlântica e pacífica da Nicarágua.

## Agosto

O embaixador itinerante dos EUA na América Central, Richard Stone, reúne-se em Bogotá (Colômbia) com Rubén Zamora, representante da Frente Democrática Revolucionária de El Salvador. A FMLN-FDR anuncia a sua disposição em dialogar com o governo, cujo presidente na época era Alvaro Magaña.

Surge no Senado norte-americano uma ampla oposição à continuação das operações secretas da CIA em apoio aos grupos armados anti-sandinistas.

Richard Stone encontra-se com o comandante sandinista Daniel Ortega e ambas as partes afirmam que as conversações foram de mútua utilidade.

Fidel Castro manifesta sua disposição em fazer um acordo para retirar os assessores militares cubanos estabelecidos na Nicarágua, "desde que todos os países envolvidos na crise cheguem a um entendimento".

Contadora exige que os EUA abandonem suas posições de força e reconheçam que a crise na América Central não é resultante de um conflito leste-oeste, mas da falta de profundas mudanças estruturais.

Os senadores democratas, Edward Kennedy e Gary Hart e o representante Edwork Markey apresentam um projeto de lei que proíbe todas as operações de tropas dos EUA na América Central.

Ronald Reagan encontra-se com Miguel de la Madrid (presidente do México) e ficam evidentes as diferentes posições sobre a crise centro-americana. Reagan propõe: estabelecer e fortalecer as instituições democráticas em cada país da área; respeitar a não intervenção, incluindo o fim do apoio à guerrilha; que o conflito não seja mais concebido a partir de um confronto leste-oeste, desde que todos os assessores militares sejam retirados e cesse a compra de armamentos.

## Setembro

Os chanceleres centro-americanos aceitam o Documento de Objetivos do Grupo de Contadora.

O Senado norte-americano aprova uma ajuda de 19 milhões de dólares para a contra-revolução nicaragüense.

## Outubro

Comandantes militares dos exércitos da Guatemala, El Salvador e Honduras e o chefe da Guarda Nacional do Panamá, reconstituem oficialmente o Conselho de Defesa Centro-americano (CONDECA), com a presença do chefe do Comando Sul dos EUA.

O Grupo de Contadora dá um passo atrás e na Assembléia Ordinária anual da ONU não aborda o tema das agressões contra Nicarágua. É solicitado então por Nicarágua, que esse problema seja discutido na Assembléia.

Costa Rica recorre à OEA para declarar que Nicarágua está se distanciando do processo de negociação regional, ao transformar a ONU em tribuna de denúncia.

A República de Granada é ocupada por tropas norte-americanas, numa operação com seis países caribenhos.

## Novembro

América Latina condena a invasão de Granada.

Richard Stone mostra-se disposto a negociar com base nas propostas de Contadora. Nicarágua denuncia que as verdadeiras intenções norte-americanas são de isolar e derrubar o governo sandinista.

Contadora anuncia a elaboração de um Pacto Geral para a Paz na América Central.

Richard Stone declara que os EUA aceitam negociar em El Salvador, se Nicarágua aceitar o diálogo com os "contras".

Contadora recebe apoio unânime na ONU e na OEA para iniciar a discussão de um acordo de paz.

## Dezembro

Nicarágua retira 1.200 militares cubanos e envia nova proposta de paz a Honduras, sem receber resposta.

1984

## Janeiro

A Junta de Governo para a Reconstrução Nacional da Nicarágua, anuncia o início do processo eleitoral para eleger o presidente e vice-presidente da República e 90 deputados.

Richard Stone, embaixador itinerante dos EUA na América Central, encontra-se com membros da Junta de Governo da Nicarágua e assegura-lhes que o seu país retomará a ajuda econômica se o anunciado processo eleitoral resultar em uma conciliação com as forças contra-revolucionárias.

Contadora dá a Richard Stone um ultimatum para o governo norte-americano definir uma posição a favor da solução negociada, suspenda a agressão militar contra Nicarágua e retire suas tropas estabelecidas em Honduras.

Contadora consegue o consenso entre os governos centro-americanos quanto às normas para a execução dos compromissos assumidos no Documento de Objetivos. As normas propõe essencialmente a moratória na compra de armamentos a partir de 29 de fevereiro de 1984.

A Comissão Kissinger entrega ao presidente Ronald Reagan seu informe final para uma política a longo prazo na América Central, recomendando uma assistência econômica e militar de 8 bilhões e 400 milhões de dólares durante os cinco anos seguintes (84-89) assim como a criação de um foco militar em Honduras e o reatamento de relações militares com a Guatemala.

Honduras, El Salvador e Costa Rica, não conseguem passar a proposta de discussão de um documento alternativo ao de Contadora, chamado Objetivos para a Paz.

Ronald Reagan anuncia sua decisão de disputar novamente a presidência da república, tentando a reeleição pelo Partido Republicano. As eleições se realizam em novembro desse ano.

## Fevereiro

Edén Pastora, ex-militante sandinista e dirigente da opositora Aliança Revolucionária Democrática (ARDE), declara que seus cinco mil homens saem em retirada, porque precisariam de maior apoio dos EUA para continuar mobilizados.

O diretor executivo da Comissão Kissinger, Harry Schaludemann, substitui Richard Stone no cargo de embaixador itinerante dos EUA na América Central. Stone foi acusado de atuar longe da visão militarista da administração Reagan.

Contadora, reunida no Panamá, declara seu total apoio aos processos eleitorais que se iniciam na Guatemala, Nicarágua, Honduras e El Salvador.

O exército norte-americano transporta 2.500 soldados do Canal do Panamá até a fronteira de Honduras e El Salvador, supostamente para "resguardar" o processo eleitoral salvadoreño das ações guerrilheiras.

## Março

A subcomissão da Câmara dos Representantes para Assuntos do Hemisfério Ocidental, dos EUA (com maioria democrata), sugere que as verbas previstas para ajuda militar e econômica contempladas no Informe Kissinger aos aliados centro-americanos, devem sofrer grandes cortes.

A organização contra-revolucionária Força Democrática Nicaragüense (FDN) propõe a Contadora um Plano de Paz e Conciliação que inclui quatro pontos: renúncia imediata do governo sandinista; instalação de um governo provisório integrado por sandinistas e somo-zistas; garantia e respeito aos direitos humanos e eleições livres dentro de um ano.

O Partido Conservador Democrata e a Coordenadoria Democrática da Nicarágua "Ramiro Saca sa", integrada por seis organizações opositoras ao regime sandinista, retiram os seus representantes do Conselho de Estado e opõem-se a participar no debate sobre a lei eleitoral.

Contadora forma o Comitê de Ação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social (CADESCA), integrado por 17 nações latino-americanas que tem por objetivo apoiar um processo de negociação que inclua ações para o desenvolvimento econômico-social da região centro-americana.

Daniel Ortega, coordenador da Junta de Governo da Nicarágua, publica um chamamento a todos os governos do mundo, solicitando dos EUA a retirada de suas tropas da América Central, a suspensão das agressões contra a Nicarágua e uma solução política à crise de El Salvador.

O governo de Honduras declara ser **persona non grata** ao encarregado dos negócios da embaixada da Nicarágua, Javier Avilés e dá-lhe um prazo para sair do país, mas não fornece a explicação de tal gesto.

## Abril

General Gustavo Alvarez Martínez, Chefe das Forças Armadas de Honduras renuncia ao cargo

junto a 4 generais, devido às pressões sofridas por um setor do exército chefiado pelo general Walter López, que acusou os generais renunciantes de corruptos e servis às ordens que recebiam de Washington.

A CIA, informa que há 18 mil "contras" preparados para invadir Nicarágua.

Harry Bergold é confirmado novo embaixador dos EUA na Nicarágua, substituindo Antony Quainton, considerado pela Casa Branca como "muito brando" na imposição da política militarista norte-americana contra o regime sandinista.

Nicarágua vai à Corte Internacional de Justiça de Haya e acusa os Estados Unidos pelo minado dos seus portos e a invasão de seu território por uma força militar organizada. Ao mesmo tempo, Reagan anuncia que não se submeterá à sentença da Corte de Haya pelo período de dois anos. A posição do presidente norte-americano foi censurada por quase todos os países do mundo.

#### Maio

Contadora reconhece que surgiram enormes dificuldades para o processo de negociação na região, havendo o risco de um desdobramento para a violência armada generalizada.

A Internacional Socialista se pronuncia favorável aos processos eleitorais da Guatemala e Nicarágua, aplaude a participação do Panamá no Grupo de Contadora e condena a intervenção dos EUA nos assuntos internos de El Salvador e Honduras.

Os governos da Nicarágua e Costa Rica assinam no Panamá um acordo de distensão, comprometendo-se a formar uma comissão para vigiar a zona ocidental da fronteira entre ambos onde operam grupos armados anti-sandinistas.

Edén Pastora sofre um atentado durante uma coletiva de imprensa. O atentado foi articulado pela CIA.

#### Junho

Toma posse o novo presidente de El Salvador, José Napoleón Duarte que promete travar um diálogo com todas as forças políticas.

O secretário de Estado dos EUA, George Shultz, encontra-se com o presidente nicaraguense Daniel Ortega, prometendo a este que os EUA concordam negociar caso Nicarágua aceite não exportar a revolução, diminua suas forças armadas, favoreça o pluralismo político e a economia mista.

Contadora distribui aos presidentes centro-americanos a Ata para a Paz e a Cooperação na América Central, que contém os compromissos políticos e sócio-econômicos a serem cumpridos, assim como uma cronologia das reuniões e princípios para a vigilância dos acordos.

#### Julho

A Coordenadoria Democrática Nicaraguense (CDN) recusa-se a participar nas eleições apesar de ter escolhido Arturo Cruz como seu candidato à presidência. Antes de tomar a decisão, Arturo foi chamado pelo secretário de Estado dos EUA para uma reunião e aconselhado a desistir das eleições, numa tentativa do governo norte-americano em deslegitimar as eleições nicaraguenses.

A Federação das Câmaras de Comércio da América Central solicita ao Congresso dos EUA a imediata aprovação da ajuda econômica e militar de 8 bilhões e 400 milhões de dólares, proposta no Plano Kissinger.

#### Agosto

Todos os governos centro-americanos anunciam que aprovam a Ata de Paz de Contadora.

No Panamá, fracassa a reunião dos vice-ministros do exterior centro-americanos, por não

haver acordo sobre a política de desarmamento e os mecanismos de vigilância para garantir o pluralismo político e a democracia.

#### Setembro

O presidente da Costa Rica, Luis Alberto Monge declara que as funções de Contadora deveriam ser assumidas pela OEA (onde os Estados Unidos exercem maior pressão e têm mais influência).

Contadora adverte os presidentes centro-americanos, sobre a falta de vontade política dos mesmos em discutir a Ata de Paz e estabelece o prazo limite até 15 de outubro, para os governos responderem às propostas pacificadoras.

#### Outubro

O governo da Nicarágua aceita oficialmente a Ata de Paz de Contadora. Devido à postura nicaraguense os Estados Unidos rechaçam imediatamente o documento de Contadora.

Honduras convoca uma reunião com os chanceleres centro-americanos, para consolidar as posições dos países sobre a Ata de Paz. Nicarágua não comparece pois já havia aceito oficialmente a proposta de paz. Guatemala envia apenas observadores. Honduras, El Salvador e Costa Rica, fazem boicote ao processo de pacificação e resolvem apresentar "algumas objeções" ao documento, adiando indefinidamente a assinatura da Ata de Paz.

#### Novembro

A ONU resolve por unanimidade chamar todas as nações centro-americanas a acelerarem os entendimentos com Contadora, a fim de logo assinarem o acordo de paz.

São divulgadas as objeções dos EUA contra a Ata de Paz de Contadora. Reagan opõe-se: à proibição dos exercícios militares e instalação de bases estrangeiras na América Central; ao congelamento imediato na aquisição de armamento; à ausência de vigilância externa à democracia na Nicarágua e à debil luta contra a subversão em outros países.

Com a participação de 83% do eleitorado, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) conquista a maioria arrasadora das preferências. Daniel Ortega é eleito presidente da Nicarágua e Sergio Ramirez, o vice.

#### Dezembro

A Corte Internacional de Justiça de Haya (Holanda), declara que a denúncia apresentada por Nicarágua contra os Estados Unidos é procedente. O Tribunal Permanente dos Povos, o Congresso Ibero-americano de Direitos Humanos e o Tribunal dos Crimes de Guerra, declaram os EUA culpados por atentado contra o direito à autodeterminação do povo da Nicarágua.

1985

#### Janeiro

Tentando a aprovação da ajuda militar aos "contras" no valor de 14 milhões de dólares, suspensa em maio de 1984, Ronald Reagan argumenta no Congresso dos EUA que não é possível viver com o governo sandinista a menos que este faça uma mudança fundamental em sua política.

A comissão hondurenha criada para renegociar os tratados militares com os EUA, vigentes desde 1954, oferece a Washington um pedaço do território para a construção de uma base militar norte-americana permanente e solicita que os EUA acolham em seu território aos "contras", caso estes fracassem nas ofensivas militares contra Nicarágua.

A posição do Panamá, país membro de Contadora, cria uma situação delicada quando é de-

nunciado que esse país participará nas manobras militares "Minuteman", na península de Azuero, durante 4 meses.

Contadora, reunida no Panamá, ao completar dois anos de atividades, encontra limitações para incorporar as modificações à Ata exigidas por Honduras, El Salvador e Costa Rica, pois esses países concedem um papel determinante aos EUA para vigiar o cumprimento dos acordos. Contadora propõe uma reunião dos chanceleres para fevereiro e intima os governantes da região a aceitarem a Ata ou romperem as conversações.

As negociações de Contadora são paralizadas, pois a Costa Rica recusa-se a participar na reunião dos chanceleres em represália à prisão de Urbino Lara, feita por autoridades sandinistas. Urbino era ex-asilado nicaraguense.

O governo dos EUA suspende temporariamente as conversações com Nicarágua, iniciadas em Manzanillo, no México em março de 1982.

Robert McFarlane, assessor de segurança nacional de Ronald Reagan, encontra-se com funcionários dos governos centro-americanos, alertando-os sobre a urgência para eliminar o que chamou de "intervencionismo militar do governo esquerdista da Nicarágua".

#### Fevereiro

O Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, publica um documento, no qual afirma que Washington vem recomendando aos governos de Honduras, El Salvador e Costa Rica a bloquearem totalmente a Ata de Paz de Contadora.

#### Março

Nicarágua solicita a reativação das conversações de Contadora e propõe para tanto, libertar Urbino Lara, retirar 100 assessores cubanos de seu território, congelar a compra de armamentos e convidar congressistas norte-americanos a observarem as bases militares nicaraguenses e os armamentos que nelas se encontram.

Os presidentes da Argentina, Bolívia, Guatemala, Colômbia, Nicarágua, Espanha e um representante brasileiro, emitem uma declaração conjunta no sentido de procurar uma maior integração econômica na América Latina, uma ordem mundial justa e um processo que leve a paz à América Central, sob mediação de Contadora.

O governo da Costa Rica propõe a redução dos funcionários diplomáticos nicaraguenses em San José, de 47 para 10 membros.

Contadora é novamente confirmada pelos países centro-americanos como a instância legítima de negociação. O Grupo, reunido no Panamá, concorda: na criação de uma comissão integrada por representantes da região e do Canadá, Brasil, Holanda e Espanha para verificar o futuro cumprimento dos compromissos da Ata de Paz; na formação de um comitê específico para delinear a política de refugiados na área e na formação de um corpo internacional para verificar os acordos sobre armamento, número de efetivos no exército e assessores militares.

Ronald Reagan propõe ao governo sandinista e às forças "contras" o cessar fogo até junho. Ao mesmo tempo, pede ao Congresso a aprovação de 14 milhões de dólares para fins militares "não letais" aos grupos anti-sandinistas.

#### Mai

Monsenhor Miguel Obando y Bravo, arcebispo da Nicarágua é nomeado pelo Vaticano, cardeal da América Central. Obando declara que Nicarágua é a culpada pela crise na região.

Ronald Reagan anuncia a proibição de todas as importações e exportações entre os EUA e Nicarágua.

Não é possível chegar a um acordo na reunião de Contadora realizada no Panamá, pois não há consenso sobre o processo de desarme e verificação de armamentos nos países da área.

Washington rechaça a proposta da Nicarágua, que procurava reativar as conversações bilaterais que eram feitas em Manzanillo, México.

#### Junho

Incidentes militares na fronteira da Nicarágua com Costa Rica, fazem com que este último país proteste no Conselho Permanente da OEA, acusando o Exército Popular Sandinista (EPS) de emboscar a guarda costarricense. Mas o procedimento da Costa Rica é interpretado como uma manobra para poder recorrer legalmente ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) contra Nicarágua.

A OEA determina que seja feita uma investigação quanto à denúncia da Costa Rica, no tocante aos incidentes fronteiriços com a Nicarágua. A responsabilidade das pesquisas fica a cargo do México, Colômbia, Venezuela e Panamá.

A Câmara dos Deputados dos EUA aprova uma ajuda de 38 milhões de dólares aos "contras" (excluindo a organização ARDE de Edén Pastora), para os anos 1985-86, sendo os recursos canalizados pela CIA.

A Força Democrática Nicaraguense (contras), compromete-se a derrubar o governo sandinista no prazo de 45 dias. Por sua vez, o ministro da Defesa da Nicarágua, faz um apelo internacional para receber maior apoio militar.

Os dirigentes "contras" Adolfo Calero, Alfonso Robelo e Arturo Cruz, anunciam a criação da União Nacional Opositora (UNO) e propõe um programa que inclui: a desmilitarização da sociedade, anistia política, sujeição das forças armadas ao poder civil e independência dos poderes do Estado. Edén Pastora é excluído da UNO.

É suspensa a reunião entre delegados especializados centro-americanos e Contadora, porque Costa Rica, Honduras e El Salvador opuseram-se a incluir na pauta de discussão a proposta nicaraguense que pretendia discutir os efeitos da ajuda militar norte-americana aos "contras".

#### Julho

A Câmara dos Deputados dos EUA aprova uma emenda na lei sobre gastos militares de 1986, que possibilita aos EUA enviar tropas a Nicarágua, caso julgar que esse país apóia o terrorismo ou admita armas sofisticadas.

O Conselho Permanente da OEA resolve que Contadora deve ser o organismo adequado para dar solução ao incidente fronteiriço entre Nicarágua e Costa Rica.

#### Agosto

Contadora chama os EUA e Costa Rica a reativar as conversações com Nicarágua. Costa Rica responde que só aceitará o diálogo em grupo e na base de acordos multilaterais. Isto é, só dialoga com Nicarágua, se participarem Honduras, El Salvador e EUA que são seus aliados e desde que as opiniões desses países estejam em acordo uma com as outras. Os Estados Unidos também não aceitam conversar com Nicarágua, argumentando que esse país não dialoga com a contra-revolução e não aceita a Igreja como mediadora.

É formado no Peru, o Grupo de Apoio a Contadora, integrado por Argentina, Brasil, Peru e Uruguai.

São reiniciados os trabalhos de Contadora, com uma visita a todos os países centro-americanos. Mas El Salvador, Costa Rica e Honduras novamente elaboram um documento alternativo à Ata de Paz de Contadora.

Ronald Reagan pede ao Congresso a aprovação de uma ajuda militar de 53 milhões de dólares para a região. Do total, 22 milhões foram para El Salvador, 10 milhões para Honduras, 9 milhões para Costa Rica e cinco para Guatemala.

O general Antonio Noriega, Chefe das Forças Armadas do Panamá, aceita o pedido dos co-

mandantes sandinistas, para visitar Honduras e Costa Rica a fim de promover o diálogo com Nicarágua.

Os chanceleres de Contadora e do grupo de Apoio realizam sua primeira reunião em Cartagena, na Colômbia e concordam em efetuar gestões diplomáticas com os governos da América Central, a fim de acelerar o processo para a assinatura da Ata de Paz.

#### Setembro

Os chanceleres de Honduras, El Salvador e Costa Rica e o vice-chanceler guatemalteco, este apenas como observador, reúnem-se em San José, na Costa Rica e concluem sobre a necessidade de retomar as conversações sobre dois temas: o estímulo aos sistemas democráticos e pluralistas na região e a limitação e redução dos armamentos.

O presidente nicaraguense Daniel Ortega denuncia que a hierarquia da Igreja Católica está coordenando junto às forças dos "contras" estabelecidas no exterior, um plano para formar uma frente interna armada anti-sandinista. (Sobre o assunto ver SISAC nº 81).

#### Outubro

George Shultz, secretário de Estado dos EUA, reúne-se com os chanceleres centro-americanos, mas exclui o representante da Nicarágua. Após o encontro, Costa Rica, Honduras e El Salvador propõe a ampliação do Grupo de Apoio a Contadora, com a entrada do Equador e da República Dominicana, pois esses países são contrários ao regime sandinista e aliados aos Estados Unidos.

O presidente do Equador, León Febres Cordero, critica Contadora pela lentidão no seu trabalho e culpa Nicarágua como responsável pela crise na região. Daniel Ortega responde a essas declarações com protestos e o governo do Equador decide romper, por seu lado as relações diplomáticas com Nicarágua.

O presidente do Panamá, Nicolás Arditto Barleta, renuncia ao seu cargo após sofrer pressões das forças armadas. É substituído pelo vice, Eric Delvalle.

#### Novembro

Luis Alberto Monge, presidente da Costa Rica, não permite a entrada em seu país do vice-presidente nicaraguense Sergio Ramirez e do ministro do interior Tomás Borge, que haviam sido convidados a participar em dois eventos internacionais.

José Azcona Hoyo, do Partido Liberal, ganha as eleições presidenciais em Honduras e promete que o país estabelecerá relações dignas com os EUA.

O governo da Nicarágua não aceita a nova versão da Ata de Paz de Contadora, por considerar inadmissível a proposta de renúncia unilateral à defesa armada, assim como a não inclusão dos Estados Unidos nos processos de negociação.

#### Dezembro

Vinício Cerezo Arévalo, candidato do Partido Democrata Cristão, é eleito presidente da Guatemala. Reafirma a política de neutralidade ativa na crise e inicia uma ofensiva diplomática em favor da paz na América Central.

Cerca de 300 representantes de movimentos pacifistas de 20 países, em sua maioria europeus, anunciam a realização de uma marcha pela paz por toda a América Central, a fim de mostrar seu apoio às negociações de Contadora.



1986

#### Janeiro

Contadora e seu Grupo de Apoio, assinam na Venezuela, a Mensagem de Caraballeda para a Paz, a Segurança e a Democracia na América Central. No documento são definidas nove bases permanentes para negociar a pacificação. Entre as quais destacam-se: o fim do apoio exterior às forças irregulares e insurrecionais que operam na região ("contras" e as guerrilhas), suspensão das manobras militares internacionais e compromisso de não agressão mediante declarações unilaterais.

Os presidentes centro-americanos, exceto Luis Alberto Monge da Costa Rica, assinam a Declaração de Guatemala, onde manifestam o interesse de reunir-se em breve para discutir sobre a formação de um Parlamento Centro-americano, proposto por Vinício Cerezo.

#### Fevereiro

Os chanceleres de Contadora e seu Grupo de Apoio, se reúnem em Washington com o secretário de Estado George Shultz, a fim de manifestar a necessidade dos EUA cessarem o apoio aos "contras" nicaraguenses. Shultz responde que o seu governo seguirá ajudando as ações militares contra os sandinistas.

Os vice-chanceleres do Bloco de Tegucigalpa (Honduras, El Salvador e Costa Rica), se reúnem na capital hondurenha para adotar uma posição comum na próxima reunião de Contadora programada para esse mês. A posição adotada pelos três países sobre o controle de armamentos impede a definição do calendário para as conversações planejadas por Contadora.

Jimmy Carter, ex-presidente dos Estados Unidos e uma delegação da Internacional Socialista chefiada pelo ex-presidente venezuelano Carlos Andrés Pérez, visitam o México, Costa Rica, Nicarágua, Guatemala e El Salvador. Pronunciam-se favoráveis ao diálogo entre o governo sandinista e a oposição civil e militar.

#### Março

Contadora e seu Grupo de Apoio reúne-se em Punta del Este (Uruguai) e decide criar uma comissão civil de observação, prevenção e inspeção, que teria a função de vigiar a fronteira de Nicarágua e Costa Rica.

Harry Schlaudemann, embaixador itinerante dos EUA para a América Central, visita os oito países membros de Contadora e de Apoio para avaliar os critérios sobre a conveniência de criar uma força militar de vigilância que seja justificada no TIAR.

Philip Habib substitui Schlaudemann e visita os países centro-americanos, exceto Nicarágua, para negociar um apoio às forças contra-revolucionárias nicaraguenses, aletando-as para a necessidade de unificarem-se em uma só organização.

#### Abril

Os treze chanceleres da América Central, Contadora e o Grupo de Apoio, reúnem-se pela primeira vez no Panamá para estabelecer um cronograma definitivo que terminaria em junho, com a assinatura da Ata de Paz.

Realiza-se na Guatemala a terceira Assembléia Extraordinária do Parlamento Latino-americano com a participação de delegações de 18 países, signatários da Declaração da Guatemala e condenam a aberta intervenção do governo e setores do Congresso dos EUA nos assuntos da Nicarágua.

Por iniciativa do presidente da Costa Rica Luis Alberto Monge, se reúnem em San José os vice-presidentes e funcionários dos Bancos Centrais da Guatemala, Honduras, El Salvador e Costa Rica para discutir a crise sócio-econômica da região e concluem pela necessidade de reativar o Mercado Comum Centro-americano, estudar a incorporação desses países ao GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) e fortalecer o Banco Centro-americano



de Integração Econômica (BCIE) para obter apoio de organismos financeiros internacionais.

#### Maio

Oscar Arias Sánchez, do Partido Libertação Nacional, assume a presidência da Costa Rica, anunciando que condena qualquer aliança econômica e política com governos que oprimam a outros países e declara a neutralidade do país nos conflitos bélicos regionais.

O presidente salvadorenho Napoleón Duarte visita 5 países da América do Sul a fim de tornar conhecida a sua posição sobre o diálogo com as forças insurgentes.

José Azcona Hoyo vai a Washington e encontra-se com Ronald Reagan. Os dois resolvem fortalecer o Tratado Militar conjunto, mediante um acordo de atuação contra o regime sandinista.

Realiza-se em Esquipulas, na Guatemala, a primeira reunião dos presidentes centro-americanos. Os Chefes de Estado reconhecem a existência de dois projetos que pretendem levar adiante as negociações de paz: o que define os pontos da Ata de Contadora (apoiado pela Guatemala e Nicarágua) e o que rechaça as medidas de controle militar e pretende continuar apoiando a contra-revolução nicaraguense (apoiado por Honduras, El Salvador e Costa Rica). Nessa reunião, que passou à História com o nome de **Esquipulas I**, o único acordo alcançado foi a aprovação da formação do Parlamento Centro-americano.

#### Junho

A reunião de Contadora, prevista para o dia 6 desse mês, quando a Ata de Paz deveria ser assinada pelos presidentes centro-americanos, é adiada. Contadora e seu Grupo de Apoio, emitem uma mensagem onde afirmam que a partir daquela data, os governos da região deverão tornar-se os responsáveis pela condução do processo de negociação.

Os cinco vice-presidentes centro-americanos se reúnem na Guatemala, para estabelecer um calendário de trabalho a ser utilizado por uma comissão regional encarregada de instalar o Parlamento Centro-americano.

A Câmara dos Deputados dos EUA, aprova 100 milhões de dólares solicitados por Ronald Reagan para a "contra".

#### Julho

Por solicitação da Costa Rica, são suspensos indefinidamente os trabalhos para a instalação do Parlamento Centro-americano.

O presidente da Guatemala, Vinício Cerezo, viaja ao México acompanhado por 9 ministros de Estado e altos funcionários do governo, para um encontro com o presidente mexicano. O presidente guatemalteco dá seu apoio à política mexicana para a América Central e solicita a reativação dos trabalhos do Grupo de Contadora.

Os chanceleres de Honduras, El Salvador e Costa Rica, reúnem-se em Tegucigalpa para propor uma fórmula que isole Nicarágua e a obrigue a aceitar o diálogo imediato com os grupos contra-revolucionários.

O presidente Daniel Ortega declara no Conselho de Segurança da ONU que os EUA têm a obrigação de cumprir a sentença pronunciada pela Corte Internacional de Justiça de Haya, que determina a suspensão do apoio aos grupos contra-revolucionários.

O presidente José Azcona Hoyo de Honduras, encontra-se com Napoleón Duarte em El Salvador. Há 17 anos não havia uma reunião desse nível, pois em 1967 explodiu uma guerra entre os dois países, devido a conflitos fronteiriços. O conflito ficou conhecido como a "guerra do futebol".

#### Agosto

O Conselho de Segurança da ONU, pronuncia-se a favor da Nicarágua e determina que os EUA

acatem a sentença de Haya e chama aos países centro-americanos para não obstruírem os objetivos de paz de Contadora.

#### Setembro

É realizada na Nicarágua a VIII Assembléia dos Países Não Alinhados (NOAL). Os participantes emitem uma declaração de rechaço à política intervencionista dos EUA nos assuntos internos da nação nicaraguense.

Os chanceleres de Contadora e o Grupo de Apoio reabrem suas atividades por ocasião da XL Assembléia Geral da ONU e anunciam a disposição de apoiar os mecanismos permanentes para a paz que sejam criados pelos países centro-americanos.

#### Outubro

Unidades militares sandinistas derrubam o avião C 123 tripulado por norte-americanos. O único sobrevivente, Eugene Hasenfus, é preso e declara que a operação foi orientada pela CIA.

O Senado dos EUA aprova a entrega de 100 milhões de dólares à contra nicaraguense.

Surge um novo impasse na reunião dos vice-chanceleres de Contadora e do Grupo de Apoio, devido às tensões militares na fronteira de Honduras e Nicarágua e à ameaça dos EUA de romper relações diplomáticas com o governo sandinista.

#### Novembro

Na XVI Assembléia Geral da OEA realizada na Guatemala, a maioria dos países membros reconhece a autoridade de Contadora e desaprovam a proposta do Bloco de Tegucigalpa que visava condenar Nicarágua por sua negativa em dialogar com a contra-revolução.

Costa Rica e Honduras negam-se a reincorporar-se às gestões de Contadora enquanto Nicarágua mantiver a queixa jurídica apresentada na Corte de Haya contra os dois países, devido à cessão desses territórios para ações ofensivas militares contra a nação nicaraguense.

Tem início nos EUA um escândalo político de grandes proporções, quando é descoberta a participação de altos funcionários do governo norte-americano na venda ilegal de armas ao Irã e a utilização dos fundos desse comércio em favor dos grupos contra-revolucionários da Nicarágua. O chamado **Irãgate**, somado à vitória do Partido Democrata nas eleições para a renovação do Congresso, propicia algumas especulações quanto às mudanças na política dos EUA para a América Central.

### 1987: RENASCE A NEGOCIAÇÃO

O ano inicia com uma maior pressão internacional para agilizar o processo negociador. A decisão de Contadora e do Grupo de Apoio de integrar no processo de negociação, figuras como Javier Pérez de Cuellar e João Baena Soares, secretários gerais da ONU e da OEA respectivamente, para constituir o Grupo dos Dez cuja visita à região para conciliar as posições centro-americanas, resultou ser um dos principais fatores que modificaram o curso dos acontecimentos.

Um outro fator determinante nos acontecimentos, foi o escândalo Irã-contras, a partir do qual os governos centro-americanos aliados incondicionalmente aos EUA, puderam perceber que as suas alianças são muito vulneráveis e que o seu parceiro não é nada confiável. So-ma-se ainda, o papel destacado da Comunidade Econômica Européia (CEE), que em sua terceira reunião com os presidentes centro-americanos, condicionou uma ajuda econômica de 500 milhões de dólares ao fim de qualquer atividade que visasse isolar Nicarágua, política que era empregada por Honduras, El Salvador e Costa Rica. A CEE exigiu ainda a democratização em cada país centro-americano.

Porém, o fator decisivo neste ano foi a proposta de pacificação formulada desde feverei-

ro por Oscar Arias, presidente da Costa Rica. A proposta quebrou a unidade do Bloco de Tegucigalpa do qual Costa Rica fazia parte e originou um processo de controvertida convergência. Os EUA mais uma vez tentaram boicotar a reunião dos presidentes centro-americanos programada para junho. Desta vez, Philip Habib convenceu Napoleón Duarte a solicitar o adiamento da reunião, com o apoio do presidente hondurenho. Essa manobra, felizmente veio a tona, pois houve vazamento de informações [4].

Esta manobra de Reagan para adiar a reunião de Contadora deu certo graças à ajuda de Napoleón Duarte e Azcona Hoyo: Contadora veio reunir-se somente nos dias 6 e 7 de agosto.

Não satisfeito com o adiamento, Reagan tentou sabotar de vez a reunião de agosto. Para tanto, apresentou um plano de "paz" alternativo ao Plano Arias. Porém a proposta norte-americana foi rejeitada por todos os presidentes centro-americanos.

A reunião chamada por Esquipulas II, terminou com a assinatura do plano de paz "Procedimentos para Estabelecer a Paz Firme e Duradoura na América Central".

A íntegra do Documento e as impressões dos governos são apresentadas nas páginas seguintes.

## NOTAS

- [1] **Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)**, foi assinado em 2 de outubro de 1947, no Palácio de Itamarati, Rio de Janeiro, pelos governos de todos os Estados Americanos. É o único dos grandes pactos militares promovidos pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial (para complementar o Tratado da OTAN) que ainda existe. Seu objetivo original de "luta contra um inimigo externo" transformou-se progressivamente em luta contra a "subversão". Na guerra das Malvinas, a Argentina pretendeu invocar o Tratado do Rio de Janeiro contra a Inglaterra e foi impedida pelo veto dos Estados Unidos. A decisão norte-americana eliminou a pouca credibilidade que ainda existe em relação ao TIAR, que hoje é visto como um anacronismo histórico. (fonte: **Guia do Terceiro Mundo**). Após o episódio das guerra das Malvinas e o veto norte-americano que impediu a Argentina de recorrer ao TIAR contra o inimigo externo (a Inglaterra), os próprios Estados Unidos forçaram aos países centro-americanos a utilizar o Tratado contra a Nicarágua. Contudo os países latino-americanos rechaçaram essa proposta uma vez que a atitude da Nicarágua não se inscrevia naquilo que o Tratado considera "ação contra o inimigo externo". Pelos olhos dos Estados Unidos, a atitude da Nicarágua se inscreve na "subversão", isto é, subverteu-se à política norte-americana dirigida contra os povos latino-americanos.
- [2] A administração Reagan, ao não poder fazer uso do TIAR, tentou convencer aos governos latino-americanos sobre a necessidade de formar uma força paramilitar (que não envolve oficialmente os exércitos constituídos das nações) para guerrear contra a Nicarágua. Os governos negaram-se a fornecer tais forças. Por isso, os Estados Unidos contrataram milhares de mercenários para integrá-los à contra-revolução nicaraguense e assim fugir aos aspectos legais do Direito Internacional. Os mercenários contratados através da CIA, são em grande parte ex-oficiais e soldados argentinos, chilenos, israelitas, da África do Sul, hondurenhos, salvadorenhos, norte-americanos (ex-combatentes na Coreia e no Vietnã), franceses, etc. São mercenários que como tal, guerream em vários países, principalmente na África e na Ásia. Reagan chama tais mercenários, ainda em atividade na América Central ou atuando em outras frentes de guerra pelo mundo que lhes garantam mais dinheiro, de **paladinos da liberdade**.
- [3] O **Pacto Andino ou Acordo de Cartagena**, pretende a integração econômica sub-regional (dos países andinos) e o estabelecimento de uma nova ordem internacional que trate com mais justiça os problemas desses países (como as taxas de exportações e importação, a dívida externa e novas regras para os investimentos estrangeiros e remessa de lucros. O grupo é formado pela Colômbia, Bolívia, Equador, Peru, Venezuela e surgiu com alguns desses países em 25 de maio de 1969. O **Movimento dos Países Não-Alinhados**, congrega a maioria dos países subdesenvolvidos que têm como princípio não engajar-se em qualquer política de alinhamento com os Estados Unidos e a União Soviética.

- [4] A fim de boicotar a reunião dos presidentes-centro-americanos que iriam discutir as propostas de paz, Ronald Reagan instruiu o seu embaixador itinerante para a América Central Philip Habib a manobrar Napoleón Duarte para que este inviabilizasse a realização da reunião.

A manobra deu certo e mais uma vez ficou evidenciado que há na América Central, determinados governantes que não dão um passo sem antes consultar aquele que de fato governa o seu país, ou seja Ronald Reagan.

Baseando-se em filtração das informações advindas do Ministério do Exterior de El Salvador, a Agência Latino-americana de Notícias **ALASEI**, reconstruiu o diálogo entre Habib e Duarte, onde fica clara a intenção do primeiro em convencer Duarte e este "cair na conversa" do norte-americano.

### DÍALOGO HABIB - DUARTE

**Habib:** Certamente você já pensou nos aspectos ameaçadores para a democracia salvadorenha que estão contidos no Plano Arias do presidente Oscar Arias.

**Duarte:** Certamente.

**Habib:** Nós pensamos que a aplicação desse Plano será mais prejudicial para a democracia do seu país do que para o regime comunista da Nicarágua.

**Duarte:** Concordo plenamente com você e não consigo compreender a atitude do presidente Arias ao propor um plano como esse.

**Habib:** Talvez o presidente Arias esteja mais preocupado em promover a sua imagem no exterior do que refletir sobre as conseqüências práticas que o Plano traria. E eu não me refiro tanto às conseqüências sobre os nossos interesses e nossa segurança nacional, que por certo serão seriamente questionadas, mas às conseqüências para a democracia salvadorenha.

**Duarte:** Compreendo perfeitamente.

**Habib:** Você sabe qual será o resultado se a Reunião da Guatemala decidir pelo fim da ajuda militar dos Estados Unidos ao seu país.

**Duarte:** Claro.

**Habib:** E uma negociação com a oposição não armada que poderia ser a Frente Democrático Revolucionária.

**Duarte:** O exército salvadorenho tem repetido a mim diversas vezes que se opõe terminantemente ao diálogo. E eu concordo com eles.

**Habib:** Então, o que você pensa sobre a Reunião da Guatemala? Por acaso você está disposto a dizer aos comunistas nicaraguenses que seu governo não pode aceitar o Plano Arias porque sua aplicação significa a queda da democracia em El Salvador?

**Duarte:** Claro que não.

**Habib:** Então qual a estratégia alternativa que o seu governo vai apresentar na Guatemala?

**Duarte:** Bom, na verdade nós ainda não terminamos de pensar sobre essa estratégia.

**Habib:** E você pensa ir à Reunião na Guatemala sem um documento cuidadosamente elaborada para modificar o Plano Arias? Você não acha mais conveniente elaborar a estratégia e discuti-la com os governos amigos da região para chegar a um consenso?

**Duarte:** Creio que essa é a metodologia adequada, mas Nicarágua negou-se a comparecer às reuniões prévias à da Guatemala, argumentando que isso não foi decidido na reunião anterior em San José.

**Habib:** É óbvio que eles não querem mostrar o jogo antes da Reunião da Guatemala. Mas temos que obrigá-los a fazê-lo. Provavelmente se você propuser um adiamento na Reunião, a realização de três ou quatro reuniões de chanceleres anteriores à reunião

dos presidentes e elaborar um documento único (nota: em substituição ao Plano Arias) para ser examinado pelos cinco presidentes, os nicaragüenses serão os únicos a se oporem e assim ficaria novamente evidenciado que na região existem quatro democracias de um lado e uma ditadura do outro que se opõe a uma negociação séria para alcançar a paz. (nota: as "democracias de Habib: El Salvador, Honduras, Guatemala e Costa Rica; a ditadura: Nicarágua).

Duarte: Acho muito acertado. ●

## Significado y Perspectiva de Esquipulas II

Fonte: CRIE-Documento



**ESQUIPULAS II  
REUNIÃO DE PRESIDENTES  
DA AMÉRICA CENTRAL**

### PRESENTACION

A partir del acuerdo firmado por los presidentes centroamericanos en Esquipulas, las cosas han cambiado en el re juego político de la región.

El acuerdo, que se diferencia en algunos aspectos del Plan Arias, que barrió con la contrapropuesta hondureña y que ha sido duramente rechazado por el gobierno de Reagan durante la visita del Papa a Estados Unidos, abre una puerta al espacio de la negociación diplomática para Centroamérica.

Ante la crisis en esa región, la firma del acuerdo no marcó una meta final, sino el inicio, la apertura diplomática que en cada uno de los países ha de lograrse de manera diferente. No es el mismo camino para la paz, el que han de recorrer El Salvador, Honduras, Nicaragua, Costa Rica y Guatemala. Las distintas problemáticas internas, la dependencia hacia los Estados Unidos, la permanencia de tropas extranjeras, etc., son limitaciones que cada uno de estos países ha de enfrentar.

Esta diversidad en los contextos frente un acuerdo de paz, son tratados por el siguiente documento, el cual reproducimos por considerar de primera importancia el dar seguimiento a este tema que es por ahora el eje al rededor del cual se mueven los distintos actores en el escenario centroamericano.

CRIE

El pasado 7 de agosto finalizó en ciudad Guatemala la cumbre presidencial centroamericana "Esquipulas II". El resultado fue la firma del documento "PROCEDIMIENTO PARA ESTABLECER LA PAZ FIRME Y DURADERA EN CENTROAMÉRICA". El mismo sorprendió por el nivel de acuerdos alcanzado.

La reunión se inició en el marco de un creciente deterioro de las gestiones negociadoras. En junio pasado, a solicitud del presidente salvadoreño Napoleón Duarte, se canceló la realización de dicha cumbre, sumándose a diversos condicionamientos para poder llevarla a cabo en fecha próxima. En la reunión de cancilleres centroamericanos y del Grupo de Contadora, celebrada una semana antes de "Esquipulas II", el gobierno de Honduras intentó introducir su propia propuesta de paz y finalmente, en una acción de último momento, antes de iniciarse la reunión, la administración Reagan presentó también su propia iniciativa, similar a la anterior de Azcona y centrada en Nicaragua, la que pronosticaba convertirse en un elemento adicional de contradicción. La respuesta de Nicaragua aceptando negociar la paz con Estados Unidos y el viaje de varios senadores demócratas a Guatemala para hacer saber a los presidentes centroamericanos que tal iniciativa no contaba con el consenso bipartidario, dejaron sin sustento dicha acción.

### UN BALANCE PRELIMINAR

De manera general, los acuerdos de "Esquipulas II" son un paso positivo en el proceso de pacificación de Centroamérica, principalmente, por el consenso centroamericano que expresan, porque llena un vacío de negociación que se venía tornando crecientemente peligroso y porque disminuye la presión, al menos por un tiempo, de la mal llamada "Guerra de Baja Intensidad" (GBI) que pesa sobre los pueblos centroamericanos.

No obstante, los acuerdos obtenidos enfrentan obstáculos muy grandes para llevarse a cabo, básicamente, el peso negativo que para su ejecución tienen los intereses hegemónicos norteamericanos y de las clases dominantes en Centroamérica, en particular, el alineamiento prácticamente incondicional que han venido manifestando los gobiernos de El Salvador y de Honduras en relación con la política de la administración Reagan para la región.

Son positivos porque llenan el vacío diplomático que ha promovido Estados Unidos con su franco ataque a Contadora y su Grupo de Apoyo y que, en sus inicios, también buscaba la primera versión del Plan Arias. Esta línea de acción no es antojadiza, se inscribe dentro de la GBI que, según el investigador John Saxe Fernández, no es otra cosa que la vieja intervención de Estados Unidos destinada a operaciones clandestinas, apoyo para las campañas contrarrevolucionarias, golpes contra el llamado "terrorismo internacional", amenazas, asesinatos, sobornos, chantajes y presiones políticas y económicas. Esta GBI obedece a la concepción norteamericana surgida de la evaluación de su derrota en Vietnam, que preconiza acciones múltiples de todo tipo que, prolongándose en el tiempo, constituyen para Estados Unidos un desgaste relativamente bajo y un involucramiento menor en los conflictos revolucionarios, pero que para los pueblos y regímenes sometidos a dicha presión se convierten en costos extremadamente elevados que terminan por llevarlos a la derrota.

Los acuerdos son positivos también, porque en ese marco, dan un respiro a los pueblos centroamericanos. Principalmente, disminuyen fuerza a la política de la administración Reagan tendiente a debilitar las gestiones negociadoras y reduce las posibilidades de aprobación de nueva ayuda a los contrarrevolucionarios somocistas. El plazo de 90 días fijado por "Esquipulas II" para que entren en vigor "los acuerdos de amnistía, cese del fuego, democratización, cese de la ayuda a las fuerzas irregulares o a los movimientos in-

surreccionales y no uso del territorio para agredir a otros estados", rebasa el plazo de la propuesta norteamericana que fijaba el 30 de septiembre de este año — tiempo suficiente para la aprobación por el Congreso de Estados Unidos de la ayuda a la "contra"—, como límite para las negociaciones. Según dicha propuesta, si las negociaciones se suspenden por causas imputables a Nicaragua, las partes involucradas quedan "libres de tomar las acciones que estimen necesarias para proteger su interés nacional". En otras palabras, el plazo de "Esquipulas II" dejó sin efecto este ultimatum.

Además, los acuerdos muestran que si existe necesidad y voluntad negociadora entre los gobiernos centroamericanos y que las medidas de fuerza o de bloqueo de las negociaciones más bien han deteriorado a sus impulsores. Como término medio "Esquipulas II" significa una toma de distancia ante el belicismo de la administración Reagan, y un cierto grado de búsqueda de capacidad regional para gestionar por propia cuenta las medidas necesarias para la paz: "Tenemos caminos centroamericanos para la paz y el desarrollo", dice el documento en su introducción. Pero, sobre todo, traducen en la práctica un consenso centroamericano-latinoamericano, largamente larvado en el Continente.

### LAS POSIBILIDADES DE "ESQUIPULAS II"

Las posibilidades de la negociación se fueron conformando paulatinamente y, en cierto grado, inadvertidamente — como una especie de rompecabezas—, de allí el nivel de sorpresa que los acuerdos causaron.

Esto fue posible sobre la base de múltiples factores que hacen evidente la importancia que Centroamérica tiene a nivel latinoamericano y si se quiere a nivel mundial.

Dentro de dichos factores podemos mencionar: a) El nivel de deterioro de la situación centroamericana, que hizo patente los peligros de seguir por esa ruta y, por tanto, la necesidad de redoblar los esfuerzos para lograr una salida negociada; b) los avances demócratas en el Senado de Estados Unidos y el escándalo "Irán-contras"; c) los golpes ocasionados por el EPS nicaragüense a la "contra", que aumentaron la percepción de que dicho instrumento, concebido e impulsado por la administración Reagan dentro de la GBI, no es viable y, por el contrario, según la óptica, por ejemplo, del presidente Arias de Costa Rica, sólo sirve para favorecer la unidad del pueblo nicaragüense en torno al FSLN dadas sus agresiones.

Todos estos factores en su conjunto debilitaron la política de la administración Reagan hacia Centroamérica y fueron algunos de los elementos que en el último tiempo se sumaron al consenso internacional favorable a la paz negociada, conformando así las posibilidades de los acuerdos alcanzados.

"Esquipulas II" es el resultado de un largo e intenso proceso de negociación en el que, en primer lugar, la iniciativa de Contadora y su Grupo de Apoyo, con el concurso de los países europeos, y en segundo lugar, la iniciativa del Parlamento Centroamericano, impulsada por el presidente Cerezo de Guatemala y el Plan de Paz del presidente Arias de Costa Rica, marcaron las pautas correctas en la dirección de los estratégicos retos que debe enfrentar Centroamérica: autodeterminación, independencia nacional, defensa de la soberanía y democracia. Es un gran esfuerzo en el que participaron como protagonistas de fondo las mayorías nacionales, las cuales, en un buen número de casos, presionaron para despejar el camino de la negociación.

Sin embargo, no puede ignorarse que en el caso del Partido Demócrata de Estados Unidos y de los presidentes centroamericanos —exceptuando Nicaragua— este proceso no implica divergencias de fondo con los objetivos de la administración Reagan, sino una cuestión de medios y ritmos diferentes. El objetivo fundamental sigue siendo el mismo: con-

tener y, de ser posible, derrotar, a los movimientos de cambio social en Centroamérica, principalmente, a la Revolución nicaragüense; para que no sea un ejemplo atractivo para otros pueblos. También se busca evitar un desenlace victorioso del FMLN-FDR salvadoreño y su deslegitimación como fuerza política beligerante en las negociaciones de paz. En Guatemala se pretende consolidar la estabilidad del Estado y el proceso de reinstitucionalización política diseñado e impulsado por el Ejército a partir de 1982. Finalmente, en Costa Rica y Honduras, se busca resolver las tensiones y contradicciones que genera la presencia de la "contra" y, en este último país, de las tropas norteamericanas y evitar que se siga deteriorando aún más la situación social como resultado de la crisis financiera internacional y la GBI; el objetivo es que no haya mayor inestabilidad y mantener el conveniente alineamiento de ambos países hacia los intereses de Estados Unidos.

### LOS OBSTÁCULOS DE "ESQUIPULAS II"

Por todo ello, los acuerdos generan un moderado optimismo, aunque hay que advertir sobre los nuevos peligros para que esta euforia de hoy no se convierta en frustración mañana. Esto porque el particular sentido de la realidad en Centroamérica es fundamental: no todos los problemas han sido despejados ni todo lo acordado se cumplirá al pie de la letra y sin tropiezos. Uno de los principales interrogantes es la acción futura de la administración Reagan y las tácticas que podrá poner en práctica para hacer valer sus intereses frente a las necesidades y posibilidades de firmeza de cada uno de los gobiernos signatarios.

Pese a los elementos positivos que hemos anotado y a la vigencia que en este momento tiene el esfuerzo negociador en Centroamérica, "Esquipulas II" no puede remover por sí sola los obstáculos que la paz firme y duradera necesita enfrentar en lo inmediato. Para ello se requiere de un amplio apoyo de sectores sociales, gobiernos, movimientos emergentes alternativos, etc., en torno a estos acuerdos y poder ir avanzando en cuanto a los cambios que desde hace años se vienen postergando en la región y que están en la raíz de la confrontación social existente.

Lo que es evidente es que el belicismo de la administración Reagan continúa. Su reacción ante los acuerdos ha sido de formal beneplácito junto a la reafirmación de su apoyo a "los luchadores de la libertad" — como llama eufemísticamente a la "contra" somocista — y la continuación de las maniobras militares en Honduras. Además, los círculos más conservadores del área y de Estados Unidos ven con poco agrado los acuerdos. Por ejemplo, el diario *The Wall Street Journal* calificó los mismos como un "fiasco" para la administración Reagan y los ve desfavorables para los intereses del gran capital. Al mismo tiempo, la "contra" afirmó que no respetará el cese de hostilidades. Pero, sobre todo, los acuerdos enfrentan las dificultades que les representa su aplicación en cada país, en parte, por ser acuerdos de carácter general que se formularon pensando sobre todo en Nicaragua y no en la situación concreta de cada uno de los países centroamericanos y, en parte, también, por ser una fórmula de compromiso plural y de consenso, que necesariamente se refleja en algunas imprecisiones y ambigüedades del lenguaje.

Veamos cuáles son a nuestro criterio los retos a resolver en cada uno de los países de cara a este proceso negociador.

### GUATEMALA

Los acuerdos de "Esquipulas II" constituyen un éxito para la neutralidad impulsada por el gobierno democristiano e iniciada, en 1983, por los militares guatemaltecos. Particularmente importantes resultan los acuerdos para la integración del Parlamento Centroamericano, propuesto por Cerezo al asumir la presidencia guatemalteca en enero de 1986, y

que en el último tiempo había perdido fuerza sensiblemente.

No obstante, la facilidad relativa que ha tenido el régimen para desplegar dicha neutralidad, ahora, a la luz de los acuerdos del 7 de agosto, el mismo se ve enfrentado a la prueba de congruencia que le exige su aplicación a nivel interno. Desde luego, dicha prueba dependerá del grado de movilización y beligerancia que en torno a la concreción de los acuerdos adopte la oposición guatemalteca.

En el caso de Guatemala destacan como acuerdos aplicables: la reconciliación nacional, la liberación de prisioneros por las fuerzas irregulares, la libertad de emisión del pensamiento, el cese de hostilidades y de la ayuda a las fuerzas irregulares y la repatriación de los refugiados, en general, el compromiso de "impulsar un auténtico proceso democrático", como señala el documento.

El diálogo para la reconciliación nacional "con todos los grupos desarmados de oposición política interna y con aquellos que se hayan acogido a la amnistía", supone considerar que la oposición política en Guatemala está conformada por quienes se organizan y plantean sus demandas dentro del país y del orden establecido pero también, por los miles de refugiados y exiliados que lograron escapar de la represión, el genocidio y la tierra arrasada, y por quienes se han alzado en armas en ejercicio del derecho a la rebelión frente a sus opresores.

Para que refugiados y exiliados puedan participar en los procesos políticos que la reconciliación necesita, "sobre bases de justicia, la libertad y la democracia" — como señala "Esquipulas II" — se requiere de procesos previos, principalmente, la investigación y castigo de los responsables de la represión, es decir, los jefes militares y el desarme de las fuerzas irregulares —escuadrones de la muerte en el caso de Guatemala. Pero esto es de difícil ejecución pues el ejército es el principal sostén del gobierno civil, sigue pesando sobre la conducción del Estado y se encuentra preparado y preparándose para nuevas ofensivas contrarrevolucionarias para las cuales, dentro del clima democratizador existente, las fuerzas irregulares mencionadas resultan un valioso parapeño.

En consecuencia, no sólo es difícil esperar en estas condiciones el cese de hostilidades y que las organizaciones revolucionarias se desarmen como condición previa para un diálogo incierto al que el régimen se ha negado en varias oportunidades, sino que tampoco puede asegurarse la repatriación de los refugiados y el regreso de los exiliados con plenas garantías para su vidas y derechos políticos, económicos y sociales, es decir, sin vulnerar su condición como tal de oposición política.



Si no se dan estos prerequisites, también resulta difícil asegurar la libre emisión del pensamiento para dicha oposición que, perseguida y diezmada, no tiene acceso fácil a los medios de comunicación masiva ni capacidad económica suficiente para costear, por ejemplo, campos pagados o generar sus propios medios de comunicación de masas. Además y en general, esto significaría superar los obstáculos y el cerco de temor que significa la persistencia de una represión selectiva pero constante.

En cuanto a la liberación de prisioneros por parte de las fuerzas irregulares, se debe partir del reconocimiento de que en Guatemala existen presos políticos en cárceles clandestinas, pese a que oficialmente se niegue y no existan datos exhaustivos al respecto. En todo caso, el gobierno está obligado, como mínimo, a satisfacer las demandas que reiteradamente viene haciendo el Grupo de Apoyo Mutuo (GAM) de los familiares de los detenidos-desaparecidos, para que se investigue el paradero de los mismos, los que suman ya más de 35 mil, muchos de ellos, presumiblemente, presos en dichas cárceles clandestinas. El gobierno de Cerezo no puede continuar con su política de división y desprestigio contra el GAM pretendiendo obviar sus demandas.

Por eso, el que el gobierno de Cerezo se comprometa a "impulsar un auténtico proceso democrático, pluralista y participativo, que implique la promoción de la justicia social, el respeto a los derechos humanos, la soberanía, la integridad territorial de los Estados y el derecho de todas las naciones a determinar libremente y sin interferencias externas de ninguna clase su modelo económico, político y social", como lo señala el documento de "Esquipulas II", es un hecho encomiable. Es más, se inscribe en el sentido general de la lucha que viene librando desde la intervención norteamericana de 1954, la oposición política a que hemos hecho referencia. Pero, lograr tal proceso democrático, pluralista y participativo, pasa por procesos previos que están más allá de las posibilidades que ofrece por sí mismo el diálogo propuesto —con todas sus limitaciones. Lograr dicho proceso exige, en lo inmediato, el cumplimiento de prerequisites como los señalados.

Finalmente, en cuanto a la ayuda a las fuerzas irregulares, conviene señalar que el gobierno y el ejército deben suspender su consentimiento, en el primer caso, y su apoyo, en el segundo, al trasiego de armas para la "contra", cancelar el funcionamiento de la escuela de entrenamiento de la misma y, sobre todo, las reuniones y publicidad de su dirigencia en suelo guatemalteco.

### COSTA RICA

El que el gobierno de Costa Rica haya tomado —en política exterior— algunos de los planteamientos principales de Contadora y su Grupo de Apoyo es loable. En efecto, los gobiernos de Oscar Arias y Vinicio Cerezo son actores protagónicos de este proceso de negociación. Sin hacer caso omiso de esto, habría que tomar en cuenta en el caso de Costa Rica lo siguiente:

1. En lo que respecta a la democratización y que "la justicia social opere" habría que eliminar esa actitud constante del gobierno costarricense de un paternalismo y un sentirse ejemplo de "democracia" en Centroamérica y el mundo. Este comportamiento que tiene serios cuestionamientos dentro de Costa Rica se vuelve además hermético para comprender otras realidades políticas y de auto-determinación de otros países. En lo interno mencionaremos algunos aspectos:

a) ¿Por que los presupuestos policiales y de seguridad han tenido incrementos de más del 500% mientras que en los Ministerios de Educación, Cultura y Salud estos presupuestos se han visto reducidos drásticamente?

b) Se sabe que un 44% de las escuelas tienen un solo maestro que atiende 6 grados, existe un déficit de 100 mil

pupitres, el 60% de los sanitarios está en mal estado, etc. Esto que podrían parecer nimiedades, en el caso de Costa Rica son fundamentales porque dejan ver los niveles de regresión que está sufriendo el Estado y la sociedad costarricense.

c) Se vuelve imprescindible el respeto a la libertad de negociación y a las convenciones colectivas, lo mismo que a la libertad de sindicalización. Los trabajadores han venido exigiendo la derogatoria de los artículos 333 y 334 del Código que reprime a dirigentes y trabajadores, todo esto dentro de la ampliación necesaria de las libertades democráticas en Costa Rica.

d) El problema de la tenencia de la tierra en Costa Rica es explosivo de allí el encarcelamiento y/o muerte de algunos campesinos por los distintos comandos de la guardia civil y/o paramilitares.

2. En el mismo apartado referido a la democratización se habla de "completa libertad en el uso de los medios masivos de comunicación" y el que éstos operen sin censura previa, además de que todas las agrupaciones políticas tengan amplio acceso.

En este sentido, en Costa Rica, 95% de los medios de comunicación se han convertido en una especie de "cuarto poder" que hace suya la óptica norteamericana y sus necesidades. Estudios detallados han demostrado la censura previa permanente y la desinformación premeditada de estos medios sobre líneas alternativas a la estadounidense y en lo interno sólo los sectores conservadores —para decir lo menos— tienen acceso a dichos medios. ¿Cómo se ejecutaría esta "democratización" en Costa Rica?

3. Otro de los acuerdos firmados es el de "no permitir apoyo militar, logístico, propagandístico, a personas, organizaciones, o grupos que intenten desestabilizar a los gobiernos de los países".

Habría que detener de inmediato por su agresividad y belicismo propagandístico la publicación semanal, en Costa Rica, del suplemento "Nicaragua Hoy", órgano de la contra que se inserta en el periódico *La Nación*, así como las páginas enteras que se facilitan a sus organizaciones. En Costa Rica se sabe del papel agresivo que ha jugado el llamado "estado mayor ideológico" de los medios de comunicación (*La Nación*, *La República*, *La Prensa Libre*, *Radio Reloj*, *Radio Rumbo*, *Canales 6 y 7* de televisión, etc.) contra Nicaragua, Contadora y las negociaciones de paz en Centroamérica.

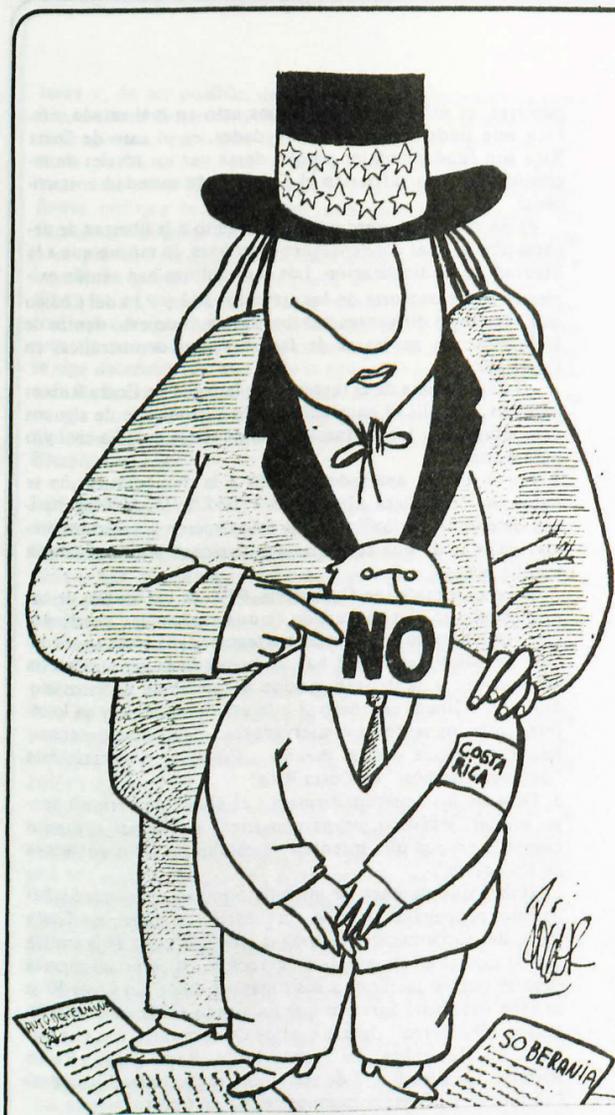
4. En la frontera costarricense con Nicaragua existen varias fincas de norteamericanos que en distintas coyunturas le han dado franco apoyo a la contra en sus acciones militares contra Nicaragua. Es el caso de John Hull, del cual se sabe su vinculación a la CIA y el hecho de que —según diversas fuentes— en dicha finca bajaban aviones con pertrechos militares; además, se le ha venido señalando como ligado a operaciones de narcotráfico. Habría que detener esas acciones que puedan comprometer los acuerdos.

5. En Costa Rica la organización paramilitar de derecha Movimiento Costa Rica Libre (MCRL) es el vínculo militar-político orgánico de la contra. Es bastante conocido su accionar terrorista y antidemocrático. Si realmente se quiere actuar en función de los acuerdos de Esquipulas se debe ilegalizar cuanto antes esta organización.

6. ¿Qué ocurrirá con los puentes construidos por "ingenieros militares norteamericanos" en Costa Rica, cuyos objetivos eran facilitar infraestructura por si era necesaria una ágil movilización de tropas de Panamá hacia la frontera con Nicaragua? ¿Y qué de un solapamiento de algunos funcionarios del gobierno costarricense con la contra?

7. Habría que revisar ampliamente el proceso de cualificación en términos policiales y militares de la guardia civil y de la guardia rural costarricense. Es el momento de confrontar tesis por la vía de los hechos y las denuncias presentadas por organizaciones de derechos humanos y de defensa de las libertades democráticas en Costa Rica.

8. El problema de los presos políticos. En Costa Rica existen



por lo menos cinco presos políticos que demandan amnistía desde hace más de un año. Habrá que resolverlo.

9. Terminar con el lenguaje agresivo, intervencionista, arrogante y paternalista respecto del gobierno de Nicaragua y de sus políticas internas.

Habrà que tomar en cuenta todos estos señalamientos si realmente se quiere actuar en favor del diálogo, la negociación, la ampliación democrática, la defensa de la soberanía y la autodeterminación de Costa Rica.

**EL SALVADOR**

En el marco de los acuerdos tomados en la reunión de Esquipulas II, el principal punto de controversias es el del diálogo para reconciliación nacional.

El FMLN ha manifestado que está dispuesto a continuar el proceso de negociaciones con el gobierno salvadoreño y sostiene que "es irracional invocar al acuerdo de Guatemala como ya lo está haciendo Duarte, para poner condiciones y eludir el diálogo".

Asimismo, el FMLN afirma que rechaza el establecimiento de una simetría con los contras, ya que el FMLN es un movimiento con raíces nacionales, con su retaguardia dentro del país, con enorme apoyo popular, con un proyecto político propio, que el mismo gobierno ha venido reconociendo; todos estos aspectos configuran claramente la exis-

tencia de una dualidad de poderes políticos y militares en El Salvador.

En tanto el diálogo se vuelve acuerdo común con distintas condiciones respecto a Nicaragua, Duarte señala que "no va a negociar con el FMLN, y que si Nicaragua cumple los acuerdos de Esquipulas II, ello implicaría un debilitamiento político para el FMLN".

No obstante, el pasado 13 del presente mes, el FMLN-FDR y el Gobierno acordaron reanudar el diálogo para el próximo 15 de septiembre, para lo cual propusieron que los puntos a discutirse en la agenda incluirían: "acciones de reconciliación nacional que permitan la participación popular con plenas garantías, en auténticos procesos políticos de carácter democrático sobre bases de justicia, libertad y democracia, como lo expresara el documento firmado por los cinco presidentes centroamericanos, ello implica: el cese de abastecimiento logístico externo a las dos partes, cese al fuego, y negociación global de por lo menos 18 puntos para la humanización y reducción del impacto económico, político y social de la guerra".

Duarte, había condicionado la realización de la reunión a que el FMLN aceptara, antes del 30 de agosto, "incorporarse al proceso democrático dentro del contenido y los procedimientos del plan de paz para Centroamérica".

De acuerdo a esta declaración de Duarte, lo anterior significa que si la guerrilla acepta públicamente el documento denominado "Procedimiento para establecer la paz firme y duradera en Centroamérica" antes del 30 de agosto, él acudiría a un diálogo el 15 de septiembre.

Simultáneamente, Duarte agregó otro elemento en su propuesta, demandando que el FMLN-FDR declare que "la violencia no es un método apropiado para alcanzar el poder". Pero, el mismo FMLN-FDR rechazó las exigencias de Duarte de condicionar el diálogo a la deposición de las armas.

Finalmente, sectores derechistas, han acusado a Duarte de querer instrumentalizar el acuerdo de Guatemala y de generar una nueva expectativa de paz para beneficio propio. Al mismo tiempo, la Iglesia Católica se pronunció a favor del diálogo entre Gobierno e Insurgencia.

**NICARAGUA**

Desde Nicaragua no pueden valorarse los acuerdos de Esquipulas II sino como un triunfo, de ahí que Nicaragua se ha llenado de regocijo manifiesto en todas las medidas subsecuentes a la firma de los acuerdos.

Por primera vez en todos los años del conflicto centroamericano, los países de la región en su conjunto hacen caso omiso de las "recomendaciones" y planes del gobierno estadounidense, buscando por sí mismos la salida que más les conviene.

La defensa de la soberanía o la realización de cualquier acto de la misma es positiva para Nicaragua dado que al no existir una colaboración plena de los gobiernos del Área a la estrategia de Reagan, ésta pierde fuerza. Y como se sabe, la paz o la disminución de la guerra es estratégica para la revolución popular sandinista; pero no sólo para ella sino para Centroamérica en su conjunto dado que como se ha afirmado no puede haber desarrollo sin paz.

En este contexto los acuerdos de Guatemala no son la solución del conflicto; pero constituyen parte esencial en la construcción de un nuevo escenario: el de la negociación. En este nuevo escenario se acepta la coexistencia con Nicaragua lo cual contradice en lo fundamental la política estadounidense implementada hasta hoy en el Área por Reagan, que pretende el derrocamiento del sandinismo.

No está de más recordar que existen contradicciones internas en los países centroamericanos que se expresan o pueden expresarse como desacuerdos entre países y más específicamente como confrontación con Nicaragua. Esta situación debe tenerse presente en la conformación del espíritu de las negociaciones y en la definición de espacio dentro del

cual éstas han de darse. El principio que las defina ha de ser entonces, el de la defensa en la soberanía y autodeterminación de los pueblos. Sólo así podrá garantizarse la viabilidad de la negociación y de este acuerdo concreto, constituyéndose en inicio de un proceso real de entendimiento entre los centroamericanos.

Nicaragua en su necesidad de paz está dispuesta a levantar el estado de emergencia, a declarar la amnistía para toda la contrarrevolución, a reabrir la Prensa, etc. Todas estas medidas y otras que pueda surgir presentan por una parte, riesgos para la revolución popular sandinista y por la otra, manifiestan una tolerancia poco vista en la mayoría de los países del área al abrir el escenario de confrontación con su oposición. Todo esto le implicará el traslado de la guerra a otro ámbito, el político, no menos riesgoso ni menos costoso... pero como dice el refrán "quien no arriesga no gana" y si Nicaragua no se lanza con medidas concretas a apoyar este esfuerzo de paz por desconfiar de la voluntad política para ello de algunos gobiernos centroamericanos; traicionaría el espíritu manifiesto en su política exterior de buscar la paz en Centroamérica con autodeterminación y soberanía.

**HONDURAS**

Para que se haga realidad la promesa de que "Honduras cumplirá rigurosamente" los acuerdos de paz firmados en Guatemala el 7 de agosto, hecha por el presidente José Azcona Hoyo siete días después, se requiere superar un cúmulo de dificultades por los compromisos que conlleva.

A pesar de que el sistema electoral hondureño todavía le da al régimen una base muy amplia de legitimidad, el gobierno deberá ofrecer amnistía a los presos políticos —recluidos la mayoría en cárceles clandestinas— y en caso de que hayan sido asesinados responder por esos crímenes, para lo cual el sistema judicial deberá estar en la práctica, por encima de las diversas corporaciones de las fuerzas armadas.

En la medida en que se garantice que las agrupaciones políticas tendrán pleno disfrute de los derechos de asociación y de las facultades de realizar manifestaciones públicas, en el ejercicio irrestricto de prensa y de permitir la libre movilidad para hacer proselitismo, como establece el texto de Esquipulas II, es probable que grupos de oposición política se acojan a la amnistía.

Por lo que respecta al cese de la ayuda a fuerzas irregulares, Honduras tiene serios conflictos en varios sentidos.

En caso de que el gobierno determine la salida de las fuerzas antisandinistas sin el consentimiento de Estados Unidos, tal vez no sea capaz de resistir las represalias económicas y políticas de la gran potencia. De lograrse la salida de los contrarrevolucionarios nicaragüenses, la ayuda financiera que directa o indirectamente proviene de Estados Unidos por permitir y justificar la presencia de éstos en suelo hondureño, terminaría y con ello se desatarían complicaciones para la economía en su conjunto, y en lo particular, algunos mandos castrenses perderían los beneficios que la intermediación de esa ayuda conllevan. Además, se tendrían que establecer controles mínimos y una autoridad institucional hondureña más firme en los departamentos fronterizos con Nicaragua —aspectos señalados recientemente por el diario *La Tribuna* y ya comentados por el resto de la prensa hondureña— para asegurar efectivamente la repatriación de los antisandinistas y sobre todo, garantizar el no uso del territorio para agredir a su vecino.

Por el contrario, si Estados Unidos acepta suspender su ayuda a los antisandinistas queda pendiente aunque poco probable, que el ejército hondureño no se preste a participar en una provocación que sea el detonante de una conflagración. El jueves 13 de agosto hubo un incidente fronterizo en el Departamento de El Paraíso, en la jurisdicción de Alauca, cuando realizaban maniobras militares conjuntas efectivos estadounidenses y hondureños. Lo anterior, que pudo

**Perjuicio**



ser accidental, sólo se evitaría con la suspensión de las maniobras conjuntas y el cierre de las bases militares donde se da la presencia de tropas y pertrechos norteamericanos.

El gobierno de Azcona está envuelto en una encrucijada por las dificultades que le acarrea el Plan de Paz de Centroamérica. Por un lado, requiere tener mayor grado de soberanía para hacer frente a hechos incluso cotidianos que afectan su cumplimiento, mientras que por el otro, la economía hondureña se mantiene a flote gracias al apoyo financiero y las subvenciones de Estados Unidos.

Esta contradicción entre la necesidad de tener niveles suficientes de autonomía y las ventajas de mantenerse aliados con la política exterior norteamericana en Centroamérica permiten entender la actitud vacilante de Honduras: lo mismo pide que se retome el Acta de Contadora y aboga para que los cancilleres del Grupo Contadora y de Apoyo estén presentes y participen en la Reunión Preparatoria de Esquipulas II, efectuada en Tegucigalpa el 30 y 31 de julio, que retoma las propuestas estadounidenses y las presenta como propias en esa misma reunión como "Plan de Paz de Honduras".

Cabe mencionar en este contexto que el presidente Azcona consideró como una mejora de las relaciones de su país con Nicaragua el que esta última aplazara tres meses su demanda contra Honduras en la Corte Internacional de La Haya.

Es, pues, difícil predecir lo que pasará en el futuro inmediato, aunque ya es muy positivo que haya indicios de que se busca una salida diplomática a los conflictos centroamericanos.

(CIDE, México, Agosto 1978)

## El nuevo torpedo de Reagan en Centroamérica

# La simetría entre Nicaragua y El Salvador debilita a Esquipulas II

Por Carlos Fazio

La "teoría de la simetría", que alude a un supuesto paralelismo entre los casos de El Salvador y Nicaragua en el conflicto centroamericano, parece ser, en la coyuntura, el nuevo submarino de la administración Reagan y sus aliados contra los avances diplomáticos alcanzados en la cumbre de Guatemala.

El texto del "Procedimiento" emergente de Esquipulas II —de positivo valor acumulativo, pero de dudosa eficacia final— tiene su mayor debilidad en que no representa ningún tipo de disuasión para la política estadounidense en el área. Washington conoce las limitaciones de las buenas intenciones pacificadoras cuando se tienen que enfrentar con la "real politik". Invariablemente, es cuestión de tiempo.

Así sucedió. Primero fue José Napoleón Duarte el que desempolvó la vieja tesis liberal de la simetría, de aparente asepsia y neutralidad, para ofrecer un diálogo a la guerrilla del FMLN a condición de que depusieran las armas y que, simultáneamente, los sandinistas accedieran a sentarse en la mesa de negociaciones con los contras.

Después fueron los propios contrarrevolucionarios nucleados en la Resistencia Nicaragüense (RN) los que, superado el temor inicial de quedar aislados por los acuerdos de Guatemala ("nosotros peleamos contra un gobierno totalitario, el FMLN contra un gobierno democrático") se acogieron al paralelismo de la simetría, al afirmar que "ambas somos las organizaciones guerrilleras más grandes de América" y que, condicionada, aceptaron la propuesta de Duarte.

Otro protagonista principal de la crisis istmica, Oscar Arias, aludió a la dualidad contras nicaragüenses-guerrilla salvadoreña como parte de un mismo paquete en la solución del conflicto. La amnistía en El Salvador y Nicaragua y el cese del fuego llevaría, indefectiblemente, al pluralismo democrático.

Los ejemplos remiten a una disyuntiva dramática con la cual se ha mirado, habitualmente, los casos salvadoreño y nicaragüense en los últimos años: la guerra o la solución negociada; el diálogo o el conflicto armado. Sin embargo, bajo las mismas palabras —diálogo, negociación, solución pacífica— se pueden estar encubriendo realidades y desafíos muy diferentes. Eso es lo que surge, en la actualidad, del planteamiento mecánico de Duarte, Arias y los contras, cuando tratan de alcanzar, para estos últimos, el reconocimiento internacional hacia una supuesta beligerancia idéntica a la que tiene la guerrilla salvadoreña. Cuestión que puede ser recuperada, además, como eje clave de su estrategia por Reagan.

La estrategia de la simetría, que intenta paralizar, homogeneizar los conflictos de El Salvador y Nicaragua en su totalidad o en alguno de sus aspectos, fue usada como recurso propagandístico por la administración Reagan en el período pre-electoral norteamericano de 1984, como una táctica que le permitiera reconstruir una imagen de "hombre de paz" durante la campaña al titular de la Casa Blanca. Ya antes había sido utilizada por Reagan para justificar el apoyo a los contras, con el argumento de que los sandinistas ayudaban a la guerrilla salvadoreña. Pero en la coyuntura pre-electoral del 84 tuvo una variante: Washington impulsó el diálogo de Duarte con el FMLN a condición de que los sandinistas negociaran con los contras.

La retórica de la simetría tuvo como objetivo básico, entonces, obtener cuotas de poder para los exguardias somocistas y los empresarios nicaragüenses alineados incondicionalmente con EU. Como la propuesta era "innegociable" para los sandinistas, Reagan obtenía igualmente magníficos dividendos: la negativa de Managua sería presentada en el Congreso como una prueba de la "intransigencia totalitaria" de un gobierno "sandinista-marxista-leninista". Presentados los sandinistas como "hombres de guerra", que no tienen voluntad de paz, agotadas las propuestas pacificadoras no quedarían más que las soluciones militares.

El núcleo del argumento de la simetría, en la acepción liberal, es que tanto

en El Salvador como en Nicaragua existiría una pérdida de legitimidad de los gobiernos actuales, que estarían siendo cuestionados por importantes fuerzas de la población que habrían, incluso, llevado a una quiebra del consenso y a una situación de guerra civil.

Sin embargo, ahora como en 1984 la realidad ofrece el rostro asimétrico de dos guerras con orígenes y raíces distintas. Y también, dos fórmulas de negociación totalmente asimétricas.

Los conflictos sociales en El Salvador son 30 años anteriores a la existencia de Cuba socialista. La actual guerra ha dejado un saldo de 40.000 muertos (el Informe Kissinger habla de 30.000), imputables a las Fuerzas Armadas y a los "escuadrones de la muerte". El Ejército y las fuerzas de seguridad tienen el carácter antipopular y la tradición represiva que caracterizan a los militares centroamericanos y muchos de sus miembros continúan vinculados a actividades clandestinas paramilitares.

Frente a esta fuerza armada se levanta el ejército del FMLN, formado por campesinos, obreros y estudiantes que abandonaron la lucha cívica al ser reprimidos masiva y selectivamente. Combaten desde campamentos enclavados en lo que ahora denominan "zonas de control político-militar" (las antiguas zonas liberadas), establecidos principalmente en Chalatenango y Morazán, y cuentan con una retaguardia estratégica interna y con emisoras de propaganda ubicadas en territorio salvadoreño. La misma justificación que las tropas gubernamentales usan para reprimir a la población campesina —"son guerrilleros de civil"— indica que obtienen su apoyo del pueblo.

En Nicaragua existe desde 1979 una nueva relación de poder. Los contras nicaragüenses se han levantado en armas en oposición a la reorientación económica, política y social surgida después del derrocamiento del somocismo. A diferencia del caso salvadoreño, del que las raíces son internas, están dentro, y donde el FMLN constituye un movimiento endógeno, en Nicaragua las raíces

están fuera. La actual guerra no responde a una ruptura importante del consenso social, de la legitimidad gubernamental, elemento básico en una guerra civil. El conflicto nicaragüense responde a intereses geopolíticos de una potencia extranjera, Estados Unidos, que ha ampliado artificialmente un conflicto que surge contra el reordenamiento de la sociedad hacia una mayor justicia estructural.

Junto con la asimetría de las dos guerras está, también, la de las dos fuerzas armadas gubernamentales. En Nicaragua, el Ejército Popular Sandinista, organizado después de la caída de Somoza por un núcleo de antiguos guerrilleros, dirigido por quienes durante 18 años condujeron la resistencia armada contra la dictadura y sobrevivieron a la cárcel, la tortura y los rigores de la lucha clandestina en la ciudad y en el campo, ha entregado armas a las milicias voluntarias, a los campesinos cooperativistas y a los pobladores de las ciudades, sin que estas armas se hayan volcado contra el poder revolucionario.

Las fuerzas contrarrevolucionarias que se enfrentan al EPS no tienen ningún territorio liberado y sus campamentos —cuando los han tenido tras de ofensivas de infiltración masiva— han sido pronto desarticulados. El grueso de sus "comandos" y sus campamentos están dentro de Honduras, próximos a una serie de aldeas fronterizas (Oscar Arias ha prometido erradicarlos de Costa Rica). Sus emisoras funcionan en Tegucigalpa y San José. Los contras han demostrado incapacidad para desarrollar al interior de Nicaragua un movimiento de resistencia armada que pudiera caracterizarse como el "frente interno" propio de una guerra civil.

Y esto es así porque su base social es ínfima; la contra agrupa a una porción mayoritaria de la gran burguesía nicaragüense (0,5%) de la población total del país) alineada incondicionalmente con EU; a campesinos propietarios de las montañas de Matagalpa y Jinotega y de las fronteras agrícolas de Boaco y Chontales, descontentos porque la revolución no ha llegado a ellos con mejoras sustanciales: ni rutas de comercialización, ni silos de almacenamiento, ni insumos y técnicas mejoradas, ni viviendas (el boicot económico norteamericano se ha dejado sentir particularmente sobre las líneas de crédito y financiamiento internacionales); con un sector de la población miskita de la Costa Atlántica y con una figura principal de la Iglesia católica: el cardenal Miguel Obando Bravo, arzobispo de Managua.

El otro rubro asimétrico entre El Salvador y Nicaragua es el de los apoyos internacionales. El Ejército gubernamental recibe una continua inyección en ayuda económica y militar norteamericana, sin la cual no podría proseguir su guerra contrainsurgente. Por su parte, la avanzada armada FMLN-FDR fue reconocida como una "fuerza política representati-

va" por los gobiernos de Francia y México en 1981, y una mayoría de Estados (84) aprobó en la ONU en noviembre de 1983 el "instar" a todos los países miembros a que "suspendan cualquier suministro de armas y todo tipo de asistencia y ayuda militar" a los dos bandos en conflicto (Resolución 38/101 de la 38 Asamblea General de la ONU).

En Nicaragua, el gobierno sandinista recibió el mayor apoyo que puede recibir un Estado al ser elegido para ocupar un puesto en el Consejo Seguridad de la ONU en octubre de 1982, por más de 100 votos favorables a pesar de las presiones estadounidenses. El propio Consejo de Seguridad le reconoció el derecho a Nicaragua de defender la plena independencia del país, en mayo de 1983, sin que ni siquiera el gobierno de Reagan pudiera abstenerse. El Tribunal Internacional de Justicia de La Haya falló a favor de Nicaragua y señaló al gobierno de Ronald Reagan como el culpable en el minado de los puertos nicaragüenses por la CIA.

La contrarrevolución armada, como movimiento, ha sido promovida, financiada, entrenada y dirigida por el gobierno de Estados Unidos; sus recursos financieros provienen en 95% de la administración Reagan, con sucesivos avales del Congreso (el bipartidismo ha funcionado casi invariablemente en este aspecto así sea con márgenes estrechos). Cuentan con las armas más sofisticadas y reciben apoyo aéreo norteamericano (caso Hasenfus). El otro gran apoyo internacional de los contras es el gobierno de Honduras, transformado por la administración Reagan en una "república del Pentágono y de la CIA".

También en las propuestas de negociación existe una historia asimétrica. Desde 1981 los ofrecimientos de negociación en El Salvador han sido planteados por el FMLN-FDR. Ya en octubre de 1981 el presidente Daniel Ortega, de Nicaragua, presentó en la ONU una propuesta de negociaciones formuladas por el FMLN-FDR. Invariablemente, aunque con matices derivados de coyunturas específicas, el gobierno salvadoreño, orientado por la política norteamericana, ha respondido siempre con el plan unilateral de abrir las elecciones a las fuerza guerrilleras si éstas deponen las armas. Planteamiento irreal dado que ha tenido que conceder en dos ocasiones en 1984 (La Palma y Ayagualo), un diálogo con el FMLN-FDR, y suspendió unilateralmente el de Sesori, en 1986. Duarte recobro entonces su argumento de diálogo previo desarme, pero no puede negar que existe una estructura de negociaciones establecida, cuyo mediador tiene nombre y apellido: se trata de monseñor Arturo Rivera y Damas, arzobispo de San Salvador.

En Nicaragua el problema se plantea de forma distinta. El gobierno sandinista ha sido el promotor de numerosas propuestas de diálogo al gobierno de Estados Unidos, al que considera el in-

dispensable interlocutor dado que es Ronald Reagan el que lleva a cabo la guerra contra el país a través de la CIA y los contras. En todos los casos, Nicaragua se ha negado a dialogar con los contras y ha especificado que lo haría "con el dueño del circo". Inclusive, cuando el diálogo existió: las conversaciones de Manzanillo, fue EU el que abandonó unilateralmente las conversaciones.

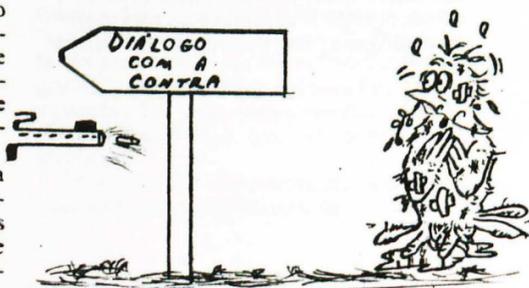
Los acuerdos de Guatemala, ahora, han alimentado frágilmente la esperanza de la paz. Más allá de toda falsa simetría y de su uso propagandístico por el gobierno de Duarte y el de Reagan, parece claro que si se cumplieran los puntos de acuerdo de Esquipulas II y desapareciera la ayuda exterior a los grupos insurreccionales o "fuerzas irregulares", como las llama el tratado, el FMLN, como ha admitido el Ejército salvadoreño, no se vería mayormente afectado. En cambio, la fragilidad de los contras es tal que si EU les retirara su apoyo económico y militar prácticamente desaparecerían; existe cierto consenso, incluso en EU, en que si Washington lo decide, la desmovilización de la contra puede ser casi inmediata. Otra pregunta clave es qué pasaría si Honduras cumple con Esquipulas II y decide la expulsión de los contras de su territorio. Oficiales hondureños han respondido parcialmente a esa interrogante diciendo que "nuestro Ejército está en condiciones de controlar a la resistencia nicaragüense en 24 horas".

La verdadera asimetría en la actual coyuntura es que a diferencia del FMLN, los contras no están en capacidad de partir de una posición de fuerza y siguen supeditados a terceros países para que los defiendan. El líder civil del FMLN-FDR, Guillermo Ungo, definió así la diferencia: "No es posible querer poner un traje de marino a un niño de seis años que a un adulto de 30. Tenemos mucho más y muy diferente poder de decisión que los contras".

Es obvio que al margen de su aparente beligerancia, los antisandinistas solo están a la espera de los acontecimientos, limitados a la llamada estrategia de doble carril: hostigar en el pleno militar a los sandinistas y dejar a Estados Unidos que lo haga en la esfera política. ●

(PROCESO, México,

1 Septiembre 1987)



## OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS NO ACORDO DE PAZ



- Diálogo com os grupos desarmados
- Anistia geral
- Cessar fogo
- Democratização interna
- Suspensão do estado de emergência
- Ajuda para a repatriação
- Formação do Parlamento Centro-americano
- Eleições livres e honestas
- Fim da ajuda às forças irregulares
- Não agressão a outros Estados
- Negociação sobre assuntos pendentes em Contadora
- Cumprimento simultâneo dos acordos

## A ÍNTEGRA DO ACORDO DE PAZ

### Procedimentos para estabelecer a paz firme e duradoura na América Central

Os Presidentes das Repúblicas da Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica, reunidos na Cidade de Guatemala, nos dias 6 e 7 de agosto de 1987, animados pela visionária e permanente vontade de Contadora e do Grupo de Apoio em favor da Paz, revigorados pelo apoio constante de todos os governos e povos do mundo, das principais organizações internacionais e em especial da Comunidade Econômica Européia (CEE) e de sua Santidade João Paulo II, inspirados em Esquipulas I e juntos na Guatemala para dialogar sobre o Plano de Paz apresentado pelo Governo da Costa Rica, concordamos:

Assumir plenamente o desafio histórico de construir um destino de paz para a América Central, nos comprometendo a lutar pela paz e erradicar a guerra, fazer prevalecer o diálogo sobre a violência e motivo dos rancores; dedicar às juventudes da América Central cujas legítimas aspirações de paz e justiça social, de liberdade e reconciliação, foram frustradas durante muitas gerações, estes esforços de paz.

Designar o Parlamento Centro-americano como o símbolo de liberdade e independência da reconciliação que aspiramos na América Central.

Pedimos respeito e ajuda à comunidade internacional para nossos esforços. Nós temos os caminhos centro-americanos para a paz e o desenvolvimento, mas precisamos de ajuda para torná-los realidade. Pedimos um Tratado Internacional que garanta o desenvolvimento para que a paz que buscamos, seja duradoura. Reiteramos com firmeza que paz e desenvolvimento são inseparáveis.

Agradecemos ao Presidente Vinício Cerezo Arévalo e ao nobre povo da Guatemala, por ter sido a casa desta reunião. A generosidade do presidente e do povo guatemalteco foi decisiva para o clima em que se adotaram os acordos de paz.

#### PROCEDIMENTOS PARA ESTABELEECER A PAZ FIRME E DURADOURA NA AMÉRICA CENTRAL

As Repúblicas da Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, empenhadas em alcançar os objetivos e aplicar os princípios estabelecidos na Carta das Nações Unidas, na Carta da Organização dos Estados Americanos, no documento de objetivos, na Mensagem de Caraballeda para a Paz, na segurança e democracia na América Central, na Declaração da Guatemala, no Comunicado de Punta del Este, na Mensagem do Panamá, na Declaração de Esquipulas e no Projeto da Ata de Contadora para a Paz e Cooperação na América Central de 6 de junho de 1986, concordaram no seguinte procedimento para estabelecer a paz firme e duradoura na América Central:

#### RECONCILIAÇÃO NACIONAL

Realizar urgentemente um diálogo nos países onde surgiram profundas divisões dentro da sociedade, ações de reconciliação nacional que permitam a participação popular com plena garantia, em autênticos processos políticos de caráter democrático, sobre bases de justiça, liberdade e democracia. E para tal efeito, criar os mecanismos que permitam, de acordo com a lei, o diálogo com os grupos opositores.

Para este fim, os governos que se situam nessa posição, iniciarão o diálogo com todos os grupos desarmados de oposição política interna e com aqueles que foram acolhidos pela anistia.

#### ANISTIA

Em cada país centro-americano, a exceção daqueles que a Comissão Internacional de Verificação e Acompanhamento determine não ser necessário, serão emitidos decretos de anistia, que deverão estabelecer todas as disposições que garantam a inviolabilidade da vida, a liberdade em todas as suas formas, os bens materiais e a segurança das pessoas beneficiadas por esses decretos.

Simultaneamente à emissão dos decretos de anistia, as forças irregulares (armadas), do respectivo país, deverão colocar em liberdade todas as pessoas que se encontrem em seu poder.

#### COMISSÃO NACIONAL DE RECONCILIAÇÃO

Para a verificação do cumprimento dos compromissos que os cinco presidentes centro-americanos assumiram ao firmarem este documento, nos assuntos sobre anistia, cessar fogo, democratização e eleições livres, será criada uma Comissão Nacional de Reconciliação que terá as funções de verificar a vigência real do processo de reconciliação nacional, assim como o respeito irrestrito a todos os direitos civis e políticos dos cidadãos centro-americanos, garantidos neste documento.

A Comissão Nacional de Reconciliação Nacional estará integrada por um delegado titular e um suplente do Poder Executivo, um titular e um suplente sugeridos pela Conferência Episcopal e escolhido pelo governo a partir de três nomes de bispos, que deverão ser apresentados dentro do prazo de 15 dias após receber o convite formal. Esse convite será formulado pelos governos dentro de cinco dias úteis após a assinatura deste documento.

O mesmo procedimento de escolha, a partir da sugestão de três nomes, será utilizado para a seleção de um titular e um suplente dos partidos políticos de oposição, legalmente reconhecidos. A tríade (os três nomes), deverá ser apresentada no mesmo prazo anterior.

Cada governo centro-americano também escolherá, para formar essa Comissão, um cidadão notável que não pertença nem ao governo nem ao partido do governo e seus respectivos suplentes. Quando formada a Comissão, o governo deverá anunciá-la aos demais governos da América Central.

#### EXORTAÇÃO AO FIM DAS HOSTILIDADES

Os governos fazem uma exortação veemente para que nos países da re

gião que atualmente sofrem a ação de grupos armados irregulares ou insurgentes, seja feito um acordo para o fim das hostilidades. Os governos desses países se comprometem a realizar todas as ações necessárias para conseguir um efetivo cessar fogo nas bases constitucionais.

### DEMOCRATIZAÇÃO

Os governos se comprometem a impulsionar um autêntico processo democrático pluralista e participativo, que implique a promoção da justiça social, o respeito aos direitos humanos, a soberania, a integridade territorial dos países e o direito de todas as nações a determinar livremente e sem interferências externas de qualquer tipo, o seu modelo econômico, político e social e realizarão de maneira passível de verificação as medidas que levem ao estabelecimento ou, conforme o caso, ao aperfeiçoamento de sistemas democráticos, representativos e pluralistas que garantam a organização de partidos políticos, a efetiva participação popular na tomada de decisões e assegurem o livre acesso das diversas correntes de opinião e processos eleitorais honestos e periódicos baseados no pleno respeito aos direitos dos cidadãos.

Para verificar a boa fé no cumprimento deste processo de democratização, deverá haver completa liberdade para a televisão, rádio e imprensa. Esta completa liberdade implica abrir e manter em funcionamento meios de comunicação para todos os grupos ideológicos, sem sujeição à censura prévia.

Deverá manifestar-se o pluralismo político partidário total. As agrupações políticas terão nesse aspecto, amplo acesso aos meios de comunicação, desfrute pleno dos direitos de associação e das decisões para realizar manifestações públicas no exercício irrestrito da propaganda oral, escrita e televisiva, assim como a livre mobilidade para os membros dos partidos políticos realizarem seus comícios.

Assim, os governos centro-americanos que tenham em vigência o estado de exceção, sítio ou emergência, deverão revogá-los, tornando efetivo o estado de direito com plena vigência de todas as garantias constitucionais.

### ELEIÇÕES LIVRES

Criadas as condições próprias de toda democracia, deverão realizar-se eleições livres, pluralistas e honestas. Como expressão conjunta dos Estados Centro-americanos para encontrar a reconciliação e a paz duradoura para os seus povos, serão celebradas eleições para a integração do Parlamento Centro-americano, cuja criação foi proposta na Declaração de Esquipulas, no dia 25 de maio de 1986.

Os presidentes centro-americanos expressaram a sua vontade para fazer avançar a organização desse Parlamento e para tanto, a Comissão que prepara o Parlamento Centro-americano deverá concluir as suas deliberações e entregar aos Presidentes centro-americanos o respectivo projeto dentro de 150 dias.

As eleições para escolher os representantes do Parlamento Centro-americano, serão realizadas simultaneamente em todos os países, no primeiro semestre de 1988, em data que oportunamente convier aos Presidentes dos estados centro-americanos. As eleições estarão sujeitas à vigi-

lância dos órgãos eleitorais pertinentes, comprometendo-se os respectivos governos a estender o convite de vigilância, à Organização dos Estados Americanos e às Nações Unidas, assim como aos governos de outros países, para que enviem observadores com a finalidade de constatar que os processos eleitorais sejam regidos pelas mais estritas normas de igualdade, acesso de todos os partidos políticos aos meios de comunicação social, amplas facilidades para que realizem manifestações públicas e todo tipo de propaganda política.

Realizando-se as eleições para integração do Parlamento Centro-americano, dentro do prazo previsto, o documento de constituição do mesmo deverá ser submetido à aprovação ou correção dos cinco países da região.

Após as eleições para o Parlamento Centro-americano, deverão realizar-se em cada país, com a observância internacional e iguais garantias, dentro dos prazos estabelecidos e dos calendários que ainda serão propostos de acordo com as atuais constituições políticas dos países, eleições igualmente livres e democráticas para a nomeação de representantes populares nos municípios, nos congressos e assembleias legislativas e à Presidência da República.

### FIM DA AJUDA ÀS FORÇAS IRREGULARES OU AOS MOVIMENTOS INSURREICIONAIS

Os governos dos cinco estados centro-americanos solicitarão aos governos da região e aos extra-regionais, que de forma aberta ou encoberta proporcionam ajuda militar, logística, financeira, propagandística, em efetivos humanos, armamentos, munições e equipamentos, a forças irregulares ou movimentos insurreicionais que cessem essa ajuda como um elemento indispensável para chegar à paz estável e duradoura na região. Não está inserida nessa solicitação, a ajuda destinada à repatriação ou os casos de reintegração e assistência necessária para o retorno à vida normal daquelas pessoas que tenham pertencido às forças irregulares ou insurreicionais.

Da mesma forma, será solicitado às forças irregulares e aos grupos insurgentes que atuam na América Central, abster-se de receber essa ajuda em prol de um autêntico espírito latino-americanista.

Essas solicitações serão feitas de acordo com o estabelecido no documento de objetivos, que implica a eliminação do tráfico de armas na região ou proveniente de fora, destinado a pessoas, organizações ou grupos que pretendam desestabilizar os governos dos países centro-americanos.

### NÃO UTILIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PARA AGREDIR OUTRO ESTADO

Os cinco países que assinam este documento, reiteram seu compromisso de impedir o uso do próprio território e não prestar, nem permitir apoio militar logístico a pessoas, organizações ou grupos que pretendam desestabilizar os governos dos países centro-americanos.

### NEGOCIAÇÃO EM MATÉRIA DE SEGURANÇA, VERIFICAÇÃO, CONTROLE E LIMITAÇÃO DE ARMAMENTO

Os governos dos cinco estados centro-americanos com a participação do Grupo de Contadora, no exercício de sua função mediadora, prosseguirão as negociações sobre os pontos pendentes no acordo, nos assuntos de segurança, verificação e controle presentes no projeto da Ata de Contado

ra para a Paz e a Cooperação na América Central.

Essas negociações incluirão também medidas para o desarmamento das forças irregulares que estejam dispostas a acolher-se aos decretos de anistia.

#### REFUGIADOS E DESPLAZADOS (REFUGIADOS INTERNOS)

Os governos centro-americanos se comprometem a atender com urgência aos refugiados e "desplazados" (refugiados internos), resultantes da crise regional, através da proteção e assistência fornecidas principalmente à saúde, educação, trabalho e segurança, assim como facilitar sua repatriação, reassentamento e instalação, sempre e quando os refugiados assim o quiserem voluntariamente e por uma consulta individual.

Também se comprometem a negociar junto à comunidade internacional, uma ajuda para os refugiados e "desplazados" centro-americanos, tanto de forma direta, mediante convênios bilaterais e multilaterais, como através do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e outros organismos e agências.

#### COOPERAÇÃO, DEMOCRACIA E LIBERDADE PARA A PAZ E O DESENVOLVIMENTO

No clima de liberdade que garanta a democracia, os países da América Central adotarão os acordos que permitam acelerar o desenvolvimento a fim de alcançar sociedades mais igualitárias e livres da miséria. A consolidação da democracia implica a criação de um sistema de bem-estar e justiça econômica e social. Para conseguir esses objetivos os governos negociarão em conjunto, um apoio econômico extraordinário da comunidade internacional.

#### VERIFICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO INTERNACIONAL

##### a) COMISSÃO INTERNACIONAL DE VERIFICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Será criada uma Comissão Internacional de Verificação e Acompanhamento, formada pelos Secretários Gerais ou seus representantes da Organização dos Estados Americanos e das Nações Unidas, e também pelos Chanceleres da América Central, do Grupo de Contadora e do Grupo de Apoio. Esta Comissão terá como função, verificar e acompanhar o cumprimento dos compromissos assumidos pelos presidentes centro-americanos, neste documento.

##### b) RESPALDO E FACILITAÇÃO AOS MECANISMOS DE RECONCILIAÇÃO E DE VERIFICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Com o objetivo de fortalecer a atuação da Comissão Internacional de Verificação e Acompanhamento, os governos dos cinco estados centro-americanos emitirão declaração de apoio ao seu trabalho. A esta declaração, poderão aderir-se todas as nações interessadas em promover as causas da liberdade, da democracia e da paz na América Central. Os cinco governos darão todas as facilidades necessárias para o perfeito cumprimento das funções de verificação e acompanhamento da Comissão Nacional de Reconciliação de cada país e da Comissão Internacional de Verificação e Acompanhamento.

#### CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS

Dentro do prazo de 15 dias a partir da assinatura deste documento, os Chanceleres da América Central se reunirão na qualidade de Comissão Executiva para regulamentar, impulsionar e viabilizar o cumprimento dos acordos assumidos no presente documento e organizar as comissões de trabalho para que a partir dessa data, se iniciem os processos que conduzirão ao cumprimento dos compromissos contraídos dentro dos prazos estipulados, através de consulta, negociações e outros mecanismos que julgarem necessários.

Aos 90 dias contados a partir da data da assinatura deste documento, começarão a reger simultaneamente, de forma pública, os compromissos relacionados com anistia, cessar fogo, democratização, fim da ajuda às forças irregulares ou aos movimentos insurreccionais e a não utilização do território para agredir outros estados, conforme está definido neste documento.

Aos 120 dias contados a partir da data de assinatura deste documento, a Comissão Internacional de Verificação e Acompanhamento analisará o progresso no cumprimento dos acordos previstos no presente documento.

Aos 150 dias, os cinco presidentes centro-americanos se reunirão e receberão um informe da Comissão Internacional de Verificação e Acompanhamento e tomarão as decisões pertinentes.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

As normas estabelecidas neste documento, formam um todo harmônico e indivisível; a assinatura do mesmo significa a obrigação aceita de boa fé de cumprir simultaneamente o que foi concordado nos prazos estabelecidos.

Os Presidentes dos cinco estados da América Central, com a vontade política de responder aos desejos de paz de nossos povos, subscrevemos este acordo de paz, na Cidade de Guatemala, aos sete dias do mês de agosto de mil novecientos e oitenta e sete.

OSCAR ARIAS SANCHEZ	Presidente da República da Costa Rica
JOSÉ NAPOLEÓN DUARTE	Presidente da República de El Salvador
VINÍCIO CEREZO ARÉVALO	Presidente da República da Guatemala
JOSÉ AZCONA HOYO	Presidente da República de Honduras
DANIEL ORTEGA SAAVEDRA	Presidente da República da Nicarágua

#### Cronologia do acordo de paz

A seguir, publicamos a cronologia do acordo de paz assinado na Guatemala, no último dia 7 de agosto. A cronologia, que abrange a agenda prevista para o cumprimento dos compromissos por parte dos governos centro-americanos, em sua primeira parte - do dia 1 de agosto a 18 de setembro - é o registro de fatos históricos que já permitem definir as posturas de alguns governos envolvidos na crise regional. Dentre esses fatos, destacam-se a reprovação do acordo de paz pela administração Reagan (pediu 270 milhões de dólares aos "contras", quando o acordo começava a ser cumprido) e as gestões do governo da Nicarágua, primeiro país que iniciou o cumprimento das normas do acordo de paz.

## AGENDA DO ACORDO

AGOSTO

DIA

- 1 - Chanceleres reunidos em Honduras chegam a um acordo sobre os "Consensos básicos para a assinatura de um acordo de Paz".
- É apresentado o "Plano Honduras", como parte da manobra norte-americana que objetivava boicotar a reunião de Contadora.
- 4-5 - Reunião dos chanceleres na Guatemala.
- 5 - É apresentado o "Plano Reagan", mais uma manobra para boicotar a reunião de Contadora.
- 6-7 - Realiza-se a reunião de Contadora, com os presidentes centro-americanos. O evento ficou conhecido como Esquipulas II.
- 7 - Assinatura do acordo que contém 11 compromissos para a paz.
- 11 - Nicarágua convida a Igreja e os partidos políticos para formar a comissão de reconciliação.
- 12 - El Salvador convida a Igreja e os partidos políticos para formar a comissão de reconciliação.
- Caspar Weinberger, Secretário de Defesa dos EUA, diz que seu governo tem duas dúvidas sobre o plano de paz.
- 13 - Reagan discursa ao povo norte-americano e reitera seu apoio aos "contras".
- FMLN (Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional) de El Salvador, aceita o diálogo com o governo.
- O governo soviético declara que respeitará a decisão tomada pelos presidentes centro-americanos.
- 14 - Daniel Ortega e Fidel Castro apóiam o plano e propõe a necessidade de um acordo específico sobre a retirada de assessores militares estrangeiros da América Central.
- 15 - Philip Habib, enviado especial de Reagan para a América Central, renuncia.
- 18 - Elliot Abrams, subsecretário para Assuntos Latino-americanos, dos EUA, afirma que o acordo de paz é "preliminar".
- 20 - O chanceler Madrigal Nieto (Costa Rica) refuta a declaração de Abrams, ao afirmar que "essa declaração do subsecretário norte-americano não tem razão de ser, porque o acordo da Guatemala foi assinado pelos presidentes centro-americanos e são eles que definem o seu caráter e alcance".

21 - A "contra", em princípio, aceita dialogar.

23 - É constituída a Comissão Internacional de Verificação e Acompanhamento, em Caracas (Venezuela). É assegurada a Contadora, a mediação nos assuntos de segurança, desarmamento e verificação do cumprimento dos acordos.

26 - Nicarágua permite o regresso dos sacerdotes exilados. É formada a Comissão Nacional de Reconciliação com: Sergio Ramirez, do governo; cardeal Obando y Bravo, da Igreja; Gustavo Parajón, personalidade de destaque nacional; e Mauricio Diaz, dos partidos políticos.

27 - FMLN propõe um cessar fogo temporário para iniciar o diálogo com o governo, em meados de setembro.

- Reagan reúne-se com os chefes da "contra", em Los Angeles: promete arranjar-lhes mais ajuda econômica e militar.

SETEMBRO

DIA

3-4 - Os chanceleres centro-americanos se reúnem para redigir o texto de formação do Parlamento Centro-americano.

18 - Reunião dos chanceleres centro-americanos em Manágua.

AGENDA PENDENTE

SETEMBRO

DIA

23 - Oscar Arias, presidente da Costa Rica irá às Nações Unidas - é provável que os demais presidentes centro-americanos estejam presentes.

30 - Termina o prazo legal da última ajuda dos EUA aos "contras". Possível esgotamento das reservas de petróleo da Nicarágua, caso não receba novos carregamentos.

OUTUBRO

- Nova reunião dos chanceleres, prevista para meados do mês.

NOVEMBRO

7 - Término do prazo previsto no acordo de paz, para todos os países centro-americanos, na resolução das questões sobre: anistia, cessar fogo, democratização, fim da ajuda às forças

irregulares e fim da permissão do uso do território para agredir outros países.

DEZEMBRO

DIA

7 - A Comissão Internacional de Verificação e Acompanhamento, fará avaliação dos progressos do acordo de paz.

JANEIRO DE 1988

DIA

7 - Os presidentes centro-americanos se reunirão no encontro Esquipulas III, a fim de avaliar e tomar decisões sobre os avanços e problemas do acordo de paz.

PRIMEIRO SEMESTRE DE 1988

- Eleições para o Parlamento Centro-americano.

Esquema reproduzido da Revista "Aportes" da Costa Rica e atualizado pelo SISAC.

\*\*\*\*\*

## Porque não há paz na América Central

Desde o final da década de 50 e início dos anos 60, o povo centro-americano começou a organizar-se e mobilizar-se nos países da região.

A organização desses povos nascia de uma mesma raiz: a rebeldia contra as formas subumanas de vida, a repressão desenfreada praticada pelos governos, a presença de ditaduras militares e civis apoiadas pelas forças armadas que estabeleceram regimes carentes de qualquer justiça social, beneficiando as classes dominantes e impondo a miséria absoluta às maiorias trabalhadoras do campo e da cidade.

O início da mobilização popular frente à repressão implacável que sofria, evidenciava uma luta totalmente desigual e um número de vítimas de tal magnitude que parecia indicar a existência de uma guerra deflagrada na América Central, embora o povo estivesse desarmado e o movimento de guerrilhas ainda incipiente. Por sua vez, as forças armadas dos exércitos centro-americanos, eram fartamente equipadas pelos Estados Unidos e seus oficiais treinados em escolas norte-americanas; no aprendizado incluíam-se práticas de tortura, operações anti-guerrilha e a ideologia da segurança nacional.

A partir da década de 70, surgem ou renascem movimentos insurreccionais, isto é, movimentos armados que contam com base e grande apoio popular, para em pé de igualdade enfrentar a guerra que era imposta pelos governos há muitos anos. Neste caso, estão El Salvador, Nicarágua contra

Somoza e Guatemala contra as ditaduras militares.

Desde o surgimento da ideologia da segurança nacional, adotada pelos Estados Unidos na década de 50, que essa potência tomou a América Central como a sua área de influência e exploração exclusiva. Assim, não só à União Soviética estaria proibida a presença na região, como à outra potência do mundo capitalista, caso não atuasse em cooperação com os Estados Unidos.

O imperialismo norte-americano dominou a América Central através de numerosas manobras e pressões políticas, militares e econômicas. Governos eleitos eram derrubados por golpes militares patrocinados pela Casa Branca, atos de governo eram realizados somente com a aprovação dos EUA, ou mesmo determinados por eles, as políticas de relacionamento entre os países da região eram arquitetadas pelo "aliado do norte" em troca de dólares e apoio político, as eleições sem exceção eram fraudulentas e coincidentemente, sempre vencidas pelo candidato que tivesse melhores relações com Washington.

Mas em 19 de julho de 1979, apesar de toda a pressão regional e das milionárias ajudas dos EUA ao governo de Somoza, a Nicarágua terminou com a hegemonia norte-americana no país. Foi o sinal para que os EUA percebessem que alguma coisa não estava dando certo. Ao mesmo tempo, em El Salvador e na Guatemala, os movimentos insurreccionais se uniam e eram a bertas perspectivas de vitória para o movimento popular.

Não foi necessário esperar muito tempo pela reação dos EUA, com Ronald Reagan no poder. Aumentou a ajuda aos governos centro-americanos e como resultado, a repressão atingiu níveis assustadores - em El Salvador, 60 mil pessoas morreram (a maioria camponesas) e 35 mil estão desaparecidas; na Guatemala 100 mil pessoas foram assassinadas, 30 mil estão desaparecidas e há 2 milhões de guatemaltecos refugiados dentro e fora do país; na Nicarágua, somente na guerra contra Somoza, 50 mil pessoas morreram.

Se em El Salvador e na Guatemala, a tragédia interna deve-se à guerra entre os governos ditatoriais ou ilegítimos contra o povo organizado em armas, a atual guerra na Nicarágua deve-se a fatores exclusivamente externos. Nicarágua não vive um conflito interno, mas uma agressão externa, cujo único responsável é o governo norte-americano. Aqueles que lutam contra Nicarágua, tendo suas bases instaladas fora do país e treinados por oficiais norte-americanos, não lutam por um ideal, por outro regime e sistema de governo: seu único atrativo são os 500 dólares mensais que recebem para animá-los a destruir escolas, postos de saúde, torres de energia, executar a população civil, torturá-la e realizar atos de terrorismo, destruindo casas, matando animais de criação e gado e queimando a colheita dos camponeses. Um dos fatores que também levam à animação dos "contras", como são conhecidos os mercenários que lutam contra o povo da Nicarágua, é a presença maciça de drogas e o lucrativo negócio que se faz com elas.

Desde o início da revolução sandinista, Ronald Reagan deixou claro que não toleraria esse regime em sua área de influência: a América Central. Quando os sandinistas triunfaram, cerca de 100 mil ex-guardas somozistas, fugiram para a montanha acoçados pelas milícias populares que os perseguiam. Reagan esperava que a revolução não fosse adiante e que a burguesia nicaragüense rapidamente tomaria o poder, abandonando aos sandinistas, que de fato, foram os responsáveis pela derrubada de Somoza.

No entanto, o povo não só estava ao lado dos sandinistas, como era sandinista, recusando-se a aceitar um regime "somozista" sem Somoza. Nesta conjuntura, foram os Estados Unidos que retiraram os ex-guardas somo-

zistas da Nicarágua, agrupando-os e treinando-os em Honduras com o objetivo de retomar o poder na Nicarágua. A partir daí teve início a agressão norte-americana contra Nicarágua, que dura seis anos.

Os Estados Unidos têm várias opções para agredir Nicarágua além da utilização de mercenários. Inclusive já usou várias dessas opções sem obter porem, o resultado desejado. Reagan tentou fabricar conflitos fronteiriços entre Nicarágua, Honduras e Costa Rica, acusando o primeiro país de invadir os dois últimos com intenções de expandir a revolução. A acusação careceu de tanto fundamento, que a comunidade internacional ignorou a denúncia de Reagan.

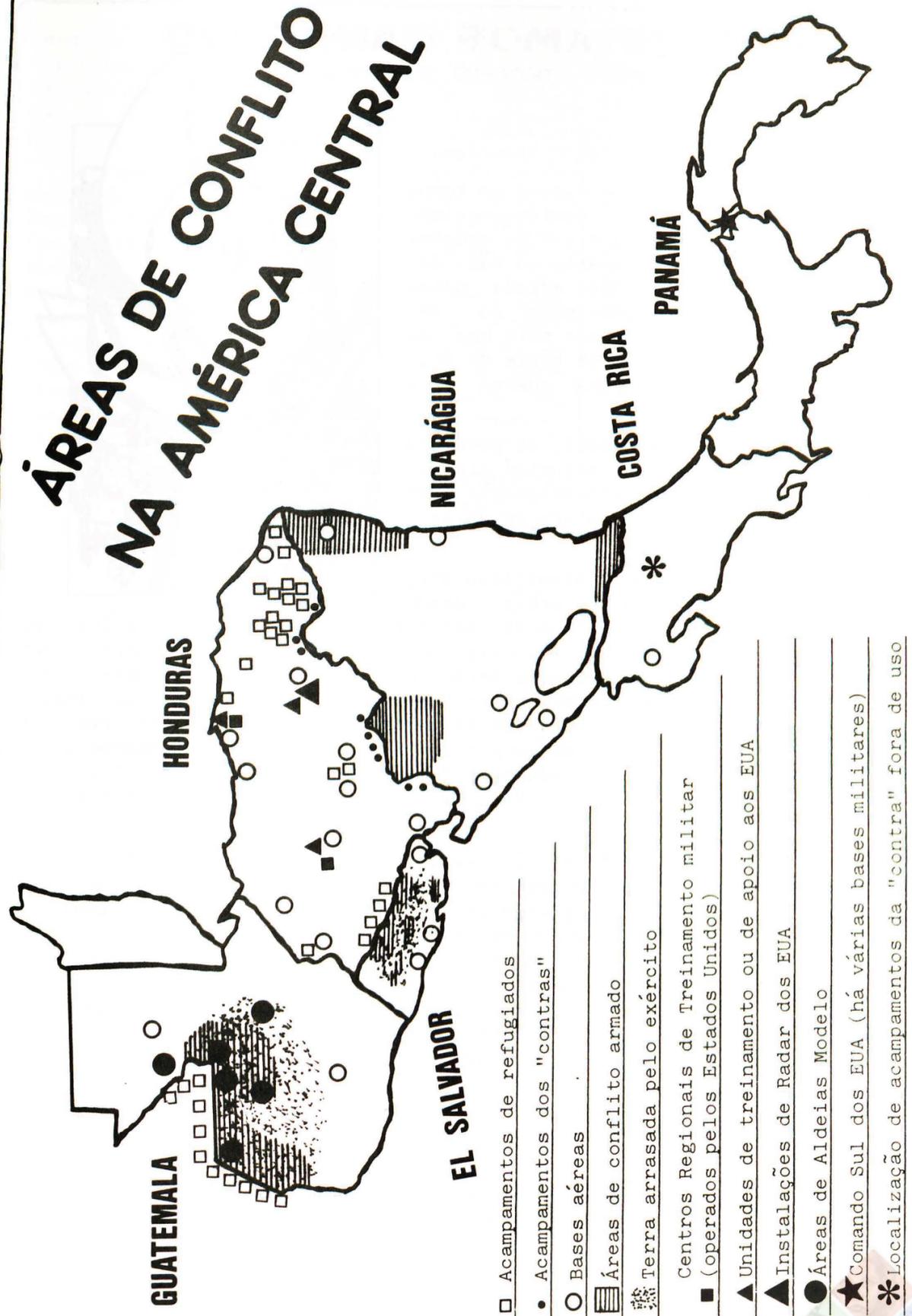
Os conflitos salvadorenho e guatemalteco são exclusivamente internos, embora a presença norte-americana seja marcante. Na Guatemala, o povo camponês e indígena está confinado nas aldeias modelo pelo exército. Essas aldeias são cópias dos campos de concentração que os EUA instalaram no Vietnã para confinar a população civil. Outra técnica contra-insurgente aplicada no país, com inspiração norte-americana é o uso de desfolhantes (como o agente laranja e o napalm) nas áreas agrícolas e nas selvas da Guatemala para destruir toda a forma de vida nas regiões onde há suspeita de que o povo ajude à insurgência ou onde estejam instalados acampamentos guerrilheiros.

Em El Salvador, o exército bombardeia povoados civis, queima plantações e casas, executa os opositores e também usa armas químicas contra o campesinato. Em ambos países a extrema-direita, muito poderosa, não aceita a solução pacífica dos conflitos e aposta no prolongamento da guerra e no fortalecimento da repressão. A solução, para esse grupo, deve ser militar e confia na constante ajuda econômica e militar dos EUA.

Em Honduras, o movimento insurrecional está começando e não tem organização. No entanto, é provável que dentro de poucos anos, surja um grande conflito interno, provocado não só pela situação de pobreza e repressão, como também pela presença da "contra" no país.

Derrotados por Nicarágua, os contra-revolucionários, começam a abandonar as armas e estabelecer-se em Honduras. Estão organizados em grupo e possuem um armamento mais sofisticado que o do exército hondurenho. A presença da "contra" começa a provocar sérios conflitos sociais em Honduras, dada a violência que pratica contra o povo hondurenho, desalojando-os de suas fazendas, destruindo seus povoados e seus locais de trabalho. O povo está insatisfeito com a presença da "contra" no país e caso o governo não tenha forças para expulsá-la do país, as organizações populares entrarão em conflito aberto com o governo. Na eventualidade desta hipótese concretizar-se os Estados Unidos se verão na confortável situação de serem os únicos responsáveis pelo surgimento de um movimento insurrecional em área de sua influência.

Os conflitos na América Central, têm atrás de si o poderoso instigador das guerras, que está presente em todas as partes do Terceiro Mundo, interferindo nos destinos de dezenas de povos. Na América Central, os povos vêm lutando à custa de dor, sofrimento e perdas de vidas, por uma sociedade justa, negada desde o início deste século pelo imperialismo norte-americano. Para a sua sobrevivência, os Estados Unidos precisam impor a miséria aos povos sob o seu comando, colocando no poder, pessoas de confiança que reproduzam o modelo repressivo quando a população recusar-se a aceitar a fome, o desemprego, as enfermidades, a falta de liberdade e que outros decidam o seu futuro. A guerra na América Central, nasce portanto, das imposições norte-americanas, do seu desrespeito à autodeterminação, soberania e dignidade do povo pobre da região. ●



## PORQUE ESTAMOS GANHANDO

### O histórico acordo centro-americano e Nicarágua

Editorial do jornal Barricada- órgão oficial da Frente Sandinista - Nicarágua

Havia apenas uma expectativa em torno da reunião dos presidentes centro-americanos, marcada para os dias 6 e 7 de agosto: era saber se ela se realizaria ou não. Sabotada pelos Estados Unidos, adiada pelos aliados mais próximos desse país na região, parecia destinada a ser mais uma da longa e por vezes frustrante série de reuniões tendentes a evitar uma guerra regional.

Mas, para surpresa geral, os governantes encontraram pontos de coincidência suficientes que levaram à concretização de um fato histórico: a assinatura de um acordo de paz.

Chegar até esse ponto significou atravessar um caminho semeado de ardis desde janeiro de 1983, quando o Grupo de Contadora iniciou as suas gestões para conseguir uma solução política à crise provada pela intransigência da administração Reagan. Esse processo sofreu numerosos altos e baixos: o início das conversações bilaterais entre Nicarágua e Estados Unidos, rompidas depois unilateralmente por Washington; a proposta da Ata de Paz de Contadora e a reprovação da mesma por parte da Costa Rica, Honduras e El Salvador; as tentativas de Honduras e El Salvador de formar um bloco oposto a qualquer iniciativa nicaraguense e para evitar a reunião entre os presidentes, etc.

A lista dos desencontros, não levava a crer que desta vez as coisas seriam diferentes. Porém, na realidade, as condições eram propícias. Houve a confluência da posição guatemalteca, segundo a qual é impossível alcançar a paz sem Nicarágua e as sérias tentativas do presidente da Costa Rica, Oscar Arias na luta por romper o estilo de governo do seu predecessor, Luis Alberto Monge e recuperar a direção da política exterior do seu país. E, não menos importante, os nicaraguenses vão ganhando a guerra contra os mercenários; sem dúvida o fator militar teve um peso importante na hora das negociações políticas. Nicarágua não está atravessando um período igual ao de 1984 e princípios de 1985 quando a "contra" chegou ao máximo de sua capacidade, ocasião que os Estados Unidos se sentiram suficientemente fortalecidos para romper as conversações apenas iniciadas com Nicarágua, em Manzanillo.

É de admirar o procedimento soberano dos presidentes de Honduras e El Salvador, os mais vulneráveis do ponto de vista de sua dependência econômica com os Estados Unidos. No caso hondurenho, seguramente, o fator de peso é o grande problema em que se transformou o exército contra-revolucionário e as pressões de todo tipo exercidas sobre o presidente José Azcona Hoyo para que se livre dessas forças corruptas e, o pior de tudo, derrotadas.

Independente das razões de cada país, aí está para a história o fato



concreto de que os governantes centro-americanos mostraram um grau de autonomia, que há anos não se via e moldaram sua disposição de trabalhar em uma solução negociada às suas diferenças ideológicas.

O que implica para Nicarágua, o acordo assinado? Em princípio, continuar trabalhando na direção empreendida em 19 de julho de 1979, construindo a democracia. Continuar o diálogo com a oposição política legal; manter a política de anistia para aqueles que depuserem as armas; promover a participação popular na tomada de decisões; a organização dos partidos políticos; a livre divulgação de pensamento e a realização de eleições livres com observação internacional, como foram as de 1984.

Contudo, o acordo não implica o diálogo com a contra-revolução. Nicarágua mantém o princípio de não negociar com os testa de ferro assalariados da CIA, mas com o chefe do projeto contra-revolucionário, que é o presidente dos Estados Unidos.

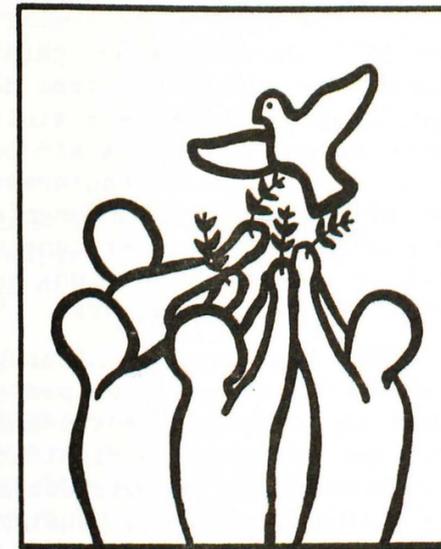
No acordo, o item sobre a Reconciliação Nacional fala da criação de mecanismos que permitam, segundo a lei de cada país, o diálogo com os grupos opositores desarmados e legalmente constituídos.

Não se trata tampouco, do desmantelamento do governo atual, quando no acordo se assume o compromisso de realizar eleições; as eleições são para escolher os representantes do Parlamento Centro-americano, no primeiro semestre de 1988 e as eleições gerais em cada país, conforme estabelecido na Constituição política do mesmo.

Tampouco implica revogar o estado de emergência, que só poderá ser feito quando terminar a agressão militar norte-americana, porque o documento é indivisível em sua execução. Quer dizer, não se pode dar um passo que ponha em perigo a segurança da Nicarágua, se não terminar a ajuda às forças irregulares, tal e como solicitam os presidentes centro-americanos aos governos de fora da região.

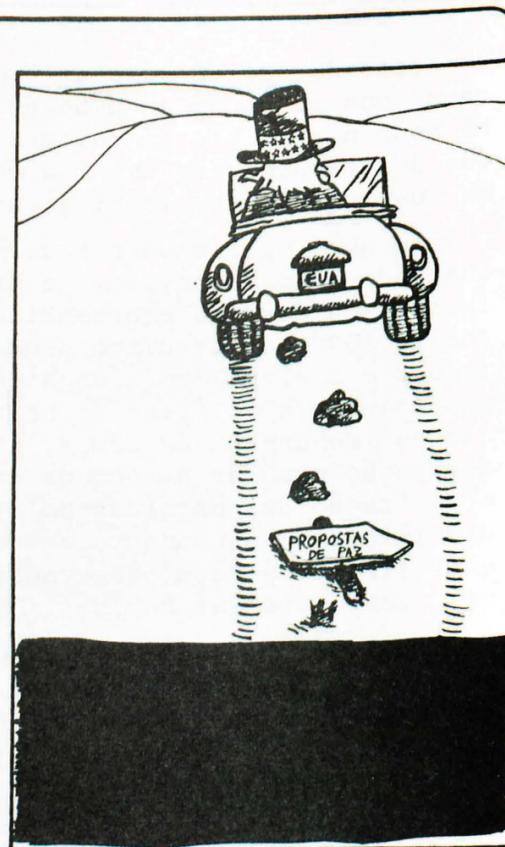
Acabar com o apoio às forças irregulares depende, de uma parte, dos centro-americanos; mas outra parte escapa de suas mãos. Está nas mãos dos centro-americanos proibir o uso de seus territórios para agredir outro país e retirar o apoio logístico aos mercenários, por exemplo. Mas ainda tem grande peso o que os presidentes chamam de "fator extra-regional", que para Nicarágua é a pretensão política dos Estados Unidos.

É por isso que o acordo, apesar de não ter precedente na América Central, não deve levantar falsas expectativas. Continua necessário um diálogo com os governantes norte-americanos que na verdade determinam a política de agressão na América Central. Desde que Nicarágua assinou o acordo de paz, vem chamando Washington para dialogar e normalizar as relações. Pela mesma razão, Nicarágua aceitou de imediato estudar a proposta dos Estados Unidos e que este examine as propostas nicaraguenses e ambos encontrem pontos de convergência para cessar a ajuda financeira às forças mercenárias e contribuir para o êxito do compromisso de paz dos centro-americanos.



É por isso também que fica pendente uma delicada discussão, paralizada há meses em Contadora. É o tema da segurança, verificação, controle e limitação dos armamentos dos países, assim como o desarmamento das forças irregulares. É o assunto que atinge mais profundamente as raízes da política norte-americana na área e o único que, caso resolvido, pode de fato garantir a paz duradoura.

Por enquanto, os nicaraguenses saboreiam um êxito que lhes pertence pela assinatura do acordo centro-americano. Este povo que defende com dignidade e valentia a independência conquistada em 1979, tornou possível chegar à Guatemala em uma posição firme e fortalecida. E este povo não baixará a guarda; sabe que os estrategistas de Washington devem estar pensando em uma forma de sabotar o acordo... foi revelador o silêncio guardado pela Casa Branca durante dois dias após a assinatura. Nicarágua está vigilante. Aqui ninguém se rende. ●



## Agora depende de Washington

### ORTEGA OFERECE DIÁLOGO

#### Barricada

Nicarágua convidou o governo dos Estados Unidos para iniciar um diálogo imediato sem condições, para discutir uma "proposta de paz" apresentada pela administração Reagan às vésperas da reunião dos presidentes centro-americanos que acabou por realizar-se nos dias 6 e 7 de agosto.

A reação de Manágua apanhou de surpresa os políticos de Washington. No mesmo dia em que o presidente Ronald Reagan, divulgou o seu plano (em 5 de agosto), o presidente da Nicarágua tomou o jogo em suas mãos.

Daniel Ortega, presidente da Nicarágua, declarou estar disposto a iniciar de imediato, em Manágua, Washington ou em outro país "um diálogo incondicional para discutir a iniciativa norte-americana e as nicaraguenses, com o fim de construir um processo de negociação que resulte em um acordo justo e comprovável".

A mensagem oficial do governo nicaraguense foi clara ao destacar que uma negativa ao diálogo obrigaria a pensar que a proposta da administração Reagan estava encaminhada a boicotar os esforços de paz na região.

O presidente Reagan pretendia que o seu plano fosse discutido na Guatemala pelos cinco governantes centro-americanos, mas eles recusaram-se a fazê-lo.

Oscar Arias da Costa Rica, pediu que a agenda da reunião fosse respeitada, centralizada que era em sua proposta de paz para a América Central. Vinício Cerezo, presidente da Guatemala, foi taxativo: "Não devemos cair na armadilha... hoje, o que tem mais importância, o que mais interessa, seremos nós que iremos decidir na reunião dos presidentes centro-americanos". Daniel Ortega pôs as coisas em seu devido lugar.

Durante uma coletiva de imprensa, momentos antes da reunião presidencial, Ortega afirmou que seria discutido exclusivamente o Plano Arias que se insere nas negociações conduzidas pelo Grupo de Contadora.

#### OS PLANOS DE REAGAN

O presidente da Nicarágua respondeu a numerosas inquietações dos jornalistas sobre a sua oferta de dialogar com os Estados Unidos. Ortega afirmou que considerava positiva a iniciativa de Reagan porque ela possibilitava a abertura de negociações bilaterais e chegar a compromissos firmes sobre a questão de segurança dos dois países.

A proposta de Reagan, apresentada como um plano bipartidário, oferece suspender toda ajuda militar para a "contra" se for negociado um cessar fogo "em condições aceitável para as partes envolvidas", e sujeito à verificação da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Também propõe, como "demonstração de boa fé", cessar as manobras militares em Honduras, caso houver o cessar fogo na Nicarágua. O documento dos Estados Unidos destaca como "preocupações legítimas" suas, as seguintes questões:

- que não haja bases soviéticas, cubanas ou do bloco comunista na Nicarágua.
- que Nicarágua nunca ameace militarmente seus países vizinhos, nem respalde uma base de operações para a subversão ou desestabilização de governos devidamente eleitos no hemisfério.
- que o governo respeite os direitos humanos básicos de seu povo, garantidos na Constituição Política e prometidos na OEA.

A Casa Branca pede que Manágua suspenda a lei de emergência nacional, decrete a anistia geral aos contra-revolucionários e dê a eles "direitos iguais de participação no processo político". Se cumprir com essas condições, os Estados Unidos oferecem parar o reabastecimento das forças mercenárias,



suspender o boicote comercial e reestabelecer os programas de assistência econômica em favor da Nicarágua. Washington fixa como data limite para essa negociação, o dia 30 de setembro de 1987.

#### A RESPOSTA DE ORTEGA

Na coletiva de imprensa, Daniel Ortega evitou comentar os termos do plano da Casa Branca, mas afirmou estar disposto a negociar com os Estados Unidos um acordo sobre segurança que satisfaça aos dois países.

"Nicarágua -declarou Ortega- também tem um conjunto de propostas a apresentar.... Estamos dispostos a chegar a acordos com observação internacional para cessar a política de agressão dos Estados Unidos".

O presidente considerou fundamental chegar a compromissos firmes para tornar a região centro-americana em uma zona neutra, sem presença militar estrangeira.

Ortega convidou Reagan a provar a vontade de ambos, iniciando imediatamente as negociações. Para tanto, propôs a presença, como observadores, de deputados democratas e republicanos dos Estados Unidos, assim como representantes do Grupo de Contadora, a fim de fornecer "as bases propícias para avançar a negociação".

"Aí nos colocaríamos à prova. Aí se veria se essa proposta do presidente Reagan, foi feita com fim puramente propagandístico para impressionar a opinião pública e ao Congresso norte-americano e assim conseguir a aprovação de mais verbas para prolongar a guerra; ou se, efetivamente, está decidido a chegar a um entendimento, a um acordo de paz firme e duradouro".

A oferta do governo nicaraguense deixou Washington em apertos. Sua primeira reação, veio através do secretário de Estado, George Shultz que negou-se a negociar diretamente, alegando que se trata de um assunto regional. Mas o acordo de paz assinado na reunião dos presidentes centro-americanos, poderia propiciar uma mudança na atitude dos governantes norte-americanos, na medida em que resolve a maioria das inquietações formuladas na proposta de Reagan.

#### BUSCAR O LADO POSITIVO

Segundo o jornal "The New York Times", funcionários da Casa Branca admitiram que o plano da administração Reagan foi elaborado de tal forma que deveria provocar a total desaprovação da Nicarágua e assim favorecer a aprovação de mais ajuda para a "contra".

Apesar de tudo isso, Ortega depositou um voto de confiança no Congresso norte-americano, ao não acolher a proposta da administração Reagan, como um "ultimatum" ao seu governo.

Essa preocupação, levantada em Washigton por vários congressistas e meios de comunicação mais influentes, se baseia na coincidência entre o prazo estabelecido como limite para as negociações e o início do debate na Câmara sobre o novo pedido de financiamento aos "contras". Reagan ao mesmo tempo que apresentava a "proposta de paz", solicitava mais 270 milhões de dólares para ajudar os mercenários.

"Confiamos que o Congresso norte-americano não será tão ingênuo a ponto de aceitar a proposta de Reagan como um "ultimatum" contra Nicarágua, pois estaria avalizando uma declaração de guerra e a intervenção de

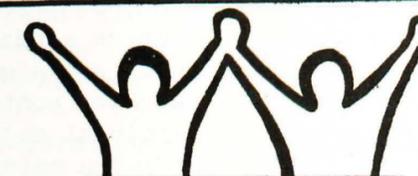
tropas estadunidenses na Nicarágua".

Ortega prefere considerar essa iniciativa como uma fórmula para iniciar um processo negociador e não como uma imposição. Por seu critério é preciso buscar o lado positivo e animar os Estados Unidos a ativar um diálogo imediato com Nicarágua para chegar a um acordo justo e honrado.

"Afinal de contas -concluiu Ortega- é na sobrevivência da revolução nicaraguense que se joga o futuro dos processos de abertura democrática na América Latina e Caribe". ●

## O DIÁLOGO VENCEU

### O acordo e El Salvador



Carta a las Iglesias (El Salvador)

Apesar das sucessivas manobras do governo Reagan para boicotar a reunião na Guatemala -tentou até adiá-la, exercendo pressões sobre Napoleón Duarte, presidente de El Salvador- os governos centro-americanos não só a realizaram, como dela resultou o acordo de paz denominado "Procedimentos para o estabelecimento de uma paz firme e duradoura", que significa o mais importante acontecimento para a paz, ocorrido nesta década na América Central.

Contudo, o acordo de paz significa um êxito relativo, pois espera-se que a administração Reagan tudo fará para tornar impossível o cumprimento das regras estabelecidas no documento. Por outro lado, é possível que as medidas para a pacificação regional presentes no documento, não estejam formuladas exatamente nos termos desejáveis por Nicarágua e pelas Frentes Farabundo Martí para a Libertação Nacional e Democrática Revolucionária - (FMLN-FDR) de El Salvador. A ambas, o acordo de paz não pode solucionar sérios problemas a nível externo, que convergem sempre para as ações intervencionistas dos Estados Unidos nos assuntos internos desses países. Mas em seu conjunto, o "Procedimento" para a paz, representa um dispositivo capaz de viabilizar soluções razoáveis à crise regional e aos conflitos internos em cada um dos cinco países. A falta de garantia norte-americana em respeitar todos os acordos do "Procedimento", assim como as críticas que o documento vem recebendo por parte dos defensores do anticomunismo e daqueles que acreditam apenas na solução militarista aos problemas estruturais na América Central, acabam significando que o acordo da Guatemala é uma medida razoável, que por si só deslegitima essas posições da extrema-direita regional e norte-americana.

Segundo as fanáticas forças da extrema-direita, o "Procedimento" nada mais é que uma proteção para a revolução sandinista consolidar-se na Nicarágua e assim poder continuar o seu processo de expansão pela América Central. Em outras palavras, segundo essas forças, os presidentes centro-americanos finalmente teriam caído na armadilha e feito o jogo da revolução sandinista.

Parece compreensível, de certo modo, que as forças anticomunistas e militaristas de extrema-direita, fiquem apreensivas com o acordo de paz, porque nele Nicarágua conseguiu finalmente, que os governos da região reconhecessem as suas justas reclamações contra a agressão que sofre por parte da administração Reagan. O "Procedimento" não designa nominalmente

a agressão norte-americana através dos "contras", mas os pontos 5 (fim da ajuda às forças irregulares ou aos movimentos insurreccionais) e 6 (não utilização do território para agredir a outros estados), são suficientemente claros quanto a exigir que os Estados Unidos parem de financiar os contra-revolucionários e que Honduras os expulse do país.

Em princípio, a FMLN-FDR ficou apreensiva com a proposta de paz contida no Plano Arias (do qual o "Procedimento" retirou as bases fundamentais para a formulação dos acordos). Aparentemente, suas maiores reservas estariam no ponto 5 do "Procedimento", na medida em que é exigida a suspensão de todo tipo de ajuda ou respaldo por parte dos governos regionais ou extra-regionais a qualquer movimento insurreccional que opere na América Central. Trata-se, contudo, de um problema menor, porque a FMLN é um movimento insurreccional cuja base de operações está no próprio território de El Salvador e seu maior respaldo e colaboração provém do apoio popular interno; sua situação é totalmente diferente da dos mercenários que agridem Nicarágua a partir de acampamentos sempre instalados em outros países e cujos respaldos fundamentais são os dólares e as armas fornecidas pela administração Reagan.

Além do ponto 5 do "Procedimento", a FMLN-FDR, teria também algumas reservas em relação ao ponto 1, que fala sobre a reconciliação nacional, uma vez que o documento anima aos governos a realizar um diálogo com os "grupos desarmados de oposição política interna e com aqueles que tenham sido acolhidos pela anistia". Segundo a FMLN-FDR, isso daria razão à pretensão do governo de Duarte de aceitar o diálogo somente quando a insurgência depuser as armas.

Apesar das reservas, também para a FMLN-FDR, os acordos da Guatemala, no geral, constituem uma iniciativa aceitável para o sucesso da paz. De fato, os pontos 1, 2, 3 e 8 do "Procedimento", relativos à reconciliação nacional, fim das hostilidades, democratização e refugiados e "desplazados", estão de acordo não só com o espírito, como também com as propostas de paz apresentadas pela FMLN-FDR ao governo salvadorenho e que este sempre recusou-se a discutir. As medidas contidas no ponto 3 (democratização), por exemplo, coincidem plenamente com a orientação da última proposta de 18 itens apresentada pela FMLN-FDR no fim de maio deste ano, sendo totalmente recusada pelo governo que sequer aceitou sentar à mesa de negociação.

Segundo o texto do "Procedimento", a democratização na região, não seria viável, caso não fossem cumpridas algumas condições mínimas: 1) promoção da justiça social; 2) respeito aos direitos humanos; 3) soberania; 4) integridade territorial; 5) direitos de todas as nações a determinar livremente e sem interferências externas de qualquer tipo, seu modelo econômico, político e social; 6) aperfeiçoamento dos sistemas democráticos, representativos e pluralistas que garantam a organização de partidos políticos; 7) efetiva participação popular na tomada de decisões; 8) livre acesso das várias correntes de opinião aos processos eleitorais honestos e periódicos, legitimados na plena observação dos direitos dos cidadãos.

No que diz respeito ao governo salvadorenho, o presidente Duarte começou a reunir-se com vários grupos para explicar a sua interpretação dos compromissos que o "Procedimento" supõe para o país e negociar a formação da Comissão Nacional de Reconciliação determinada no documento.

Napoleón Duarte discursou na Assembléia Legislativa e pediu que a FMLN-FDR "aceite incorporar-se ao processo democrático dentro do conteúdo, espírito e procedimentos", estabelecidos na Guatemala; propôs ainda que a fim de cumprir o cessar fogo, determinado no ponto 2 do documento, tanto a FMLN-FDR como a Resistência Armada Nicaragüense, deveriam pronunciar-se publicamente antes de 30 de agosto, sobre suas posições em relação ao "Procedimento". No caso de ambas as partes responderem positivamente, Duarte propôs que no dia 15 de setembro realize-se o diálogo entre o governo salvadorenho e a FMLN-FDR para discutir o cessar fogo, enquanto na Nicarágua, no mesmo dia e com a mesma finalidade, o governo nicaragüense e a resistência armada façam o mesmo. Mas os "contras" não aceitaram o cessar fogo, animados com a nova ajuda prometida por Reagan e a FMLN-FDR ainda está estudando os termos do acordo de paz celebrado na Guatemala, embora tenha aceito o dia 15 de setembro para dialogar.

Esse modo de agir de Napoleón Duarte, revela a sua pretensão de retirar da FMLN-FDR as bandeiras do diálogo interno (sempre proposto pela insurgência, com documentos bem elaborados e com vários pontos que coincidem com o recente acordo da Guatemala). Por outro lado, Duarte torna-se o porta-voz de Reagan, ao afirmar que é a mesma coisa o seu governo dialogar com a FMLN-FDR e Nicarágua dialogar com os "contras". Esse tipo de comparação é absurda; os conflitos são totalmente diferentes: Nicarágua sofre a agressão externa dos Estados Unidos que utilizam mercenários como testa de ferro e Honduras como base de operações. Em El Salvador, a guerra é interna e está limitada às suas fronteiras. De externa, há a interferência dos Estados Unidos e a ajuda militar ao governo.

Por outro lado, as manobras de Napoleón Duarte não constituem maiores obstáculos, frente à flexibilidade da insurgência salvadorenha que sinceramente desejosa de paz, aceitou o dia proposto pelo governo para dialogar, sustentando ainda que devido à importância dos assuntos a serem discutidos, o encontro deverá prolongar-se até o dia 16 de setembro. Como local de encontro, a FMLN-FDR sugeriu a Nunciatura Apostólica, em San Salvador (capital de El Salvador) e dois assuntos fundamentais de agenda: 1) "ações de reconciliação nacional que permitam a participação popular com garantias plenas, em autênticos processos políticos de caráter democrático sobre bases de justiça, liberdade e democracia"; e 2) continuidade do processo do diálogo para uma solução política.

O processo de pacificação, tanto a nível regional como nacional, deverá passar por inúmeros obstáculos e evitar as pressões contrárias exercidas pelos anticomunistas e fanáticos militaristas. Já em El Salvador, essas forças da extrema-direita tentam bombardear o acordo de paz, afirmando não ser compatível com a Constituição Política nacional. Contudo, o processo iniciado na reunião de paz na Guatemala pode ajudar a abrir os caminhos que levem à solução política do conflito salvadorenho. ●



## HAVERÁ ESFORÇOS PELA PAZ ?

### O acordo e Guatemala

Notícias de Guatemala

É paradoxal, mas o governo da Guatemala transformou-se no mês passado em um destacado anfitrião para a negociação diplomática sobre os problemas da região centro-americana, ao mesmo tempo que continua sendo um governo sem a menor vontade política necessária para buscar soluções políticas ao problema do conflito armado interno na Guatemala. Até agora ficou apenas nos discursos e nas promessas não cumpridas.

O Plano de Paz para a América Central, aprovado na Guatemala no último dia 7 de agosto pelos presidentes da região, abriu várias expectativas na área e no mundo inteiro que acompanha com interesse e preocupação o desenvolvimento da crise regional. No entanto, o grande ausente na discussão dos presidentes, foi justamente o conflito interno da Guatemala, país dessangrado ininterruptamente durante quase três décadas de guerra entre amplos setores populares e o exército governamental armado e treinado pelos Estados Unidos. O documento assinado na reunião Esquipulas II (assim ficou conhecida a reunião do dia 7 de agosto), exclui toda menção direta ao caso particular da Guatemala, fato reforçado pelo Ministro da Defesa - General Gramajo - para não deixar dúvidas e evitar especulações - ao declarar taxativamente à imprensa que o Plano de Paz não se aplica à Guatemala. Se for assim, deve-se entender que nenhum compromisso ou procedimento assumido em Esquipulas II, envolve ou compromete ao movimento popular ou à insurgência armada guatemalteca, nem implica em impor um limite à repressão contra-insurgente do exército contra a população. É nesta hora que devemos perguntar ao presidente Cerezo: Quando haverá esforços concretos pela paz na Guatemala?

O desejo e a necessidade urgente de paz, da procura de uma solução política ao conflito interno, são um sentimento e uma reivindicação cada vez mais sentidos dentro de amplos setores guatemaltecos. A esse respeito já se pronunciaram a Igreja Católica, a Universidade Nacional, as organizações populares e de Direitos Humanos, a maioria dos partidos políticos, sindicatos e a insurgência armada. À medida que esses grupos e entidades definiam as suas posturas, formou-se o consenso que a paz só pode ser consequência da justiça, da transformação das causas que deram origem e sustentação às lutas populares e revolucionárias. É evidente que enquanto persistir o sequestro de cidadãos, operado pelo exército e grupos repressivos e nada for feito para esclarecer o paradeiro de milhares de presos-desaparecidos reclamado pelo Grupo de Apoio Mútuo (GAM), não é possível avançar seriamente a solução de paz. Também é claro que enquanto for mantida a militarização forçada da população camponesa nas patrulhas civis e continuem as formas de concentração repressiva nas aldeias modelo e polos de desenvolvimento é uma falsidade falar de democracia na Guatemala e a perspectiva de paz se afasta perigosamente.

Não é possível falar de paz, enquanto o governo democrata-cristão recusar-se a fazer algum esforço sério que leve à criação das condições necessárias para o retorno voluntário das dezenas de milhares de refugiados guatemaltecos no México e nem sequer dá respostas para as múltiplas reivindicações dos próprios refugiados para integrar comissões representa

tivas, que possam viajar pela Guatemala para conhecer de maneira direta a situação de sua pátria.

### NÃO HAVERÁ PAZ ENQUANTO NÃO FOREM RESPEITADOS OS DIREITOS HUMANOS

A respeito da grave situação vivida na Guatemala, vários membros do Conselho Consultivo da Comissão de Direitos Humanos da Guatemala -CDHG- e personalidades da Costa Rica, entre elas o ex-presidente Rodrigo Carazo, dirigiram uma carta aberta ao presidente Cerezo, durante a reunião dos dias 6 e 7 de agosto para discutir o acordo de paz. Nessa carta, é manifestado o seguinte: "Preocupa-nos que em um ano e meio de governo civil, continuaram as violações dos direitos humanos e as liberdades fundamentais do povo guatemalteco... A Comissão de Direitos Humanos da Guatemala e outros organismos humanitários governamentais e não governamentais já afirmaram que desde 14 de janeiro de 1986 até o mês de março deste ano, receberam denúncias que somam a 572 execuções extra-judiciais e 142 desaparecimentos forçados ou involuntários... até agora não foi processada nenhuma pessoa como autora intelectual ou material destes delitos..."

Em sua carta, o Conselho Consultivo da CDHG, acrescenta que "em matéria de direitos civis e políticos, (é preciso) garantir o respeito à vida, à liberdade, à segurança e à integridade física dos habitantes da Guatemala. Para tanto, é necessário viabilizar uma imediata e efetiva administração da justiça e nomear agora a Comissão Investigadora de caráter imparcial para tratar sobre os desaparecimentos forçados ou involuntários como você mesmo prometeu (o presidente Cerezo) em abril deste ano e como reivindica o povo guatemalteco de muitas maneiras, inclusive através de suas organizações populares e humanitárias, destacando-se o Grupo de Apoio Mútuo". Acrescenta ainda o CDHG que para a paz chegar à Guatemala é indispensável "colocar um ponto final nas várias formas de controle populacional - antes chamadas por aldeias modelo, polos de desenvolvimento, patrulhas de autodefesa civil e coordenadorias institucionais que hoje funcionam com outros nomes- e o fim das operações militares contra a população civil não combatente nas zonas de conflito, respeitando as normas do direito internacional humanitário... Estabelecer e seguir pontualmente as políticas de pluralismo linguístico, social e político que reconheçam e respeitem a dignidade das comunidades indígenas da Guatemala - principais vítimas das formas de controle populacional e operações militares- como membros diferenciados da sociedade global guatemalteca, com cultura, línguas, formas de organização social e terras que lhes são próprias".

Para nenhum observador que conheça minimamente a situação atual na Guatemala, pode passar despercebida a incongruência entre as declarações do presidente Cerezo e do general Gramajo, tentando ocultar ou negar o conflito armado interno e a realidade de uma guerra que intensificou-se nos últimos meses em pelo menos oito estados do país. As constantes denúncias e notícias na imprensa sobre bombardeios aéreos e grandes mobilizações de tropa, a participação de pilotos e helicópteros norte-americanos em operações antiguerrilhas e a aplicação de desfolhantes altamente tóxicos sobre as áreas de combate- com aviões e pilotos da DEA dos Estados Unidos; a aplicação dos desfolhantes na Guatemala segue as mesmas regras da aplicação do agente laranja e do napalm jogados pelos EUA no Vietnã- são exemplos muito claros da magnitude da guerra. Por seu lado, a União Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), que agrupa a insurgência armada, informou em uma transmissão da rádio rebelde "A Voz Popular", ter

causado 220 baixas ao exército do governo no mês de julho e a destruição de três quartéis.

São amplamente conhecidas na Guatemala, as várias propostas de diálogo dirigidas pela URNG ao governo de Cerezo. Também são conhecidas as respostas ambíguas e contraditórias que o governo democrata-cristão pronunciou. A última proposta da URNG divulgada na imprensa poucos dias antes da reunião de Esquipulas II, contém elementos muito importantes. As forças revolucionárias insurgentes ampliam a sua proposta para a realização de um Diálogo Nacional, com a participação de todos os setores políticos e sociais interessados e comprometidos com a busca de uma solução pacífica ao conflito interno na Guatemala.

Foi em meio às mais contraditórias manifestações de funcionários do governo e oficiais do exército, que Vinício Cerezo falou recentemente na possibilidade de estabelecer conversações com a URNG. Mas os passos deverão ir além do simples oferecimento de examinar a possibilidade do diálogo, pois só assim será efetivo o procedimento da importância e seriedade que propõe a insurgência e exigem as condições do país.

Embora com posturas diversas em relação à insurgência, os partidos políticos da Guatemala já se manifestaram favoráveis ao Diálogo Nacional. Alguns dirigentes políticos elogiaram a atitude da guerrilha por expressar sua disposição ao diálogo e acreditam que serão abertas novas perspectivas para o início de um processo que possa levar à paz.

A busca da paz com base na justiça converte-se cada dia na aspiração mais importante da maioria dos setores da sociedade guatemalteca. É indiscutível que o caminho para a paz tem que partir das conversações entre o governo e a insurgência armada, para estabelecer as bases de um grande Diálogo Nacional. O governo democrata-cristão deve responder com seriedade e responsabilidade ou o presidente Cerezo correrá o risco de "levar a luz à rua e a escuridão à sua casa", como diz o ditado, que significa: o presidente, ao animar os mandatários centro-americanos a fazerem um acordo de paz e dialogarem com a oposição armada, abre a possibilidade de paz nos outros países, mas ao negar-se a fazer o mesmo em seu próprio país perpetua a guerra e transformar-se em um obstáculo para a paz na Guatemala. ●



## CUMPRIRÁ O PROMETIDO ?

### O acordo e Honduras

ESPECIAL DA ACEN-SIAG

O acordo de paz só terá sucesso para Honduras, se o governo retirar do país os contra-revolucionários ali instalados. A retirada dos "contras", foi um compromisso assumido por Honduras ao assinar o documento de Esquipulas II (Procedimentos para Garantir uma Paz firme e duradoura na América Central) e um compromisso com o próprio povo hondurenho que é unânime em repudiar a sua presença no país.

A política exterior do presidente hondurenho José Azcona Hoyo, mostra que Honduras é o país centro-americano de maior comprometimento e subserviência aos interesses dos Estados Unidos. Somente em 1986, o governo de Honduras permitiu que os Estados Unidos realizassem 15 exercícios militares em território hondurenho, que envolveram 80 mil soldados norte-americanos e a presença permanente de outros 1.200 soldados na base de Palmarola.

Por essa razão, foi com grande surpresa que a comunidade internacional e o governo norte-americano receberam a notícia de que o próprio Azcona, grande aliado, havia assinado o acordo de paz que coloca em xeque a intervenção militar dos Estados Unidos em Honduras e na América Central.

Segundo observa o "Institute for Food and Development Policy" dos EUA, a política de alinhamento incondicional do governo de Honduras com Washington, o seu apoio aos "contras" e a crescente militarização do país são grandes riscos políticos que podem levar à instabilidade do atual governo.



Os "contras" ocuparam cerca de 350 km<sup>2</sup> do território hondurenho (a área total do país é de 112.088 km<sup>2</sup>). Isso causou um grande descontentamento da população e dos cafeicultores expulsos de suas terras pelos mercenários anti-sandinistas, além de provocar o "desplazamiento" de 16 mil camponeses hondurenhos e o aumento da corrupção das forças armadas.

Os "contras" transformaram-se no mais grave problema interno de Honduras e por causa dele, o governo demonstrou o tímido gesto de autonomia frente às pressões norte-americanas, ao assinar o acordo de paz que determina a saída dos "contras".

Quando os Estados Unidos colocaram os "contras" em Honduras, a ideia era que os mercenários só sairiam desse país quando fossem invadir e estabelecer-se na Nicarágua. Agora, segundo o acordo de paz assinado por todos os presidentes centro-americanos, os "contras" terão que sair de Honduras, mas não irão para a Nicarágua. A pergunta mais angustiante que se coloca ao governo hondurenho é: para onde irão os "contras"? As primeiras impressões indicam que os mercenários continuarão em Honduras, se meando o terror, roubando e matando o próprio povo hondurenho.

Foi diante deste problema, que Azcona Hoyo reconheceu publicamente que o seu país serve como base para agredir Nicarágua, condição que o levou a assinar o acordo de paz e com isso ter garantias legais para a retirada dos "contras".

No entanto, é preciso ter bem claro que o acordo de paz ainda está limitado a conversas diplomáticas. Nenhum "contra" saiu de Honduras em virtude do acordo de paz e não se sabe como retirá-la do país. Por enquanto, em relação a Honduras, a assinatura do acordo serviu para atenuar o descontentamento popular interno, mas não significa ainda um passo concreto à pacificação, uma vez que os "contras", seguindo as ordens de Washington não reconhecem o esforço de paz.

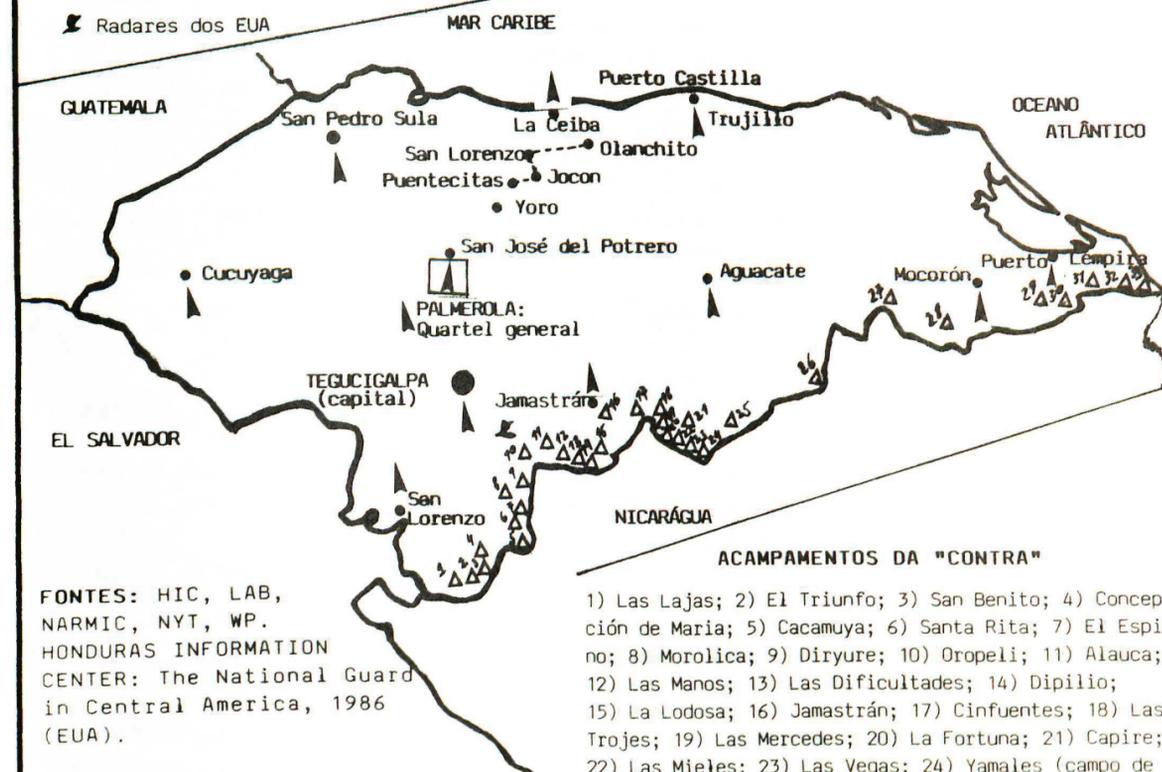
Se considerarmos que a retirada dos "contras" é um desejo sincero do governo de Honduras, veremos que o país chegou a um impasse. Sozinha, Honduras não terá forças para expulsá-los. Então fica a dúvida: quem ajudará Honduras? Com quais forças? Afinal, os "contras" estão organizados em um exército, fortemente equipados com armamentos sofisticados e treinados pelos Estados Unidos. Se os "contras" se recusarem a sair, apenas o exército hondurenho ou em caso excepcional, uma força internacional como da ONU ou da OEA (sem soldados dos EUA), teriam a força militar necessária para a expulsão. Por outro lado, o exército hondurenho está muito comprometido com os "contras", através da corrupção facilitada pelo poder das armas. O exército participa no lucrativo tráfico de drogas entre os "contras" e na partilha dos saques, invasões de fazendas e roubos praticados contra camponeses e fazendeiros. Por essa razão, importantes setores das forças armadas não aceitariam expulsar aqueles que lhes garantem a renda extra resultante da corrupção.

O próprio Ministro das Relações Exteriores de Honduras, manifestou sua preocupação quanto à retirada dos "contras", afirmando que o seu governo nega-se a tomar atitudes diretas para desarticular as bases dos contra-revolucionários instaladas principalmente nos departamentos de El Paraíso, na ilha do Cisne e no rio Patuca fronteiro com Nicarágua e passa a responsabilidade para uma comissão de verificação internacional.

## HONDURAS - EUA 1981-86

### PRESEÇA MILITAR NORTE-AMERICANA

- ▲ Aeroportos militares (com capacidade para aterrissagem de aviões C-130)
- ▣ Projeto para aeroporto C-130
- △ Acampamentos da "contra"
- ⚡ Radares dos EUA



FONTES: HIC, LAB, NARMIC, NYT, WP. HONDURAS INFORMATION CENTER: The National Guard in Central America, 1986 (EUA).

### ACAMPAMENTOS DA "CONTRA"

- 1) Las Lajas; 2) El Triunfo; 3) San Benito; 4) Concepción de Maria; 5) Cacamuya; 6) Santa Rita; 7) El Espino; 8) Morolica; 9) Diryure; 10) Oropeli; 11) Alauca; 12) Las Manos; 13) Las Dificultades; 14) Dipilio; 15) La Lodosa; 16) Jamastrán; 17) Cinfuentes; 18) Las Trojes; 19) Las Mercedes; 20) La Fortuna; 21) Capire; 22) Las Miele; 23) Las Vegas; 24) Yamales (campo de treinamento); 25) Arenales; 26) Banco Grande; 27) Birwas; 28) El Aguacate; 29) Ahuasbila; 30) Rus-Rus; 31) Auka; 32) Swabila; 33) Irlaya.

As autoridades hondurenhas não discutem a impunidade da "contra", apesar dos crimes sistemáticos que vem cometendo contra o povo. O governo, ao assinar o acordo de paz no qual está incluído não só a expulsão dos "contras", como também um diálogo entre eles e Nicarágua, fica na expectativa que o problema seja resolvido entre os "contras" e o governo nicaraguense. Trata-se de mais uma evidência de que Honduras arranhou um problema (a aceitação dos "contras" em seu território), para o qual não tem solução.

A atitude do governo de Honduras de nada fazer para a retirada dos "contras" enquanto Nicarágua não negociar com eles, demonstra que o primeiro país não está agindo lealmente com o segundo. O acordo de paz não prevê que os "contras" deverão sair de Honduras quando Nicarágua dialogar com eles; o acordo deixa claro que não há essa condição. Honduras terá que expulsar os "contras" e Nicarágua dialogar com os mesmos, mas não há relação condicionante entre expulsão e diálogo, como quer Honduras. A postura deste último país poderá inclusive fazer retroceder os acordos assinados em Esquipulas II, se os "contras" não saírem a partir do dia 7 de novembro, data em que os países deverão concretizar os compromissos assumidos.

Dentre os compromissos assumidos no acordo de paz, por enquanto Honduras pretende efetivar apenas um deles, que é a repatriação dos refugiados, estimados num total de 35 mil (entre salvadorenhos, guatemaltecos e nicaraguenses), com o propósito de evitar que a sua presença prolongada afete decisivamente a pobre economia dos povoados onde eles estão concentrados.

Honduras também não reconhece que vários pontos do acordo de paz são aplicáveis ao país. Por exemplo, há conflitos tão graves como o dos refugiados, que somente poderiam ser resolvidos com a criação de uma Comissão de Reconciliação. O acordo de paz deixa bem claro, que nos países onde houver conflitos internos, deverá ser criada tal Comissão. Porém o governo de Honduras acredita que não existe qualquer conflito interno e que não há ninguém para reconciliar. A mesma opinião não tem vários setores da sociedade hondurenha, entre os quais a Igreja.

Segundo o Centro de Documentação de Honduras (CEDOH) a postura do governo hondurenho em não reconhecer que há conflitos internos, pretende passar uma imagem de plena democracia no país, ocultando um cenário de repressões sistemáticas, entre as quais os desaparecimentos e os cemitérios clandestinos. A imprensa hondurenha informou que em 1986 e 1987 houve 115 desaparecimentos por razões políticas e 60 assassinatos. Pretende ocultar também a existência de um movimento insurgente que embora tenha sido duramente golpeado e não mostrar sinais de recuperação a curto prazo, reflete uma forma de polarização entre as forças armadas e alguns setores da sociedade civil.

O governo de Azcona Hoyo não reconhece portanto, que os problemas políticos e econômicos possam ter uma solução interna, confiando que o permanente fluxo de ajuda dos EUA seja a panacéia para todos os males.

A administração Reagan segue em Honduras o mesmo caminho que iniciou em El Salvador: manter um Estado artificialmente e, pior ainda, propiciando a acumulação de contradições diversas que somadas à pouca vontade do governo de Azcona Hoyo em favor da pacificação da América Central, dificultam o perfeito funcionamento de qualquer mecanismo que possa levar a uma paz duradoura na região.

Do ponto de vista jurídico, Honduras não está obrigada a expulsar os "contras" e menos ainda a retirar as bases militares norte-americanas de seu território, pois o acordo de Guatemala é apenas um ato de boa vontade. Contudo, se esses vínculos com os EUA ficarem como estão, o processo negociador -apesar dos seus inegáveis avanços- continuará ameaçado com a alternativa bélica.

AJUDA MILITAR DOS ESTADOS UNIDOS A HONDURAS NO PERÍODO 1982-88				milhões de US\$			
Ano	Econômica	Militar	Total	Ano	Econômica	Militar	Total
82	80.700	30.300	112.000	88*	160.486	81.530	242.016
83	105.900	48.300	145.200	* Ajuda solicitada			
84	94.102	77.440	171.542	Fonte: Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID)			
85	215.167	67.404	282.571				
86	129.292	61.159	190.451				
87	134.386	61.200	195.577				



